**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

ALEXSANDRO ALEXANDRE GOMES DE SOUSA

**LIMITES DA PROPRIEDADE PRIVADA ABSOLUTA:
Luta das Comunidades Quilombolas Poça e Peropava pelo
Direito de Posse no Vale do Ribeira/SP**

**Versão corrigida
Dezembro de 2011**

De Acordo,

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

São Paulo

2011

ALEXSANDRO ALEXANDRE GOMES DE SOUSA

**LIMITES DA PROPRIEDADE PRIVADA ABSOLUTA:
Luta das comunidades quilombolas Poça e Peropava pelo direito de
posse no Vale do Ribeira/SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção de título de mestre (Geografia Humana).

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

São Paulo

2011

SOUSA, Alexsandro Alexandre Gomes de.

Limites da Propriedade Privada Absoluta: Lutas das Comunidades quilombolas Poça e Peropava pelo direito de posse no Vale do Ribeira/SP.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas (Geografia Humana)

Aprovado em: 06/12/2011

Banca Examinadora

Profa. Dra: Larissa Miés Bombardi

Instituição: Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Profa. Dra. Lourdes de Fátima Bezerra Carril

Instituição: Instituto Federal de
Ciência e Tecnologia de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Dedico este singelo trabalho

à minha família – a base de tudo, pela presença, carinho e incansável apoio no cotidiano, em especial aos meus pais, Manuel e Antônia.

à minha querida Natalie, com o mesmo amor que me dedicou;

aos “irmãos”, Fernando e Luccas, por contribuírem de forma magnificente na minha formação acadêmica, no meu caráter e nos meus valores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

ao Prof. Dr. Júlio César Suzuki, meu orientador – um amigo –, pelo carinho e orientação humanizada, sempre respeitando minhas limitações;

às Professoras Dras. Fátima de Lourdes Carril e Larissa Miés Bombardi, pelas contribuições e orientações no momento de exame geral de qualificação;

aos amigos, em especial Nicolau, Rodolpho e Fabiano (Bartô), pelo incentivo e carinho de sempre;

aos sujeitos simples do campo, em especial os camponeses quilombolas das comunidades Poça e Peropava, que além de contribuírem para a pesquisa, reafirmaram que um outro mundo de valores é possível. Agradeço ao acolhimento humano nos trabalhos de campo;

aos meus amigos, colegas e discentes do Raul Brasil (Suzano);

aos colegas de Colóquio e grupo *Geografia da Oralidade*, em especial, Gabriel Henrique Idalgo (pelas fotos) e Denise Martins (pelos mapas e contatos com as comunidades quilombolas).

RESUMO

SOUSA, A. A. G. Limites da Propriedade Privada Absoluta: Luta das Comunidades Quilombolas Poça e Peropava pelo direito de posse no Vale do Ribeira/SP. 2011, 263f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

O campo brasileiro apresenta um campesinato muito diverso, formado por sujeitos sociais que cultivam a terra com a família aumentando a oferta de alimentos na cidade. O presente trabalho enfatiza os camponeses posseiros que se caracterizam pelo cultivo familiar de uma pequena extensão de terra, mas sem o direito de propriedade assegurado. Por conseguinte, a presente dissertação procura discutir o embate entre o direito de posse e o direito absoluto de propriedade privada da terra – consagrado pela Lei de Terras de 1850 como única forma de apropriação territorial no Brasil, a partir das comunidades quilombolas da Peropava e da Poça, localizadas no Vale do Ribeira paulista, por se tratar de populações tradicionais que vivem há mais de um século nesses territórios cultivando a terra sob o regime consuetudinário de transmissão hereditária da terra, preservando um modo de vida sócio-cultural herdado de sua ancestralidade.

Deve-se notar que os posseiros quilombolas têm o direito de propriedade assegurado pela Constituição Federal de 1988, notadamente em seu art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O Texto Magno prescreve o reconhecimento do direito de posse quilombola mediante autodefinição do grupo como descendente de escravos africanos. No entanto, muitos quilombos ainda não foram reconhecidos pelo Poder Público, o qual está impregnado de forças contrárias ao cumprimento constitucional. Vale atentar que os camponeses lutam pelo reconhecimento e pelo título de propriedade para evitar a expropriação por parte daqueles que só aceitam como legítima a propriedade privada ostentada sob a égide de um título.

Palavras-chave: Propriedade Privada; Direito de Posse; Função Social da Propriedade; Questão Agrária; Quilombolas.

ABSTRACT

SOUSA, A. A. G. Limits of Absolute Private Property: Fight of Marrons Communities Poça and Peropava by tenure in the Ribeira Valley / SP. 2011, 263f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

The Brazilian countryside has a very diverse peasantry, formed by social actors who cultivate the land with their families by increasing the supply of food in the city. This work emphasizes the peasant squatters who grow a small tract of land with their families, but without the right to property secured. Therefore, this dissertation discusses the clash between the right of occupation of the peasants (tenure) and the absolute right of private ownership of land - established by the Land Law of 1850 as the only form of land ownership in Brazil, from the maroons communities of the *Peropava* and of the *Poça*, localized in the Ribeira Valley in São Paulo, because they are traditional populations who live there for more than a century cultivating the land under customary rules of inheritance of the land, preserving a way of life social-cultural legacy of their ancestry.

It should be noted that the maroons squatters have the right to property secured by the Constitution of 1988, particularly in its art. 68 of the Transitory Constitutional Provisions Act. The Great Text prescribes the recognition of the maroon tenure by self-definition as the group descended from African slaves. However, many Maroons weren't still recognized by the government that is permeated by forces opposed to constitutional execution. It should be given attention that the peasants fight for recognition and for a title of property to avoid expropriation by those who only accept as legitimate the private property who has a title.

Keywords: Private Property, Right of Possession; Social Function of Property; Agrarian Question; maroons.

“Deus não deu a terra ao homem para que ele simplesmente a guardasse, fizesse da propriedade do solo fonte de prestígio político, instrumento de poder econômico ou base de transações especulativa. Exigiu que o homem também a cultivasse” (GÊNESIS, p.2-15)

LISTA DE IMAGENS

Mapa 1. Comunidades no estado de São Paulo.....	83
Tabela 1. Regularização Fundiária em terras quilombolas – 2011.....	154
Mapa 2. Quilombos em Processo de Reconhecimento por unidade de federação – 2011.....	155
Tabela 2. Comunidades quilombolas no estado de São Paulo - 2011.....	158-60
Mapa 3. Vale do Ribeira do Iguape: Poça e Peropava.....	163
Gráfico 1. Genealogia da Poça.....	173
Foto 1. Gilmar dos Santos Marinho, um dos líderes da Poça.....	178
Foto 2: Aspecto da comunidade Poça com predomínio da cultura da banana.....	178
Foto 3: Pomar de laranja poncã	179
Foto 4: Horta comunitária cultivada.....	179
Foto 5: Plantação de maracujá no sítio de Gilmar Marinho.....	183
Foto 6: Sede da Comunidade quilombola Poça.....	183
Foto 7: Vista de um sítio do quilombo da Poça.....	184
Foto 8: Casa da família de Gilson Campos e Maria Nita.....	184
Foto 9: Aspecto de casas dos quilombolas da Poça.....	185
Foto 10. Casa de alvenaria em construção na Poça.....	185
Foto 11. Casa no quilombo Poça.....	185
Foto 12. Moradia na Poça.....	185
Foto 13. Casa de taipa na Poça.....	185
Mapa 4. Ocupação e uso da terra na Poça.....	188
Foto 14. Reunião entre moradores da Peropava e a equipe do ITESP.....	191
Foto 15: Casa do sr. Eliseu, um dos líderes da Peropava.....	198
Foto 16: Aspecto da casa de Dona Maria Regina, moradora da Peropava.....	198
Fotos 17 e 18: Detalhe da pequena casa de farinha	204
Foto 19. À direita Maria Regina com uma vassoura artesanal.....	204
Foto 20: À esquerda, mais aspecto da casa de farinha.....	204
Mapa 5. Unidades de Conservação e Quilombos no Ribeira (Recorte do mapa 7 destacando Poça e Peropava).....	208
Mapa 6. Ocupação da terra na Poça, Itesp.....	256
Mapa 7. Unidades de Conservação e Quilombos no Vale do Ribeira.....	257

LISTA DE SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGU – Advocacia Geral da União
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.
CNACNRQ – Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CF – Constituição Federal
CF88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DEM – Partido dos Democratas (antigo PFL)
EACONE – Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras
EMEB – Escola Municipal de Educação Básica
FCP – Fundação Cultura Palmares
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IE – Instrução Especial
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP – Instituto de Terras de São Paulo
ITR – Imposto Territorial Rural
MP – Medida Provisória
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOAB – Movimento dos Ameaçados por Barragens
MST – Movimento dos sem-terra
NUER – Núcleo de estudos Sobre Identidades e relações Interétnicas
ONGs – Organizações não Governamentais
PFL – Partido da Frente Liberal (rebatizado como DEM)
PM – Polícia Militar
PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PPI – Procuradoria do Patrimônio Imobiliário
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RTC – Relatório Técnico-Científico
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
STF – Supremo Tribunal Federal
UCs – Unidades de Conservação
UDR – União Democrática Ruralista
ZTM – Zona Típica de Módulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1 CLASSE CAMPONESA E PARADIGMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA .	43
1.1 O CAMPESINATO DIANTE DOS PARADIGMAS DOMINANTES QUE ORIENTAM A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO	44
1.2 CARACTERÍSTICAS DA CLASSE CAMPONESA	56
1.3 OS CAMPONESES QUILOMBOLAS	64
Capítulo 2 DIREITO ABSOLUTO DE PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA	86
2.1 A ORIGEM DA PROPRIEDADE PRIVADA, DA FAMÍLIA E DO ESTADO	89
2.2 FORMAÇÃO DE FAZENDAS E POSSEIROS NO SESMARIALISMO BRASILEIRO: FUNÇÃO ECONÔMICA DA TERRA	97
2.3 METAMORFOSE DA RENDA DO ESCRAVO NA RENDA CAPITALIZADA DA TERRA	107
2.4 APLICAÇÃO DA LEI DE TERRAS DE 1850: METAMORFOSE DA SESMARIA EM LATIFÚNDIO	126
2.5 TIPOS DE DIREITO DE PROPRIEDADE: PROPRIEDADE CAPITALISTA VERSUS PROPRIEDADE PRIVADA FAMILIAR	137
2.6 SIGNIFICADO DA TERRA PARA OS SUJEITOS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO	142
2.7 TERRA COMO INSTRUMENTO DE EXPLORAÇÃO VERSUS RESISTÊNCIA CAMPONESA	147
Capítulo 3 LUTA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS POÇA E PEROPAVA PELO DIREITO À TERRA	152
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: O VALE DO RIBEIRA DO IGUAPE	161
3.2 QUILOMBO POÇA	170
3.3 QUILOMBO PEROPAVA	190
3.4 LUTA QUILOMBOLA DIANTE DO PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE	206
3.5 DA ESCRAVIDÃO À POLÍTICA DE RECONHECIMENTO ÉTNICO: A DÍVIDA HISTÓRICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA COM OS QUILOMBOLAS	211
3.5.1 A luta Política para regulamentação do art. 68 e a pretensa inconstitucionalidade do decreto federal nº4887/03	214
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
APÊNDICES / ANEXOS	250

INTRODUÇÃO

O campesinato brasileiro situa-se hoje, no campo prático, diante da eclosão dos processos combinados de expropriação e proletarização como resultado do desenvolvimento capitalista. Em parte, a expropriação se dá pelo avanço do agronegócio que, sob a égide do *direito absoluto de propriedade privada da terra*, concentra ainda mais a estrutura fundiária. Isso faz com que a questão agrária apareça como problema insolúvel, já que a propriedade privada absoluta impede o acesso àqueles que não têm terra e expulsa os que têm apenas a posse transmitida consuetudinariamente. Além disso, o direito absoluto protege os latifúndios que ostentam títulos grilados e concentram vultosas extensões de terras. Some-se a isso, o atual modelo de reforma agrária – caracterizado por pírias desapropriações e insuficientes assentamentos diante da demanda crescente – que permite recriar a questão fundiária, coibindo a reprodução camponesa.

Desde a década de 1950, a modernização excludente de nossa agropecuária aprofundou a expropriação dos camponeses, o que, junto ao processo de urbanização, resultou no aceleração do êxodo rural. É sabido que essa modernização do campo dispensa os sujeitos expropriados desse processo, todavia, isso não significa o fim da classe camponesa, pois a partir da luta pela terra os camponeses reproduzem-se contraditoriamente no modo capitalista de produção, rompendo, assim, o processo combinado de expropriação-proletarização.

Em nosso trabalho privilegiamos a análise da reprodução camponesa realizada à margem daquela que se consagrou como condição dominante da apropriação territorial no Brasil, a saber, pautada no direito absoluto de propriedade privada da terra. Vale notar que há uma diversidade de sujeitos que constituíram regimes de propriedades subalternos ao direito absoluto, entre eles, o regime de posseção quilombola que ganhou destaque em nossa pesquisa.

Da mesma forma que no fim do século XIX havia uma fé cega no poder da *ciência* como norteadora do progresso e do desenvolvimento da humanidade a partir da corrente positivista, no fim do século XX, assiste-se a um novo sacerdócio pautado *nas leis* como portadoras da verdade única e acabada, como se fossem a

síntese do desejo de todos os homens. A sociedade das leis inaugurada com o Estado Moderno está consolidada, incutindo contradições nas comunidades ainda consuetudinárias. Concomitante a essa cegueira da maioria, alguns segmentos da sociedade, notadamente os mais abastados, sabendo que o Estado e suas leis são produtos da luta de classes, criam novos compêndios de leis e alteram outros a seu favor. Em contrapartida, mesmo almejando inserirem-se no direito positivo as comunidades costumeiras, sob ameaças de expropriações de suas posses, resistem e percebem que a lei escrita não é portadora da verdade. Além desses, os sem-terra resistem à proletarianização e também não aceitam a lei que preconiza uma propriedade absoluta apenas para poucos. Dessa forma, esses sujeitos sociais do campo suscitam uma nova ordem. Desse modo, coube-nos analisar também o âmbito jurídico da questão e da reforma agrária, inclusive as discussões políticas atuais acerca do direito de propriedade quilombola, atentando para as ideologias das classes conflitantes. A saber, uma defendendo a propriedade privada absoluta e outra a função social da terra.

Já no campo teórico, a produção do espaço agrário brasileiro e sua intrínseca questão agrária situam-se diante de dois paradigmas: desenvolver o capitalismo agrário com base no agronegócio ou resolver a questão agrária a partir de assentamentos dos trabalhadores sem-terra. O primeiro paradigma defende a produção capitalista de mercadorias que tem como objetivo a *reprodução ampliada do capital*, ao passo que o segundo defende uma produção que vai desde a necessidade de suprir a subsistência até a produção simples de mercadorias, pautada no trabalho familiar em pequena propriedade, objetivando a *reprodução da família*. Entre outras coisas, esse paradigma reconhece as formas subalternas de apropriação territorial (que estão à margem do direito absoluto de propriedade privada da terra), algo fundamental para que todos possam efetivar o direito à propriedade.

Acompanhando o movimento da realidade, o cenário de discussão teórica avançou da crítica do latifúndio compreendido como grande propriedade improdutiva para a crítica ao seu representante atual – o agronegócio – que pretensamente faz-se em grandes propriedades produtivas asseguradas pela lei. A crítica é preconizada por aqueles que professam no segundo paradigma e não aceitam a convivência com esse modelo de desenvolvimento agropecuário que está engendrando um novo padrão de produção do espaço agrário, logo, um novo padrão de relações de

produção, de modificação da paisagem e de exclusão dos pobres do campo¹.

Diante disso, o objetivo desse trabalho foi discutir o embate entre o direito de posse e o direito absoluto de propriedade privada da terra – supostamente consagrado pela Lei de Terras de 1850 como única forma de apropriação territorial no Brasil, a partir das comunidades quilombolas da Peropava e da Poça, localizadas no Vale do Ribeira paulista. A escolha por esses quilombos justifica-se por se tratar de populações tradicionais que vivem há mais de um século nesses territórios cultivando a terra sob o regime consuetudinário de transmissão hereditária da terra, preservando um modo de vida sócio-cultural herdado de sua ancestralidade.

A priori, achávamos que a propriedade privada absoluta foi instituída com a Lei nº 601 de 1850. No entanto, *a posteriori* constatou-se que o direito absoluto não se realiza de todo, uma vez que não é outorgada qualquer propriedade plena em nenhuma das leis nacionais, nem na Lei de Terras nem na Carta Magna. Sobre isso, vale transcrever alguns direitos fundamentais preceituados nos seguintes incisos do art. 5º da CF88:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à **propriedade**, nos termos seguintes:

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

(Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, grifo nosso).

Como se observa, nossas leis proclamaram como direito fundamental apenas

¹ Aqui usamos a palavra exclusão no sentido de que o agronegócio descarta a massa de trabalhadores expropriados, uma vez que, como observou Martins, em *Exclusão social e Nova Desigualdade*, não há excluídos no sistema capitalista, de modo que, todos são incluídos mesmo que de forma marginal, precária e subalterna. Nas palavras do autor: “O Capitalismo, na verdade, desenraíza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é a regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É própria dessa lógica de exclusão, a inclusão. A sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica” (MARTINS, 1997b, p.32).

a propriedade privada, restrita e não plena como foi amplamente divulgado pela elite agrária – usurpadora de grandes extensões terras desde o Brasil colônia. Não existe artigo, inciso ou alínea alguma em nossa Constituição Federal atual que garanta a propriedade privada absoluta, uma vez que toda propriedade para ser efetivada deve subordinar-se a uma função social, entre outras coisas, para que se garanta a soberania e segurança alimentar nacional, a cidadania de todos e a dignidade da pessoa humana.

Da mesma forma, também a Lei de Terras de 1850 proclamou apenas a mercantilização da terra, conforme evidencia-se no seu artigo primeiro: *“Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”*. A Lei nº 601 de 1850 nada diz acerca da forma de propriedade que vigoraria, até mesmo porque a propriedade privada já estava conceituada na Constituição Federal de 1824, uma propriedade privada plena (absoluta), mas que foi revogada nas Cartas Magnas posteriores em favor de uma propriedade privada restrita.

Atualmente, a propriedade privada deve submeter-se a outras formas de direitos de propriedade já consagrados na Carta Magna, a saber, à propriedade indígena e à propriedade quilombola, devendo ainda subjugar-se a legislação ambiental. Conforme desenvolveremos no corpo da dissertação, todas essas formas superiores na hierarquia de direito de propriedade sofrem ameaças cotidianamente, pois a classe dos grandes proprietários de terras insiste em dar outra interpretação à lei e alterá-la ao seu favor.

Com base na leitura da Constituição Federal preceituamos que são muitos os direitos de propriedade, hierarquizados da seguinte forma: 1º indígena, 2º meio ambiente, 3º quilombola, 4º propriedade privada, 5º propriedade de posse. Esta última não recebe amparo jurídico, mas a função social da terra prescrita no Estatuto da Terra de 1964 preceitua que ela deve ser efetivada como propriedade privada.

Cabe salientar que os índios têm sua primazia no que concerne ao direito de propriedade por se tratar da posse de um território – base da sua reprodução física e étnico-cultural – onde engendram um modo de vida que preserva o ambiente. Isso sem falar que a posse indígena (propriedade coletiva) é legítima por remontar ao período pré-colonial. A lei é clara na prescrição desse direito embora alguns ainda insistam em usurpar a terra indígena na prática e no âmbito jurídico. Todavia nosso Supremo Tribunal Federal está empenhado em fazer justiça e assegurar esse

direito, já que não se poderá jamais corrigir a injustiça que remonta ao período colonial².

O mesmo ocorre com o direito de propriedade quilombola que só foi inserido na Constituição após décadas de lutas dos movimentos negros. Direito que ainda vem sendo ameaçado, pois na maioria dos quilombos já identificados ainda não houve reconhecimento da propriedade quilombola.

Mesmo que se negue ou se drible a função social intrínseca à propriedade, proclamando-se uma pretensa propriedade plena/absoluta não há como negar que a propriedade é restrita ao interesse público e ao interesse social sob pena de desapropriação, conforme prescreve o artigo quinto da Carta Magna. Além disso, como já foi postulado acima, a propriedade privada não pode ser absoluta, pois é restringida por outras formas de propriedades. O art.68 da ADCT da Constituição Federal de 1988, por exemplo, ordena a subjugação da propriedade privada à propriedade quilombola. O referido artigo prescreve: *Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.*

Trata-se de um direito fundamental instituído pela Carta Magna para assegurar definitivamente o direito de propriedade às comunidades quilombolas, concebidas na Constituição como *comunidades remanescentes de quilombos*. De sorte que o referido artigo reconhece o direito de posse transmitido pela lógica consuetudinária, efetivando a propriedade coletiva de seus territórios. Conforme ordenam os artigos 215 e 216 da CF88, o objetivo do reconhecimento é promover a justiça social desse grupo étnico, zelando ainda para que possam viver em seus territórios de acordo com suas tradições. Deste modo, a meta é também preservar a diversidade cultural, consagrada na Constituição como patrimônio imaterial da nação.

Como a Constituição nada prescreve acerca da colisão de direitos entre a propriedade de povos tradicionais e o ambiente, o direito de propriedade quilombola, em muitos casos de justaposição, tem conseguido prevalecer sobre o direito ambiental, retirando-se suas terras das Unidades de Conservação, já que se enquadra como *população tradicional*. Isso é possível porque o Decreto nº.

² Além da Constituição a posse indígena é garantida na Lei de Terras de 1850 e no Estatuto da Terra de 1964 onde se prescreve no parágrafo quarto de seu artigo segundo: *É assegurado às populações indígenas o direito à posse das terras que ocupam ou que lhes sejam atribuídas de acordo com a legislação especial que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitas.*

9.985/2000 permite que as populações tradicionais permaneçam em seus territórios mesmo em Unidades de Conservação³.

Antes da Constituição Federal de 1988, a luta quilombola pelo reconhecimento de suas posses se enquadrava na mesma situação que outros camponeses posseiros. Assim, precisavam recorrer ao artigo quinto da Lei de terras de 1850⁴ e ao Estatuto da Terra de 1964⁵, invocando assim, a reforma agrária, o reconhecimento da posse efetiva e a função social como condição da propriedade.

Mesmo em vista a prescrição da lei, restringindo a propriedade – condicionada pela função social⁶ –, a pretensa propriedade privada absoluta tornou-se a regra no Brasil desde os tempos do Império. De sorte que é negada toda forma de propriedade que não se instituiu sob a observância da mercantilização da terra – única forma de apropriação territorial válida segundo os preceitos da lei nº601 de 1850. Deste modo, os camponeses que cultivam terras sob regimes de propriedade alternativos passaram a conviver com a expropriação de suas terras. No entanto, com a promulgação do Estatuto da Terra de 1964 o regime de posse negado pela Lei de Terras de 1850 foi reconhecido sob a condição de cumprir a função social - algo que todos os camponeses posseiros cumprem. Dever-se-ia a partir de então realizar-se a Reforma Agrária, o que infelizmente não ocorreu.

Contudo, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, um mote do campesinato passou a ter seu direito de posse reconhecido, a saber, o direito de propriedade quilombola. Todavia, muitas lutas ainda foram (são e serão) travadas para que os quilombolas tenham a efetivação do direito fundamental da propriedade. Assim sendo, coube-nos aprofundar nosso entendimento sobre o direito absoluto de

³ Ver o inciso XIII do quarto artigo dessa lei que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Ver também o artigo 17, ambos transcritos na tabela no fim do quarto capítulo.

⁴ Art. 5º *Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes:* (Lei nº 601 1850). Vale destacar que uma das regras era o limite da posse que não poderia exceder o tamanho de uma sesmária, conforme prescreve o parágrafo primeiro do artigo quinto. O parágrafo quarto desse mesmo artigo manda resguardar as terras de uso comum, que assim, não podem ser objeto de apropriação privada, em outras palavras, nestas terras não podem ser efetivados nem o domínio de um particular nem a posse (privada) de um camponês.

⁵ Art.2º *É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.*

Art. 12. À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei.

Art. 13. O Poder Público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social (lei nº 4504 de 1964).

⁶ No terceiro capítulo apresentaremos o que foi preceituado como função social.

propriedade privada da terra e das demais formas de propriedade sob uma análise histórico-geográfica e jurídica. Para isso, escolhemos como *locus* de pesquisa o Vale do Ribeira do Iguape/SP, focando a luta das comunidades quilombolas da Poça e da Peropava pelo direito de posse assegurado pelo que prescreve o art.68 do ADCT da CF88⁷.

A pesquisa buscou ainda desenvolver a hipótese de que a questão agrária brasileira tem seu germe no sesmarialismo, mas é na Lei de Terras de 1850 – que teria instituído o pretense Direito Absoluto de Propriedade Privada da Terra – que encontramos o cerne dessa questão. A qual se intensifica com o desenvolvimento do sistema capitalista e sua inserção no campo, sobretudo, a partir da modernização conservadora de nossa agropecuária.

Assim sendo, nosso trabalho teve duas linhas de abordagem: uma delas foi o impacto do *direito absoluto* na luta pela terra hoje, com foco nas comunidades quilombolas Poça e Peropava, onde observamos o embate do direito positivo⁸ com o direito costumeiro. A outra abordagem refere-se ao estudo categorial do *direito absoluto*, sua instituição e implicações na produção do espaço agrário brasileiro. Ambas as abordagens se aproximam no sentido em que se reportam à questão fundiária nacional e à luta pela Reforma Agrária. Vale atentar que nosso trabalho não pretendeu realizar uma densa teoria da propriedade, todavia, discutimos brevemente algumas formas de regimes de propriedade da terra, distinguindo *propriedade privada da terra* de *propriedade capitalista da terra*⁹.

Sabendo que a posse encontra-se disseminada no Vale do Ribeira, sobretudo, nos territórios quilombolas, é também incumbência desse trabalho a análise e descrição das características e situações de algumas formas alternativas de apropriação territorial, como os regimes de *propriedade comunitária*, *tribal* e *popular* (simples posse), todas à margem da mercantilização da terra.

⁷ Cabe notar que o ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – é o título X da CF88, composto de 97 artigos que complementam os 250 artigos da CF88. Em 1988 em sua primeira publicação a Constituição Federal era constituída de 245 artigos e mais 70 artigos da ADCT, portanto, o referido art. 68 remonta a promulgação da Constituição em 1988.

⁸ Entenda-se por **direito positivo** aquele que pretensamente assegura a propriedade privada absoluta instituída sob um momento histórico em que predominava nas ciências, inclusive no Direito o Positivismo. Salientamos que aqui o direito positivo será usado como sinônimo de direito absoluto de propriedade privada da terra (ou ainda como propriedade privada absoluta). Conforme veremos no segundo capítulo foi no fim do século XIX que se consagrou a ideia de que a propriedade privada é sagrada e absoluta – sendo um pressuposto para a dignidade humana.

⁹ Apenas a propriedade capitalista transforma a terra em *instrumento de exploração* do trabalho alheio. Algo que pretendemos desenvolver melhor.

Em virtude de tudo que foi mencionado, estruturamos a dissertação em quatro partes, contando com esta introdução. O primeiro capítulo parte da discussão dos paradigmas acerca da questão camponesa. Neste o objetivo foi demonstrar nossa noção de camponês, proveniente, sobretudo, de Moura, Oliveira e Martins e assinalar o campesinato como classe social que tem seu lugar no capitalismo. A postura a favor desse pressuposto teórico, negado por muitos autores, depreendeu-se de nossa compreensão da produção do capital, pautada em Marx¹⁰ e também em Martins.

Seguindo esses autores concebemos que a classe camponesa tem seu lugar no capitalismo, pois mesmo que o capitalista não possa extrair mais-valia diretamente do trabalho camponês, o capitalismo continua sua reprodução ampliada no momento em que é na circulação que a mais-valia se realiza. Deste modo, até mesmo os posseiros, que negam a renda fundiária aos proprietários de terras, estão inseridos no capitalismo na realização da produção do capital¹¹.

Um dos pressupostos norteadores do trabalho é o fato de que, desde sua instituição, o direito absoluto serve às classes dominantes do campo, estando à montante dos processos de expropriação-proletarização para sujeitar a força de trabalho. Assim sendo, formulamos a hipótese de que *a absolutização da propriedade privada da terra é o âmago da questão agrária*. O latifúndio; a prática das grilagens de terras, os conflitos fundiários; a questão urbana por moradia e pelo lugar onde se quer morar; a expropriação dos camponeses e sua conseqüente migração; a intensificação do trabalho assalariado e da escravidão por dívida nos séculos XX e XXI etc., são frutos do mesmo germe: a Lei de Terras de 1850 que corroborou no fim do cativo do trabalho negro e colocou o país no cativo da terra, dando continuidade às injustiças no país (MARTINS, 2004a).

Com base na premissa de que o campo brasileiro reproduz de forma contraditória relações não-capitalistas de produção, cuja expressão é o aumento do latifúndio e ao mesmo tempo do campesinato, buscamos embasamento teórico para

¹⁰ Mesmo que Marx não tenha considerado o campesinato como classe, seu trabalho é a fonte principal de embasamento para desvendamento da lógica do capitalismo.

¹¹ Isso sem falar na acumulação primitiva de capital que se fazia nos tempos da escravidão sob o capitalismo comercial e que ainda continua a se realizar em casos de escravidão por dívida. Além é claro, da lógica da acumulação de capital que se faz sem qualquer produção de mercadoria – extração da renda fundiária que ocorre quando o proprietário de terras vende os lotes ou recebe do governo indenização por desapropriação de propriedade. É por isso que afirmamos o caráter cíclico da questão agrária quando se concebe um plano de reforma agrária que mantém o direito absoluto e a mercantilização da terra.

desenvolver a hipótese de que a expansão contraditória de ambas (OLIVEIRA, 1996, p.18) tem estreita relação com o direito absoluto de propriedade privada da terra. Em outras palavras, a contradição só é possível porque, de um lado, existe a *mercantilização da terra* e o *direito absoluto* que fazem avançar a lógica da terra de negócio e de exploração. De outro lado, existe a negação da proletarianização tanto pela dificuldade que o expropriado encontra para vender a única propriedade que lhe resta (propriedade da força de trabalho) diante do desenvolvimento das forças produtivas, quanto pela insistência em manter o modo de vida camponês. Isso porque o desenvolvimento das forças produtivas cria o expropriado, mas não cria a demanda de trabalho necessária.

O reflexo disso é o crescimento do número de posseiros no país e da luta pela terra. Segundo dados do IBGE, em 1960, existiam pouco mais de 300 mil estabelecimentos rurais de posseiros, passando a mais de um milhão em 1985 e caindo para 709 mil em 1995. Segundo Oliveira (2004), a queda no último período analisado não significa o processo de extinção desses sujeitos sociais como afirmam alguns autores, pois esse decréscimo ocorreu devido à regularização fundiária no governo FHC.

Aliás, regularização que continuou no governo Lula, sendo chamada de reforma agrária, embora não altere o regime de propriedade nem tampouco a estrutura fundiária, que pelo contrário, torna-se a cada ano, ainda mais concentrada. Por isso, alguns autores como Ariovaldo de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes questionam os números da reforma agrária, afirmando que os governos avolumam o número de beneficiados desta para disfarçar o descaso com uma ampla Reforma agrária com base em desapropriações e assentamentos. A prova disso é que, no governo FHC, o número de famílias acampadas passou de 20 mil, em 1994, para 76 mil no fim do primeiro mandato em 1998. Número que chegou a 120 mil no momento de transição para o governo Lula em 2003. Isso sem falar na precarização dos assentamentos implantados, 90% dos quais resultaram de ocupação de terras, portanto da luta pela terra (OLIVEIRA, 2004, p.284-5).

Isso ajuda a explicar a força de negação da proletarianização dos camponeses e negação da mercantilização da terra. É com base nesses números que os autores embasam o paradigma da permanência da classe camponesa, afirmando que “os camponeses, em vez de se proletariarem, passaram a lutar para continuarem

sendo camponês” (OLIVEIRA, 1999, p.72; 2004 p.35) ¹².

Os últimos governos, além de privilegiarem o agronegócio em detrimento dos pequenos proprietários e dos sem-terra, têm realizado a reforma agrária com base na compra de terras, desapropriando latifúndios com fartas indenizações (fortalecendo o capitalismo rentista). O que tem custado bilhões aos cofres públicos, ao mesmo tempo em que o crescente número de beneficiários da Reforma Agrária aumenta ano a ano (mais de 3 milhões de famílias segundo o Plano Nacional de Reforma Agrária, além dos 3,4 milhões de estabelecimentos rurais que vivem em áreas insuficientes), aumentando também os conflitos pela terra.

Diante dessa situação o governo Lula tinha um grande desafio para resolver no meio rural. A análise de Oliveira (2004) sobre os dois primeiros anos de seu governo foi cunhada de *conivente* com a situação descrita, pois se pretendeu assentar apenas 400 mil famílias de uma demanda de aproximadamente 3 milhões, havendo assentado apenas 36 mil famílias no primeiro ano. Isso sem falar que seu plano de Reforma Agrária (PNRA), no que concerne a questão do empobrecimento de pequenos agricultores, pretendia beneficiar apenas 130 mil camponeses, através da política crédito fundiário. Quando se sabe que são mais de 3,4 milhões de estabelecimentos com área insuficiente para se manter de forma digna e mais de três milhões de sem-terra (OLIVEIRA, 2004, fala em 4,5 milhões), além de parceiros, arrendatários, quilombolas e outros posseiros num total de mais 10 milhões de possíveis beneficiários da reforma agrária.

Não obstante, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do governo Lula almejou a distribuição de recursos e incentivos paralelos para a agricultura familiar e para o agronegócio. Por isso, Mazzeto Silva (2004, p.339) assinalou que o campesinato não se tornou o centro das políticas de desenvolvimento rural no governo Lula, havendo mais uma vez a intocabilidade do latifúndio e da propriedade privada absoluta.

Esses dados refletem a realidade da estrutura agrária brasileira, uma das mais concentradas do mundo, em que, de um lado, multiplicam-se os acampamentos precários dentro de latifúndios e à beira de estradas, havendo ainda

¹² Em outro livro, Oliveira reforça tal tese: “(...) O aumento do número de posseiros revela que uma parte do campesinato expropriado recusa a proletarização e procura abrir na posse de terra reconquistada, o espaço para a continuidade do trabalho camponês”. Seu crescimento revela igualmente que cerca de um quinto dos produtores no campo está em luta aberta pela garantia de posse da terra como meio de produção necessário e fundamental ao trabalho familiar camponês (...). (OLIVEIRA, 1995, p.496-7).

expulsões de posseiros, contínuo empobrecimento de pequenos proprietários e uso da violência física e moral contra os sem-terra. E, de outro, temos o agronegócio, ligado aos conglomerados multinacionais e considerado como modelo ideal de desenvolvimento do campo, drenando recursos públicos e incentivos fiscais.

Todas as principais cadeias produtivas do agronegócio (carnes, celulose, madeira, peles, açúcar e álcool, café, suco de frutas, algodão, fumo, tabaco e soja) aumentaram seu valor nas exportações no Governo Lula, com destaque para a liderança da soja. Segundo dados do Ministério da Agricultura e Abastecimento, em 2003, o agronegócio já lucrava 25,8 bilhões de dólares de superávit na balança comercial, passando a 58,9 bilhões em 2008 e chegando a 75 bilhões em 2010. Sobre isso, Mauro (2004, p.359) afirma que se diminuísse em 1% esse superávit primário, o Brasil poderia assentar um milhão de famílias. Ainda segundo Mauro (2004, p.360) apenas 25% dos créditos vão para a pequena agricultura e 75% para as grandes empresas, mesmo sabendo-se que a pequena propriedade (com apenas 18% do total das terras cultiváveis) é responsável por mais de 88% do emprego da força de trabalho no campo e pela maior parte da produção de alimentos. Continuou o autor (2004, p.356): “(...) No entanto, nem assim se faz reforma agrária, nem nas terras públicas”.

Uma breve análise dos gastos públicos do último ano de governo Lula corrobora ainda mais para essa convivência com o agronegócio. Segundo dados da Controladoria-geral da União, em 2010, foram gastos 3,2 bilhões de reais com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (sendo 1,4 bilhões destes gastos com o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, sobretudo com a Secretaria de Produção e Agroenergia), enquanto que os gastos do Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA (responsável pela Reforma Agrária) não passaram de 1,3 bilhões. Destes, 854 milhões foram gastos com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e apenas 81 milhões com assentamentos para trabalhadores rurais (mais da metade com obtenção de imóveis). Os gastos com desenvolvimento agropecuário, como eletrificação, mecanização agrícola, assistência técnica etc., foram também singelos - 21 milhões de reais.

Com base nos dados acima, podemos assinalar que a questão agrária se tornou cíclica, pois se faz reforma agrária ao mesmo tempo em que a estrutura fundiária se concentra ainda mais. Um bom exemplo disso é que nos oito anos de governo FHC foram assentadas apenas 350 mil famílias, contudo,

concomitantemente, mais de um milhão de pequenos agricultores perderam suas terras. Foram apenas 19 milhões de hectares de terras desapropriadas para fins de reforma agrária, enquanto 56 milhões de hectares foram concentrados em apenas seis anos. “Houve uma Reforma agrária às avessas!” (Mauro, 2004, p. 355).

Cabe salientar ainda que segundo o censo agropecuário do IBGE de 2006 nossa estrutura fundiária segue muito concentrada. Enquanto, o aumento das terras ocupadas por lavouras quase dobrou (41,6 para 76,6 milhões de hectares no período 1996-2006) não houve aumento significativo do número de estabelecimentos rurais (4,3 para 4,7 milhões de unidades rurais). Isso significa que tivemos apenas 400 mil novos estabelecimentos rurais diante da apropriação de 35 milhões de hectares de terras. A regra vale para o estado de São Paulo que ganhou 2,2 milhões de novas terras de lavouras, totalizando agora 5,4 milhões de hectares, mas ganhou apenas 8 mil novos estabelecimentos rurais, contando agora com pouco mais de 153 mil.

Logo, se faz necessário repensar a questão agrária nacional e o papel do direito absoluto de propriedade privada da terra no Brasil nos atuais conflitos de terra para que consigamos realizar uma Reforma Agrária mais rápida e mais econômica, o que não significa paralisar o processo de assentamentos como pretendem alguns autores, mas alterar o regime de propriedade da terra dominante (o direito positivo), ao invés de gastar bilhões com desapropriações e compra de terras como têm feito os governos até então. Acreditamos que somente um esclarecimento das contradições das leis acerca da questão fundiária pode evitar e destruir a concentração fundiária. A partir desse caminho metodológico, desenvolvemos a hipótese de que a Reforma Agrária, nos moldes que está sendo feita, mais do que tornar a questão fundiária cíclica, torna-a cíclica e espiralizada, pois se intensifica cada vez mais. Havendo, portanto, o descumprimento da Lei nº4504 de 1964¹³, sobretudo no caput de seu artigo segundo: “*É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei*”.

Ainda no primeiro capítulo, seguindo Oliveira, deixaremos claro nossa preferência pela noção de *camponês* como classe social, repudiando a noção de *agricultura familiar*. Nas palavras desse autor:

(...) Essa conceituação tem sua origem no neoliberalismo. Nasceu com a

¹³ Estatuto da Terra.

intenção de apagar da memória e da história o conceito de camponês e o campesinato como sujeito social revolucionário do século XX. A função política desse volume é induzir a análise do campo pela lógica neoliberal, que esconde a dimensão dos estabelecimentos e, portanto, os indicativos analíticos da concentrada estrutura fundiária do país. Seu alvo preferencial são os movimentos sócio-territoriais em luta pela terra. Visou assim, retirar o seu mais potente elemento revelador da desigual distribuição da terra no Brasil. (OLIVEIRA, In: Correio da Cidadania 10 de fevereiro de 2010).

A análise da conjuntura atual do campo brasileiro leva-nos a crer que está em curso uma expansão avassaladora do latifúndio – na sua faceta atual, o agronegócio – sobre as terras que deveriam ser destinadas à Reforma Agrária, constituindo empecilhos à reprodução camponesa e corroborando no aumento da disseminação dos conflitos e massacres de camponeses. Essa tendência se observa quando atentamos para os números do agronegócio que recebe incentivos fiscais em detrimento dos assentamentos. Sem falar na lenta desapropriação de terras que caiu ano a ano no governo Lula¹⁴ e do aumento das áreas destinadas às culturas de exportação. Além disso, a luta pela terra começa a sofrer derrotas na justiça. Os números do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário apontam para a quase paralisação dos assentamentos devido à dificuldade de *relativizar* o direito de propriedade. Esse órgão alega que a dificuldade de prover assentamentos deve-se a desatualização dos índices de produtividade por hectare¹⁵.

Porquanto, o espaço agrário é cada vez mais produzido como corporativo compreendido sob o comando dos interesses das grandes empresas e da égide do *direito absoluto de propriedade privada da terra*. É um espaço agrário, cada vez mais elaborado para atender às necessidades de exportação agropecuária e às demandas dos complexos agroindustriais a partir de uma produção centrada, principalmente, na cana, laranja e soja em detrimento das culturas alimentares. Aqui a crítica é embasada na comparação dos últimos censos agropecuários (1996 e 2006), em que se percebe o aumento expressivo das áreas de lavoura no Brasil, sem, no entanto, haver aumento do número de estabelecimentos rurais. Isso significa que mesmo diante da reforma agrária, a estrutura fundiária está ficando ainda mais concentrada.

¹⁴ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no primeiro mandato Lula (2003-2006), a média anual de terras desapropriadas para assentamentos de sem-terra foi de 697 mil hectares. Em 2005, foram desapropriados 977 mil hectares. No ano seguinte, caiu para 555 mil e, em 2007 diminuiu para 207 mil – muito abaixo da média do primeiro mandato.

¹⁵ A atualização desses índices é hoje umas das bandeiras dos movimentos de sem-terra contra o *direito absoluto*.

Estamos vivenciando a finalização do processo de passagem da produção orientada para o “consumo produtivo” em detrimento do “consumo consumptivo”, que acaba por legar um espaço agrário, cada vez mais, fluido e rugoso (Elias, 2003). Com isso, a produção do espaço agrário constitui-se como um lugar cada vez mais atrativo para a produção do capital e também reprodução ampliada do capital. A produção agrária passa a ser produção de matérias-primas, dentro dos *circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação* que redefinem as relações sociais de produção e as relações entre cidade e campo (ELIAS, 2003).

Já no segundo capítulo, abordaremos a absolutização da propriedade privada da terra, remontando ao surgimento da propriedade e seu desenvolvimento que perpassa por diversas formas até chegar à propriedade privada moderna, inaugurada pela classe burguesa.

Data-se a gênese do direito absoluto de propriedade privada da terra no Brasil na chamada Lei de terras (Lei nº. 601 de 1850). Temos conhecimento de que esta lei tem caráter de alcance nacional, no entanto, nossa opção foi por um recorte espacial mais restrito para que possamos aprofundar o embate do *direito de posse* com o *direito absoluto*, numa fatia específica da luta pela Reforma Agrária. Daí nossa escolha pelas comunidades quilombolas da Poça e de Peropava, aquela já reconhecida pelo ITESP e esta ainda em processo de reconhecimento.

Já quanto ao recorte temporal, buscamos refazer um caminho histórico desde o momento da formação dessa lei no Brasil, abordando inclusive a transição do capitalismo comercial para o industrial que tem a absolutização da propriedade privada da terra como pressuposto. Com isso, visamos captar as nuances na produção do espaço agrário entre o momento histórico em que a lei nº601 foi aprovada em 1850 – que coincide com a expansão das fazendas, a qual perdurou até as três primeiras décadas do século XX – e o atual momento em que há um forte desenvolvimento das forças produtivas no campo com a expansão do capital financeiro.

Vale atentar que nossa análise da absolutização da propriedade privada da terra no Brasil parte do pressuposto de que, com a Lei de Terras alteram-se os *fundamentos da reprodução das relações sociais de produção*. Os novos *fundamentos* emanados da lei nº601 denotaram a terra como equivalente de

mercadoria, dando outro significado a terra¹⁶, marginalizando outras formas de apropriação territorial que não sejam pautadas no direito positivo instituído.

Sobre isso, a tese de Suzuki (2002) foi fundamental para entender o que são tais fundamentos, aprofundando depois com outras leituras, sobretudo, Lúcia Silva (1996), Smith (1990) e Martins (2004a). O trabalho de Suzuki foi também de grande relevância para a compreensão da formação da lei nº. 601 de 1850, pois, conforme assinalou o autor, *uma lei não é somente agente de mudança, mas também resultado do processo social* (SUZUKI, 2002, p.9). É justamente esse fato que nos levou a pensar a conjuntura interna e externa que precederam a instituição da Lei de Terras. O momento da formação dessa lei só pode ser compreendido quando se analisa o desenvolvimento e expansão do capitalismo na sua totalidade.

Com base no trabalho de Smith (1990), entendemos que é no bojo da transição do capitalismo comercial para o capitalismo industrial que surge a absolutização da propriedade privada da terra. Inclusive, esta aparece como pressuposto para tal transição, pois é a propriedade privada absoluta que enseja a expropriação e cria o proletário. Com isso, pode-se inferir que não foram apenas as exigências da elite cafeeira que implicaram na formação da lei de terras, mas também as exigências das grandes potências mundiais da época que queriam expandir seus mercados. O que só seria possível com o fim da escravidão. Portanto, para que o capitalismo industrial tomasse o lugar da lógica de acumulação primitiva (pautada na escravidão negra) era preciso abolir a escravatura e ao mesmo tempo *cativar a terra*¹⁷ (o que se fez com a absolutização da propriedade), criando, ao mesmo tempo, um mercado consumidor e um proletariado.

Ainda no segundo capítulo, após o discernimento do momento histórico da criação da Lei nº 601, a presente dissertação discute a metamorfose da renda capitalizada no escravo para a terra (1850-1888). Período em que os fazendeiros utilizavam os escravos como hipoteca – devido ao aumento do preço do negro cativo com a abolição do tráfico negreiro – para expansão de suas fazendas. Esse é também o verdadeiro período histórico de formação do preço da terra no Brasil, pois, embora a terra já tivesse preço anteriormente à Lei de Terras de 1850, é a instituição

¹⁶ Aqui estamos falando da resignificação da terra para a elite rural e para os agentes econômicos urbanos que investem no campo, pois mesmo após a mercantilização da terra, esta tem o mesmo significado para os camponeses.

¹⁷ Vale atentar que o intuito de *cativar a terra* (MARTINS, 200a) era expropriar e submeter a força de trabalho, no caso europeu como proletários; no caso brasileiro, primeiramente por meio do colonato.

dessa lei que alavanca a formação e elevação do preço da terra, até então insignificante. Sobre isso, Martins (2004a) revela que a *fazenda* era muito mais o conjunto das benfeitorias, os escravos que ela continha e os bens produzidos pelo trabalho escravo, do que a terra nua. Por conseguinte, a fazenda tinha um sentido distante de propriedade fundiária como tem hoje.

No momento em que a renda capitalizada estava na figura do escravo, inexistia um mercado imobiliário e a abundância de terras colocava em risco qualquer aplicação de dinheiro nestas. Assim, já que a terra não era equivalente de mercadoria, não estava sujeita ao comércio como os escravos que, por isso, eram mais importantes para o fazendeiro, que os obtinha porque sabia que estava comprando uma capacidade de criar riqueza. Aliás, era na figura do escravo que estava investido o capital do fazendeiro, um capital imobilizado como renda capitalizada, isto é, um tributo antecipado pago ao traficante de negros com base numa probabilidade de ganho futuro. Por isso, foi utilizado como garantia de dívidas para a expansão da fazenda, tendo, portanto, dupla função na economia cafeeira: fonte de trabalho e fonte de capital¹⁸. Ao mesmo tempo em que já havia um mercado imobiliário e a terra-mercadoria cada vez mais assumia seu significado de renda capitalizada. Sobre isso, Martins (2004a, p.24) assinalou que, “durante a crise do trabalho servil, o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra, do predomínio num para o outro”. Concluído esse processo, é a terra que passa a ser utilizada como garantia de dívidas, como antes era o escravo¹⁹.

A Lei nº 601 de 1850 – chamada de Lei de Terras – resultou de um projeto das classes dominantes no contexto do processo gradual de libertação dos escravos negros e passagem ao trabalho livre. Trata-se de uma lei cujo verdadeiro intuito era

¹⁸ Com a abolição do tráfico negreiro, o preço do escravo começou a subir, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1850, quando o crescimento da oferta de mão-de-obra escrava era limitada frente à expansão das fazendas que necessitavam de mais força de trabalho. Com isso, os fazendeiros passaram a ter mais empréstimos, usando os escravos como penhor, pelo menos até 1883. A partir daí, o preço começou a cair com a eminência do fim da escravidão (leis do Sexagenário e do Ventre Livre e também, discussões que provavelmente culminariam na abolição da escravidão).

¹⁹ Com base nas leituras de Smith (1990), Silva (1996) e Martins (2004a) atentamos para o fato de que os próprios fazendeiros já arquitetavam o fim da escravidão para se livrarem do pagamento de um tributo ao traficante de escravos – tributo que crescia cada vez mais com o aumento do preço dos escravos. Nesse momento final da transição do trabalho escravo para o livre, muitos negros tiveram suas jornadas de trabalho duplicadas para fazer jus ao aumento do seu próprio preço - que crescia desproporcionalmente mais do que a produtividade do trabalho. Não por acaso, já não mais podendo aumentar essa carga de trabalho ou pagar o tributo ao traficante dos cativos, os fazendeiros se utilizavam do segundo eixo da “Estratégia Squarema”, introduzindo colonos no interior da fazenda, mesmo antes da abolição da escravatura.

subjugar a crescente força de trabalho livre, proveniente basicamente da Europa, sobretudo a partir da abolição do tráfico negreiro em 1850. Essa lei legitimou a terra-mercadoria, de modo que a terra só poderia ser adquirida pela compra, tornando ilegais as demais formas de apropriação da terra e impossibilitando quase por completo o acesso à terra aos imigrantes pobres recém-chegados e aos negros libertos. Impossibilitou também, mais tarde, o acesso à terra aos antigos agregados das fazendas açucareiras, como no caso do nordeste brasileiro, criando ainda zonas de conflitos na *Fronteira Agrícola*, sobretudo na Amazônia, onde há um forte embate entre a *posse* e o *direito positivo*.

Contudo, até meados do século XX, a força de trabalho que encontrava emprego de alguma forma submetida ao capitalismo, a saber, pelos regimes de colonato, parceria, aforamento e até mesmo sob regime de posse nas *Frentes Pioneiras*, é descartada no contexto de desenvolvimento do capitalismo. Com isso, esses expropriados negados da proletarianização, cada vez mais, resistem à expropriação, recriando-se enquanto camponeses a partir da luta pela terra.

É nesse contexto que hoje os camponeses enfrentam o *direito absoluto* que se constitui num empecilho de acesso à terra aos pobres (sendo também a base para a expropriação daqueles que adquiriram a terra sob outras formas de apropriação), ao mesmo tempo em que o capitalismo expropria sem proletarianizar.

É assim no Vale do Ribeira, onde a luta pela terra intensificou-se a partir de 1960 com o avanço da *Frente de Expansão* que se caracteriza pelo avanço da territorialização do capitalismo no campo, expropriando os camponeses. Nesta região pode-se observar nitidamente o embate entre a *terra de trabalho* e a *terra de negócio*, uma vez que a forma predominante de apropriação da terra no Vale não se fez com base no *direito positivo*, mas no direito costumeiro (*posse*). É em meio a esse embate teórico, jurídico, econômico, social e político acerca da apropriação territorial que estudamos a luta pela terra das *comunidades quilombolas da Poça* e de Peropava.

Em virtude dos fatos mencionados, consideramos o momento histórico da metamorfose da renda no escravo para a terra como crucial para entender a formação do preço da terra e seu cativeiro, a dimensão histórica e política da questão agrária e, também, a forma como o capitalismo subordina as relações de produção não-capitalistas na sua reprodução ampliada, como foi o caso do regime

de colonato²⁰.

Esse momento que coincide com a transição do trabalho escravo para o livre ajuda também a entender o significado da terra como um dos fundamentos da reprodução das relações sociais de produção no campo brasileiro. A terra aparece agora como renda capitalizada e, mesmo que não tenha valor (pois não é resultado do trabalho), tem preço. Sobre isso, o trabalho de Lúcia Silva (1996) foi muito importante para o estudo histórico da absolutização da propriedade privada da terra no Brasil e, portanto, para o âmbito jurídico da questão agrária, sobretudo, no que concerne às implicações na produção do espaço advindas das leis da segunda metade do século XIX²¹. Além disso, seu trabalho é fonte de embasamento para compreender os tipos de regimes de propriedade que coexistem em nosso país, contribuindo também para a compreensão do regime sesmarial e do próprio direito dominante, *positivo*.

Outros autores que nos forneceram embasamento para a compreensão do *direito absoluto* são Martins (1981, 1982, 1986, 1997, 2003, 2004a, 2004b) e Roberto Smith (1990). O trabalho desse último, ainda nos ajudou a pensar que o cativeiro da terra é fruto de uma conjuntura interna e externa – que surge como pressuposto para a transição do capitalismo comercial para o capitalismo industrial no Brasil e como contraponto dessa transição em âmbito mundial²². Assim, seu trabalho junto com *O Cativeiro da Terra* de Martins ajudou-nos a superar o simplismo de que a questão agrária foi criada para resolver a questão da escravatura. Ou seja, o simplismo aqui aludido deixa de lado as determinantes externas que corroboraram na formação da Lei de Terras.

A elite da época – que era uma elite ao mesmo tempo, política, econômica e intelectual – já discutia, mesmo antes da abolição do tráfico negreiro, um projeto de colonização sistemática, pautado nas idéias dos oitocentistas Edward Wakefield e Robert Torrens, que resultou na Lei Terras de 1850 (SILVA, 1996; SMITH, 2001). Conforme aprofundaremos no segundo capítulo, essa lei não era um produto para

²⁰ Esse sucedâneo do regime escravista não resolveu a contradição do capital, representada pela combinação produção do capital/relações não-capitalistas de produção, porque não é nem um regime capitalista nem pré-capitalista. É sim, um empreendimento capitalista (voltado para a produção de mercadorias e lucro), baseado em relações não-capitalistas, porque o colono produzia diretamente seus meios de vida.

²¹ Leis acerca da regularização e fiscalização na aplicação da Lei de Terras de 1850.

²² A partir de Smith (1990) concebemos que a Lei de Terras é produto da passagem do capitalismo comercial para o industrial em escala global.

resolver a questão do trabalho escravo, mas, sim, uma resposta à crise dos fundamentos das relações sociais de produção (trabalho escravo, capital mercantil e latifúndio) diante do desenvolvimento capitalista. Tanto é verdade que a Lei nº 601 só foi aprovada depois que a abolição do tráfico negreiro efetivou-se.

Seguindo Smith (1990), acreditamos que a transição para o capitalismo industrial exigia o fim da abolição da escravatura. Vale adiantar desde já que, a *absolutização da propriedade privada da terra* só era pressuposto para tal transição na Europa, devido à demanda de proletários para as indústrias nascentes. Já o Brasil tinha outro papel na divisão internacional do trabalho, de fornecedor de matérias-primas. Assim, devia apenas abolir a escravidão para atender às necessidades de expansão dos mercados que exigiam as elites estrangeiras (notadamente a inglesa). Deste modo, os institutos da Lei de Terras só constituíam-se em pressupostos para a sujeição direta da força de trabalho livre na colônia, no momento em que criava dificuldades de acesso à terra.

Partimos, portanto, da premissa de que a Lei de Terras não foi elaborada com o intuito de por fim à escravidão, mas para resolver o problema que surgia com o eminente fim da preponderância da acumulação primitiva pautada no cativo negro. Sobre isso, Smith (1990) e Martins (2004a) demonstraram que a Lei de Terras vem depois da abolição do tráfico negreiro de 1850 com o intuito de resolver a crise do trabalho que se instauraria já que as fazendas cafeeiras se encontravam em expansão, demandando ainda mais mão-de-obra. Em outras palavras, a fazenda em expansão precisava de mais força de trabalho, enquanto fatores externos (no caso, a Inglaterra) pressionavam pelo fim do tráfico negreiro. A solução viria da colonização sistemática, mas antes, era preciso regularizar a apropriação territorial, proibir a livre posse que se encontrava disseminada em nosso território. E mais que isso, era preciso impor um alto preço à terra para evitar seu acesso aos imigrantes que chegariam, ao mesmo tempo, para resolver a questão da oferta de força-de-trabalho e para promover o branqueamento da nação. Conforme observou Silva (1996), a elite agrária nordestina não participou com entusiasmo da Lei de Terras, sobretudo do seu projeto de colonização, uma vez que suas fazendas estavam, até mesmo, dispensando mão-de-obra. Comprova ainda a tese de Smith (1990)²³, o fato de que a lei nº 601 já havia sido discutida uma década antes, ficando engavetada,

²³ Para Roberto Smith, a lei de terras é fruto muito mais de fatores externos que internos, sendo um contraponto do desenvolvimento do capitalismo industrial.

sendo aprovada apenas quando o fim do tráfico negreiro se confirmou. Portanto, a Lei de Terras que aparentemente surge apenas para regularizar a apropriação territorial e promover uma colonização sistemática teve, na verdade, o intuito de resolver a crise do trabalho. Se não fosse a lei nº601, faltaria à expansão cafeeira, logo, à produção de capital, o elemento primordial da criação da forma-valor (mercadoria), a saber, a força de trabalho. Nesse sentido, a Lei de Terras de 1850 cumpriu seu papel: cativou a terra para subjugar o trabalho.

Desta forma, seguindo Martins (1997a), passamos a conceber a questão agrária²⁴ como produto da metamorfose da questão do trabalho escravo. Para ele a questão agrária só pode ser assim entendida, se pensarmos apenas nos seus elementos mais essenciais: dificuldade de acesso à terra por parte dos pobres e estrutura fundiária concentrada com pífias desapropriações.

Desenvolvemos a hipótese de que essa dificuldade de acesso à terra deve-se ao instituto *da mercantilização sistemática da terra, ao mesmo tempo em que a dificuldade de desconcentração da estrutura agrária* deve-se ao instituto *do direito absoluto de propriedade privada da terra*. De modo que, a intensificação da questão agrária tem como cerne esses dois institutos que a priori pensávamos que emanaram da Lei de Terras de 1850. Todavia, uma leitura mais atenta em fontes primárias, a saber, a Lei nº 601 de 1850 e os Textos Magnos de 1824, 1946 e 1988, nos levaram à elaboração da hipótese de que a Lei de Terras preceitua apenas a mercantilização da terra. Já a propriedade privada absoluta remonta à Constituição de 1824, não aparecendo nos textos magnos seguintes, os quais preceituaram que a propriedade privada deve responder a uma função social. Embora muitos autores tenham propagado que a mercantilização da terra e o direito absoluto de propriedade privada sejam sinônimos, deve-se salientar que, na verdade, eles são coisas distintas, bem íntimas é verdade, quase interdependentes.

Ainda no segundo capítulo, mostraremos que, sob o regime sesmarial, também havia formação de grandes fazendas²⁵, mas a questão agrária não era a

²⁴ O que existia na visão de Martins era questão do trabalho escravo. A questão agrária só surge com a Lei de Terras de 1850 que metamorfoseou a questão do trabalho escravo em questão agrária. Sobre isso, ver sua entrevista em: "A questão agrária brasileira e o papel do MST" (MARTINS, 1997a).

²⁵ Martins prefere o termo *fazenda*, que para ele tem um sentido diverso de terra nua, conforme apontou n' *O Cativo da Terra*. Como utilizamos autores que pensaram diversos momentos históricos, usaremos também o termo *latifúndio*, sobretudo, para designar a fazenda de hoje. Embora hoje ela não seja mais fazenda na maioria dos casos por se tratar de terras improdutivas, descabidas de trabalho, portanto terra nua.

mesma que conhecemos hoje, pois os excluídos²⁶ do sesmarialismo tinham a possibilidade da posse em terras públicas. Hoje, no entanto, há na Fronteira Agrícola, como resultado do avanço da Frente de Expansão sobre a Frente Pioneira em quase todo território nacional, o comprometimento da livre posse. Sem falar que os grandes fazendeiros utilizam-se do *direito absoluto* adquirido por meio de 'grilo' de terras para expulsar os posseiros.

A literatura sobre a questão agrária propagou a ideia de que foi a lei nº 601 de 1850 (Lei de Terras)²⁷ que unificou outros dois distintos institutos, o *domínio* que pertencia ao Estado e a *posse útil*, que era do particular, constituindo, assim, o que se convencionou chamar de *direito absoluto de propriedade privada da terra*²⁸. Na verdade, instituiu apenas a *mercantilização da terra* de forma sistemática. A unificação do *domínio* e da *posse útil* foi prerrogativa da Constituição Federal de 1824. Diferente do que ocorria no sesmarialismo (regime de regularização fundiária que perdurou no Brasil desde os princípios da colonização até 1822), pois neste, o *domínio* estava nas mãos do Estado português e apenas a *posse útil* pertencia ao particular. Sendo que a *posse útil* poderia ser recolhida pelo Estado se o proprietário não produzisse na terra.

Dito de outra forma, *mercantilização da terra* e *direito absoluto de propriedade privada da terra* não são necessariamente as mesmas coisas e nem mesmo este está contido naquela. Uma das duas formas pode ser anulada e ainda persistir a outra. Os sem-terra, por exemplo, ao atingirem o latifúndio quebram o *direito absoluto de propriedade privada da terra*, mas a mercantilização da terra continua a existir, assim como pode continuar a existir o capitalista-rentista. Tanto que, de um lado, o latifundiário é indenizado e, por outro, os sem-terra assentados devem pagar à prazo pelo lote que receberem. Isso demonstra que a mercantilização da terra continua a existir. O que ocorre, na verdade, é que os assentados pagam a renda da terra ao latifundiário, tendo o Estado como mediador. Já num caso hipotético, em que se anule o *direito absoluto de propriedade privada da terra*, mantendo-se a mercantilização, o que seria possível com a anulação da propriedade plena

²⁶ Excluídos no sentido de que não eram beneficiários de sesmarias. Todavia, a posse era legitimada por uma lei portuguesa de 1767.

²⁷ Com a instituição dessa Lei no Brasil, a ocupação do território não seria possível sem o pagamento pelas terras devolutas, criando, assim, as condições de sujeição do trabalho que desapareceriam com a abolição da escravatura.

²⁸ Conforme já discutimos acima esse direito absoluto é destituído pela lei 4504 de 1964.

(absoluta), o grande proprietário continuaria livre para acumular terra e vender, extraindo a renda fundiária, até que o Estado intervenha.

Vale atentar que não discutiremos a questão agrária em si, mas sim, como ela vem sendo intensificada a partir do desenvolvimento do capitalismo e sua relação com a manutenção do direito absoluto de propriedade privada da terra. Com base nos trabalhos de Martins (1997a) e Fernandes (2001) ²⁹, nossa concepção da questão agrária restringe-se aos seus elementos mais essenciais: a dificuldade de acesso à propriedade e a estrutura fundiária concentrada. Isso porque existe uma emergência em assentar milhares de famílias de sem-terra³⁰ e regularizar milhões de posseiros.

Ao examinar as leis que regularizam nossa estrutura fundiária e realizar uma análise crítica da reforma agrária nacional, atentamos para o fato de que, em 1964, foi promulgado outro conjunto de leis³¹ acerca da regularização da propriedade fundiária que vai coexistir com a Lei de Terras de 1850, de forma aparentemente conflitante em alguns artigos. Vale atentar que não há esse conflito, mas uma má interpretação das leis em favor do latifúndio que invoca a propriedade privada absoluta para usurpar as terras daqueles que realmente as cultivam ou impedir o acesso dos que foram expropriados (não têm terra). Buscamos demonstrar ao longo do trabalho que a CF88 não preceituou o direito absoluto de propriedade privada da terra, mas apenas a simples propriedade privada como se prescreve no art.5º, inciso XXII, conforme transcrevemos mais acima. Portanto, a propriedade privada não é absoluta porque não é completa, já que a CF88 relativizou o direito de propriedade em favor de outros direitos fundamentais e em nome de outros bens jurídicos. Sobre isso, Sarmiento esclareceu:

Contudo, é importante destacar que o direito de propriedade não tem mais a primazia absoluta que desfrutava no regime constitucional do liberalismo-burguês. Com o advento do Estado Social, o direito de propriedade foi relativizado, em proveito da proteção de outros bens jurídicos essenciais, como os direitos dos não-proprietários, a tutela do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural (SARMENTO, 2006, p.13).

É importante ainda transcrever outro artigo da CF88 em que se reafirma o

²⁹ Para Fernandes, a questão agrária é “o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”. (Fernandes, 2001, p.23).

³⁰ Segundo Stédile (1997) – uma das lideranças do MST – em 2007, existiam mais de 150 mil famílias acampadas debaixo de lonas. Isso sem falar nos mais de 800 mil que se inscreveram pelo correio – como beneficiários da reforma agrária.

³¹ Lei nº 4504, conhecida como o Estatuto da Terra.

direito de propriedade, novamente relativizado (e não absoluto), pois a propriedade privada fica subjugada à função social e à defesa do meio ambiente.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (CF88, TÍTULO VII, CAPÍTULO I, grifo nosso).

Redação dada pela EC nº 24 de 2003.

Note-se também que não há conflito jurídico entre a CF88 e a lei de terras de 1850, pois, conforme prevê o princípio da legalidade previsto na própria CF88, qualquer outra lei que se choque contra os preceitos da Constituição Federal não terá força de lei, sendo inconstitucional, assegurando também ao indivíduo repelir as injunções que lhe sejam impostas por outra via que não seja a lei. No mesmo sentido, vai o *princípio da reserva legal* que limita o poder do Estado sobre o cidadão em caso de atos por aquele praticado que não estejam previstos em lei. Além disso, o princípio de *reserva legal* é também chamado de *reserva de lei* consubstanciando que alguns atos como os concernentes à liberdade e à propriedade só podem ser efetivados se prescritos em lei.

Para melhor entender o âmbito jurídico da questão fundiária e os pretensos conflitos existentes entre as leis, tanto entre os próprios artigos da lei nº 601 de 1850 quanto entre esta e o Estatuto da Terra (Lei nº 4504 de 1964) utilizamos inicialmente o trabalho do jus-agrarista Raymundo Laranjeira (1983, 2000), por se tratar de um especialista na questão do direito fundiário. Embasando-nos posteriormente nas análises que outros juristas fizeram acerca do direito de propriedade, com destaque para Sarmiento (2006) e Marés (2003). Notamos que são muitas as teses recentes a favor da função social da terra, muitas das quais relativizam o direito absoluto como pretendíamos no início da pesquisa. Agora não mais desprovida de embasamento, já que no início a hipótese de que o direito absoluto não tem fundamento jurídico estava muito impregnada de nossa postura política a favor dos camponeses. Observe-se que se trata de embasamento não só científico, mas de fundamento jurídico, de modo que não cabe mais aos cientistas sociais (sociólogos, geógrafos, economistas, antropólogos, jornalistas) lutarem pelo fim do direito absoluto de propriedade privada, pois este já foi relativizado, cabe agora lutar para que a lei se

cumpra. Nesse sentido, postando-nos contrário a Martins (2004b), acreditamos que é possível o diálogo entre as agências de defesa da reforma agrária (MST, CPT etc.), os sujeitos beneficiados desta, os intelectuais e o Governo.

Só podemos falar em conflitos entre as leis se compararmos os compêndios de leis da regularização fundiária de 1850 e os de 1964, que são usados, no âmbito jurídico, ora pelo latifúndio, ora pelos camponeses sem-terra e posseiros. O latifundiário invoca a mercantilização da terra como única forma de apropriação, ao passo que os camponeses recorrem ao Estatuto da Terra de 1964 em que se salienta a função social da terra – uma tentativa de relativizar o *direito absoluto de propriedade*. Conforme se evidencia no seu primeiro artigo: “§ 1º *Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade*” (Lei nº4504 de 1964, grifo nosso). Esse trecho aponta para a possível alteração do regime de propriedade da terra, em nossa interpretação o artigo primeiro do Estatuto da Terra pretende a relativização do direito absoluto como meio de democratização do acesso à terra no país. Cabe ainda salientar que ambos recorrem ao Texto Magno, o latifundiário ao inciso XXII do artigo quinto que garante o direito à propriedade e, os camponeses ao capítulo III do Título VII que trata da Reforma agrária e também ao artigo quinto em seu inciso XXIII que restringe a propriedade privada ao atribuí-la uma função social.

No terceiro capítulo, privilegiamos um mote de nossa complexa questão agrária, a saber, a luta de comunidades quilombolas pelo reconhecimento de sua identidade como primordial à regularização de suas posses com base na CF88.

Nossa opção metodológica foi pensar os quilombolas no contexto do avanço das relações capitalistas de produção no campo que vem promovendo diversas mudanças, sobretudo nas relações de trabalho, na paisagem e nas formas de apropriação territorial. Sobre isso, formulamos a hipótese de que não é o fato dos camponeses estarem produzindo, cada vez mais, para o mercado que os faz querer o título de propriedade. Foram os constantes conflitos pela terra com os latifundiários que levaram os camponeses a uma nova concepção de propriedade da terra. Muitos reivindicam não mais uma posse coletiva, mas uma posse baseada no título individual. Diante da territorialização do capital no campo, pautada no direito absoluto de propriedade privada da terra, os camponeses (inclusive quilombolas) estão buscando não apenas a *posse útil* da terra, mas também o *domínio* como

alternativa de luta contra a expropriação. Daí nossa escolha pelos quilombolas da Poça e Peropava como estudo de casos, uma vez que essas comunidades almejam o título coletivo de propriedade, conforme preceituado no art. 68 da ADCT.

Assim, compendiamos no terceiro capítulo a discussão dos anseios e dramas dessas comunidades do Vale do Ribeira do Iguape, analisando também o contexto histórico em que se formaram. Já para o entendimento do cenário político atual em que se insere a questão quilombola se fez necessário um exame das leis que regularizam suas terras. Sobre isso, não deixamos de notar a grande diferença entre a luta pela terra dos remanescentes de quilombos e a luta dos sem-terra e posseiros clássicos (não quilombolas).

Podemos distinguir essas travessias, sobretudo no âmbito jurídico, pois se, de um lado, há uma delonga para reconhecimento e titulação das terras quilombolas, por outro, o direito dos sem-terra sequer é reconhecido por parte dos governantes e juristas. Isso não tanto pela falta de clareza das leis, mas, sobretudo, por causa das supostas contradições, aludidas no campo político, entre os diversos compêndios de leis que regularizam a estrutura fundiária. Conforme desenvolveremos no decorrer desse trabalho, a própria ideia de propriedade privada absoluta é muito mais um constructo político que uma realidade jurídica. Em outras palavras, é no campo da política que se decide se há ou não o famigerado *direito absoluto de propriedade privada da terra*.

Com base em trabalhos de campo realizados em precários assentamentos e acampamentos de sem-terra, assim como em documentários e escritos de outros autores, podemos afirmar que, no âmbito da cotidianidade, é maior o drama dos sem-terra. Contudo, não devemos cair no simplismo de achar que a luta dos quilombolas se trate de uma simples peleja pelo reconhecimento e titulação. A superação desse preconceito apriorístico veio com os trabalhos de campo que revelaram, na travessia dessas comunidades, a expropriação de parte de seus territórios pelas novas frentes de avanço do capital.

Além do movimento negro, as universidades públicas têm um papel fundamental na luta quilombola pela terra, pois em muitos casos são elas quem primeiro fazem o reconhecimento. Segundo Brose (2004, p.93 apud CANTO, 2008, p.18), no ano de 2000, as comunidades quilombolas somavam mais de dois milhões de pessoas e até 2007, o INCRA já tinha identificado 3.224 quilombos de norte a sul do país.

De acordo com os dados da Fundação Cultural Palmares, até julho de 2011, 1.711 quilombos foram reconhecidos, mas a grande maioria desses ainda aguarda o título coletivo das terras. O estado de São Paulo que não reconhece nenhuma comunidade desde 2008, quando o fez com a Poça, conta com 28 comunidades quilombolas. A saber, o estado paulista ainda tem 16 quilombos em processo de reconhecimento aberto, entres estes, o quilombo de Peropava, além de outros que ainda não abriram processo de reconhecimento.

Em São Paulo, o Vale do Ribeira é uma das regiões com maior disseminação da apropriação territorial quilombola. Não por acaso, o governo estadual (por meio do plano de ações 2011 do ITESP em parceria com a Secretária da Justiça e Defesa da Cidadania e do Programa Minha Terra) pretende dar assistência a 1,3 mil famílias quilombolas, sobretudo a partir do ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural, que distribuirá os recursos entre moradia, infraestrutura, cultura, educação e incentivo à produção e comercialização quilombola. Os recursos do Plano de Ações também incluem os RTCs³² para reconhecimento do Quilombo de Peropava em Registro, do Quilombo da Fazenda em Ubatuba e do Quilombo do Piririca em Iporanga, onde também se situa o Quilombo da Praia Grande, que deve receber titulação.

Com base nos artigos 215 e 216, no art. 68 do ADCT, no decreto federal nº 4.887/2003 (que trata da identificação, reconhecimento, demarcação e titulação de terras quilombolas) e na própria lei que o institui, a saber, a lei estadual nº10207/1999, o ITESP (órgão estadual responsável pelo reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos para titulação) já reconheceu 27 comunidades e emitiu títulos para seis delas. Efetivamente, a lei 10207/99 ordena em seu art. 3º, “III - *prestar assistência técnica às famílias assentadas e aos remanescentes de quilombos, assim identificados*”;

A propósito, o ITESP que já era representativo no âmbito estadual para reconhecimento e titulação em terras de quilombos ganhou ainda mais legitimidade com o decreto 4.887/2003, uma vez que descentralizou a regularização fundiária nos territórios de quilombolas, antes centralizada na Fundação Cultural Palmares, conforme veremos no capítulo que se segue.

³² “O Relatório Técnico Científico considera os limites das áreas ocupadas, conforme territorialidade indicada pelos remanescentes de comunidades de quilombos, nos quais são considerados os espaços de moradia, exploração econômica, social, atividades culturais e os espaços sagrados, bem como os de lazer, a fim de garantir as terras necessárias à sua reprodução física e sociocultural” (ITESP, 2000, p.24).

Convém observar que a Constituição Federal de 1988 está à montante das demais leis acerca da regularização fundiária em quilombos, já que as comunidades quilombolas têm o direito de posse assegurado nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, que tratam da cultura³³ e no art.68 do ADCT.

Toda legislação posterior acerca da regularização fundiária em terras quilombolas só veio para complementar e garantir o cumprimento da CF88 no ordenamento da proteção e valorização da diversidade étnica e cultural como um direito fundamental. Cabe destacar o Decreto Federal nº. 4887, de 20 de novembro de 2003, que atende ao artigo 68 do ADCT da CF88 - *“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”*.

A emissão do título definitivo foi também reforçada nos artigos 31 e 33 do Estatuto da Igualdade Racial, de 20 de julho de 2010³⁴. Esse estatuto prevê ainda um tratamento especial na política agrícola de financiamento público e assistência técnica. Isso sem falar do decreto estadual 41.774 de 1997 que se antecipa ao decreto federal 4.887 de 2003 no atendimento ao artigo 68 do ADCT e à Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho de 1989. Há ainda outras leis que embasam a luta quilombola pela terra, tais como o decreto legislativo nº 143 de 2002 (o qual aprova o texto da Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais); o decreto nº 5.051/2004 que promulga a Convenção da OIT; a Instrução Normativa nº. 49 do INCRA, a Portaria nº. 98 da Fundação Cultural Palmares; além de leis estaduais como exemplo os decretos nº. 44.293 e a nº. 44.944 de 2000 (a primeira retirou algumas comunidades do perímetro de Unidades de Conservação no vale do Ribeira e, a segunda; apenas aprova os Estatutos da Fundação ITESP).

O Decreto Estadual de 1999 foi fundamental para o início de reconhecimento das comunidades quilombolas, pois é o respaldo jurídico para a *“identificação,*

³³ A Constituição Federal de 1988, no que concerne à Cultura, prescreve em seu art. 215: *“O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”*.

³⁴ **Art. 31** - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos;

Art. 33 - Para fins de política agrícola, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento especial diferenciado, assistência técnica e linhas especiais de financiamento público, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infra-estrutura” (Lei 12.288 de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial).

*discriminação e legitimação de terras devolutas no Estado de São Paulo e sua regularização fundiária em terras ocupadas por Remanescentes das Comunidades de Quilombos*³⁵, devendo o Estado implantar medidas sócio-econômicas, ambientais e culturais. Como se percebe o Estado paulista já reconhecia e assistia as muitas comunidades de quilombos.

Como se vê, o debate da questão racial no Brasil foi intenso no período pós-Ditadura, com a aprovação dessas leis e outras, como exemplo, a lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da história africana em todos os estabelecimentos de ensino do país (públicos e privados) e o decreto nº 6.040 de 2007, especialmente em seu artigo terceiro que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais³⁶. Também a lei nº 10.678/2003 que criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República, sobretudo para implantar políticas de ação afirmativa para reparar os danos causados pela escravidão e pelo preconceito racial que condenaram os negros às piores habitações (cortiços, favelas e periferia degradada) e às piores condições de trabalho, inclusive ao subemprego. Excluídos do acesso à terra sob o regime do direito absoluto e fugindo da especulação imobiliária, buscaram refúgio em lugares cada vez mais distantes dos centros urbanos, instalando-se em lugares sem infraestrutura básica e com péssimas instituições educacionais.

Outros, no entanto, refugiaram-se, desde o século XIX, em terras devolutas ou particulares, reproduzindo-se como populações tradicionais engendrando uso racional dos recursos naturais. Este é o caso dos quilombos que construíram seus territórios à margem do direito positivo, a saber, a partir da posse, forma de apropriação territorial que se vê ameaçada com a chegada das Frentes de Expansão que trouxeram a lógica do direito dominante – positivo/absoluto. Todavia, é no bojo desse embate prático intensificado no fim do século XX (com muita violência) que a

³⁵ Título da lei nº 41.774 de 1997.

³⁶ “Art. 3º - Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por: I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem o art. 231 da CF88 e o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações”.

discussão engendradora no âmbito político consolida reforço constitucional ao direito costumeiro dos quilombolas, conseguindo aprovar diversas leis a favor dos remanescentes de quilombo.

Ainda no terceiro capítulo, sobretudo no estudo de caso da Comunidade de Peropava, veremos que a possibilidade de manutenção da posse da terra garantida judicialmente, a partir dos artigos citados acima, engendra a recriação do modo de vida tradicional, sendo também substrato para resistência à homogeneização da cultura pela lógica capitalista, já que a construção da identidade político-cultural de remanescente de quilombo é a condição exigida para titulação definitiva do território em que se assentam. Portanto, a exigência formal dos compêndios de leis acerca da regularização fundiária do “território quilombola poderá fortalecer a identidade da comunidade enquanto sujeito coletivo, reproduzindo práticas do trabalho na terra e seu uso comum sob a lógica da terra de trabalho em contraposição à lógica da terra de negócio” (SUZUKI e SILVA, 2010, p.9).

Esse processo de construção da identidade quilombola coletiva é algo que podemos observar melhor na comunidade Peropava por se tratar de uma comunidade que está no estágio inicial de reconhecimento, diferente da Poça que já foi reconhecida, aguardando apenas a titulação definitiva.

Adiantamos desde já que os quilombolas lutam em diversas frentes: contra a territorialização do capital (logo contra a expropriação de suas terras), luta pela reconquista de terras perdidas para terceiros (inclusive grandes fazendeiros) e, sobretudo, uma luta pelo reconhecimento de sua identidade por parte do Estado para regularização da propriedade fundiária. É assim no Vale do Ribeira, onde a luta pela terra intensificou-se a partir de 1960 com o avanço da Frente de Expansão que se caracteriza pelo avanço da territorialização do capitalismo no campo, expropriando os pioneiros. Não por acaso, esta região é hoje um excelente recorte espacial para observar o embate entre a terra de trabalho e a terra de negócio (MARTINS), uma vez que a forma predominante de apropriação da terra no Vale não se fez com base no direito positivo, mas no direito costumeiro (posse). É em meio a esse embate teórico, jurídico, econômico, social e político acerca da apropriação territorial que estudamos a luta pela terra das comunidades quilombolas Poça e Peropava no Vale do Ribeira/SP.

No âmbito prático, observamos o cotidiano dessas comunidades a partir de trabalhos de campo, para melhor entender seus anseios e apreender elementos que

não podem ser constatados apenas por levantamento bibliográfico. Conforme salientou Martins (2010), é preciso atentar para a importância de se valorizar os sujeitos simples e seus cotidianos em detrimento do discurso pronto de outros pesquisadores. Nas palavras do autor:

São os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível. O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta (MARTINS, 2010, p.12).

Nesse sentido, nossa técnica privilegiou o emprego da história oral como instrumento de registro e transcrição das informações coletadas, a qual nos ajudou a revelar muitos aspectos do modo de vida tradicional dessas comunidades, superando preconceitos.

A técnica da história oral (BOSI, 1993) foi utilizada por Martins (2010) em *A Sociabilidade do Homem Simples* para compreender as relações sociais tecidas fora da lógica capitalista de produção. Com essa técnica, na qual o sujeito torna-se introspectivo, é possível, partindo da memória pessoal, desvendar elementos do modo de vida quilombola, pois os relatos coletados fazem referência ao grupo familiar e à comunidade como um todo. Nessa introspecção, os sujeitos além de relatarem fatos do presente, remontam suas lembranças do passado e projetam seus anseios para o futuro. Trata-se de relatos memorizados dos fatos sociais, que são uma forma de registro, portanto, fonte indispensável para nossa análise.

Nessa metodologia, as perguntas vão se encaminhando espontaneamente para respeitar a introspecção dos entrevistados que, assim, relatam fatos do presente e do passado. A história oral, largamente utilizada pelos antropólogos, foi também a técnica utilizada pelos especialistas do ITESP na construção dos relatórios técnico-científicos das comunidades quilombolas já reconhecidas. A partir dessa técnica esses especialistas conseguiram construir a gênese dos remanescentes de quilombos, pois os entrevistados relatam até mesmo as histórias contadas por outras gerações.

O uso dos relatos ganha ainda mais relevância quando se sabe que os quilombolas, sobretudo, os mais velhos (BOSI, 1993) guardam em sua memória elementos que possivelmente não foram registrados de outra forma. Além disso, as *lembranças* relatadas têm ainda como positividade, o fato de que são registros despojados da formalidade que caracteriza os documentos escritos, portanto,

evidencia melhor do que estes a subjetividade do discurso. Ainda sobre essa positividade das *lembranças* e da *memória* em relação aos documentos escritos, Martins (2010) nos advertiu que estes são elaborados pelas classes dominantes, as quais podem omitir fatos que os desagradem.

Segundo Bosi (1993), as *lembranças* são invocadas pelas entrevistas, pela introspecção. Quanto mais à vontade o entrevistado, mais recupera os fatos por ele vivenciados. Desse modo, as lembranças carregam uma subjetividade já que são sujeitos individuais que estão relatando o que viveram. Junto com a *memória*, constituem a base da elaboração de um RTC. A *memória* seria um agregado da história do grupo concretizado e reproduzido em sua prática cotidiana. Ela passa de geração para geração, de forma inconsciente, por meio de suas práticas culturais, econômicas e religiosas. Nesse sentido, para captar essa *memória* do grupo, o trabalho de campo é imprescindível, inclusive porque o significado que o camponês dá à terra é um exemplo de sua memória coletiva.

Cabe salientar que além dos antropólogos se utilizarem da história oral para elaboração dos RTCs, também usam os relatos como fonte principal de definição de um grupo étnico, mas deixam que eles se auto-definam, cabendo ao antropólogo apenas seu parecer sobre as diferenças que os membros do grupo étnico apontaram. Nas palavras de O'Dwyer (2002):

Resta 'saber o que é especificamente étnico na oposição entre 'eles' e 'nós' e nos critérios de pertença que fundam esta oposição'. A identidade étnica tem sido diferenciada de 'outras formas de identidade coletiva pelo fato de ela ser orientada para o passado'. Essa referência a uma origem comum presumida parece recuperar, de certo modo, a própria noção de quilombo definida pela historiografia. Vale assinalar, contudo, que o passado a que se referem os membros desses grupos "não é o da ciência histórica, mas aquele em que se representa a memória coletiva" — portanto, uma história que pode ser igualmente lendária e mítica (O'DWYER, 2002, p.17).

Utilizamos também algumas séries fotográficas, pois algumas imagens capturadas nos ajudam a apreender na paisagem elementos do território desses sujeitos. Isso porque a fotografia é também uma forma de memória que materializa imagens. Nesse sentido, capturamos não só imagens da paisagem externa dos quilombos, mas também do interior das casas. As primeiras apontaram para os novos usos dos recursos do território, destaque para o domínio da monocultura da banana na Poça, ao passo que as imagens internas nos deram pistas sobre a invasão das representações urbano-industriais na cultura quilombola. Em contrapartida, imagens dos utensílios dos quilombolas (como potes de cerâmica,

fogão à lenha, peneiras, ferramentas de trabalho), casas de farinha, estruturas das casas com varandas na frente para a prosa de fim de tarde etc. apontam para a resistência de sua cultura. Nesse sentido, qualquer imagem capturada, depois, nos serviu como instrumento de investigação.

Em meio à espontaneidade do entrevistado, forjamos algumas perguntas, pois tínhamos a intenção de analisar a concepção de propriedade no discurso quilombola. Nesse sentido, focamos os líderes dessas comunidades, no caso da Poça, Gilmar dos Santos Marinho, seu irmão Zé Donizete, seu compadre Gilson e Nilzo Tavares; e em Peropava, o Sr. Clóvis e sua esposa Maria Regina Silva. Todos sujeitos centrais e primordiais em nosso intento.

Após realizar os primeiros trabalhos de campo em Poça e Peropava, em 2008 e 2009, surgiu a questão: por que os quilombolas dessa comunidade enfrentam o direito absoluto, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, parecem almejá-lo? Nesse sentido, indagamos por que almejam o direito absoluto se à montante da produção de seus sítios está ausente a mercantilização da terra? Para estarem de acordo com o direito absoluto, os quilombolas devem receber o título de propriedade, mesmo não obtendo a terra a partir da compra, mas sim da posse comunitária. Assim, buscamos compreender e esclarecer essas aparentes contradições, uma vez que são as expropriações e usurpações de suas terras que os levam à busca do título. Contudo, para alguns autores, os quilombolas como outros camponeses buscam se inserir na lógica capitalista de concepção de propriedade privada. Alguns chegam a pensar que a inserção no mercado pelo qual escoam os excedentes da produção destrói a lógica camponesa. Talvez falte a esses autores ouvir os sujeitos do campo e ver a relação que tecem com a terra formando seus territórios – despojados da lógica capitalista. Nesse sentido, os poucos relatos que obtivemos foram riquíssimos, uma vez que apontam para o significado camponês da terra.

Capítulo 1 CLASSE CAMPONESA E PARADIGMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA

(..) não só relações não-capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da produção familiar de tipo camponês, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo do capital, embora o sejam, como é caso da propriedade capitalista da terra. Não podemos esquecer nunca que o modo capitalista de produção não se circunscreve à produção; ele é modo de produção e modo de circulação de mercadorias e de troca de mercadoria por dinheiro e de dinheiro por mercadoria. Isso justamente porque não é essencialmente um modo de produção de mercadorias, *stricto sensu*, mas sim um modo de produção de mais-valia. A mais-valia não é o produto final do processo de produção. O produto final é a mercadoria que contém mais-valia; essa mais-valia precisa realizar-se e isso só é possível na circulação, quando finalmente o capitalista troca mercadoria concreta por dinheiro, o equivalente geral que mede e representa o trabalho social. (...) Na produção a mais-valia é produzida e só na circulação ela se realiza (MARTINS, 1981, p.171)

Aqui, nosso objetivo é discutir os pressupostos teóricos metodológicos que foram fundamentais para desenvolvimento da pesquisa. Começando pela pulsante discussão dos paradigmas da questão agrária nacional que reaviva o debate iniciado, ainda no século XIX, por Marx e Engels e seus contemporâneos acerca da permanência da classe camponesa no capitalismo.

Em seguida, apresentaremos nossa noção de *camponês*, defendendo seu status de *classe* que tem lugar no capitalismo, reproduzindo-se de forma contraditória. Por fim, fecharemos o capítulo com a discussão de uma especificidade de camponês, a saber, os quilombolas. Como advertiu Carril (2003), a discussão da *noção de quilombola* se faz necessária porque o conceito de camponês em si não basta como categoria conceitual, uma vez que não abrange as diferentes realidades que compõem a relação com a terra no campo.

Os moradores de quilombos (tratados na legislação vigente como *remanescentes de quilombos*) são populações tradicionais amparados judicialmente com base na Constituição Federal e em outras leis que resultaram da luta política de grupos da sociedade que almejam o ressarcimento da dívida histórica que a nação tem para com os afro-descendentes. Para terem seus direitos assegurados esses camponeses devem reconstruir sua identidade no processo de autodefinição – que tem como pressuposto além do elemento étnico-racial, um quadro social de práticas tradicionais herdadas de seus ancestrais que se afastem da lógica capitalista, sobretudo no que concerne ao significado que dão à terra. Devemos mencionar que

a autodefinição está prevista em nossa legislação sobre o assunto e embasa-se claramente na Convenção nº 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho.

1.1 O CAMPESINATO DIANTE DOS PARADIGMAS DOMINANTES QUE ORIENTAM A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

A produção do espaço agrário brasileiro e sua intrínseca questão agrária situam-se hoje no campo teórico diante de dois paradigmas: desenvolver o capitalismo agrário com base no agronegócio ou resolver a questão agrária a partir de assentamentos dos trabalhadores sem-terra. Temos, portanto, em ambos os paradigmas a alusão à Reforma Agrária, os quais diferem na concepção. Vale adiantar que mesmo dentro dessas duas visões de reforma, temos diversas formas possíveis de reforma agrária. No decorrer desse trabalho, citaremos algumas e os autores que a defendem. Também nos posicionaremos diante desses paradigmas, assim como defenderemos uma determinada forma para a Reforma Agrária.

Note-se ainda que tais paradigmas são impregnados pela postura política dos autores que os seguem e os desenvolvem. O primeiro paradigma defende a produção capitalista de mercadorias que tem como *objetivo a reprodução ampliada do capital*, ao passo que o segundo defende uma produção que vai desde a necessidade de suprir a subsistência à produção simples de mercadorias, pautada no trabalho familiar em pequena propriedade, *objetivando a reprodução da família*.

O primeiro é defendido por aqueles que não acreditam no futuro do campesinato. Não por acaso, para sustentarem suas teorias acerca do fim do campesinato, os defensores desse primeiro paradigma buscam associar-se a *instituições* governamentais para criar, a partir de políticas públicas, barreiras à reprodução do campesinato. A maior expressão disso é a opção política pelo fim dos assentamentos, criando um forte embate entre o governo e o expressivo movimento de sem-terra em nosso país. Parte significativa dos teóricos desta corrente defende a paralisa dos movimentos sociais do campo e buscam formular políticas voltadas para o desenvolvimento do capitalismo neoliberal - que tem no campo, o agronegócio como expressão. Esse modelo de desenvolvimento do campo pelo viés do agronegócio é neoliberal, entre outros motivos, porque prevê que as políticas públicas de assentamentos dão um gasto muito grande para o Estado.

Um grande ícone dessa corrente é Francisco Graziano Neto³⁷, defendendo uma Reforma Agrária que visa o desenvolvimento do campo privilegiando os que já têm a propriedade da terra em detrimento dos que ainda não a têm (GRAZIANO NETO, 1999). É claramente o viés do agronegócio que empobrece a paisagem rural, negando a cidadania e a possibilidade de sobrevivência dos pobres do campo. O autor confunde políticas de créditos e incentivos fiscais – que no processo de reforma agrária constituem elementos relevantes – com a reforma agrária, que pressupõe uma modificação na estrutura da propriedade fundiária, a partir da desapropriação dos latifúndios e da alteração do regime de direito de propriedade da terra. Graziano Neto faz alusão a uma reforma agrária que mantenha o *status quo* do regime fundiário (mantendo intocável a propriedade capitalista da terra). Sua repulsa ao modo de vida camponês fica evidente quando esse autor defende a inserção dos trabalhadores expropriados nos centros urbanos como proletários. Mas como já foi discutido na introdução, sequer há empregos para os proletários que já estão na cidade, portanto, sua visão é uma fé cega que o capitalismo absorva todos os expropriados do campo e os assalarie. Ele próprio reconheceu esse fato numa entrevista dada ao programa “*Em Questão*” da TV Gazeta, em 2007, quando afirmou não ser possível a reinclusão (como proletários) da maioria dos expropriados. Quando indagado, na entrevista, sobre os não absorvidos pelo mercado de trabalho formal não deu parecer algum.

Há ainda aqueles que acreditam fazer uma reforma agrária em terras devolutas, também sem desapropriações. Essa concepção é um dos questionamentos de Fernandes (2004), que iremos discutir mais adiante.

Esse paradigma tenta incorporar os pequenos e médios produtores transformando-os em simples produtores de mercadorias, tendo o mercado como centralidade e não como lateralidade. O argumento é que os produtores que

³⁷ Ainda Xico Graziano em seus muitos artigos publicados no *Estado de S. Paulo* e em seu webblog dissimuladamente define-se como militante da esquerda política, afirmando defender uma Reforma Agrária para os pobres, quando na verdade, está criminalizando claramente os sem-terras e os camponeses posseiros, inclusive, os quilombolas como se pode observar em seu texto intitulado *Quilombola* (ver in: <http://www.xicograziano.com.br/artigos/integra/450>, publicado em 28/08/2007. O autor é também defensor da propriedade privada absoluta e do latifúndio o qual chama de empresa rural, afirmando que as grandes propriedades desapropriadas pelo governo Lula não passam no índice de produtividade porque mantêm muitas áreas florestais (ver in: <http://www.xicograziano.com.br/artigos/integra/461>, publicado em 10/04/2007 sob o título de matemática agrária). Assim como em seu livro *O Paradoxo Agrário*, seus artigos denotam uma ojeriza a Reforma agrária de assentamentos (ver os textos: *Tamanho não é documento*: <http://www.xicograziano.com.br/artigos/integra/465>, 13/02/2007 e *Pinhão atrevido* de 22/05/2007, disponível em: <http://www.xicograziano.com.br/artigos/integra/458>).

aderirem ao agronegócio aumentarão expressivamente seu padrão de vida. Esse discurso é falacioso, uma vez que quem mais ganha com o agronegócio não é quem produz, mas quem comercializa, ou seja, as grandes multinacionais: Cargill³⁸, Bunge³⁹, Cutrale⁴⁰ etc. que subordinam a produção. A nosso ver, esse viés que sequer desapropria latifúndios, não promove a distribuição fundiária e nem assenta sem-terra, não merece o *status* de reforma agrária.

O economista José Graziano da Silva⁴¹ é hoje um dos mais expressivos representantes dessa corrente. Segundo esse autor (1997), não há lugar para a classe camponesa no mundo moderno, pois essa é um resíduo que tende logo a desaparecer. Para ele, “os camponeses já se transformaram em *part-time farmer*, como atores sociais”, pois combinam atividades agrícolas e pecuaristas com não-agrícolas, dentro (como atividades de lazer, turismo etc.) ou fora dos seus estabelecimentos (nos ramos urbano-industriais), e já estão no momento em que as atividades agrícolas já estariam em segundo plano (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.1-3).

Em outra obra, Graziano da Silva (1996, p.186-7) assinalou que a tecnificação dos produtores familiares liberou a mulher e os filhos do pequeno produtor que busca na cidade conforto para seus filhos. Acreditamos que esse autor esqueceu-se das múltiplas formas camponesas, e que muitos expropriados da terra se negam à proletarianização, migrando para outras regiões onde possam tomar posse novamente dos meios de produção. Portanto, uma proletarianização que não se completa. E esqueceu-se também da frase de Marx, reafirmada em Oliveira, em que a “Sociedade capitalista está assentada em três classes sociais fundamentais:

³⁸ Atualmente a maior empresa do mundo de processamento de alimentos, presente em todos os continentes.

³⁹ Conglomerado transnacional voltado para o agronegócio com empresas produtoras de alimentos, fertilizantes etc.

⁴⁰ A maior indústria de suco de laranja, com cerca de um terço da produção mundial. Trata-se de uma multinacional brasileira que surgiu no interior paulista a partir de imigrantes italianos. Atualmente tem um grande complexo agroindustrial produzindo desde fertilizantes, a fruta, máquinas industriais até um moderno sistema de escoamento, com caminhões-tanque, containeres e navios especializados. No geral, a empresa compra a laranja de médios e grandes produtores, subordinando a renda da terra.

⁴¹ José Graziano da Silva é um renomado economista, professor da UNICAMP e atual diretor-geral da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* – FAO/UN (Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas). Não confundi-lo com Francisco Graziano Neto, agrônomo e ex-ministro do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) nos primeiros anos do 1º mandato de FHC e, também ex-secretário do Meio Ambiente de São Paulo no período de janeiro de 2007 a junho de 2010, no governo de José Serra.

proletariado, burguesia e proprietários de terra” (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

No *Novo Rural Brasileiro*, um projeto de pesquisa que se estendeu de 1992 a 1998, chamado de projeto *Rurbano*, Graziano da Silva definiu o novo meio rural brasileiro “(...) como um continuum do urbano do ponto de vista espacial. (...) Em poucas palavras pode-se dizer que o meio rural se urbanizou nas ultimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural” (Graziano da Silva, 1997, p.1). Neste projeto, Graziano da Silva (1997) afirma que cada vez mais, o campo brasileiro incorpora atividades agrícolas e não agrícolas. Algumas das quais, antes eram apenas ‘hobbies’, tais como os pesque-pagues, fruticultura especializada, floricultura, os sítios de lazer, as casas de campo, além de serviços, como restaurantes, clubes, hotéis-fazenda, pousadas, ‘spas’ etc.. Segundo o autor (1997), a disseminação dessas atividades está reduzindo, cada vez mais, os limites entre o rural e o urbano. A multiplicação dessas atividades deve-se ao fato de que, na maioria das vezes, são mais lucrativas do que a tradicional agricultura de subsistência. Com isso, esta e o agronegócio estariam dividindo o espaço com um conjunto de atividades ligadas ao lazer, a prestação de serviços e também atividades industriais. O autor cita como exemplo, a multiplicação de pesque-pagues em chácaras e sítios em todo o país, utilizados como lazer pela classe média urbana, onde antes se praticava a agricultura. Cita também o crescente aumento de membros da família rural que trabalham em indústrias. Assim, este novo rural teria como característica principal a pluriatividade que se desenvolve de duas formas básicas:

1. através de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc);
 2. através da combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário com o “management” das atividades agropecuárias.
- É por essa segunda forma que, de um lado, milhares de profissionais liberais urbanos, atraídos pelas facilidades decorrentes dos novos serviços disponíveis para apoio das atividades agropecuárias, passaram a olhar os campos como uma oportunidade também para novos negócios. E de outro, milhões de agricultores por conta própria e até mesmo trabalhadores rurais assalariados não especializados buscam formas de prestação de serviços tipicamente urbanas (SILVA, 1997, p.5).

De um lado, o campo estaria se urbanizando com a chegada de atividades não agrícolas como moradia, turismo, lazer e outros serviços, e de outro, com a chegada daquelas atividades relacionadas com a proliferação de indústrias, em

particular das agroindústrias, no meio rural. O autor (1997) destaca ainda a proliferação de sítios de recreios, sobretudo no estado de São Paulo.

Ao analisar *O Novo Rural Brasileiro* de Graziano da Silva, no que concerne à expansão do urbano e industrialização do campo, Oliveira (2004, p.44) concorda com esses postulados da tese do autor, todavia discorda da idéia de eliminação do campo. Este não foi incorporado pela cidade, não se transformou numa ‘fábrica verde’ com relações capitalistas, como quer acreditar Graziano Silva (1997), porque os camponeses continuam se reproduzindo. Ademais, Oliveira (2004) também discorda que os camponeses brasileiros sejam ‘prestadores de serviço autônomos que trabalham em suas próprias casas – *part-time farmer*’. Conforme assinalou Oliveira (2004, p.43), para Graziano Silva o campo praticante acabou, de modo que agora, a agricultura não passa de uma atividade de ‘tempo parcial’, predominando no Brasil os sujeitos sociais do campo já consolidados na Europa – os “*part-time farmers*”.

Um “*part-time farmer*”, segundo José Graziano Silva, é aquele sujeito que:

(...) não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. Em resumo, o **part-time** não é mais um fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas (SILVA, 1997, p.4).

Outro autor contemporâneo que acredita no fim do campesinato é Graziano Neto. Sua importância em nosso trabalho deve menos a sua obra e mais à ação direta na questão agrária nacional já que ocupou o cargo de ministro da Agricultura e de secretário do Meio Ambiente de São Paulo (órgão público responsável pela Reforma Agrária estadual). Em seu livro *Que Reforma Agrária?* mostra uma ojeriza aos camponeses que se reproduzem com base na ‘*economia do sobranço*’ (aquela em que o camponês só comercializa o que sobra de sua produção, sem planejar para que sobre), conforme se observa no trecho abaixo:

Defender os pequenos no campo, de forma conseqüente, significa lutar para acabar com ‘campesinato’ atrasado, transformando-o em agricultores prósperos, revigorando a pequena produção através de tecnologia. (GRAZIANO NETO, 1996, p.99).

É também muito comum esse autor usar a palavra ‘agricultura familiar’ para definir uma unidade familiar eficiente na produção, que já se utiliza de algum aparato

tecnológico e moderno, e usar a palavra ‘camponês’ para a unidade em situação de precariedade. Segundo Graziano da Silva (1996) e Abramovay (1992/2007) esse estaria em processo de desaparecimento. Esses autores insistem em não ver a permanência e reprodução dos camponeses assentados, posseiros, agregados, moradores, rendeiros, quilombolas, acampados etc.. Isso porque seguem estudos clássicos de antes da virada do século XIX para o XX, como *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* de Lênin (1985) e a *A Questão Agrária* de Kautsky (1986), ambas obras publicadas em 1899, para os quais a agricultura camponesa estaria fadada ao desaparecimento, seja pela própria dinâmica da diferenciação entre os produtores (LÊNIN, 1985), seja pela incapacidade de resistir à concorrência com as grandes empresas agrícolas (KAUTSKY, 1986). Na tese de Lênin (1985), com o desenvolvimento do capitalismo, haveria uma natural diferenciação social do campesinato, já que uns se proletarizariam e outros se tornariam pequenos capitalistas.

As generalizações feitas acerca do campesinato brasileiro, segundo a qual esta classe estaria desaparecendo, derivam da forte influência desses paradigmas – que levam ao mesmo resultado, o fim do campesinato. Todavia, os estudos de Martins e Oliveira, entre outros, revelaram que a classe camponesa estava se reproduzindo no bojo do desenvolvimento do capitalismo e penetração deste no campo.

Sabe-se que a orientação do INCRA nos seus processos de colonização em terras devolutas e também dos assentamentos promovidos pela reforma agrária (a partir de desapropriações de latifúndios) é pela reprodução do campesinato com base na *economia do excedente* – aquela em que parte da produção é produzida diretamente para o mercado, para que assim os camponeses possam comprar o que não produzem, ao mesmo tempo em que aumentam a oferta de alimentos na cidade, fazendo baixar os preços dos mesmos. Aliás, como observaram Oliveira (1991) e Martins (1982), a maioria dos camponeses assentados e camponeses posseiros pratica a *economia do excedente*, sendo responsáveis pela oferta dos alimentos de nossa dieta básica. Diante desse postulado, até mesmo os partidos de centro e a direita política clamam pela reforma agrária, cada qual a seu modo.

Entretanto, há aqueles que acreditam na predominância da *economia do sobranço* em propriedades camponesas. Essa forma de economia que se contrapõe à *economia do excedente*, é composta por sujeitos que não produzem para o

mercado, comercializando apenas eventualmente as sobras da produção – voltada quase que exclusivamente para a subsistência, sendo a regra nos assentamentos do INCRA, que se encontrarem hoje mais voltados para a *economia do sobranje* que para a *economia do excedente*. Por isso, parte da mídia impregnada de preconceito, muitos autores (GRAZIANO NETO, ABRAMOVAY etc) e os ruralistas se contrapõem à Reforma agrária de assentamentos, alegando que essa política não justifica os gastos públicos, pois toda a sociedade estaria pagando para que os sem-terra sejam assentados e, no entanto, estes não produzem alimentos para o mercado urbano.

É com base nesse mal formulado postulado que os algozes do campesinato reproduzem a ideia de que é inviável fazer Reforma Agrária que beneficie grande contingente de sem-terra, não podendo dar-lhes assistência técnica e financeira. Com base em trabalhos de campo realizados na Amazônia, Martins (2003) constatou a existência de inúmeros posseiros e assentados que se reproduzem com base na *economia do sobranje*. Todavia, o autor (1982; 2003) mostra que tal fato ocorre porque os assentamentos e também os núcleos coloniais do INCRA foram criados longe dos mercados e sem nenhuma infraestrutura para o escoamento do excedente da produção.

Ainda Martins (2003), em trabalho de campo, constatou que muitos desses camponeses tinham excedentes que não conseguiam comercializar devido às distâncias com o mercado. Tal isolamento explica-se ainda pelo fato de que o capitalismo avança sobre a renda fundiária e apropria-se das terras mais férteis, mais próximas dos mercados e de infraestruturas, sujeitas à valorização mais rápida (embora a terra não tenha valor). Por isso, os posseiros, às vezes, ficam confinados, praticando agricultura de subsistência *sobranje* em terras longe da cobiça do capital.

Também em outro livro, *Travessias*, (coordenado por Martins, 2003), o autor observou nas entrevistas com assentados do programa de reforma agrária que, o objetivo da maioria dos camponeses assentados é produzir culturas que sirvam ao mesmo tempo a sua própria subsistência e a para ser comercializada. Tudo isso vai contra o argumento de que os beneficiários da reforma agrária são um gasto para a sociedade e que não retribuem os gastos dos cofres públicos. Ao contrário, os assentados não precisariam pagar a prazo pelo lote recebido e ainda assim estão dando retorno à sociedade, no momento em que abrem mão da renda da terra em favor desta.

Em contrapartida ao paradigma que crê no desaparecimento do campesinato

ou ainda que o camponês já foi substituído por trabalhadores familiares do tipo “*part-time*”, há a corrente que postula a crença na permanência do campesinato enquanto classe social na sociedade brasileira.

Os autores que defendem a reprodução do campesinato buscam associar-se diretamente aos movimentos sociais no campo ou colaboram com eles de forma indireta a partir de suas produções teóricas. Esses autores pensam o campo como lugar da realização da vida e não apenas como lugar da produção agropecuária. Talvez seja essa a diferença básica dos que defendem a reforma para o desenvolvimento do capital agrário e os que a defendem para os trabalhadores sem-terra. Para os defensores da segunda vertente teórica, entre eles Fernandes (2004), deve-se dar continuidade ao processo de Reforma Agrária com disseminação de assentamentos e formulação de políticas de territorialização do movimento camponês. Oliveira é um dos mais expressivos defensores dessa segunda corrente:

Nos 4,3 milhões de estabelecimentos com área de até 100 hectares, havia em 1995-96 cerca de 88% do pessoal ocupado de origem familiar, ou seja, o trabalho assalariado representava apenas os 12% restantes. (...) ocupando uma superfície de 70,5 milhões de hectares (18% do total do país), a agricultura camponesa no Brasil vem construindo seu lugar na sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2001, p.188-189).

Ao falar da reprodução do campesinato enquanto classe no capitalismo, também Marques expressa que, no embate com a territorialização capitalista, os camponeses resistem e negam a proletarização defendida até mesmo por marxistas:

(...) A luta pela terra hoje existente no país constitui, de um modo geral, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa inaugurado com a criação do mercado de terras no Brasil na segunda metade do século XIX. Mas, as novidades observadas neste momento são muitas, a começar pelo processo de recampesinização verificado, que representa a negação da uniformidade do processo de proletarização em curso no campo, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com a expropriação e migração destas pessoas para a cidade (MARQUES, 2002, p.8).

Tanto Oliveira (2001) quanto Marques (2002) são categóricos quando falam da recampesinação, demonstrando, com pesquisas embasadas em dados reais, que Marx e muitos de seus seguidores equivocaram-se quanto ao futuro e o lugar do campesinato no capitalismo. Apontam ainda que a partir da luta de classes os trabalhadores do campo resistem à expropriação e à proletarização, reproduzindo-se como uma classe social que não é capitalista nem proletária e tampouco pertencem à classe dos grandes proprietários de terra. São, pois, sujeitos sociais da classe

camponesa. Outro autor que postula nessa segunda corrente a favor dos camponeses é Plínio de Arruda Sampaio. Segundo ele, temos “de desconstruir o pensamento equivocado que acredita cegamente na modernidade e na última técnica e que o camponês é um resíduo ou que não tem camponês no Brasil. Isso é um nominalismo terrível, o homem que mora no campo é camponês (...) (SAMPAIO, 2004, p.333).

Nesse contexto, parece certo que o espaço agrário brasileiro continuará sendo como desde os tempos coloniais, um campo de conflitos devido à resistência dos pobres do campo e à insistência do movimento dos sem-terra, conforme colocou Bernardo Mançano Fernandes em sua fala no X EGAL⁴². A prova maior disso é a disseminação dos conflitos pela posse de terras em todo o país concomitantemente à expansão alastrada das culturas do agronegócio (sobretudo cana, soja, laranja, madeira e algodão), conforme relatou Ariovaldo de Oliveira, também no X EGAL.

Acompanhando o movimento da realidade, o cenário de discussão teórica dessa segunda corrente avançou da crítica do latifúndio compreendido como grande propriedade improdutiva para a crítica ao seu representante atual – o agronegócio, que se diz grande propriedade produtiva. A crítica faz-se justamente porque este está engendrando um novo padrão de produção do espaço agrário, logo, um novo padrão de relações de produção, um novo padrão de modificação da paisagem e de exclusão dos pobres do campo.

É com essa nova roupagem da modernidade (agronegócio) que o latifúndio faz-se passar por empresa rural. Com essa maquiagem, engana a maior parte da grande mídia (existe ainda outra grande parte que não se engana, mas o defende assim mesmo), para a qual, o movimento sem-terra aparece como uma conjuração. Quando, na verdade, o violador da lei é o latifundiário. Todavia, infelizmente, apenas uma pequena fatia da mídia (destaque para a revista eletrônica *Agência Carta Maior* e das revistas *Carta Capital* e *Caros Amigos*) defende e propaga a ideia de que os sem-terra têm o direito à propriedade, conforme prescreve a Constituição e outras leis.

O agrônomo e geógrafo Carlos Mazzetto define essa nova maquiagem do latifúndio nas seguintes palavras: “O agronegócio exportador, hoje, pode ser definido como a produção de alimentos que gera fome (e degradação ambiental)”

⁴² X Encontro de Geógrafos da América Latina. O X EGAL ocorreu em 2005, na cidade de São Paulo.

(MAZZETTO, 2004, p. 340). Enquanto o agronegócio acumula bilhões de reais de superávit na balança comercial (25,8 bilhões em 2003), mesmo em meio a um crescimento econômico pífio, milhares de famílias sem-terra vivem em condições de pobreza e miséria em acampamentos. Enquanto o governo dá incentivos para que o agronegócio ganhe cada vez mais incremento, assiste-se o crescimento da demanda dos beneficiários da reforma agrária (mais de 3 milhões de famílias segundo o PNRA, além dos 3,4 milhões de estabelecimentos rurais que vivem em áreas insuficientes). Diante desses números, a demanda de beneficiários da reforma agrária deve em breve ultrapassar os 10 milhões de famílias, visto que o capitalismo, com o desenvolvimento das forças produtivas, cada vez mais expropria para não proletarizar. Por isso, é preciso fazer uma reforma agrária mais rápida e mais econômica. Essa não significa paralisar o processo de assentamentos como pretende Graziano Neto, mas uma alteração no regime de propriedade da terra, para evitar e destruir a concentração fundiária. Isso é fazer uma reforma agrária econômica e não gastar bilhões de reais com desapropriações e compra de terras como têm feito os governos até então.

É justamente esse padrão de produção do espaço agrário nacional sob a égide do direito absoluto de propriedade privada da terra que o presente trabalho buscou pesquisar. Situamo-nos nesse segundo paradigma no intuito de contribuir para a resolução da Questão Agrária com uma concepção de reforma que privilegie os pobres do campo, sobretudo os expropriados, criticando a paralisia da Reforma Agrária e a forma como ela está sendo feita, sobretudo no que concerne à ideia de *propriedade privada absoluta*. A nosso ver, o direito absoluto de propriedade privada da terra é o motor da *Questão Agrária*, e por isso, constitui nosso eixo norteador principal na discussão e crítica da *produção do espaço agrário nacional*.

Um espaço agrário que, por um lado, ao se reproduzir a partir de relações capitalistas de produção, cria apenas as paisagens de mares de culturas do agronegócio, que cada vez mais exclui, para incluir de forma degradante os pobres do campo. De outro, temos a paisagem heterogênea da agricultura camponesa que mantém muitos arbustos frutíferos entremeados nas suas roças, que geralmente combina a agricultura com uma pequena pecuária de subsistência e conservação do ambiente. Nesse sentido, a destruição dessa segunda paisagem evidencia a destruição do território camponês. Mesmo que esse seja um camponês sem a propriedade da terra (arrendatário, foreiro, parceiro) ele cria uma paisagem

minimamente heterogênea que caracteriza o modo de produzir camponês e sua relação com a natureza. Isso ocorre até mesmo dentro de uma fazenda que não lhe pertence porque transforma a terra em *terra de trabalho*.

No documentário, “*Senhores da Terra: Donos do Mundo*”, de Maria Aparecida de Moraes Silva (2005), essa relação do camponês com a terra fica mais evidente. O filme mostra o avanço da lavoura canavieira no noroeste paulista expulsando milhões de colonos que estavam na região desde o final do século XIX. Nesse contexto, vem à tona a emoção de um entrevistado ao relatar o testemunho da substituição de uma paisagem heterogênea – característica da produção camponesa – pela paisagem homogênea, da cana que tomou o lugar da cafeicultura, derrubando arbustos e destruindo as roças dos colonos, “apagando a memória geográfica desses camponeses”. Portanto, com o avanço do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, temos, além do drama social, os dramas ambiental e cultural.

Não devemos nos esquecer de que o viés do agronegócio desenvolve o capitalismo no campo, contrariando a *função social da terra*, uma vez que esta inexistente quando alguém se apossa da terra e não serve à sociedade. Assim sendo, não apenas o latifúndio improdutivo deve ser combatido, mas também as grandes propriedades ditas produtivas, uma vez que são produtivas apenas no âmbito econômico. Pois, ser produtivo apenas nesse âmbito, o uso se dá contrariando a *função social da terra* prevista no Estatuto da Terra. Sem falar que a alusão a esse viés drena os recursos do governo que deveriam ser usados numa autêntica reforma agrária e impede que a terra sirva a toda a sociedade.

O que ocorre é que as grandes multinacionais atuantes no campo decidem o futuro das terras agricultáveis do planeta, bem como a produção do espaço agrário (OLIVEIRA, 2005)⁴³. No caso brasileiro, é o *direito absoluto de propriedade privada da terra* que possibilita, pela instância jurídica, esse poder de decisão do capital na produção do espaço agrário nacional. Não é por acaso que as grandes empresas se apossam das terras devolutas formando os maiores latifúndios do planeta. A maior expressão desse favorecimento da instância jurídica ao agronegócio sob grandes propriedades é que nossas empresas, de origem nacional, crescem tanto que já estão comprando grandes multinacionais. A brasileira *Cutrale*, por exemplo, comprou

⁴³ Ariovaldo de Oliveira em sua fala no X EGAL, São Paulo, 2005.

duas indústrias de suco de laranja da Coca-cola na Flórida. Isso quando não se tornam sócias das grandes multinacionais (Aracruz, Votorantin, as parceiras Shell e COSAN na produção de açúcar, etanol e energia a partir da cana etc). E assim, as terras paulistas e brasileiras vão sendo ocupadas por cana, soja, gado e laranja. Outra faceta dessa expressão revela-se no fato de que as multinacionais se aproveitam desse favorecimento jurídico para se expandirem dentro de nosso território. Desse modo, o Brasil passou a ser um dos países prediletos para instalação dessas grandes multinacionais e o campo um espaço para expansão horizontal dos grupos econômicos, assim como um dos que mais geram receita para essas empresas. Isso sem falar na grande quantidade de terras em posse das empresas nacionais e multinacionais devido à facilidade de especulação do preço da terra e à venda das mesmas para o governo, o qual as adquire para a realização da Reforma Agrária. Aí está um de nossos questionamentos a essa forma de Reforma Agrária que contribui para a drenagem dos cofres públicos para as mãos dessas empresas, realizando um ciclo vicioso. Isso sem dizer que, na maioria dos casos, é duvidosa a forma legal de posse dessas terras que foram griladas ou compradas de grileiros.

Não obstante, as grandes empresas multinacionais detêm o controle da comercialização da produção agrária, e com isso, se apropriam da maior parte do lucro gerado no campo. A outra parte do lucro fica com os produtores capitalistas no campo que extraem lucros a partir da *renda da terra*. A propriedade privada fundiária garante a renda da terra a esses produtores, seja uma *renda diferencial*, de monopólio ou absoluta. Esta última, por exemplo, resulta da elevação do preço do produto agrícola acima de seu preço de produção – o que é conseguido quando se tem o monopólio da terra, ou seja, porque existe sua propriedade privada. Sem falar que os produtores capitalistas se apropriam ainda de uma *renda diferencial II*. Para isso, contam com o apoio do Estado para aumentar essa renda, chamando este para investir na construção de corredores de escoamento, ou seja, o Estado é chamado para atender as necessidades dos capitalistas do agronegócio.

Fernandes (2004, p.286) resumiu esses dois vieses que orientam a produção do espaço agrário como sendo: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma *da questão agrária*. O primeiro coloca a existência da questão agrária como insolúvel no capitalismo e, portanto, os camponeses deveriam ser integrados ao mercado e ao capital. Para embasar suas teses, os autores desse primeiro

paradigma criaram conceitos como *agricultura familiar* para substituir o de *agricultura camponesa*, e o de *agricultura empresarial* para substituir o de *agricultura capitalista*. Já os autores do segundo paradigma afirmam que, ou convive-se com o capitalismo, administrando-o politicamente, procurando amenizar os seus efeitos devastadores, produtores da pobreza e miséria; ou supera-se o capitalismo.

A questão agrária aparece como problema insolúvel frente ao direito absoluto de propriedade privada da terra, uma vez que esse recria a questão, coibindo a reprodução da classe camponesa. Cite-se, por exemplo, a produção do espaço agrário sulino no qual se disseminam conflitos de terras, mesmo sendo uma região que teve colonização com base em pequenas propriedades, em que a propriedade privada familiar se sobrepôs à propriedade capitalista⁴⁴.

1.2 CARACTERÍSTICAS DA CLASSE CAMPONESA

O capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas (OLIVEIRA, 1990, p.20).

Conforme assinalou Oliveira (1990), o campesinato é uma classe que se reproduz contraditoriamente no capitalismo. Assim como esse autor, é essa nossa postura diante dos paradigmas do capitalismo agrário: os camponeses são uma classe social legítima desse modo de produção dominante, não sendo, portanto, resíduos em via de desaparecimento. Além de Oliveira, vários outros autores compartilham dessa postura teórica inaugurada por Rosa Luxemburgo, entre eles Martins (nosso grande referencial teórico), Bernardo Mançano Fernandes, Larissa Miés Bombardi, Marta Inês Marques, entre outros, fundamentais para entender melhor quem são esses sujeitos sociais que dominam em número o campo brasileiro.

Já sobre nossa posição quanto à permanência do campesinato no capitalismo provém de uma bibliografia mais ampla que vai da leitura de Marx e Engels (e de

⁴⁴ Mais adiante, no segundo capítulo, distinguiremos propriedade capitalista da terra de propriedade privada familiar.

seus contemporâneos anarquistas), perpassando por Lênin, Kaustky, Chayanov até nossos contemporâneos, entre estes, Shanin, Oliveira, Abramovay, Graziano Silva etc., com posturas divergentes. Adiantamos desde já que concebemos os camponeses como classe histórica que antecede o capitalismo e que tem lugar nesse modo de produção, reproduzindo-se de forma contraditória.

Segundo Bombardi (2005), o campesinato é uma classe em conflito com as duas classes sociais hegemônicas: os capitalistas e os proprietários de terras. Dessa forma, ao colocar os camponeses como sujeitos que constituem uma classe social no capitalismo, essa autora marxista supera o entendimento que Marx deu a discussão das classes sociais desse modo de produção dominante. Assim, o capitalismo teria quatro e não três classes como definiu Marx. Além do proletariado, proprietários de terra e capitalistas, há ainda os camponeses como sujeitos agrários específicos (sob uma lógica própria da terra e das relações de trabalho). Não são proletários porque mesmo quando expropriados resistem à proletarização, ensejando a luta pela reconquista da terra, o que virou a regra no Brasil. Não são capitalistas porque tecem relações de produção pautadas na auto-exploração da força-de-trabalho familiar, não visando a exploração do trabalho alheio. Os camponeses também não pertencem à classe dos proprietários de terra porque diferem destes pelo significado que dão à terra, concebendo-a como terra de trabalho, de forma que sua propriedade só é constituída na *formação do sítio/roças*.

Os preceitos de Moura (1986) acerca dos camponeses se fazem no âmbito da cultura e sob uma análise que leva em consideração o conceito de modo de vida. Também Marques (2004) trata esses sujeitos sociais no âmbito da cultura aproximando-se muito dos antropólogos. Começaremos nossa discussão acerca do conceito de camponês com uma síntese de Marques:

Entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade (MARQUES, 2004, p.145).

Com base nisso e no livro *Os Camponeses* de Moura (1986) podemos compendiar que para pertencer à classe camponesa, um indivíduo, além de não estar separado dos seus meios de produção, precisa trabalhar no campo utilizando mão-de-obra familiar. E para que o camponês continue a pertencer a essa classe,

ele precisa produzir os bens necessários a sua subsistência e de sua família, e também garantir a renovação dos seus meios de produção (ferramentas, insumos e a terra) para evitar a proletarianização. Embora existam outros atributos necessários para definir o modo de produzir camponês. Conforme descreveremos a seguir, estes constituem os elementos substantivos principais da classe camponesa. Vale notar que, segundo Moura (1986), a classe camponesa é uma das duas classes subalternas do capitalismo e diferencia-se do proletariado por que o capital não pode explorar mais-valia diretamente através do lucro, já que os camponeses são donos dos seus meios de produção. Entretanto, os camponeses não constituem uma classe alheia dentro do capitalismo, uma vez que sujeitam a renda da terra ao capitalista que a reverte em mais-valia. Apesar da posse dos meios de produção, os camponeses diferenciam-se dos capitalistas porque utilizam na produção mão-de-obra familiar não explorando o trabalho alheio. Desse modo, cabe assinalar que os camponeses sempre estiveram atrelados ao mercado, mesmo antes do capitalismo. “Por isto, a classificação do quão o camponês está ou não vinculado ao mercado para deixar de sê-lo (camponês) não tem sentido teórico, pois não explica” (BOMBARDI, 2003, p.108). Ou seja, o que interessa são as relações sociais estabelecidas, pois, como afirmado anteriormente, vinculado ao mercado ele sempre esteve.

Vale atentar desde já que existe um conjunto de características que definem o modo de vida camponês ou modo de produzir camponês. Entre essas, a primeira que se destaca, é a que descrevemos acima – *a força de trabalho familiar* –, a qual Oliveira (1996, p.55) chamou de “motor do processo de trabalho na produção camponesa”. Mas a *força de trabalho assalariada* temporária também pode aparecer como um dos elementos do modo de produzir camponês. No geral, esse trabalhador assalariado, que, na maioria das vezes, é também um trabalhador não expropriado aparece em momentos críticos da produção.

A *socialização do camponês* é outro elemento muito importante. Segundo Oliveira (1996, p.60), “as crianças são iniciadas como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva camponesa”, desempenhando o trabalho acessório quando atingem certa idade (12 ou 14 anos). Moura (1986) e Marques (1994) preferiram chamar de *socialização do trabalho*. Segundo essas autoras, o filho do camponês aprende o trabalho com a família, de modo que, vida e trabalhos estão juntos. Essa seria uma das características básicas do conceito de

camponês.

A *propriedade da terra* em que trabalham é outro elemento, todavia, vale notar que embora a *propriedade familiar* seja privada, ela difere da *propriedade capitalista* porque não serve para *explorar o trabalho alheio*, sendo mero *instrumento de trabalho*, conforme nos alertaram Oliveira (1996, p.59-61) e Martins (1981, 1982, 1986). Todavia, mesmo que o trabalhador seja expropriado, ele ainda pode ser camponês ao tomar posse de uma terra pagando com *renda em produto* pelo seu uso. É caso dos *camponeses parceiros* que podem pagar com produto do seu trabalho em muitas formas de parceria (meação, terça, quarta, percentagem etc.). Ainda Oliveira (1996, p.62) conceituou essa *renda em produto* de *renda camponesa*. Vale salientar que o trabalhador expropriado também pode pagar pelo uso da terra de outrem com *renda em dinheiro* (*renda camponesa da terra*), caso dos *camponeses rendeiros*. Em outros casos, esses sujeitos pagam em *renda em trabalho*, transferindo para o proprietário da terra dias de trabalho (também *renda camponesa da terra*).

Além desses existe o camponês-posseiro que difere do camponês-proprietário porque sua posse da terra foi constituída sem o pagamento da renda territorial ao antigo proprietário (Estado ou particular). Os posseiros (especialmente os quilombolas) tiveram em nosso trabalho uma atenção especial porque além de negarem a propriedade capitalista da terra (que concebe a terra como instrumento de exploração do trabalho alheio), como fazem os demais camponeses, negam também a mercantilização da terra. Note-se desde já que há também camponeses posseiros que pagaram pela apropriação territorial, sem, contudo, constituir o domínio/título.

A *jornada de trabalho sem rigidez de horário diário* é outro elemento do conceito de camponês. A jornada de trabalho do camponês varia de acordo com a época do ano e com os produtos cultivados. Marques chamou essa característica de *autonomia do trabalho*, o que é conseguido com a propriedade dos meios de produção - a terra. É a terra que “representa a possibilidade de realização do ideal de autonomia, que é um valor central para esses trabalhadores” (MARQUES, 2004, p. 149). Portanto, ser camponês significa, entre outras coisas, suprir sua subsistência e de sua família com a força de trabalho familiar cultivando a terra e obtendo excedentes para comercialização. Assim, se arrenda uma terra para trabalhar será camponês se a partir do trabalho nessa suprir diretamente suas

necessidades básicas (alimentação), podendo ainda suprir essa necessidade, de forma indireta, por meio do mercado no qual comercializa parte de sua produção que pode ser policultura ou monocultura.

Embora tenhamos visto que o *trabalho familiar* é o primeiro elemento do conceito de camponês e que a unidade familiar pode agregar além de trabalho parceiro, também o trabalho assalariado temporário. O fato de um estabelecimento apresentar trabalho assalariado permanente não o retira o status de unidade camponesa. Existem muitas unidades de produção que combinam a mão-de-obra assalariada permanente e a não-assalariada (a família, os meeiros, os parceiros), e ainda assim, têm o status de camponesa. Isso porque uma unidade de produção deixa de ser camponesa apenas quando emprega mais mão-de-obra assalariada que não-assalariada.

Para Lencioni (1985), “o modo capitalista de produção⁴⁵ no campo predomina quando a relação capital-trabalho tende mais para aquele” (LENCIONI, 1985), ou seja, ele se assenta no binômio máquinas-assalariamento. Ocorrendo o contrário, na relação capital-trabalho, tendendo para este, temos relações não-capitalistas de produção, com a reprodução do campesinato. Segundo Marques (2004, p. 152), para “o camponês, o trabalho se realiza de forma independente e o que ele vende ao capital é o fruto de seu trabalho transformado em mercadoria”. Isso é possível porque a lógica camponesa possui um cálculo econômico diferente do capitalista. Uma lógica que Marx (1989, p.118 e p.166) definiu como sendo $M - D - M'$, contrapondo-se a lógica capitalista simplificada $D - M - D'$. Na lógica camponesa temos a produção de mercadorias para trocar por dinheiro com o intuito de comprar outra mercadoria que não produzem.

Já a lógica capitalista é obter dinheiro para aplicar no processo de produção de mercadoria que deve ser trocada por dinheiro, sendo que D deve ser menor que D' (dinheiro obtido no final do processo). Segundo Marx, o camponês é um produtor simples de mercadoria com o objetivo de reproduzir sua família. Esse sujeito social não se relaciona com o mercado para resolver todas as questões de sua vida. Assim, a diferença básica da produção camponesa de mercadorias em relação ao modo tipicamente capitalista de produção, é que, nas relações camponesas de

⁴⁵ Acreditamos que Lencioni (1985) assinalou “modo capitalista de produção” como sinônimo de relação típica desse modo de produção, a saber, o assalariamento. Isso porque o modo de produção capitalista de produzir engloba relações capitalistas e não-capitalistas de produzir.

produção, não há gastos com salários, sendo a renda líquida resultado do trabalho da família.

O campesinato se limita, de um lado, pela proletarização e, de outro, pela capitalização. Logo, para não se proletarizar, ele necessita além de produzir sua subsistência e de sua família, repor no mínimo os seus meios de produção para manter a unidade e, assim, continuar se reproduzindo como classe que é. Ou seja, só garantir a subsistência não é suficiente, ele deve computar a renovação das ferramentas de trabalho, insumos e ainda levar em consideração que existe um progressivo esgotamento do solo com o passar do tempo. Ainda, quando as condições e os preços dos seus produtos no mercado lhes são favoráveis, no geral, ao invés de sua capitalização, há a reprodução do campesinato. Isso porque o camponês, como já dito, faz um cálculo diferenciado, é dono de seu tempo. Uma vez que ele se auto-explora, passa a trabalhar menos, ou seja, apenas o necessário para sustentar sua família com dignidade e passa também a dedicar-se mais à vida social (sua viola, reuniões com amigos, pescaria etc.). Além, é claro, de acumular dinheiro (não capital) para garantir que seus filhos possam também se reproduzir como camponeses.

Na perspectiva antropológica de Klass Woortmann (1990), a família junto a terra e o trabalho compõem os elementos centrais da reprodução dessa classe, sendo elementos interdependentes. Ainda segundo esse autor, “nas culturas camponesas não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p.23). Daí depreende-se a ética e os valores camponeses, de modo que não se pode pensar o campesinato apenas sob âmbito econômico, pelo contrário, as relações de solidariedade entre os membros de uma comunidade forjam uma densa e ampla rede na qual a ordem moral prevalece sobre a econômica (WOORTMANN, 1990).

Dessa forma, muitas vezes, a produção de um sitiante é também produção dos vizinhos e parentes, sobretudo na fatura, quando as famílias, parentes, vizinhos e compadres se reúnem para o plantio nas terras de um sitiante ou em terras comuns. Trabalho solidário que se repete na colheita, sobretudo do arroz, feijão, mandioca e milho. No agreste paraibano, podemos presenciar essas relações de solidariedade como sujeito implicado, já que todos esses exemplos aqui relatados foram vivenciados nos sítios de *nossos avós*.

Quando criança, vivendo no meio rural com pais e avôs no estado da Paraíba, presenciei muitas festas de colheitas, no caso do milho, com fogueiras de São João e reunião de vizinhos. A produção de farinha de mandioca também é coletiva, quando, apesar do trabalho intenso com dias que viram noites, festa e trabalho se misturam devido à reunião do preparo dos bijus fresquinhos. Nesse processo de produção da farinha de mandioca, as famílias que ajudam, ficam com uma pequena parte da produção, inclusive da goma que se extrai desse processo para fazer tapiocas. Isso sem falar no abate de um animal de grande e médio porte, em que além de receberem uma parte da carne, as famílias que ajudam recebem os miúdos para fazerem comidas típicas.

Na época das frutas, as relações também se intensificam, parentes e vizinhos saboreiam as frutas fresquinhas que não têm em seus sítios ou que ainda não estão maduras. Visitantes também podem entrar nos sítios e comer à vontade, bastando a concessão do dono. “Negar uma fruta a alguém é pecado, da mesma forma que negar água”, diziam *meus* avôs e outros sitiantes do nordeste brasileiro. As poucas cercas existentes são apenas para os animais não fugirem nem entrarem nas hortas e plantações.

No plantio e colheita do arroz em terras comuns, os proprietários das terras onde se situam as vazantes dos rios – excelentes para produção dessa cultura – permitem a entrada dos vizinhos, numa relação amistosa e moral, conscientes de que as terras ciliares dos rios são de uso comum, onde se fazem também pastagens coletivas e retiradas do capim para engorda dos animais. Isso sem contar nas parcerias, com fornecimento de terras a parentes ou de animais por meação para que aquele que não tem o meio de produção possa produzir e adquiri-lo.

É também muito comum a reunião para fabricação de tijolos de barro e construção de casas. Todas essas relações se fazem sem intermediação do dinheiro, que algumas vezes é oferecido e negado pela parte solidária que só aceita parte da produção.

Nossa observação acerca do sistema de valores dos camponeses vai ao encontro do que Ellen Woortmann conceituou como holismo camponês, ou seja, o problema de um é também problema do outro, “isto é, uma ordem social e ideológica onde, na relação entre as partes e o todo, este último tem preeminência, e onde o indivíduo é englobado pelo todo” (WOORTMANN, 1995, p.13). Seguindo esse postulado de Woortmann (1995), a professora Bombardi assinalou:

Trata-se, portanto, de um outro universo de valores, completamente diverso do nosso, os laços de solidariedade são extremos, a vida é tecida com a vida dos outros, vizinhos e parentes, todos conhecem o que está acontecendo com os demais. A idéia do indivíduo com uma "vida pessoal" é inexistente. Se por um lado, muitas vezes as contendas familiares não são incomuns, por outro, a idéia de co-responsabilidade é extrema, a dificuldade de outrem é encarada como sendo a própria dificuldade (BOMBARDI, 2003, p.112).

Visto isso, podemos generalizar que a capitalização do campesinato é mínima. Dessa forma, a ideia de formação de uma classe média no campo é um mito criado por autores que desconhecem a lógica camponesa de produção de mercadorias. Esses elementos internos do modo de produzir camponês (modo de vida camponesa) foram bem descritos no trabalho de Chayanov (1974) e posteriormente discutidos por Shanin (1976, 1979, 1983). O "objetivo da produção capitalista é a acumulação, ao passo que o objetivo da economia camponesa é a sobrevivência; portanto, fica claro que, no campesinato, como a produtividade crescente não é o objetivo maior, não há sentido em trabalhar mais" (...) (SHANIN, s/d, p.4-5 apud BOMBARDI, 2003, p.111).

Cabe salientar que se trata de um modo de produzir dentro do capitalismo, mas fora de sua relação típica de produção, o assalariamento, em favor da força de trabalho familiar e solidária dos parentes e vizinhos.

Foi preconizado por Lencioni (1985) que a intensificação do capitalismo na agricultura provoca o processo de proletarianização do trabalhador rural. Como consequência existem três tendências, uma delas é que o camponês destituído de seus meios de produção tende a migrar para a cidade contribuindo para alavancar o processo de urbanização⁴⁶. As outras são: permanecer no campo, sujeitando-se diretamente ao capital na relação de assalariamento (modo de produção tipicamente capitalista na agricultura) ou, então, ingressar num movimento para lutar pela propriedade fundiária, na busca de se manter na terra e reproduzir-se como camponês.

A primeira tendência já foi muito forte no campo brasileiro, mas tem sido muito refreada devido à crise do trabalho na cidade (aumento do desemprego por motivos estruturais e conjunturais na economia). A segunda tendência também tem diminuído, pois com o desenvolvimento das forças produtivas no campo, o

⁴⁶ Estamos tratando aqui urbanização como a simples recepção de trabalhadores expropriados do campo, ou seja, o aumento de pessoas no meio urbano em detrimento do meio rural no processo combinado de êxodo rural e urbanização.

assalariamento não tem aumentado tanto e, em muitos casos, o trabalhador assalariado é proveniente da cidade como resultado do acirramento da divisão do trabalho na agropecuária. Os dados do IBGE e do INCRA, acerca da força de trabalho no campo, apontam para a terceira tendência, pois houve, nas últimas décadas, um expressivo aumento do número de unidades produtivas rurais com base na força de trabalho familiar. Isso prova que o processo de proletarização é incompleto no campo brasileiro devido à força dos movimentos de sem-terra e da subversão dos posseiros.

Podemos encontrar postulados concludentes sobre a reprodução do campesinato em Oliveira (1990; 1996). O autor defende a tese de que esta classe se reproduz de modo contraditório no seio das contradições do modo capitalista de produção. Contraditório porque, num momento histórico em que a agricultura se industrializa/capitaliza e se altera de maneira significativa no que concerne às relações de trabalho e ao progresso técnico, o campesinato se reproduz. Com base nos números do IBGE (censos agropecuários), Oliveira (1990, 1996) observou que houve em meio ao processo de capitalização da agricultura, contraditoriamente, uma multiplicação das pequenas propriedades. Comprovando, assim, por meio de dados empíricos, a reprodução do campesinato.

Existe aí outra tendência – o desmembramento de médias propriedades, sem haver desconcentração de terras, ao contrário, há uma concentração em torno das ainda maiores. Essa contradição em que pequenas e grandes propriedades se multiplicam e aumentam suas áreas ocupadas, é explicada em parte, porque o país apresenta ainda grandes quantidades de *terras devolutas*⁴⁷ (OLIVEIRA, 1990, 1996).

1.3 OS CAMPONESES QUILOMBOLAS

Recapitulando algumas características da noção de camponês descritas anteriormente, julgamos conveniente assinalar que o campesinato brasileiro é muito diverso desde os tempos coloniais. Um mote do campesinato que ganhou destaque

⁴⁷ Trataremos aqui terras devolutas como sinônimo de terras públicas, apesar de terem um significado diferente conforme apontou Lígia Silva (1996). Terras devolutas seriam aquelas que retornaram ao senhorio do Estado, quando sabemos que parte substancial de nossas terras nunca foram doadas ou vendidas, não podendo assim, ser denominadas de devolutas.

em nossa pesquisa foi a noção de posseiro, na qual se insere também o camponês quilombola.

Os moradores negros rurais de ascendência escrava constituem milhares de quilombos espalhados de norte a sul do país a espera do reconhecimento do direito de propriedade constituído pela posse transmitida consuetudinariamente⁴⁸ de geração para geração. Ao estudar a constituição do direito consuetudinário nos quilombos do Ribeira, a antropóloga Renata Paoliello explicitou que o acesso à terra faz-se:

(...) pela via hereditária, isto quer dizer que alguém tem direito virtual de dono sobre a terra não simplesmente porque é um indivíduo, mas porque o é enquanto filho e herdeiro. Na definição da herança igualitária, assim, está imbricada uma definição estrita das relações de parentesco, seguindo o critério prioritário da filiação (PAOLIELLO, 1999, p.158).

Vale notar que há uma ressemantização do conceito de quilombo, de sorte que hoje o conceito é muito distante daquele definido em 1740, pelo Conselho Ultramarino da Coroa Portuguesa: *“toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”*. Sobre o novo conceito de quilombo Carvalho et ali assinalaram:

Dentro de uma visão ampliada, que considera as diversas origens e histórias destes grupos, uma denominação também possível para estes agrupamentos identificados como remanescentes de quilombo seria a de terras de preto, ou território negro, tal como é utilizada por vários autores, que enfatizam a sua condição de coletividades camponesa, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade (CARVALHO, SCHIMITTI, TURATTI, 2002, p.3)

Adiantamos desde já que mesmo a discussão da questão quilombola, remetendo-se ao negro e, por conseguinte, à questão racial, não pretendemos realizar o debate do racismo nem da escravidão em nosso trabalho, mas apenas elaborar uma breve noção de *quilombola* e seu regime de apropriação territorial pautado no direito de posse. Para, assim, dar continuidade ao nosso intento maior: o debate da luta pela Reforma Agrária diante do Direito Absoluto de propriedade privada da terra. Nesse sentido, o estudo da luta quilombola pela terra aparece como primordial já que esses camponeses posseiros estão à margem do direito positivo.

Seguindo Carril (1995), concebemos os quilombolas, sujeitos centrais de

48

“O **direito legítimo** adquirido através da posse efetiva é uma noção do **direito costumeiro**, que até hoje regeu a relação do campesinato tradicional com a terra, incluindo os grupos camponeses negros” (CARVALHO, SCHIMITTI, TURATTI, 2002, p.3). Ver mais sobre direito consuetudinário em MOURA (1988).

nossa pesquisa, como populações tradicionais que constituíram a posse de suas terras a partir da herança de seus ancestrais de ascendência africana. O'Dwyer concebeu-os como um grupo que faz uso da terra de forma coletiva e não privada:

No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade (O'DWYER, 2002, p.6).

Em nossos trabalhos de campo, constatamos uma diferença no que concerne a essa apropriação estritamente coletiva em detrimento da privada nos quilombos da Poça e da Peropava. Enquanto na Poça encontramos apenas resquícios dessa forma de apropriação no momento em que os moradores nos relataram uma despreocupação com a divisa dos sítios, havendo também formação de hortas e pomares coletivos, na comunidade Peropava, constatamos que as roças abandonadas por longo tempo caracterizam a desapropriação em favor daqueles que se interessem em formar novos sítios, além da casa de farinha e uso coletivo dos recursos das matas e águas. Deste modo, a comunidade quilombola da Peropava aproxima-se mais da descrição de Eliane O'Dwyer que a comunidade Poça.

Cabe salientar que além do art. 68 do ADCT do Texto Magno de 1988, os quilombolas ganharam ainda respaldo na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (1989) que ampara as comunidades que se enquadrem como populações tradicionais, entre estas, os índios, os caiçaras, os quilombolas, as tribos africanas e australianas etc.

Ainda sobre as populações tradicionais, Diegues (1994) preceituou sua definição a partir dos seguintes elementos:

- a) “dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constrói um ‘modo de vida’;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de 'território' ou de espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação deste 'território' por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de 'mercadorias' possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação como mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;

- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras” (DIEGUES, 1994, 79).

Além dos atributos do campesinato clássico, esta lista traz ainda nos seus itens *a*, *b*, *c*, *d* uma referência ao território. Para Carril (1995), é neste que os quilombolas materializam sua história e cultura. É com base no território que esses camponeses pautam sua luta pela terra, remetendo-se ao processo histórico que vai da gênese da ocupação de seus territórios até a escravidão. Assim como apontado no item l (k)⁴⁹, este processo os coloca diante da questão étnico-racial, chave da luta pela terra no âmbito jurídico.

De uma forma geral, os povos tradicionais têm uma forma de apropriação territorial e uso dos recursos muito diversa da concepção capitalista. A Convenção nº 169 da OIT foi categórica na defesa desses povos que engloba entre outros os indígenas e os quilombolas. Nas palavras de Almeida (2009), esses sujeitos engendram seu modo de vida em:

(...) ‘tierras tradicionalmente ocupadas’, que expresan una diversidad de formas de existencia colectiva de diferentes pueblos y grupos sociales en sus relaciones con los recursos de la naturaleza. No obstante sus diferentes formaciones históricas y sus variaciones regionales, estas fueron instituidas en el texto constitucional de 1988 y reafirmadas en los dispositivos infra-constitucionales, no importa cuáles sean, constituciones *estadauais* [provinciales], legislaciones municipales y convenios internacionales (ALMEIDA, 2009, p.24-5).

Como já foi dito, na luta pelo direito de posse de suas terras, essas comunidades precisam assumir a identidade quilombola, reconstruída ao mesmo tempo no âmbito político e da produção material de sua existência. Afinal como assinalaram Marx e Engels, ao produzir a sua condição material de existência, o homem constrói também sua consciência. Nas palavras dos autores:

(...) Assim como os indivíduos expressam sua vida, assim eles também são. O que eles são, coincide com sua produção, tanto com o que eles produzem, quanto como eles produzem. O que os indivíduos são, portanto,

⁴⁹ Note-se que Diegues (1994) no lugar da letra K, colocou a letra L, pois antes da década de 1990, o alfabeto brasileiro não continha as letras K, Y e W.

depende das condições materiais da sua produção.

Essa produção passa a ocorrer apenas com o aumento da população. É ela que volta a pressupor um intercâmbio (Verkehr) entre os indivíduos. A forma dessas relações é mais uma vez condicionada pela produção (MARX e ENGELS, 2007, p.42)

A produção de idéias, das representações e da consciência é, ao princípio, entrelaçada sem mediações com a atividade material e ao intercâmbio material dos homens, a linguagem da vida real. A formação das ideias, o pensar, a circulação espiritual entre os homens ainda se apresentam nesse caso como emanção direta de seu comportamento material. Vale o mesmo para a produção espiritual, conforme esta se apresenta na linguagem da leis, da política, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, idéias e assim por diante, mas os homens reais e ativos, conforme são condicionados através de um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pela circulação corresponde às mesmas, até chegar a suas formações mais distantes. A consciência (Bewusstsein) não pode ser jamais algo diferente do que o Ser consciente (bewusstes Sein), e o Ser dos homens é um processo de vida real. Se em toda a ideologia, os homens e as suas relações aparecem invertidos como numa câmara obscura, este fenômeno provém igualmente de seu processo histórico de vida, assim como a inversão dos objetos ao se projetarem sobre a retina provém de seu processo diretamente físico (MARX e ENGELS, 2007, p.48).

Carril (1995), ao estudar os quilombos do Vale do Ribeira, assinalou que muitos deles continuam no mesmo lugar onde se originaram ainda no século XIX, alguns até mesmo remontando ao século XVIII, como resultado de crises econômicas no Vale.

A presença negra nesta região remontaria ainda ao século XVI, já que a Baixada do Ribeira foi umas das primeiras áreas de colonização no estado de São Paulo (e no Brasil), com diversas atividade econômicas, destaque para a mineração e a rizicultura. Nos primeiros séculos de ocupação do território nacional, o porto de Iguape era o mais importante da província paulista⁵⁰ – uma vitalidade econômica iniciada com a descoberta, na região, das primeiras jazidas de ouro no Brasil.

Os ex-escravos refugiados no Vale passaram a arar a terra e construir suas roças de subsistência, extraindo recursos naturais da mata atlântica, fazendo desta sua morada. Segundo Carril (1995, p.5) neste momento, o negro “se tornou agente social, sujeito de sua própria história. De excluído passou a determinar seu próprio destino. Se estabeleceu, se organizou em torno de uma vida camponesa e comunitária”. Assim, os escravos metamorfosearam-se em camponeses (CARRIL, 1995). A autora relata ainda que esses quilombos praticavam uma agricultura do excedente, cambiando parte de sua produção com comerciantes que passavam

⁵⁰ Até a República a unidade federativa de São Paulo era chamada de Província de São Paulo e antes, de Capitania de São Vicente.

perto de seus territórios e com mercados próximos.

Além da agricultura no interior das matas, esses primeiros negros fugidos (ou refugiados de crises econômicas), aproveitando-se dos remanescentes de mata atlântica na região, desenvolveram a atividade extrativista, sobretudo, do palmito. Já os moradores mais próximos das margens de rios tornaram-se ribeirinhos e pescadores. Portanto, eram ao mesmo tempo, agricultores, extrativistas e pescadores.

Ainda Carril assinalou que o forte vínculo com o território que os atuais quilombolas mantêm com o lugar e as suas práticas sociais e culturais advém da relação que seus ancestrais desenvolveram com os rios e matas quando se refugiaram nas serras do Vale. "As fugas como negação do sistema e a recomposição de um tipo de organização, permitiu a essa população viver na terra comum e constituir laços de solidariedade mútua" (CARRIL, 1995, p.5). Segundo Gusmão (1995, p.6), "estar aí e fazer parte do grupo encontra respaldo no 'direito costumeiro', na descendência necessariamente negra de um grupo de parentes entre os quais se está e se vive". Ainda sobre a identidade quilombola, o jurista Daniel Sarmiento⁵¹ assinalou:

Neste ponto, não é preciso enfatizar que o ser humano não é um ente abstrato e desenraizado, mas uma pessoa concreta, cuja identidade é também constituída por laços culturais, tradições e valores socialmente compartilhados. E nos grupos tradicionais, caracterizados por uma maior homogeneidade cultural e por uma ligação mais orgânica entre os seus membros, estes aspectos comunitários da identidade pessoal tendem a assumir uma importância ainda maior (SARMENTO, 2006, p.6).

Vale atentar que os quilombos não foram formados apenas por fugas e doações de terras, eles tiveram origens diversas. Sobre isso Carril assinalou:

As várias manifestações de insubordinação se davam por estratégias diversas. Desde as fugas, à insubmissão ao trabalho, à violência contra os feitores e aos senhores até o crime. Empreendendo ataques contínuos à manutenção da estrutura vigente, o escravo, paulatinamente enveredou para além das normas implícitas a uma sociedade dominada pela figura do proprietário. Mas gerou relações de cooperação, em que a acomodação seria também, uma maneira pela qual o escravo obtinha, muitas vezes, a proteção do senhor (CARRIL, 1996, p.49).

Passadas algumas décadas, em alguns casos séculos, os descendentes

⁵¹ Nesta conceituação, o autor teve como referencial as seguintes obras: Michael Sandel. "The Procedural Republic and the Unencumbered Self". In: Robert Goodin & Philip Pettit (Eds.). **Contemporary Political Philosophy**. Oxford: Blackwell Publishers, 1997, p. 246-256; e Charles Taylor. "A Política de Reconhecimento". In: Charles Taylor et al. *Multiculturalismo*. Trad. Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1998, p. 45-94.

desses fundadores de quilombos passaram a enfrentar conflitos fundiários com a chegada das frentes de expansão, intensificadas com inserção do Vale aos mercados do Sul e da capital paulista a partir da construção da BR-116, como demonstraram Paoliello (1992), Zan (1986), e Carril (1995) em seus trabalhos sobre a região do Ribeira do Iguape. Acrescente-se ainda a especulação imobiliária de agentes urbanos interessados nas terras quilombolas.

Além da expropriação de suas propriedades constituídas com base no direito costumeiro, os quilombolas passaram também a enfrentar outros dilemas. Como exemplo, a construção de barragens nos rios da bacia do Ribeira, implantação de Unidades de Conservação e diluição de sua identidade quilombola a partir do contato com valores urbano-industriais (SUZUKI e SILVA, 2010).

Esses impactos foram sentidos já na década de 1930, com a introdução da monocultura da banana e extração em larga escala do palmito juçara (*Euterpe edulis*), que tiveram fortes implicações no modo de vida das comunidades quilombolas. Isso porque muitos abandonaram suas roças com culturas diversificadas, dedicando-se quase que exclusivamente a essas atividades, cuja finalidade principal era a comercialização (Carril, 1995).

Já no que concerne às Unidades de Conservação (UCs), a implantação deu-se porque grande parte das terras do Vale (sob as quais repousa mais de 60% dos remanescentes de Mata Atlântica paulista) era devoluta. A criação dessas UCs poderia ser benéfica aos remanescentes de quilombos na medida em que impede a apropriação privada da terra por parte de fazendeiros e capitalistas, no entanto, as Unidades de Conservação tiveram implicações negativas nessas comunidades porque proíbem o uso dos recursos das matas, assim como impediam a realização das roças de subsistência dos quilombolas, obrigando-os a tecerem relações mais próximas com os centros urbanos.

É nesse contexto que se explica, em parte, o fenômeno das migrações, sobretudo das gerações mais jovens em direção aos centros urbanos. Rezende da Silva (2008) explica que esse impacto das Unidades de Conservação deu-se porque foi importado o modelo preservacionista estadunidense, pautado na ideia de *natureza intocada*, quando na verdade, as terras do Vale sempre estiveram ocupadas. A autora criticou os órgãos públicos responsáveis pela implantação dessas UCs, sobretudo porque não conseguiram ver os quilombolas como aliados na conservação da natureza, já que estes conservam os remanescentes de Mata

Atlântica.

Os muitos RTCs feitos pelo ITESP apontam para as dificuldades dos moradores dessas comunidades quanto à proibição de suas roças e extração de recursos da mata. Isso também foi constatado em nossas entrevistas no quilombo da Peropava:

Antes, a gente podia retirar madeira, palmito para vender nos centros urbanos, agora precisamos fazer nossas roças escondido do IBAMA. Mesmo assim, quando eles vêm e pegam, desfazem as roças de feijão, milho. (Sr. Clóvis, 53 anos, morador da Peropava. Entrevista concedida em maio de 2009).

Os órgãos governamentais que tratam da questão ambiental desprezaram o fato de que as populações tradicionais (indígenas, caiçaras, ribeirinhos, jangadeiros, vazanteiros, seringueiros, coletores de cocais etc.) engendram usos diferenciados dos recursos naturais, afastando-se da lógica capitalista de apropriação da terra e seus recursos.

Analizando os relatórios técnico-científicos das muitas comunidades quilombolas já reconhecidas pelo ITESP, notamos que foram diversas as formas de apropriação territorial que constituíram esses bairros rurais. Muitos remanescentes de quilombos foram constituídos a partir da compra da terra por parte de seus ancestrais como revelaram os moradores da comunidade Peropava. Outros, no entanto, constituíram suas propriedades a partir da posse.

Vale atentar que o termo *quilombo* assumiu um novo significado, não mais se reduzindo ao conceito histórico de *grupos formados por escravos fugitivos*. Hoje, são consideradas como quilombos, comunidades que adquiriram a propriedade sob diversas formas de apropriação territorial, entre elas: a compra por negros libertos; posse de terras doadas aos santos padroeiros; a posse, por parte de ex-escravos, de terras abandonadas pelos proprietários em época de crise econômica; e a tradicional posse de terras por parte de escravos fugidos. Essa re-conceituação traz várias implicações para a luta quilombola pela terra, trazendo dificuldades no processo de reconhecimento.

Como já foi dito na introdução, a luta quilombola pela terra difere da luta de outros camponeses, não só pelo respaldo jurídico a sua identidade étnico-racial, mas também porque se trata de uma apropriação coletiva da terra na conformação de um território que muitas vezes remontam ao século XIX. Não por acaso, a emissão do título definitivo de propriedade é um título coletivo para todo o território comunitário.

Essa apropriação territorial coletiva com base no 'direito costumeiro' seria a base para a construção do território quilombola – elo essencial de sua identidade étnica “reconstruída a partir de um passado comum” (Carril, 1995).

Não por acaso, os moradores das comunidades Peropava e Poça, apesar de hesitarem sobre o sentido da noção *quilombola*, até mesmo as gerações mais jovens exprimem orgulho quando se definem como quilombolas. Sobre essa satisfação com o termo, Carril (2003) notou que o quilombo além de constituir a possibilidade de garantir a terra (possibilidade cada vez mais real com o decreto federal nº 4887/03), garante a autoestima.

Os quilombos brasileiros foram constituídos pelo regime de apropriação comunal da terra, a maioria sob o regime de posse, embora alguns tenham sido constituídos de pequenos proprietários – sitiantes, segundo a *natureza da ocupação*, conforme as definições de Antônio Cândido (2003, p.78). Trata-se, portanto, de um grupo de camponeses posseiros que vivem sob sua própria concepção de propriedade pautada no *direito costumeiro* (MOURA, 1988) e no modo de vida caipira descrito por Cândido (2003). Conforme se pôde constatar nos trabalhos de campo, a concepção de propriedade para os quilombolas, assim como para outros posseiros, foi construída sob lógica costumeira de apropriação territorial, consequentemente, sendo uma propriedade que vem depois e não antes do uso da terra, sendo transferida de geração para geração. No entanto, trata-se de uma propriedade privada dentro de uma coletividade, afastando-se muito da concepção de propriedade privada de pequenos proprietários e da propriedade privada dos capitalistas (meio de exploração do trabalho alheio). É uma propriedade porque o Estado está imprimindo esta abstração à terra quilombola, já que para esses camponeses, o que importa é a terra como concretude, base física de manutenção da vida e da cultura.

Vale atentar também que a categoria de posseiro é mais complexa do que se pensa, sobretudo no que concerne ao regime de apropriação territorial. Esse segmento do campesinato caracteriza-se por ter a posse da terra sem possuir a titulação. A maioria dos posseiros se apropriou da terra inculta, negando a realização da renda da terra no momento da apropriação. No entanto, esse direito de posse, por vezes, também foi constituído por meio de doação ou pela compra da propriedade, portanto, sem negar a renda da terra, embora não tenham constituído domínio, sobretudo porque esses camponeses compraram a terra de quem também

não tinha o título ou porque não o cadastraram em cartório.

Trabalhando com duas comunidades negras rurais, podemos constatar que não é a forma de apropriação em si que caracteriza os quilombolas como posseiros específicos, mas sua identidade étnica. No bairro de Peropava, por exemplo, alguns moradores relataram que o quilombo foi constituído a partir da compra da propriedade, a qual foi sendo partilhada entre os descendentes e alguns chegantes sob o regime comunal, preservado até hoje. Mesmo não tendo negado a realização da renda da terra, caracteriza-se como direito de posse por não possuírem o título da propriedade conforme determina o direito positivo. Já no bairro da Poça, os moradores relataram que tudo começou com a ocupação, ainda no século XIX, sob o regime de posseção clássico, a saber, o que nega a renda da terra no momento da apropriação.

É a especificidade do modo de vida que caracteriza os quilombolas como camponeses, já que eles apresentam os elementos do campesinato já descritos anteriormente. Estão também no mesmo patamar dos outros camponeses quanto ao lugar na sociedade capitalista, pertencendo à mesma classe subalterna que vive marginalmente ao direito absoluto de propriedade privada da terra. Sobre isso, Gusmão (1996, p.14) atenta para o fato de que, da mesma forma que existem elementos comuns ao universo camponês brasileiro, “existem elementos que os diferenciam pela condição étnica e história peculiar de sua constituição”.

Um desses elementos diferenciadores que confere particularidade aos quilombolas seria a posse comunal construída pela coletividade do grupo. Seguindo Brandão⁵², a professora Neusa Gusmão (1996, p.15) assinalou que a identidade quilombola é resultado da experiência particular vivida no patamar da escravidão, sendo, portanto, resultado do enfrentamento de alteridade com o branco. Uma alteridade que envolve o grupo étnico na relação com a sua terra, **terra de preto**. Nas palavras da autora:

A terra é aí espaço físico e social marcado por formas de organização próprias, investido de uma história particular e ideologizada, um território. Como território, a terra torna-se um ente vivo que reage ante a conduta humana e, investe-se de um universo simbólico particular e próprio. Torna-se um território-história, território-cultura. Realidade indivisa entre ela e o grupo que dela usufrui, a terra, representa uma forma particular de apropriação cuja realidade se aproxima da noção de patrimônio (GUSMÃO, 1996, p.16).

⁵² BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e Etnia: A construção da Pessoa e Resistência Cultural**. Editora brasiliense, São Paulo, 1986.

A territorialidade para Gusmão (1996), assim como para Carril (1995) e também Bandeira (1988) é o elemento de articulação dos quilombolas, construída na alteridade com o branco. Gusmão (1996) nos dá uma boa síntese dessa relação da territorialidade e da identidade quilombola com o restante do campesinato:

A maioria dos grupos rurais negros esta constituída de posseiros e, por vezes, pequenos proprietários, que constroem coletivamente a vida sob uma base geográfica, física e social, formadora de uma territorialidade negra. Dentro dela, elaboram-se formas específicas de ser e existir como camponês e negro (GUSMÃO, 1996, p.14).

A chamada *terra de preto*, no sentido em que se contrapõe à concepção de *terra-mercadoria*, recoloca os quilombolas na classe camponesa. Sobre essa ojeriza à propriedade capitalista da terra, cabe assinalar o relato de Gilmar dos Santos Marinho, morador do quilombo da Poça: “Muitos venderam ou deram a terra por qualquer coisa, mas nois não vende, prá nois não tem dinheiro que pague” (Entrevista concedida a Alexsandro Sousa, em 27/03/11).

Podemos encontrar o uso do termo *terras de preto* com uma justificativa importante em O'Dwyer:

A observação dos processos de construção dos limites étnicos e sua persistência no caso das comunidades negras rurais — também chamadas *terras de preto*, com a vantagem de ser uma expressão nativa, e não uma denominação importada historicamente e reutilizada — permite considerar que a afiliação étnica é tanto uma questão de origem comum quanto de orientação das ações coletivas no sentido de destinos compartilhados (O'DWYER, 2002, p.16).

Aqui também utilizaremos a expressão *bairro rural negro*, largamente utilizada por Gusmão (1995,1996), Carril (1995), Paoliello (1992 e 1999) para se referirem ao lugar. Vale notar que o termo *bairro rural* como unidade de agrupamento advém principalmente de Antonio Candido (2003, p.77) que o descreve como um conjunto espacial em que se tecem as relações de vizinhança. Estas se constituem entre a família e povoado, sendo “uma estrutura intermediária que define o universo imediato da vida caipira, e em função da qual se configuram as suas relações sociais básicas” (CANDIDO, 2003, p.77). Ainda segundo Candido, o *bairro rural* é uma designação muito antiga dada a um agrupamento mais esparsa que a tradicional freguesia que tinha uma população mais compactada em torno de uma Igreja. O *bairro rural*, por sua vez, tinha apenas uma capelinha, sendo que ambos os agrupamentos faziam parte das antigas vilas coloniais. Nas palavras do autor, o *bairro rural* é:

(...) a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega (CANDIDO, 2003, p.81).

(...)

Mas além de território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o sentimento de localidade existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico (CANDIDO, 2003, p.84).

Nos bairros rurais negros que pesquisamos notamos uma distribuição mais ou menos próximas, sendo forte a relação de vizinhança, tanto no bairro de Peropava quanto no bairro da Poça, onde se tecem fortes relações pautadas no compadrio e no parentesco. Ainda Candido (2003, p.98) assinalou que aquém do bairro “não há vida social estável, e sim o fenômeno ocasional do morador isolado, que tende a superar este estágio, ou cair em anomia”; (...). Ele é a unidade em que se ordenam as relações básicas da vida caipira, rudimentares como ele. É um *mínimo social*, equivalente no plano das relações ao *mínimo vital* representado pela dieta (CANDIDO, 2003, p.98). Vale atentar que na categoria *caipira* também se enquadram os quilombolas.

Ainda Gusmão (1996) e Carril (1995) utilizam as expressões *Terras de Preto*, quando fazem alusão à terra ou propriedade. Em Alfredo Almeida encontramos uma boa definição de terras de preto:

(...) nas terras de pretos vivem grupos diversificados que se relacionam com a terra, a partir de noção de uso comum. Fundam leis que não encontram amparo jurídico na legislação brasileira, já que não é reconhecida a terra comunal. As normas ligadas à constituição do grupo são inerentes ao seu próprio desenvolvimento, através de laços que os une, às tradições e à sua história. Muitas vezes, estes aspectos tornam-se barreiras à divisibilidade (ALMEIDA apud CARRIL, 1995, p.42).

Como se observou, nosso judiciário ainda encontra dificuldade de aceitar outras formas de apropriação territorial que não se enquadrem na propriedade privada absoluta mesmo quando reconhecidas em lei. Em parte, essa dificuldade deve-se ao desconhecimento de nossos advogados, promotores, procuradores e juízes acerca da legislação fundiária. Contudo, acreditamos que o principal deve-se ao poder que os capitalistas do campo, “*senhores da terra, donos do mundo*”, detêm em nosso país. Para o professor de Direito Agrário Carlos Frederico Marés (2003), a

propriedade privada absoluta é ilegítima e não o regime de posse.

Segundo Almeida, a categoria de *terras de pretos* engloba uma complexidade nas formas de apropriação dos produtos do trabalho que mescla o privado e o coletivo. Para o autor, essa categoria:

(...) pressupõe uma modalidade codificada de utilização da natureza: os recursos hídricos, por exemplo, não são privatizados, não são individualizados; tampouco são individualizados os recursos de caça, pesca e extrativismo. São mantidos como de livre acesso. Caminhos, trilhas e poços são mantidos sob formas de cooperação simples. De outra parte, as chamadas roças ou tratos agrícolas, que estão dispostas no cerne de uma certa maneira de existir socialmente, são sempre individualizadas num plano de famílias, pois as unidades familiares não dividem o produto da colheita de forma coletiva ou comunitariamente. De igual modo, um pomar é apropriado de maneira privada e, tal como no caso das roças, expressa trabalho realizado familiarmente (ALMEIDA, 2002, p.68).

Ainda Almeida chamou a atenção para a complexidade dos laços de solidariedade que ocorrem nas chamadas terras de preto:

(...) pode-se dizer que existe um elenco de práticas que asseguram vínculos solidários mais fortes e duradouros do que a alusão a uma determinada ancestralidade. O pertencimento ao grupo não emana, por exemplo, de laços de consangüinidade, não existe a preocupação com uma origem comum, tampouco o parentesco constitui uma pré-condição de pertencer (ALMEIDA, 2002, p.74).

No sul do país, sobretudo, por meio do NUER⁵³ da UFSC, a professora Ilka Leite (2000) ainda dissemina a expressão *remanescentes de quilombos*. Já a professora Carril prefere o termo *quilombo* (1995, 2003) ou *quilombo rural* (2003), repudiando a categoria de *Remanescente de Quilombo*, sob a alegação de que o termo *remanescente* dá a ideia de que os quilombos são resíduos da escravidão fadados ao desaparecimento com o desenvolvimento capitalista no campo, o que tem várias implicações, como exemplo: negar a questão quilombola como produto de um dos mais tristes capítulos de nossa história – o cativeiro do negro.

Mesmo que o termo *remanescente* esteja prescrito na Constituição Federal, outros autores teceram críticas bem construídas acerca de seu uso e implicações. Sobre isso, Almeida explicitou o erro conceitual preceituado no Texto Magno:

A meu ver, o ponto de partida da análise crítica é a indagação de como os próprios agentes sociais se definem e representam suas relações e práticas em face dos grupos sociais e agências com que interagem. Esse dado de como os grupos sociais chamados “remanescentes” se autodefinem é elementar, porquanto foi por essa via que se construiu e afirmou a identidade coletiva. O importante aqui não é tanto como as agências definem, ou como uma ONG define, ou como um partido político define, e

sim como os próprios sujeitos se autorepresentam e quais os critérios político-organizativos que norteiam suas mobilizações e forjam a coesão em torno de uma certa identidade. Os procedimentos de classificação que interessam são aqueles construídos pelos próprios sujeitos a partir dos próprios conflitos, e não necessariamente aqueles que são produto de classificações externas, muitas vezes estigmatizantes. Isso é básico na consecução da identidade coletiva e das categorias sobre as quais ela se apóia. (ALMEIDA, 2002, p. 67-8)

Outro problema recai sobre a “ressemantização” do conceito de quilombo como já foi apontado acima e ainda, nas dificuldades de se entender que são os sujeitos beneficiados pelo art. 68 do ADCT circunscrito pelo termo *remanescente de quilombos*. Como bem sabemos, o processo de reconhecimento do direito de propriedade quilombola deve partir da auto-identificação do grupo, em conformidade com a Convenção nº 169 da OIT, método adotado no Brasil por meio da Fundação Cultural Palmares (Ministério da Cultura) e pelo decreto federal nº 4.887/03.

De acordo com Eliane O’Dwyer os antropólogos “ressemantizaram”⁵⁴ o termo quilombo para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil:

(...) Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (O'DWYER, 2002, p.18)

Seguindo o ponto de vista de O’Dwyer (2002), concebemos que a auto-identificação dá um parecer mais adequado para qualquer laudo antropológico sobre a identificação étnica. Essa tem sido a postura dos antropólogos que ao invés de dizerem o que os sujeitos são, causando um estranhamento para o grupo étnico pesquisado, deixam que o próprio grupo aponte quais são as diferenças significativas que eles têm em relação à sociedade urbano-industrial. Nas palavras da autora⁵⁵:

⁵⁴ A ressemantização do termo quilombo provém da ABA – Associação Brasileira de Antropologia quando em 1994 foi elaborado o *Projeto Terra de Quilombo* coordenado pela autora para definição do termo em vista a englobar as comunidades quilombolas atuais em toda sua diversidade. A publicação dos resultados do grupo de trabalho ocorreu em 1995 e tinha a missão de dar um parecer ao mesmo tempo aos órgãos governamentais e ao movimento negro rural da CNACNRQ.

⁵⁵ No que concerne ao Relatório de identificação, o ponto de vista de Eliane Cantarino O’Dwyer se pauta, sobretudo em Fredrik Barth (1969). “Introduction”. In: F.Barth (ed.), **Ethnic Groups and Boundaries: The social organization of culture difference**. Bergen/London, Universitets

Em lugar de emitir uma opinião pré-concebida sobre quais os fatores sociais e culturais que definem a existência de limites, é preciso levar em conta somente as diferenças consideradas significativas para os membros dos grupos étnicos, como nos adverte Barth (idem). Assim, “apenas os fatores socialmente relevantes podem ser considerados diagnósticos para assinalar os membros de um grupo” (idem), sendo que a característica crítica é a “auto-atribuição de uma identidade básica e mais geral” (idem) que, no caso das *comunidades negras rurais*, costuma ser determinada por sua origem comum e formação no sistema escravocrata (O'DWYER, 2002, p.15-6).

Nesse sentido Carril (2003) e Almeida (2002) vão ao encontro de O'Dwyer (2002), quando preconizaram sobre o termo remanescente. Vale atentar que apesar dos antropólogos estarem intensamente ligados ao processo de reconhecimento elaborando laudos, isso não significa que esses cientistas tenham o direito de dizer quem são e quem não são quilombolas. Cabe aos próprios sujeitos se autodefinirem.

A noção de *remanescente* também facilitaria aos interpretadores da lei de enquadrar os moradores rurais negros na categoria geral de posseiros, podendo negar-lhes o direito já conquistado que se sobrepôs à concepção liberal oitocentista de propriedade absoluta. Trata-se de tentar encobrir nossa história, diluindo os elementos que nos dias atuais ainda evidenciam nossa escravidão e nossa vergonhosa abolição que indenizou de forma paulatina aos brancos ao invés dos negros. Cabe salientar que nossa abolição foi lenta e gradual para que o Estado não indenizasse os fazendeiros de forma direta. Já os negros ficaram excluídos, fato que se repetiu com a descolonização da África no pós-segunda guerra mundial.

Entretanto, o método utilizado na elaboração dos RTIDs (ou RTCs) tem privilegiado a re-conceituação do termo quilombo, sem o uso do termo remanescente, uma vez que os quilombolas não estão desaparecendo ou sendo diluídos pelas relações urbano-industriais. Igualmente aos demais camponeses, eles estão se reproduzindo dentro do capitalismo, fato comprovado nos milhares de pedidos de identificação de quilombos no país, derrubando, assim, a ideia de que a propriedade comunal dos quilombolas sucumbiria diante do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Vale atentar que o estudo sobre a presença negra no meio rural é recente e resultou em várias denominações sobre esse segmento do campesinato. Sobre isso,

Gusmão (1996, p.14) assinalou que se trata de autodenominação do próprio grupo, que dependendo das circunstâncias espaço-temporal e econômicas podem ser denominadas como *núcleos, agrupamentos, comunidades, bairros*. Ainda Gusmão (GUSMÃO, 1996) chama a atenção para o fato de que “por mais semelhantes que sejam as categorias empregadas, seus conteúdos variam de contexto a contexto e envolvem a representação dos grupos sobre si e dos outros sobre os grupos”.

Desse modo, é muito comum que os grupos pesquisados utilizem uma ou mais categorias para se definirem. Também alguns autores utilizam diversas categorias na definição de seus sujeitos, Candido (2003), por exemplo, utiliza os termos comunidades, bairros rurais, camponeses, caipiras, caboclos etc. Todavia, os termos não são utilizados como sinônimos pelo autor que faz questão de descrever suas categorias analíticas. Para ele, o termo caipira refere-se aos traços culturais do grupo, marcadamente por sua rusticidade, “exprimindo desde sempre um modo-de-ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial”, ao passo que, os termos negro, caboclo, branco, índio, mulato, cafuzo são termos que dizem respeito à etnicidade (CANDIDO, 2003. p.28). O autor assinalou ainda que quando se quer exprimir a incorporação de diversos grupos étnicos à cultura rústica de São Paulo, o correto é usar os termos “caipira branco”, “caipira negro” e “caipira mulato” que exprimem muito bem o processo de acaipiramento ou acaipiração – ajustamento, transferência e modificação da cultura original desses diversos grupos étnicos ao ocuparem o território paulista.

Igualmente, o termo camponês foi utilizado por Candido (2003) para se referir a classe à que pertencem os caipiras (brancos, negros ou caboclos). Já a categoria de bairro rural foi utilizada como dimensão espacial, uma área que congrega os moradores vizinhos e como lugar onde se dão as relações sociais básicas. Os limites do bairro rural são exatamente os do alcance dessas relações sociais mínimas da comunidade. Assim, o termo bairro rural designa um agrupamento de vizinhança caracterizado por um determinado território, mas também pelo sentimento de localidade existente nos seus moradores que depende do intercâmbio entre as famílias (CANDIDO 2003, p.84). Ao passo que o termo comunidade o complementa, exprimindo o grupo que congrega o bairro rural, termo comum nos velhos documentos paulistas desde os primeiros séculos da colonização quando um bairro significava uma divisão administrativa de uma freguesia e esta de uma vila (CANDISO, 2003, p.82).

Não por acaso, a comunidade quilombola da Peropava no Vale do Ribeira, da mesma forma que comunidades vizinhas (quilombolas ou não), auto-identifica-se como Bairro Peropava.

Por sua vez, o termo *comunidade* provém principalmente de Candido (2003), segundo o qual, esta seria o *mínimo social* em que ocorrem relações de ajuda mútua e também lúdico-religiosas⁵⁶, com destaque para a prática do mutirão⁵⁷, bastante esquecida nas comunidades que pesquisamos. Sobre essa prática Candido assinalou:

As várias atividades da lavoura e da indústria doméstica constituem oportunidades de mutirão, que soluciona o problema da mão-de-obra nos grupos de vizinhança (por vezes entre fazendeiros), suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar. E aspecto festivo, de que se reveste, constitui um dos pontos importantes da vida cultural do caipira (CANDIDO, 2003, p.88).

O relativo abandono da prática do mutirão é a regra não só nas comunidades por nós pesquisadas, mas em todo o país, uma vez que o momento em que Cândido escreveu era outro (primeiros anos da segunda metade do século XX). Vivenciamos outro contexto, caracterizado pelo avanço das relações tipicamente capitalistas de produção e reprodução em que o dinheiro permeia cada vez mais as trocas. Não sendo, portanto, a distância das áreas pesquisadas por Cândido em relação às comunidades da Poça e Peropava o referencial para o menor uso do mutirão entre os quilombolas.

Como já foi dito, as *terras de pretos* têm origens diversas: são terras que foram conquistadas como os quilombos clássicos, constituídos pela fuga; terras doadas ou obtidas em pagamento por prestação de serviços ao Estado ou a fazendeiros, inclusive as chamadas terras de santo; ou, ainda, terras obtidas pela compra ou simples ocupação de áreas devolutas. Segundo Gusmão (1996, p.11), os quilombolas são sociedades inclusivas e antagônicas à ordem capitalista pautadas

⁵⁶ “Complexo de atividades que transcendem o âmbito familiar, encontrando no bairro a sua unidade básica de manifestação (CANDIDO, 2003, p.94). Pautando-se na obra *Viagens às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás* de Augusto Saint-Hilaire (1927), o autor afirmou que a religião tem um importante papel em preservar a sociabilidade em áreas pouco povoadas, impedindo que os moradores recaiam ao estado selvagem.

⁵⁷ O próprio autor definiu mutirão como algo que: “Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a afim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram” (CANDIDO, 2003, p. 88).

na posse comunal da terra. A autora definiu também como *quilombos modernos* os “territórios contemporâneos ocupados por população negra no meio rural e que, por sua organização e natureza, caracterizam-se como terras de preto”. Sua concepção de *quilombo* embasa-se muito em Almeida que no trecho abaixo descreve a forma de apropriação territorial dos quilombolas:

As denominadas terras de preto compreendem aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, a famílias de ex-escravos a partir da desagregação de grandes propriedades monocultoras. Os descendentes de tais famílias permanecem nessas terras há varias gerações sem proceder ao formal de partilha e sem delas se apoderarem individualmente. (ALMEIDA, 1987, p.46 apud GUSMÃO, 1996, p.11).

Nossos trabalhos de campo nas comunidades Poça e Peropava e as leituras de Relatórios Técnico-Científicos de outros quilombos nos permitem aprofundar essa questão no que concerne à apropriação coletiva ou individual. Notamos na Poça que, embora os moradores não façam questão de delimitarem seus sítios em lotes com cercas, a apropriação é privada mesmo que não haja marcos na delimitação.

Desse modo, quanto à concepção de propriedade, está se formando no seio das comunidades rurais negras, chamadas de quilombos modernos (CARRIL, 2003), a ideia de propriedade privada, embora o título da terra, quando emitido pelos órgãos competentes, seja um título coletivo, inalienável e pró-indiviso. Aliás, é proibida a venda de lotes nos quilombos, ou seja, os quilombolas não possuem aquilo que os juristas chamam de *Jus abutendi* ou *disponendi*⁵⁸. Acreditamos que a propriedade quilombola da terra recai sobre o conceito jurídico de *Jus utendi* – “direito de usar a coisa, dentro das restrições legais, a fim de evitar o abuso de direito, limitando-se, portanto, o bem-estar da coletividade”. Segundo a jurisprudência, “o direito de usar da coisa é o de tirar dela todos os serviços que ela pode prestar, sem que haja modificação em sua substância”.⁵⁹

Um olhar mais atento nos trabalhos de campo nos permitiu notar que essa questão é ainda mais complexa, pois alguns moradores da Poça, mesmo que não sejam parentes em primeiro grau, fazem hortas e pomares de usufruto comum. Também os relatos da comunidade Peropava trazem mais complexidade ao assunto,

⁵⁸ Forma de propriedade que se aproxima daquilo que chamamos de propriedade absoluta, já que a *propriedade disponendi* equivale ao direito de dispor da coisa, podendo aliená-la a título oneroso, ou seja, vendê-la ou ainda doá-la. Pode-se, portanto, têm-se o direito de usá-la, penhorá-la, hipotecá-la ou submetê-la ao serviço de outrem.

⁵⁹ Extraído de http://www.centraljuridica.com/doutrina/103/direito_civil/propriedade.html. Acesso em 28/07/11.

já que a ideia de propriedade privada não está bem formada nessa comunidade. Aí, os moradores têm suas roças, mas não se consideram donos perpétuos da terra. Afirmam que o dono é aquele que cultiva. Ou seja, a terra que hoje tem uma pequena roça ou horta cultivada por uma família, outrora já foi lavrada por outras famílias e poderá ainda passar às mãos de outras ou voltar à posse das antigas famílias. Nesse sentido, a noção de propriedade privada restringe-se ao quintal da casa e não à terra em geral. Prevalece a ideia de posse útil, de uma propriedade que não é plena nem absoluta. Trata-se de uma propriedade limitada e resolúvel para os integrantes da comunidade.

Na Poça, a preocupação com o título de propriedade ainda que coletivo é algo evidente, como se percebe no depoimento do líder da comunidade Gilmar dos Santos Marinho: “a gente tá correndo atrás do título, a gente sabe se é terra documentada, se é devoluta” (Gilmar Marinho, morador da Poça, entrevista concedida em 27/03/11). No discurso, está implícito o medo de que as terras da Poça já tenham um título particular, o que configura o medo do direito absoluto de propriedade privada da terra que como sabemos aparece como direito positivo, colocando-se na prática como único direito legítimo.

O mapa a seguir, assim como outros que aparecerão no terceiro capítulo explicita que, após a aprovação do decreto nº 4887/03, há um esforço por parte do estado de São Paulo em cartografar as comunidades quilombolas que já se auto-identificaram, contrastando com o início da década de 1990, quando Gusmão (1996, p.12) criticava a ausência de sistematização de dados e mapeamentos dos quilombolas. Segundo a autora, a ausência de levantamentos estatísticos oficiais contribuiu para manter uma invisibilidade desse segmento rural, da mesma forma que preconceitos e noções mal concebidas resultantes da concepção de que não havia uma massa camponesa negra concomitantemente à escravidão, tornando invisível a questão negra no campo que se arrasta até os dias atuais.

Mapa 1. Localização das comunidades quilombolas no estado de São Paulo.

Fonte: ITESP, 2007.

Atualmente, em todo o país, já foram identificadas mais de 3.000 comunidades de quilombos, sendo que até agora menos de 400 foram reconhecidas oficialmente pelos órgãos competentes⁶⁰ e outras 1068 comunidades estão com processos administrativos abertos no INCRA.

A maioria dos quilombos, apesar de catalogados por ONGs e Universidades, ainda segue sem processo administrativo de reconhecimento aberto. No estado de São Paulo destacam-se o vale do Ribeira e a região de Ubatuba no litoral norte que junto com outras regiões já catalogaram mais de 50 quilombos no estado. Note-se que, apenas 27 comunidades foram reconhecidas até o momento pelo ITESP, ao passo que as demais aguardam reconhecimento ou ainda abertura de processo administrativo no INCRA/ITESP.

Como já foi dito, nosso recorte espacial restringe-se à comunidade quilombola da Poça, localizada entre os municípios de Jacupiranga e Eldorado, e à de Peropava, localizada em Registro, ambas no vale do Ribeira do Iguape/SP. Seguindo Simone Rezende da Silva (2004), Carril (1995), Gusmão (1996), entre outros, e ainda, com base em trabalhos de campo realizados entre 2009 e 2011, caracterizamos essas comunidades como camponesa. Isso porque constatamos nesses bairros rurais uma vida em comunidade cuja produção é pautada no trabalho familiar visando, primeiramente, a subsistência da família, sendo apenas o excedente comercializado, o que caracteriza a economia camponesa de excedente descrita por Martins (1982).

Também com base nos trabalhos de campo e embasamento nos autores já citados, caracterizamos as comunidades da Poça e da Peropava como quilombolas. Isso depois de observar, em suas práticas cotidianas, elementos fundamentais que particularizam um quilombo, a saber, relações de compadrio e vizinhança, a ancestralidade africana, já que os mais velhos relataram que seus ascendentes vieram de outros quilombos da região, e a manutenção de um modo de vida fortemente vinculado à natureza em que as atividades estão reguladas pelo tempo cíclico (pelas estações do ano, períodos lunares, noite e dia, cheias dos rios etc.). Notou-se também o distanciamento das relações e do tempo capitalistas, tão criticados por Martins (2010) em *A Sociabilidade do Homem Simples*. No caso da

⁶⁰ Na instância federal, a Fundação Cultural Palmares e o INCRA, havendo vários espalhados no âmbito estadual, no caso de São Paulo, o ITESP.

comunidade quilombola Poça, embasamo-nos também no Relatório Técnico-Científico do ITESP que atesta uma ancestralidade comum africana.

No que concerne à produção mercantil, o quilombo da Poça difere de Peropava, já que este quilombo tem menos proximidade com o mercado. Isso porque, a comunidade Poça está localizada fora de áreas de Unidades de Conservação, podendo, portanto fazer roças e plantar o que quiser. Dessa forma nas últimas décadas do século XX, o quilombo Poça optou quase que exclusivamente pela monocultura da banana para atender o mercado urbano em detrimento de roças para subsistência. Já no quilombo Peropava, que segue sem reconhecimento no ITESP, constatamos que as roças de subsistência existem, mas não geram excedentes para o mercado urbano devido à legislação ambiental que cerceou parte de suas terras⁶¹, sem falar das que foram usurpadas.

De qualquer maneira, tanto em Poça quanto em Peropava foi possível observar uma diversidade de culturas, sem falar que, em ambas as comunidades plantam mandioca entre as clareiras sem derrubar a mata. No quilombo de Peropava, o palmito é extraído de forma sustentável e os moradores ainda fazem farinha de forma tradicional. Mesmo com uma diversidade de culturas em seus sítios (maracujá, arroz, milho, palmito, cana, feijão, verduras, batata, abóboras etc., além da pesca e caça), os moradores de Peropava ainda trabalham eventualmente para fazendeiros e na cidade, o que não os descaracteriza como camponeses, pois o trabalho acessório é um dos componentes dessa classe social. Nas duas comunidades, notou-se que, no geral, os patriarcas e as matriarcas das famílias se negam ao trabalho fora da propriedade, cultivando a terra com os netos e alguns filhos que não saíram do bairro rural.

⁶¹ Cabe salientar que o quilombo de Peropava não se encontra justaposto a nenhuma UC, contudo, como não foi reconhecido pelos órgãos competentes, ainda não pode usar suas terras para formação de roças (como sempre fizeram os moradores mais antigos), sendo constantemente fiscalizados por agentes ambientais.

Capítulo 2 DIREITO ABSOLUTO DE PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA

No Brasil, a propriedade privada da terra é a materialização de poder, de extensão de um domínio e que dificilmente é renegada e expropriada de quem a detém (FELICIANO, 2009, p.41).

Antes de discutirmos a instituição do direito absoluto no Brasil, faremos uma breve síntese acerca da relação entre a propriedade privada e o desenvolvimento da forma de sociedade predominante que conhecemos hoje, a família monogâmica. Para tanto, nos embasamos principalmente no trabalho de Engels (2002). O intuito é demonstrar o desenvolvimento da propriedade, perpassando pela propriedade privada até chegar a sua forma absolutizada e sua relação com o Estado. Sem deixar de notar que a terra antes de tornar-se mercadoria (com preço, embora sem valor) tornou-se propriedade privada.

No feudalismo europeu, já havia propriedade da terra, estando seu domínio nas mãos dos senhores feudais e da Igreja, e sua posse útil quase sempre nas mãos dos camponeses (servos). Deste modo, nesse modo de produção, ao menos até o processo de *cercamentos* das terras, inexistia a propriedade privada absoluta. Segundo Oliveira (1990), sob o regime feudal, a terra era o elemento central da estrutura feudal, pois nela se dava a produção de toda riqueza que circulava. Além disso, a terra era propriedade plena dos senhores feudais com a qual eles subjugavam os servos – estes eram para o senhor feudal uma espécie de propriedade limitada. Já sob a escravidão, o trabalhador negro torna-se propriedade ilimitada, restringindo a terra novamente a uma propriedade que tinha a função de meio de produção e não mais de subjugação da força-de-trabalho (característica recuperada no fim da escravidão). Note-se ainda que no Brasil escravocrata, a terra ou sesmária servia como meio de agregação de trabalhadores livres no interior da fazenda, sobretudo no nordeste brasileiro, onde era comum a figura do agregado e do foreiro.

Cabe salientar desde já que a propriedade privada em si, não é a responsável pela desigualdade social, mas sua concentração nas mãos de poucos. Pelo menos nessa discussão nos afastamos dos marxistas (que queriam abolir a propriedade privada) e nos aproximamos mais dos anarquistas, já que, também, os pequenos estabelecimentos rurais se pautam na propriedade privada. O problema reside,

portanto, como veremos neste e nos próximos capítulos, na má distribuição da terra, que se depreendeu da forma como foi engendrada a mercantilização da terra no Brasil. A saber, ancorada no direito absoluto em detrimento da função social.

Em seguida, com base no trabalho de Smith (1990), trataremos das determinantes externas que corroboraram na Lei de Terras de 1850 que instituiu a propriedade privada absoluta no Brasil. Seguindo a tese desse autor que aponta a absolutização da propriedade privada da terra como pressuposto para a passagem do capitalismo comercial ao industrial, veremos que, no Brasil, a absolutização da propriedade privada teve outro papel, sendo pressuposto apenas para cativar a terra e subjugar a eminente força de trabalho livre. Fato bem retratado por Martins n' *O Cativo da Terra*. Tanto Smith (1990) quanto Martins (2004a) chegaram à conclusão de que durante o período colonial brasileiro, sob o regime sesmarial, a forma de propriedade dominante era a propriedade do escravo em detrimento da incipiente propriedade da terra, ainda não absolutizada.

Não obstante, esses dois autores deixaram de lado a relevância da tese do embranquecimento intrínseca à Lei de Terras e Imigração (Lei nº 601 de 1850). Talvez pelo fato de que o lado econômico pesasse mais que a preocupação geral de que o Brasil havia se tornado um país de predominância étnica negra.

Smith (1990, 1993) preferiu o debate econômico, ponderando o peso das determinantes externas e internas no processo abolicionista. O autor (1993) criticou a ideia de que, no Brasil, a produção mercantil sob lógica escravista tinha de ser eliminada porque engendrava um custo social muito maior que sob o trabalho livre. Esse ponto de vista⁶², afirmou o autor, não dava conta de explicar a emancipação do escravo negro, sobretudo, porque retira o peso das determinantes externas na abolição da escravatura. Deste modo, discordando da tese de que o fim da escravidão ocorrera porque a produção pautada no trabalho escravo no Brasil colônia era menos competitiva em relação aos lugares que usavam mão-de-obra livre, Smith (1993, p.6) afirmou que “a renda do escravo estava necessariamente acoplada aos interesses do capital mercantil, seja importador (traficante), seja exportador, o que conferia certa rigidez à estrutura produtiva baseada na escravidão”.

Deste modo, seria natural que os interesses econômicos guiassem a pauta do

⁶² Aqui o debate de Smith é, sobretudo, com o paradigma defendido por João Manuel Cardoso de Mello na obra *Capitalismo Tardio*.

Congresso Nacional no século XIX e depreende-se daí a tese do Estado cooptado pela elite econômica, a saber, os senhores de escravos e os traficantes, não havendo a abolição da escravatura em 1850, mas apenas o fim do tráfico negreiro no qual a classe de senhores de escravos se impõe como única elite econômica. Assim, Smith (1993) nega a ideia de irracionalidade econômica da produção escravista, a qual estaria impregnada pelo paradigma capitalista, cuja retórica é de que sob as relações capitalistas de produção, há maior produtividade do trabalho (livre), já que esta forma de relação de trabalho, a saber, o assalariamento, potencializa a divisão técnica do trabalho e sua especialização.

Ao analisar a instituição e as implicações da Lei de Terras de 1850 para a produção do espaço agrário, notamos a relevância de que uma lei não é apenas o agente de mudança, é também o resultado de processos sociais. Não por acaso, os juristas afirmam que a razão da lei é seu espírito. Nesse sentido, nosso recorte temporal e espacial para o estudo sobre a Lei de Terras deve ser mais amplo. Para tanto seguimos a recomendação metodológica de Suzuki que sobre isso assinalou:

O recorte temporal está fundado em nossa interpretação de que a lei de Terras não definiu a absolutização da propriedade privada, mas é ela própria resultado da mudança lógica de reprodução das relações sociais em que a propriedade do escravo e dos imóveis se coloca como instrumentos de apropriação de riqueza: a renda capitalizada (SUZUKI, 2002, p.9).

Por isso nos coube examinar os processos socioeconômicos da conjuntura interna e externa que corroboraram na Lei nº 601 de 1850, ou seja, estudaremos a *occasio legis* – circunstâncias históricas que motivaram essa lei. Para isso nos utilizamos principalmente das teses Suzuki (2002) e Silva (1996) que analisou os discursos parlamentares no contexto do encaminhamento do projeto da Lei de Terras, por isso, o trabalho dessa historiadora constitui-se num importante embasamento para nosso intento, sobretudo porque trabalhou com fontes primárias. Ainda nesse intento de analisar a *occasio legis* da Lei de Terras de 1850, nos embasaremos nas obras de Martins (2004a) e Smith (1990).

Por fim, fecharemos esse capítulo com a apresentação de regimes alternativos de propriedade, caracterizados pelo uso, imprimindo uma função social à terra, tais como o direito de posse, o indígena, o caiçara, o quilombola, além, é claro, do direito de uso das terras comunais, tais como coqueirais, faxinais, matas, vazantes de rios etc., constituídos sob a lógica do direito costumeiro e não do direito positivo e seu regime de apropriação territorial pautado na mercantilização da terra,

para que no próximo capítulo se possa encerrar a discussão do embate entre a função social da terra e o direito absoluto e, conseqüentemente, das implicações que esse confronto político e jurídico traz para o processo de Reforma Agrária no Brasil.

2.1 A ORIGEM DA PROPRIEDADE PRIVADA, DA FAMÍLIA E DO ESTADO

As terras dos príncipes e as outras propriedades fundiárias feudais, bem como todas as minas, pedreiras, etc., devem ser transformadas em propriedades do Estado. Nessas terras, organizar-se-á a agricultura se exercerá em larga escala e com recurso aos mais modernos processos científicos, no interesse da coletividade (MARX e ENGELS, 2000, p.129).

Esse trecho do programa elaborado para o Manifesto do Partido Comunista de 1848 aponta a preocupação de Marx e Engels acerca da questão agrária, especialmente no que concerne à propriedade privada da terra (ou meios de produção). Nota-se nesse fragmento marxiano o objetivo de transformação das grandes propriedades (agrícolas ou não) em propriedades estatais. Hobsbawn (1983, p.35) relata que, segundo os primeiros filósofos, sociedades sem propriedade privada seriam mais naturais que sociedades pautadas na propriedade privada, sendo que aquelas são historicamente anteriores a estas. É nessa premissa que os filósofos setecentistas vão buscar inspiração para o comunismo, passando aos comunistas modernos do século seguinte.

Aqui, cabe notar a historicidade da propriedade privada. Foi Engels (2002) quem datou muito bem sua gênese no surgimento da família monogâmica na passagem da fase da barbárie para a civilização, ou mais especificamente, passagem do direito materno ao direito paterno, tendo a criação do Estado como pressuposto.

Antes de descrever esse surgimento da propriedade privada atrelada ao desenvolvimento das diversas formas de família, cabe notar que Marx e Engels ao estudarem os estágios da humanidade assinalaram a existência de várias formas de propriedade, entre elas, a tribal, a comunitária e a feudal (esta notadamente propriedade fundiária que servia para submeter o trabalho dos servos), a propriedade privada mobiliária e, por fim, a propriedade privada moderna. Esta última teria se desenvolvido juntamente com o direito privado que passou a exprimir

as “relações de propriedade existentes como o resultado de uma vontade geral” (MARX e ENGELS, 2007).

A primeira forma de propriedade, tribal, condicionada pela criação de gado, aparece como propriedade do Estado, de modo que o direito do indivíduo a desfrutá-la como uma simples *posse*, era limitada à propriedade da terra. Era, portanto, uma *propriedade imobiliária restrita*, diferente da forma de propriedade privada moderna, desenvolvida depois, que estava atrelada à *propriedade mobiliária*, no caso, de escravos.

Essa primeira forma de propriedade teria evoluído, passando à forma comunitária, fundiária feudal, mobiliária corporativa até destituir a ação do Estado em seu desenvolvimento e se tornar propriedade privada em estado puro, despojada de qualquer aparência de comunidade. A essa altura o Estado correspondente já era Estado Moderno, um Estado dos burgueses. Nas palavras de Marx e Engels:

(...) A burguesia, por ser já uma classe e não um simples estamento, acha-se obrigada a se organizar em um plano nacional e não apenas em plano local, e a conceder a seus interesses comuns uma forma geral. Diante da emancipação da propriedade privada da essência comunitária, o Estado torna-se uma existência própria junto à sociedade civil e à margem dela; mas ele não é, no entanto, mais do que a forma de organização a que necessariamente se submetem os burgueses, tanto no interior como no exterior, para a mútua garantia de sua propriedade e de seus interesses. (MARX e ENGELS, 2007, p.89)

Ainda esses autores criticaram seus contemporâneos quando estes afirmaram que o Estado só existe como pressuposto da propriedade privada. Sobre isso assinalaram:

(...) Os modernos escritores franceses, ingleses e norte-americanos se manifestam todos no sentido de que **o Estado apenas existe em função da propriedade privada**, de modo que isso também já alcançou a consciência comum. Uma vez que, o Estado a forma sob a qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns, e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, deduz-se que todas as instituições comuns se objetivam através do Estado e adquirem a forma política através dele. Daí, também, a ilusão de que a lei se fundamenta na vontade e, ademais, na vontade desgarrada de sua base real, na vontade livre. E, do mesmo modo, o direito é reduzido à lei (MARX e ENGELS, 2007, p.89 grifo nosso).

Ao analisar as relações entre o Estado e o Direito com a Propriedade, Marx e Engels (2007), observaram que o Direito privado se desenvolveu concomitantemente com a Propriedade Privada ao diluírem a comunidade natural. E também, a comunidade feudal no bojo do desenvolvimento do comércio e da indústria. Nesta

última etapa, numa parceria da classe nascente (burguesa) com os príncipes, o desenvolvimento do Direito Privado se fez necessário para derrubar a classe feudal. Assim, com o advento do direito privado, as “relações de propriedade vigentes” foram declaradas como resultado da vontade geral, criou-se assim, a ilusão de que a propriedade (então independente da comunidade) repousa sobre a simples vontade privada, sobre a livre disposição das coisas. Deste modo, o Direito teria criado uma “ilusão jurídica, que reduz o direito à mera vontade, necessariamente conduz, no desenvolvimento ulterior das relações de propriedade, a que uma pessoa possa ter um direito jurídico a uma coisa sem chegar a possuí-la de fato” (MARX; ENGELS, 2007, p.91).

Como caracterizou Engels (2002), a história da humanidade pode ser dividida em três estados: *selvagem*, *barbárie* e *civilização*, cada qual com variadas formas de família ou ausência desta no sentido que conhecemos, já que havia antes dessa forma de família monogâmica, a forma *gens* e outras formas de matrimônio por grupos. Sem nos determos muito no assunto, cabe uma síntese dessas formas de família em meio das quais surge a propriedade privada. A primeira forma de família, diferente de como concebemos hoje, foi a *família consanguinea* em que todos os membros eram maridos e mulheres uns dos outros, de modo que irmãos e primos podiam ter relações sexuais, o único limite era entre pais e filhos. Após a abolição das relações sexuais recíprocas entre irmãos e primos, institui-se a *família punaluana*, surgindo a categoria social de sobrinhos(as) e primos(as). Isso significou a cisão dos grupos. A primeira cisão, que origina a *família punaluana*, consistia no casamento de homens de um grupo com mulheres de outro, de modo que todos os irmãos de um grupo tinham como esposas comuns todas as irmãs de outro grupo. Daí a origem da palavra punaluana que significa irmãs que tinham vários maridos em comum, ou seja, todos os irmãos vindos de outro grupo. Essa forma de família foi sucedida pela *gens*. A instituição das *gens* impossibilitou o matrimônio por grupos entre irmãos. A *gens* formava-se por linha materna, de modo que os filhos de uma mesma mãe não pudessem ter relações sexuais recíprocas. Essa forma substitui a *punaluana* que possuía uma falha na supressão do incesto porque não havia restrições por diferenças de idade. Esta *família punaluana* definia que um homem de uma tribo tinha direito a todas as mulheres do outro grupo inclusive as filhas destas que, portanto, poderiam ser filhas deles. Note-se que tanto na família punaluana quanto na consanguinea e na *gens*, só se pode saber quem é a mãe da criança.

Que elas são formas que tentaram impedir o matrimônio entre consangüíneos e também que existem formas intermediárias entre elas, como exemplo, o matrimônio entre classes inteiras.

A forma de família que substituiu a gens foi a *sindiásmica*. Essa forma foi encontrada por Engels (2002) em muitas tribos indígenas americanas que buscaram proibir por completo toda forma de matrimônio entre consanguíneos que fossem identificadas. Engels (2002, p.54) assinalou que a família sindiásmica é “a forma de família característica da barbárie, como o matrimônio por grupos é a do estado selvagem e a monogamia é a da civilização”. Nas palavras do autor:

A família sindiásmica está na fase superior da barbárie e, neste estágio, o homem vive com uma mulher, mas de maneira tal que a poligamia e a infidelidade ocasional continuam a ser um direito dos homens, embora a poligamia seja raramente observada, por causas econômicas; ao mesmo tempo, exige-se a mais rigorosa fidelidade das mulheres, enquanto dure a vida em comum, sendo o adultério destas cruelmente castigado (ENGELS, 2002, p.48).

Portanto, a família sindiásmica, que substitui o matrimônio por grupos, é a precedente de nossa forma familiar, a monogâmica. Vale atentar que uma das características da família sindiásmica é o alto apreço pelas mulheres (predomínio do direito materno). Sobre isso, o autor assinalou:

Uma das idéias mais absurdas que nos transmitiu a Filosofia do século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não é só livre como, também, muito considerada (ENGELS, 2002, p.49).

Ainda esse autor diz que não haveria razões para que a forma de família sindiásmica reduzida a sua molécula biatômica: um homem e uma mulher passasse a uma nova forma. Só evoluiria para uma nova forma se surgissem forças impulsionadoras, as quais só apareceram na Europa. A saber, essa força provém da domesticação de animais e a criação do gado que abriram mananciais de riquezas até desconhecidas, criando relações sociais inteiramente novas.

Nesse sentido, Engels se pergunta a quem pertencia essa riqueza nova (cavalos, carneiros, bois, asnos, porcos) que possibilitava o fornecimento de carnes e leite? “Não há dúvida de que, na sua origem, pertenceu a gens. Mas bem cedo deve ter-se desenvolvido a propriedade privada dos rebanhos” (ENGELS, 2002, p.55).

O autor associa a escravidão a essa fase superior da barbárie, afirmando que o escravo não tinha valor algum no estado selvagem ou mesmo na fase inferior da

barbárie, como nos índios americanos que matavam seus inimigos ou os adotavam. A escravidão ganha sentido no momento em que a força de trabalho do homem possibilita criar excedentes – criação de animais, elaboração dos metais, a arte do tecido e agricultura – mas, sobretudo quando essa riqueza passa à propriedade da família. O chefe da família passa a ter não só a propriedade dos rebanhos animais, mas também dos escravos que passam a ter valor de troca. Essa necessidade do escravo na fase superior da barbárie ocorrera porque os membros da família não se multiplicavam na mesma rapidez que o gado. Aqui vale atentar que no direito materno, os filhos eram deserdados da propriedade dos pais já que não pertenciam a gens do falecido, mas só da mãe. Na morte do proprietário de rebanhos, esses passavam em primeiro lugar aos seus irmãos e irmãs e aos filhos destes, ao passo que seus próprios filhos viam-se deserdados. Sobre esse surgimento da propriedade privada, Engels assinalou:

Convertidas todas essas riquezas em propriedade particular das famílias, e aumentadas depois rapidamente, assestaram um rude golpe na sociedade alicerçada no matrimônio sindiásmico e na gens baseada no matriarcado. O matrimônio sindiásmico havia introduzido na família um elemento novo. Junto à verdadeira mãe tinha posto o verdadeiro pai, provavelmente mais autêntico que muitos pais de nossos dias. De acordo com a divisão do trabalho na família de então, cabia ao homem procurar a alimentação e os instrumentos de trabalho necessários para isso; conseqüentemente, era, por direito, o proprietário dos referidos instrumentos, e em caso de separação, leva-os consigo, da mesma forma que a mulher conservava seus utensílios domésticos (ENGELS, 2002, p.56).

Com o aumento da riqueza provinda dos rebanhos, o homem ganhava mais importância na família e, por isso, vai modificar a ordem de herança estabelecida para passá-la aos seus filhos. Abolindo, assim, o direito materno, o que significava manter os descendentes de um membro masculino da gens, ao passo que os descendentes femininos saíam. Isso quer dizer que a herança passava apenas aos filhos em detrimento da filiação feminina (sem direito de herança). Essa revolução deu origem ao *patriarcado* caracterizado pelo domínio paterno e pela incorporação dos escravos. Aliás, daí saiu a origem da palavra família - conjunto de escravos de homem – já que *famulus* significava escravo doméstico. Mas para tanto, foi necessária a instituição da monogamia. Segundo o autor, tratava-se de uma monogamia paternalista que se sobrepôs ao matrimônio.

A propriedade privada surge nessa transição, como pressuposto para a predominância paternalista. A mulher perde importância no seio da família ao mesmo tempo em que o homem acumula e sente necessidade de passar esses bens

acumulados para seus filhos. É preciso que a paternidade seja reconhecida e legítima, o que exige o instituto da monogamia. Como adverte Engels (2002), trata-se de monogamia feminina porque o homem continua a ser poligâmico, ou melhor, poliândrico. Ou seja, existe uma relação entre a gênese da propriedade privada e a supressão da mulher.

Mais que isso, a propriedade privada tem uma forte relação com a formação do Estado moderno, já que este surge para assegurar a propriedade privada moderna. Seguindo Engels (2002), pode-se assinalar que o Estado transforma a moderna propriedade privada em propriedade privada absoluta.

Na Grécia antiga, o Estado surge da corrosão da instituição gentílica. Aos poucos, o nascente Estado foi se sobrepondo a gens, diluindo-a e criando as suas próprias instituições, inclusive com a criação de ofícios de todas as espécies e de uma força naval (já que os gregos eram notadamente navegadores). Sobre isso, Engels escreveu:

(...) ao introduzir-se o direito paterno, a fortuna de uma rica herdeira que se casa passa ao marido dela, quer dizer, a outra gens, com o que se destrói todo o fundamento do direito gentílico; dessa forma, não apenas se terá por lícito, mas ainda por obrigatório, nesse caso, o casamento da jovem núbil no seio da sua gens, para evitar a saída das riquezas (ENGELS, 2002. p.101).

Vale notar que o regime gentílico, entre outros estatutos, era pautado numa grande família consanguínea que tinha um antepassado comum. Várias gens formavam as *fratrias* que, por sua vez, integravam as tribos. Dependendo da localização geográfica, as tribos podiam formar povos, havendo uma independência em qualquer grau dessa constituição, exceto na família – núcleo de tudo. Podia haver guerras entre as tribos, as quais tinham um conselho formado pelos chefes das gens ou *fratrias*, substituído pelo Senado quando nasce o Estado.

Além disso, o direito materno era um fundamento primordial do regime gentílico que para ter força precisava dos casamentos entre as gens, fortalecendo assim, a tribo. Como se observa na citação de Engels, o direito paterno se sobrepôs ao direito materno ocorrendo a gens, ao mesmo tempo que nascia o Estado. Nas palavras de Engels (2002, p.109), a decadência da gens começa com: “o direito paterno, com herança dos deveres pelos filhos, facilitando a acumulação das riquezas na família e tornando esta um poder contrário a gens”, o que gerou a diferenciação de riquezas. É nesse contexto que aumentam as guerras entre as tribos por terras, gado, fontes de água e outros recursos, formas de propriedade

privada, que acumuladas precisavam ser asseguradas. Dessa necessidade depreende-se a criação do Estado que surge como pressuposto e égide para a forma geral e dominante de propriedade na sociedade, agora não mais comunitária.

Sobre o nascimento do Estado e sua relação com a propriedade privada, vamos encontrar o seguinte esclarecimento na obra de Engels:

A riqueza passa a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições da gens são pervertidas para justificar-se a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência, faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunitárias da constituição gentílica, que não só consagrasse a **propriedade privada**, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas –; uma instituição que em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda.

E esta instituição nasceu. Inventou-se o **Estado** (ENGELS, 2002, p.109-110, grifo nosso).

Cabe ainda salientar que essa necessidade do Estado é, portanto, um conflito de classes que surgiam pela diferenciação que se deu logo após a corrosão do regime gentílico, no qual predominava a propriedade comunitária. Nesse sentido, concordamos com Feliciano (2009, p.42) quando nos diz que o Estado Moderno nasce da necessidade de conter os antagonismos das classes e em meio a esses conflitos, estando seu surgimento ligado ao domínio de uma das classes, a classe mais forte economicamente.

Note-se ainda que, sendo produto da luta de classes, o Estado pode negar os privilégios de uma classe, e, no caso brasileiro, conforme veremos mais adiante, a classe mais forte economicamente cooptou-o e forjou a Lei de Terras, instituindo a mercantilização da terra e o direito absoluto de propriedade privada da terra. Cabe salientar também que o Estado surge “como uma ordem jurídica, a fim de manter as necessidades dos detentores do poder, em determinado momento histórico” (FELICIANO, 2009, p.41). E as pessoas mais abastadas sabem que o Estado é produto da luta de classes, podendo ser transformado, moldado a seu favor, o que significa um perigo para as pessoas mais desfavorecidas, inclusive para a classe camponesa. Nesse sentido, não podemos pensar que a legislação apresenta brechas para ações de determinadas classes, mas que estas é que engendram modificações e interpretações para impor seus desejos e assegurar seus privilégios.

Em outras palavras, o que chamamos de brechas na lei, são na verdade, já interpretações que uma classe impôs por sua força ideológica, da qual os defensores do campesinato, quilombolas, indígenas, movimentos negros, minorias etc. não estão desprovidos.

Embora a elite agrária seja bem representada por um “lobby” no Congresso Nacional que até agora impediu a Reforma Agrária, o mesmo observando-se para outros setores da economia, é preciso fortalecer o bom trabalho de promotores, procuradores, legisladores bem formados e nos professores universitários de diversas áreas do conhecimento em favor dos mais desfavorecidos para forjar um equilíbrio maior nessa luta de classes.

Ainda sobre a luta de classes na constituição do Estado, seguindo Poulantzas⁶³, Feliciano explicitou:

Em princípio, o Estado não foi criado apenas para realizar ações que venham a privilegiar uma parte hegemônica de uma sociedade de classe, para isso, utiliza seus mecanismos repressivos ou ideológicos. É evidente que a ideologia da classe dominante exerce grande força nos aparelhos ideológicos do Estado, mas sua ação deve ser compreendida apenas como uma força destruidora e repressora. O Estado pode, ainda, apresentar condições mais positivas, criando, transformando e realizando (FELICIANO, 2009, p. 44).

Segundo Poulantzas (1980), Feliciano nos adverte que o Estado além de ser portador do binômio repressão-ideologia, consagrando o poder de uma classe sobre a classe oprimida/dominada, é também intermediador dos conflitos de classes. Devendo, pois, assegurar a harmonia. Por outras palavras, para relacionar-se com as massas, o Estado deve ceder a elas suas necessidades mais básicas. Sem negar que muitos movimentos foram reprimidos de forma parcial ou absoluta (Canudos, Contestado, as ligas camponesas nordestinas e até mesmo o MST), somente com base no pressuposto de que o Estado tem uma positividade é que se pode compreender o surgimento de movimentos reivindicatórios como o MST, o movimento negro e quilombola etc.

A esse respeito, veja-se o trabalho de Christillino (2004) no qual se descreve a luta dos ervateiros pelo direito de uso das terras comunais no sul do país, anteriores às ligas camponesas do nordeste. Uma luta de classes travada entre esses sujeitos simples e os senhores de terras, em que o Estado foi favorável à

⁶³ A obra de Poulantzas com a qual o autor dialoga é *O Estado, o poder, o socialismo*. Além dessa, Feliciano (2009) embasa-se em Marx e Engels e na obra *Aparelhos ideológicos de Estado* de ALTHUSSER.

classe oprimida, garantindo-lhe o direito de uso das terras comunais de domínio público e não permitindo sua apropriação privada.

Deste modo, concordamos com Feliciano (2009) e com os marxistas de forma geral, quando informam que o Estado é bem mais que um simples aparelho a serviço das classes dominantes. A função social da terra, por exemplo, é uma conquista que minou o direito absoluto. O mesmo pode-se dizer das leis que asseguram o direito de propriedade dos indígenas e quilombolas, ao qual o direito absoluto teve de submeter-se. Some-se a estes, o direito ambiental, de modo que a propriedade privada só tem validade desde que não entre em litígio com esses três regimes de propriedade (direitos superiores de propriedade em nossa legislação). Nesse sentido, alguns governos são infratores da lei, pois, além de não amparem a posse camponesa, negam a função social, a posse indígena e quilombola, de uma forma geral, consagradas na Constituição Federal (e até mesmo estaduais).

No século XIX, no entanto, o Estado brasileiro estava quase que completamente impregnado da ideologia da classe dominante, a saber, a classe dos fazendeiros (senhores de escravos) que aprovou a Lei de Terras e aboliu a escravidão somente quando esta já não era sustentável. Não por acaso, o movimento negro prefere falar que a Lei Áurea foi um golpe contra a etnia negra em nome da política de embranquecimento e não uma revolução.

2.2 FORMAÇÃO DE FAZENDAS E POSSEIROS NO SESMARIALISMO BRASILEIRO: FUNÇÃO ECONÔMICA DA TERRA

Como já foi dito na introdução deste trabalho, o direito absoluto de propriedade privada da terra no Brasil foi consagrado com a *Lei nº 601 de 1850*, conhecida como a *Lei de Terras*. Vale notar que no âmbito de direito agrário, o direito absoluto é tido como uma forma arcaica que na prática subjuga a função social da terra, a qual, nos atuais compêndios de leis, tem muito mais substância jurídica do que a propriedade privada absoluta.

A *absolutização da propriedade privada da terra* significa que a terra tornou-se mercadoria, portanto, algo que se compra e se vende, baseada em contratos de mercado, tendo preço e servindo de garantia de dívidas, assim como de substrato à

aplicação de capital. Cabe ainda salientar que a Lei nº601 de 1850 estabeleceu preços, sobretudo para as terras devolutas ou públicas.

O economista político Roberto Smith (1990, p.19) a chama de “*moderna propriedade fundiária*”, a qual superou “a arcaica propriedade feudal que servia apenas à extração da renda feudal”. Deste modo, a propriedade privada absoluta passou a ser reivindicada e defendida pelos proprietários de terra para que possam *usar e dispor* de seus bens da forma que lhes convier, o que de fato estava prescrito em nossa Constituição de 1824, na qual se preconizou a propriedade plena que não aparece nos Textos Magnos seguintes, tampouco no de 1988. Isso consubstancia que a propriedade privada absoluta é uma farsa diante da jurisprudência, já que não tem substancia jurídica mais sim política. É esse postulado que esclareceremos no decorrer deste trabalho.

Também Feliciano (2009) postou-se contrário à ideia de que a propriedade privada é um direito absoluto. O autor (2009, p.50) esclareceu que o sentido de “*dispor*” a que os formuladores jurídicos da propriedade privada se referiam está muito longe do atual sentido capitalista. Ainda o autor alegou que “*dispor*” nos dizeres de São Tomás de Aquino (século XIII) tinha o significado contrário, pois postulava que mesmo a pessoa acumulando propriedades por méritos próprios não deveria acumular em proveito individual, mas distribuí-las aos que não possuíam.

Ainda Feliciano (2009, p.51-2) explicitou que mais tarde esse sentido foi reafirmado nas ideias de John Locke (1632-1704) que acrescentou à propriedade o que hoje chamamos de função social. Para manter o direito de propriedade era preciso não deixá-la estragar, corroer ou cair em corrupção⁶⁴.

Posteriormente, o mesmo Locke, justificou a acumulação da propriedade, sob a condição de que o dono contratasse pessoas para evitar-lhe a deterioração (improdutividade). Assim, Locke justificou a exploração do homem pelo homem e legitimou o direito de propriedade privada, num sentido muito próximo do que chamamos de empresa agrícola, pois, a improdutividade continuava condenada em Locke como é teoricamente em nossa legislação. Sobre isso, Feliciano explanou:

Com o desenvolvimento do capitalismo, a terra legitimada como um direito de propriedade passou a ser uma mercadoria, deixando de ser exclusivamente uma provedora de alimentos, para ser uma reprodutora de capital, auferindo renda e poder aos seus detentores. Por sua vez, os trabalhadores e camponeses, os quais não detinham os meios de produção, cabia apenas a liberdade de vender sua força de trabalho (FELICIANO,

⁶⁴ A palavra corrupção foi usada como sinônimo de estragar, deixar em desuso, improdutiva.

2009, p.52).

Antes da absolutização da propriedade privada da terra, o Brasil passou pelo *regime sesmarial* e depois pelo *regime de posseção*. Este se caracterizava pela ausência de emissão de sesmarias, não podendo ser confundido como uma completa alienação do Estado Imperial nascente no que concerne à apropriação territorial.

Em ambos os regimes estava presente o fundamento da escravidão como forma dominante e generalizada da produção, mas distinguiam-se quanto à forma de apropriação territorial, pois, no sesmarialismo, o proprietário ganhava a terra sob a condição da produtividade. Havia, portanto, uma obrigação jurídica do sesmeiro em relação ao Estado português, de honrar seus domínios com a efetivação da posse útil. Em outras palavras, caso o sesmeiro não cultivasse a terra de forma proveitosa economicamente em determinado prazo não recebia o domínio (título), de modo que as terras concedidas eram doadas a outro sesmeiro.

Já no regime de posseção, a apropriação territorial se dava já com a posse útil, ou seja, não havia concessão da coroa brasileira. Vale atentar que essa posse efetivada pela morada e cultivo não garantia o direito de propriedade (o domínio). De qualquer forma, com objetivo de regularizar e separar as terras particulares e apossadas das terras devolutas (públicas), o Império legalizou muitas posses a partir da Lei de Terras de 1850. Note-se ainda que no sesmarialismo, o domínio mesmo efetivado poderia retornar à Coroa portuguesa em caso de deterioração das terras (improdutividade). Não existia, portanto, a propriedade privada absoluta. Todavia, o título de sesmarias serviu como documento comprobatório para a nascente propriedade privada absoluta. Em outras palavras, a Lei de Terras transformou sesmarias em latifúndios. Como bem postulou Marés (2003, p.63), “as sesmarias geraram terras de especulação do poder local, e originaram uma estrutura fundiária assentada no latifúndio, injusta e opressiva”.

Contudo, cabe salientar que não foi o sesmarialismo em si, como regime, que promoveu a formação de latifúndios, mas a distorção desse regime de apropriação e regularização territorial na sua aplicação ao Brasil Colonial. Sobre isso, Silva (1996) fez uma importante observação assinalando que havia uma distinção entre o sesmarialismo adotado aqui e sua forma clássica em Portugal. Segundo a autora, o sesmarialismo português tinha como pré-requisito que se cultivasse a terra como

parte da acumulação primitiva metropolitana. Dito de outra forma, o sesmeiro deveria imprimir uma função econômica à terra para assegurar seu direito de propriedade, não podendo deixar a terra cair em corrupção. No entanto, a deterioração (improdutividade) da propriedade foi a regra no sesmarialismo brasileiro.

É nesse contexto de distorção do regime sesmarial que se dá a primeira formação de latifúndios no Brasil. Deste modo, a nosso ver, o sesmarialismo é apenas o germe da questão agrária, pois o latifúndio improdutivo era ilegítimo sob esse regime, mesmo no Brasil. Assim, a Lei de Terras de 1850 deveria legalizar apenas as grandes extensões de terras de origem sesmeiras sob a condição de estarem produzindo, no entanto a lei foi burlada, efetivando-se também as antigas sesmarias improdutivas. Sobre isso, cabe transcrever o seguinte artigo do decreto que regulava a lei de Terras, onde se prescreve:

Art. 27 Estão sujeitas à revalidação as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral, ou Provincial que, estando ainda no domínio dos primeiros sesmeiros, ou concessionários, **se acharem cultivadas**, ou com princípio de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro, ou concessionário, ou de quem o represente, e que não tiverem sendo medidas, e demarcadas (Lei nº 1.318 de 1854, grifo nosso).

Portanto, o decreto nº 1318 de 1854 ordenava a legitimação dos títulos de sesmarias, observando-se a posse efetiva, ou seja, era preciso que o antigo sesmeiro mantivesse a terra cultivada. Essa prescrição confirma que as grandes fazendas que se depreenderam das sesmarias eram ilegítimas juridicamente. Deste modo, é um equívoco afirmar que a sesmaria, assim como seu desdobramento em propriedade privada latifundiária não exigiam a utilização da terra como fundamento para o direito de propriedade sesmeira. Assim sendo, não é a Lei de Terras que cria a grande fazenda, esta já estava disseminada e foi reconhecida sob a má aplicação dessa lei, o que só foi possível devido a força econômica e política que a elite agrária sempre deteve no Brasil.

Em contrapartida, até hoje muitas posses transmitidas pelo direito consuetudinário ainda não foram reconhecidas, de modo que o elo mais fraco, no âmbito político, da economia imperial não teve seus direitos efetivados. Sobre isso, além do art.27, já transcrito, o decreto da regularização da Lei de Terras ainda prescreve:

Art. 40 Se a medição requerida for de sesmaria, ou outra concessão do Governo, fará proceder à ela de conformidade com os rumos, e confrontações designadas no título de concessão; contanto que a sesmaria **tenha cultura efetiva, e morada habitual** como determina o art. 6º da Lei

nº 601, de 18 de setembro de 1850.

Art. 41 Se dentro dos limites da sesmaria, ou concessão, **encontrarem posses com cultura efetiva, e morada habitual**, em circunstâncias de serem legitimadas, examinarão se essas posses têm em seu favor alguma das exceções constantes da segunda parte do § 2º do art. 5º da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850; e verificada alguma das ditas exceções, em favor das posses, deverão elas ser medidas, a **fim de que os respectivos posseiros obtenham a sua legitimação**, medindo-se neste caso para o sesmeiro, ou concessionário o terreno, que restar da sesmaria, ou concessão, se o sesmeiro não preferir o rateio, de que trata o § 3º do art. 5º da Lei (Lei nº 1.318 de 1854, grifos nossos).

Observa-se que a sesmaria, assim como as posses só poderiam ser efetivadas sob a observância da terra culta e morada habitual, não podendo esta ser confundida com simples roça conforme prescreve o artigo sexto⁶⁵ da Lei de Terras invocado no art. 40 do decreto 1318/54.

No Brasil, o regime sesmarial vigorou até poucos dias antes da Independência, quando em 17 de julho de 1822 uma Resolução do Príncipe Regente proibiu a concessão de sesmarias, deixando um curto período de vacância no que concerne à regularização fundiária. Somente com a Constituição Federal de 1824 o Império nascente pôde contar com alguma regularização territorial que seria completada com a Lei nº 601 de 1850 quando passou a vigorar a mercantilização da terra.

Cabe ressaltar que o imperador Dom Pedro I manteve os títulos de sesmarias que haviam sido concedidos antes da revogação do regime sesmarial, servindo, inclusive de documento comprobatório para o nascente direito de propriedade privada absoluta, inaugurado com o art. 179 da Constituição Federal de 1824⁶⁶ e consagrado com a Lei de Terras.

Sobre o fim do sesmarialismo brasileiro, Marés (2003, p.63) assinalou que “o instituto jurídico das sesmarias encontrou seu fim, não por uma deliberação isolada do governante da época, mas por sua absoluta incompatibilidade como o novo sistema jurídico estruturado no fim do XVIII e começo do XIX”. De qualquer modo,

⁶⁵ Art. 6º Não se haverá por princípio da cultura para a revalidação das sesmarias ou outras concessões do Governo, nem para a legitimação de qualquer posse, os simples roçados, derribadas ou queimas de matts ou campos, levantamentos de ranchos e outros actos de semelhante natureza, não sendo acompanhados da cultura effectiva e morada habitual exigidas no artigo antecedente (Lei nº 601 de 1850).

⁶⁶ Art. 179 – A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é assegurada pela Constituição do Império, pela maneira seguinte: XXII. É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem publico legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será elle previamente indemnizado do valor della. A Lei marcará os casos em que terá logar esta unica excepção, e dará as regras para se determinar a indemnisação (CF1824, grifo nosso).

uma nova concepção de propriedade substituiria a propriedade privada dos antigos regimes de sesmarias e de possessão. O autor explicitou essa passagem da seguinte forma:

O novo sistema nascia sob a égide das garantias dos direitos individuais e a não intervenção do Estado na economia e na propriedade. A função do Estado era apenas garantir os direitos individuais, entre eles o de propriedade, aliás, o mais elaborado juridicamente (MARÉS, 2002, p.64).

Ainda segundo Marés (2002, p.64) essa nova forma de propriedade que substituiu a sesmaria era uma propriedade plena, absoluta e “foi garantida como o principal dos direitos, em cujo conteúdo estava o direito de usar ou não usar a coisa e dela dispor, destruindo-a ou vendendo-a”. Trata-se da propriedade privada absolutizada que trazia um novo conteúdo, diferindo-a substancialmente da propriedade privada formulada por São Tomás de Aquino no século XIII, pois desobrigava o proprietário de observar o pressuposto da não corrupção (deterioração) para ser legitimada. O direito absoluto de propriedade privada pautava-se ainda no caráter de perpetuidade e não era limitada por qualquer função social, exceto pelo interesse público do Estado por meio da desapropriação, havendo a indenização como forma de reconhecimento do direito individual.

Deve-se salientar que é em meio ao regime sesmarial que devemos buscar as origens da escravidão e formação de quilombos no Vale do Ribeira. No que concerne ao estado de São de Paulo, vale atentar que os escravos têm duas origens temporais. A primeira refere-se às áreas pioneiras de mineração no Brasil que se situavam no Vale do Ribeira paulista ainda nos primeiros séculos de colonização. A decadência dessa mineração no Vale levou à formação de muitos quilombos num momento em que a grande maioria dos escravos estava nas regiões mineradoras de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais e também nas regiões açucareiras do nordeste. A segunda etapa da escravidão negra paulista se dá tardiamente em relação às regiões citadas, já que, em 1823, a então província de São Paulo tinha apenas 2 mil escravos negros, ao passo que as províncias do Pernambuco e Minas Gerais tinham respectivamente 273 mil e 215 mil; Rio de Janeiro e Bahia tinham 150 mil cada uma.

Portanto, não é a atividade cafeeira a responsável pela introdução dos negros que resultou mais tarde na formação dos quilombos do Vale do Ribeira, mas sim a mineração local. O café foi responsável pela maciça introdução de cativos negros no período de 1823-1850. E também no período de 1850-1888 quando houve um afluxo de centenas de milhares de escravos deslocados das fazendas nordestinas e das

áreas mineradoras para a expansão cafeeira sudestina, fazendo com que São Paulo e Rio de Janeiro concentrassem mais de 50% dos cativos em 1887. Portanto, esse segundo momento da escravidão paulista deu-se no bojo do movimento abolicionista, momento em que se estava em curso a expansão cafeeira, a qual exigia uma solução para a questão da força de trabalho. Como se sabe tal solução foi a Lei de Terras e Imigração de 1850. Não por acaso, Martins (1997) assinalou que a questão agrária é, na verdade, o desdobramento da questão do trabalho. Nesse sentido, o autor vai afirmar que a questão agrária brasileira só existe a partir de 1850, havendo antes questão do trabalho, da força de trabalho.

Em uma outra abordagem sobre a gênese da questão agrária, não se deve esquecer que, paralelamente ao processo de plantation pautado na escravidão, havia centenas de milhares de camponeses posseiros, arrendatários e agregados que já existiam à margem do regime fundiário sesmarial e, ao mesmo tempo, como suporte do sistema de sesmarialismo brasileiro, pois daí advinha a produção de alimentos no país.

Como revelou Lígia Silva (1996), o regime sesmarial tinha como um de seus atributos a efetiva ocupação da terra de forma produtiva, caso contrário a terra era revertida à Coroa. Portanto, esse regime de propriedade, na sua forma original, era incompatível com a formação de latifúndios. Nas palavras de Martins (1997a, p.13, em nota de rodapé): “A terra não era propriedade do fazendeiro; era apenas uma concessão territorial”. Nesse sentido, a grande fazenda existia, mas ainda não era o latifúndio que conhecemos hoje, pois, o fazendeiro não tinha o direito absoluto sobre a propriedade, a qual poderia voltar ao domínio do Estado. O fato é que, mesmo inexistindo o *direito absoluto de propriedade privada da terra*, já havia a disseminação de grandes fazendas em todo o território, pois essas propriedades (grandes posses) foram validadas pela Lei de Terras, tornando a **posse** em **domínio**. Havia uma nítida dissociação entre *posse útil* e o *domínio* da propriedade, de modo que este nas mãos do Estado impedia a formação de latifúndios improdutivos, ao menos no âmbito jurídico, portanto, o direito absoluto era ilegítimo.

Ainda Martins (1982, p.71) denota que os primeiros posseiros foram aqueles que não reuniam atributos necessários para receber uma sesmaria, no geral, mestiços e bastardos, os quais também não tinham direito de herança. Como nos relatou Silva (1996), esses atributos eram, portanto, de ordem econômica e moral. Já no regime sesmarial, a simples posse da propriedade tinha um caráter

subversivo, e já era bastante difundido, sobretudo no nordeste da crise canavieira. É uma lei portuguesa de 1767 que reconhece juridicamente a figura do posseiro, concedendo-lhe alguns direitos sobre a terra que havia cultivado. Todavia, como já foi dito, o reconhecimento de sesmaria não era para todos, mas circunscrito aos brancos puros de sangue e católicos, de modo que não podiam ser sesmeiros os hereges, os gentios, os negros, os mouros, os judeus e os mestiços. Vale ainda atentar, que no sesmarialismo, o que havia era a função econômica da terra e não função social. Somente meses antes da Independência, em 1822, é que esses excluídos passaram a ter oportunidade de posse com o fim do regime sesmarial. Começava a dominar o *regime de posseção*, antes marginal e ilegal, vigorando até 1850. Note-se ainda que, no período 1822-1850, houve disseminação tanto da pequena quanto da grande posse.

É nesse sentido que se pode falar da formação de grandes propriedades no regime sesmarial (propriedades ainda não privadas e que se metamorfosear-se-iam mais tarde em latifúndios), pois inexistia o domínio da propriedade, logo, o direito absoluto (ou propriedade privada absoluta). Também no contexto do Regime de Posseção como forma geral e dominante entre 1822 e 1850, a grande fazenda era incompatível (embora estivesse disseminada), uma vez que este regime não significou a ausência total do Estado brasileiro no que concerne à apropriação territorial no período de 1822-1850. Ao contrário do que se pensava, havia nesse momento, tanto a regularização da terra quanto a proibição de doações de grandes extensões de terras públicas, conforme prescrevia a Constituição Federal de 1824, preconizando como no regime sesmarial uma ordem econômica de apropriação territorial.

Nesse período que se estende da Independência à Lei de Terras de 1850, a Constituição de 1822 criou a propriedade privada plena. Dessa forma, o período 1822-1850 foi chamado, por muitos autores, de regime de posseção porque o que vigorou mesmo foi a livre posse, não só a pequena posse mas também a apropriação de grandes extensões de terras. E, mesmo após a Lei de Terras de 1850, com a proibição sistemática da livre apropriação territorial, a grande posse continuou sob a conhecida prática de grilagens.

Ao fazer um balanço da situação fundiária nas três primeiras décadas da aplicação da Lei de Terras e ao analisar os relatórios oficiais das províncias realizados na década de 1880, Silva (1996, p.187-206) constatou que a província do

Rio Grande do Sul, por exemplo, a que mais apresentou dados, revelou que seu primeiro momento de ocupação (até 1850) deu-se com base em grandes propriedades, provenientes tanto de grandes posses quanto de sesmarias. Em 1885, o presidente dessa província, Júlio Albuquerque de Barros, com base no trabalho do Serviço de Terras, alertava para o fato de que ainda estava havendo legitimação de novas posses mesmo 30 anos depois da Lei nº 601 de 1850. Sem falar nas doações de grandes imóveis, sob o disfarce de revalidação de sesmarias. Só nos anos de 1881 e 1882 haviam sido doados 220 mil hectares de terras, uma quantia imensa, quando se sabe que os lotes dos núcleos coloniais mediam 25 hectares. Portanto, em dois anos foi grilada ou doada “a meia dúzia de pessoas”, uma área que dava para assentar mais de 8 mil colonos.

É sobre essa apropriação territorial no primeiro meio século pós-lei de terras que Christillino (2010) analisa em sua tese, afirmando que a província sul-rio-grandense assistiu a prática da grilagem de terras, sobretudo para produção da erva-mate e do charque. Período em que houve apropriação das matas para cultivo da erva-mate, formando-se uma “elite grileira”, uma vez que a Lei de Terras proibia a posse pautada na simples atividade extrativista. Segundo esse autor, como a erva-mate era a segunda atividade mais importante da província, acabou por incrementar o mercado de terras. E, ao mesmo tempo em que a posse era proibida, formaram-se os latifúndios por meio de grilagens e doações abusivas (corruptas) de terras.

Assim, essa elite grileira da província mais meridional do Brasil colocou em cheque a Lei de Terras de 1850. Ainda sobre o Rio Grande do Sul, vale atentar para o fato de que a apropriação territorial no regime de livre posse foi uma das causas para a separação da província em 1836, conformando-se em Estado independente. Conforme assinalou Christillino (2010, p.28), os dirigentes imperiais se aproximaram das elites sul-rio-grandenses por meio da afirmação da propriedade privada da terra. Muitos milicianos desta província receberam concessões de terras abusivas e corruptas e para manterem precisavam se aproximar dos dirigentes imperiais contra os revolucionários liderados por Bento Gonçalves, contrário ao latifúndio. Esse fragmento de nossa história revela que sob o período do regime de posse não houve ausência de regularização nem ausência de conflitos pela terra. E, portanto, o regime de livre posse foi um período de disseminação de latifúndios.

Nesse sentido, Christillino (2010) vai negar a tese de Martins desenvolvida

n' *O Cativo da Terra*, dizendo que a mercantilização e o mercado de terras já era muito importante mesmo antes da Lei de Terras e abolição do tráfico negro. A nosso ver, Christillino está certo em parte, pois, como ele bem observou na província sulina já havia um mercado de terras mesmo antes da instituição da Lei nº 601 de 1850. Todavia, esse mercado de terras só se intensifica e tem fortes implicações sobre a força de trabalho livre (sobretudo de origem imigrante) com a instituição dessa lei que faz da terra uma mercadoria⁶⁷, logo, um negócio. Segundo esse autor, a segunda etapa da imigração no Brasil Meridional deveu-se ao interesse da elite gaúcha no mercado de terras nascente. Com a Lei de Terras de 1850, a elite do Rio Grande do Sul tornou-se concessionária, mediando a venda e a compra de terras entre a província e os imigrantes europeus, com destaque para alemães e italianos.

Ainda Christillino (p.139-145) salientou a importância de outros elementos que corroboraram no processo de imigração brasileiro. Além da chamada crise de braços para a lavoura instaurada com a lei Eusébio de Queiroz (abolição do tráfico), cabe ressaltar o interesse da elite econômica no negócio da venda de terras e o interesse do branqueamento populacional.

Conforme aprofundaremos mais adiante, a política do branqueamento era um projeto nacional que remonta ao início do século XIX, aprofundando-se mais tarde com a tese do Conde Gobinau. Era muito comum na Europa a ideia de que nossa “raça” mestiça era “numericamente exígua, moralmente decaída e culturalmente despreparada para enfrentar o desafio de explorar uma natureza tão pródiga” (LISBOA, 2000 apud CHRISTILLINO, 2010, p.142). Acreditava-se ainda que a “raça” branca era geneticamente superior às demais, sendo necessário mestiçar cada vez mais os pardos com os brancos para melhoria genética. Havia, portanto, de um lado, o interesse do Estado em promover a imigração européia e, de outro, o interesse da elite econômica no novo negócio de terras. Soma-se a essa parceria entre o Estado e os novos proprietários de terras⁶⁸, que foi mais evidente no sul do país, outra associação, entre o Estado e os fazendeiros, ainda senhores de escravos, mas que trataram logo de estabelecer um sistema de parceria com os colonos recém-chegados para suprir a carência de ‘braços’ para a lavoura. De qualquer forma, nota-

⁶⁷ Note-se, uma mercadoria sem valor, pois não resultou do trabalho, mas com preço.

⁶⁸ Esses proprietários de terras que viram na mercantilização instituída pela Lei nº 601 de 1850 a oportunidade de um negócio diferenciavam-se dos senhores de terras descendentes de sesmeiros cujo negócio era a produção primeiro pautada no trabalho escravo e depois sob o sistema de parceria. Só mais tarde ambos formaram a classe latifundiária.

se que, antes da Lei nº 601 de 1850, o mercado de terras era incipiente.

Ademais, cabe destacar que em sua análise da passagem do cativo do negro para o cativo da terra, Martins não negou a existência da mercantilização da terra antes da Lei nº 601, apenas ressaltou que durante a acumulação mercantil o peso do escravo na acumulação primitiva de capitais foi de longe mais importante que a terra, o que se inverte de forma quase gradual a partir de 1850. Só a partir desse ano, a colonização dirigida pelo Estado foi sistemática, trasladando um grande afluxo de imigrantes livres e alavancando, assim, o incipiente mercado de terras, composto por poucos proprietários, já que antes o negro tinha direito à propriedade da terra, e encontrava-se já bastante disseminada a apropriação por meio da posse.

Conforme descreveu Suzuki (2002, p.15), até a absolutização da propriedade privada da terra, a reprodução das relações sociais de produção estava calcada na concessão de terras, no trabalho escravo e no capital mercantil. Incorporavam-se ainda à lógica do capital mercantil alguns homens livres com base na pequena produção agrícola, o que teve uma mudança substancial com a passagem ao capitalismo industrial e instituição de seu pressuposto, a propriedade privada absoluta.

É, portanto, o desenvolvimento do capitalismo, na sua forma industrial que exige o fim da escravatura. No Brasil, a abolição da escravidão negra se daria de forma gradual para que os fazendeiros não fossem surpreendidos repentinamente, o que significaria uma crise econômica para o país recém liberto. Dessa forma, o Estado não precisaria indenizar os fazendeiros – que na época eram mais senhores de escravos do que de terras – por suas repentinas perdas de propriedade sobre outros humanos.

2.3 METAMORFOSE DA RENDA DO ESCRAVO NA RENDA CAPITALIZADA DA TERRA

No Brasil, a mercantilização da terra nasce no bojo da transição do trabalho escravo para o livre, sendo “o pressuposto para a mercantilização da força de trabalho” (SMITH, 1990, p.17). Passa a ter preço enquanto renda capitalizada. No âmbito externo, a formação da propriedade privada da terra e a formação do

mercado de trabalho assalariado eram os dois pressupostos para a transição do capitalismo comercial ao industrial.

No capitalismo comercial, as terras abertas nas colônias com acumulação mercantil escravista e renda do escravo, ou seja, submissão do produtor escravista ao capital mercantil eram a base do sistema. Essa forma de produzir foi sendo desestruturada com o capital industrial, o qual necessitou da mercantilização da terra.

A Lei de Terras inicia o período “em que a terra não é só um instrumento para explorar o trabalho de outro e extrair um excedente, mas é também uma base da acumulação capitalista – a conversão da renda em capital” (MARTINS, 1986, p.34). Além disso, cabe ressaltar que a abolição da escravatura, ao libertar o escravo, libertou mesmo, foi o fazendeiro do ônus de imobilização de grandes capitais na compra do escravo, conforme bem explicitou Martins n’*O Cativo da Terra*. Para Smith (1993, p.6) não se tratava de imobilização de capital, mas de inversão do capital dinheiro em escravos, o que, porém, não retirava a condição do capital enquanto capital mercantil, e não interrompia nenhum circuito, já que a produção colonial escravista estava submetida à esfera da circulação, logo, era parte da produção mercantil. Como descrito pelo autor:

(...) a acumulação escravista era em última análise, o processo onde se compram escravos para comprar mais escravos. A acumulação escravista era parte integrante de um todo mais abrangente – a acumulação mercantil - enquanto acumulação subordinada à acumulação mercantil (SMITH, 1993, p.6).

Com efeito, tanto Martins como Smith partiram da categoria de renda do escravo, concordando que na economia colonial, o escravo não entrava no circuito produtivo como capital fixo no sentido estrito, mas como renda capitalizada. Em outras palavras, ambos os autores não tratam o escravo como coisa, mas sim como equivalente de capital. Sobre isso, vale lembrar um dos pressupostos de Marx n’*O Capital*, quando conceitua a mercadoria: tanto terra como escravo são vendidos e comprados como mercadoria, mas não são um mercadoria no sentido estrito, pois embora tenham preço, não têm valor, uma vez que não foram produzidos pelo trabalho humano.

Ainda sobre a categoria *renda do escravo*, Smith (1993) fez importantes considerações. Em meio a abundância de terras, a propriedade da terra não aparece como fundamento do processo de acumulação escravista mercantil, já que a

propriedade mercantil do escravo era a forma geral e relevante de propriedade na acumulação colonial escravista. Mesmo após a promulgação da Lei de Terras de 1850, a propriedade da terra ainda aparecia como fundamento secundário na produção mercantil, ganhando destaque apenas após a abolição da escravatura. Já que efetivamente, até o momento de passagem da renda do escravo para renda da terra, era o escravo que servia como hipoteca para a expansão das fazendas.

Como descrito por Smith (1993), há uma relação entre a renda do escravo, o preço do produto colonial e o preço do escravo, de modo que a renda do escravo é inversamente proporcional ao preço do escravo e diretamente ao preço do produto. Em outras palavras, para que o fazendeiro elevasse sua renda do escravo era preciso que o preço do escravo estivesse baixo e o preço do seu produto estivesse em alta. Uma contradição se estabelecia nessa relação porque quando o preço do produto estava em alta, como reflexo no mercado (nas cotações dos produtos de exportação), também o preço do escravo estava em alta. A contradição se encerra no momento em que, na fase expansiva, o fazendeiro se antecipava à alta do preço do escravo adiantando sua compra no que conhecemos como renda capitalizada do escravo que caracteriza-se pelo adiantamento da renda ao traficante. É como se o preço do escravo se tornasse mais baixo mesmo nas fases de expansão e, com isso, o fazendeiro obtinha mais renda do escravo. Sendo de interesse tanto do traficante quanto do produtor escravista que o preço do produto colonial garantisse tanto o preço do escravo quanto a renda do escravo. Em outras palavras, o preço do produto colonial não podia ser muito baixo porque deduzia o preço do escravo e ao mesmo tempo da renda do escravo, prejudicando traficante e produtor escravista. Do contrário, o preço do produto estando elevado, aumentava o preço do escravo e garantia-se a renda ao traficante, mas deduzia-se a renda do escravo do produtor escravista, caso esse não se antecipasse à fase de expansão, imobilizando seu capital em renda capitalizada, ou seja, compra antecipada do escravo.

Julgamos conveniente salientar que após a abolição do tráfico, os fazendeiros se viram diante da expansão das fazendas, logo, da necessidade de ampliar o número de mão-de-obra e, ao mesmo tempo, se viram diante da escassez relativa de escravos, logo, do aumento de seu preço. Todavia, isso não representou um problema para os fazendeiros, pois, como já foi dito, aproveitaram a alta do preço do escravo na hipoteca de suas fazendas.

O desenvolvimento do capitalismo na Europa, sem dúvida, esteve atrelado à

moderna propriedade fundiária (propriedade capitalista), pois ela foi o pressuposto para os processos de expropriação e proletarização, como ocorreu na Inglaterra nos séculos XVI a XVIII. Esses processos, ao promoverem o divórcio entre homem e seus meios de produção (a terra), faziam desse um vendedor da sua força de trabalho. Todavia, diante da abertura de terras atlânticas, sobretudo EUA e Argentina, muitos se recusaram a vender sua força de trabalho. Fato que não atrapalhava o desenvolvimento do capitalismo industrial britânico, uma vez que a expropriação era grande e nem todos se recusaram à proletarização, pois a América era uma aventura. Aqui vale notar uma observação, nossa leitura de Marx (1984) acerca da *Teoria Moderna da Colonização*, nos leva a concluir que no processo de transição do feudalismo para o capitalismo, a expropriação de terras só era um pressuposto para o desenvolvimento do capitalismo na Europa, ocorrendo o contrário nos Estados Unidos. Sobre essa migração para a América, Smith fez a seguinte observação:

(...) O espaço colonial que se abre, principalmente na América, coloca-se como uma forma contraditória à trajetória da transição capitalista européia quando pensada numa totalidade que não corresponde apenas a ser um sistema alimentador da acumulação metropolitana (SMITH, 1990, p.18).

Hoje, o desenvolvimento do capitalismo no campo se faz mesmo sem a expropriação de terras, na medida em que agora ele incorpora relações não-capitalistas de produção, o que Fernandes (1996) chamou de monopolização do território pelo capital.

Como no Brasil existia terra em abundância, era preciso antes assegurar a terra para depois promover a transição para o trabalho livre. Só com a terra cativa, o trabalho poderia ser livre. O cativo da terra era, portanto, o pressuposto não só para assegurar a força de trabalho livre, mas também para a *imigração dirigida*⁶⁹, pois chegando aqui e não tendo dinheiro para comprar terras, os imigrantes se sujeitavam ao trabalho nas grandes fazendas. Com isso, estava assegurada a força de trabalho de que a expansão da lavoura cafeeira necessitava.

No momento da transição do trabalho escravo para o livre, a opção do governo, cooptado pela classe dominante (na época, a dos grandes proprietários de terras e de escravos), foi pela *imigração dirigida*, uma vez que a *imigração voluntária* (*espontânea*) pressupõe a terra livre, ou de fácil acesso. Marx em “Teoria Moderna

⁶⁹ Imigração promovida pelo Estado.

da Colonização” chamou nosso processo de colonização pós Lei de Terras de 1850 de “colonização sistemática”. Sobre isso, esse autor assinalou:

Em primeiro lugar a colonização sistemática é uma violação da lei da oferta e da procura. Consiste num golpe de transformar as terras de propriedades comum em terras de propriedade privada. Onde o governo fixaria o preço das terras independente da lei da oferta e da procura de maneira que os assalariados não possam ter acesso a sua compra. A não ser depois de trabalhar um bom tempo para conseguir o dinheiro necessário para comprá-las e tornar-se um produtor independente. Como os preços das terras não foram de alcance dos assalariados, o governo poderia controlar a importação de proletários, mantendo em equilíbrio o mercado de trabalho para o capitalista (MARX, 1984).

Influenciado por José de Souza Martins, Smith (1990) afirma que a acumulação escravista era uma forma subordinada à acumulação mercantil. Nessa perspectiva, enquanto, reinava o trabalho escravo e a propriedade não era absolutizada, o que era realmente relevante era a propriedade do escravo. Em *O Cativo da Terra*, Martins nos relata que nesse momento a palavra fazenda significava muito mais as benfeitorias e os escravos, do que a terra nua, tendo esta, preço insignificante.

Analisando esse momento da absolutização da propriedade privada no Brasil, Suzuki (2002) assinalou que os fundamentos das relações sociais de produção se alteraram radicalmente. Antes, a *plantation* colonial (mão-de-obra escrava abundante e cultura de exportação em grande fazenda), agora, terra cativa, mão-de-obra livre em latifúndio. A renda do escravo cedia lugar à renda da terra.

No dizer de Smith (1990, p.46), os fatores externos que afetaram essa estrutura da *plantation* colonial foram, sobretudo, de âmbito econômico, advindos da Revolução Industrial que sufocou o mercantilismo e seu modo de produzir escravista. O capitalismo inglês do século XVIII requeria algumas condições para continuar sua expansão, enquanto capital industrial. No Brasil, esse capital, por meio da doutrina do liberalismo econômico, encontrou condições incompatíveis que precisavam ser eliminadas, tais como o monopólio do comércio nas mãos dos portugueses, a afirmação de um Estado absolutista e a negação da formação de um mercado interno para o capital, inclusive de um mercado de força de trabalho.

Esse choque do capital industrial com esses elementos da sociedade brasileira da época é o momento que Smith chamou de transição. Trata-se não da transição do feudalismo para o capitalismo, mas da transição do capitalismo comercial para o capitalismo industrial, da negação da acumulação primitiva que

dispensava o mercado interno, já que é a circulação interna que potencializa a acumulação no capitalismo industrial. E “ao intensificar o processo das trocas internas, o capital industrial termina por deslocar o nexo da acumulação da circulação para a produção, integrando-os numa lógica única” (SMITH, 1990, p.47). Ainda sobre isso, o autor assinalou que:

A transição é, pois, a fase em que o capital comercial na sua forma dominante começa a entrar em conflito com o capital vinculado à órbita produtiva, que cada vez mais necessita subordiná-lo e integrá-lo numa unidade que encerre produção-circulação. A autonomia do capital comercial é encarada como uma expressão do Antigo Regime, como pré-história do capital, que tem no Estado o fundamento de sua existência, que se torna mais ou menos prolongada na história (SMITH, 1990, p.46).

Isso explica porque esse novo capitalismo que pretendia impor sua lógica como dominante precisava abolir o tráfico negreiro e instituir a mercantilização da força de trabalho nas colônias. Algo semelhante ao que aconteceu com o capitalismo industrial do norte dos EUA, que travou uma guerra civil para impor sua lógica de acumulação à lógica de acumulação primitiva do sul do país. “A acumulação primitiva caracteriza enquanto pré-história do capital as formas mais ou menos violentas pelas quais se dava a expropriação dos meios de produção e a apropriação do excedente” (SMITH, 1990, p.49). Essa violência da coerção extra-econômica era legitimada pelo Estado, tanto no Brasil escravista, quanto nos estados do sul dos Estados Unidos, entre outros lugares.

Já para o caso europeu, Smith (1990, p.102) dissertou também da transição do feudalismo para o capitalismo, afirmando que aí o Estado absolutista teve no início um papel preponderante na constituição do capitalismo, no momento em que aglutinava o poder estatal, anteriormente parcelarizado, destruindo a complexa rede de deveres e obrigações hierarquizadas típicas do feudalismo e, assim, a estrutura produtiva que era de cunho local cede lugar à generalização gradativa do comércio. Já num segundo momento, é a queda do absolutismo que contribui para a constituição do capitalismo, ao eliminar os direitos comunais da época feudal, preservados pelo Absolutismo, deixando a lógica do mercado prevalecer nas terras comunais. Esse momento é conhecido como *enclosures* – processo de fechamento das terras a partir do século XVI na Inglaterra. Processos expropriatórios bem descritos por Campos (2000) que fez excelente trabalho sobre terras de uso comum, sobretudo no sul do Brasil.

No século XIX, o papel do Brasil no contexto da Divisão Internacional do

Trabalho, era de produtor de matérias-primas tropicais com base na mão-de-obra escrava, portanto, uma estrutura de produção ainda pautada na acumulação primitiva de capitais que precisava ser desmontada como pressuposto para o desenvolvimento do capitalismo industrial europeu, notadamente inglês. Diante dessa discussão das determinantes externas da absolutização da propriedade privada da terra no Brasil, alguns autores vão negar a ideia de um Estado cooptado pelas elites (naquele momento, uma elite agrária), afirmando que as determinantes externas foram preponderantes para a Lei de Terras de 1850.

Entre esses autores que acreditam no peso preponderante das determinantes externas no processo social que corroborou na elaboração da Lei nº 601 de 1850 cabe destacar Roberto Smith. Ele não concorda com a versão de um Estado capturado pela classe dominante, de modo que a Lei de Terras de 1850 não teria sido um projeto original dos cafeicultores. Em meio a essa discussão, todos esses autores (Martins, Silva, Christillino e Smith) concordam que as determinantes externas (sobretudo, a Revolução Industrial Britânica) estão na raiz do processo social que desembocou na elaboração do projeto da Lei de Terras. Todavia, Ligia Silva discorda de Smith quanto ao papel preponderante da elaboração da lei. Para a autora, a Lei de Terras era um projeto de 1842, portanto, de antes da abolição oficial do tráfico negreiro em 1850, e surge como uma alternativa para regularizar a propriedade da terra, mercantilizando-a, para impedir o livre acesso aos imigrantes. Conforme assinalou a autora (1996), *imigração e regularização da propriedade da terra* eram as bases do projeto de lei de terras de 1842 que fora aprovado mais tarde. Portanto, para essa autora, embora as raízes da Lei nº 601 sejam de ordem externa à nossa sociedade, são as circunstâncias internas que têm papel preponderante, no momento que a economia cafeeira necessitava assegurar força de trabalho para sua crescente expansão.

Concordamos em parte com Silva (1996), pois, os núcleos coloniais aqui instalados, como parte do projeto da Lei de Terras, tinham como objetivo criar um exército de reserva de força de trabalho (Martins, 1982; Silva, 1996). Se realmente não tivesse sido um projeto dos cafeicultores, a lei de terras visaria apenas à regularização da propriedade fundiária com distribuição, ao invés de estabelecer sua mercantilização. Além disso, o debate da Lei de Terras era muito exigido por representantes da cafeicultura paulista, ao passo que os coronéis nordestinos viam nele apenas a possibilidade de subordinar a força de trabalho que já existia no

interior de suas fazendas. E mesmo assim, os interesses desses coronéis nordestinos nas assembleias de discussão do projeto de Lei de Terras eram insignificantes, como mostrou Silva (1996).

A ideia de um Estado cooptado pela elite cafeeira ganha ainda mais embasamento quando se analisam os preços da terra. Silva (1996, p.148-150) nos mostra que os EUA além de serem mais atrativos devido à menor distância em relação à Europa, ao clima mais semelhante, logo, considerado mais agradável⁷⁰, tinham um preço da terra ainda mais baixo que no Brasil. Além do que o Estado americano chegou a fazer promoções para atrair a imigração voluntária. Sobre isso, Marx assinalou: “Esta colonização sistemática só faz desviar o fluxo de imigração para os EUA que com a guerra civil endividou-se, tendo que entregar parte das terras de domínio público (a baixo preço), incentivando ainda mais a imigração” (MARX, 1984). Sabemos que a proposta brasileira de regularização fundiária e imigração foi em desencontro da americana. Aqui se privilegiou a imigração dirigida (falsa colonização), exceto em algumas áreas que experimentaram uma imigração oficial (embora não fosse ainda uma colonização verdadeira) – caso do sul e do Espírito Santo, conforme veremos mais adiante.

Os autores que negam a ideia do Estado capturado pela classe dominante (antes senhores de escravos, depois senhores de terras), embasam essa hipótese no fato de que nossa região sul teve outro caráter de colonização e que, embora não fosse propriamente uma colonização pautada na imigração espontânea, teria sido pelo menos uma colonização verdadeira, no momento em que os imigrantes se reproduziram enquanto donos dos meios de produção. Ainda assim, não se tratava de *colonização verdadeira* no sentido que descreve Marx em “Teoria da Colonização Moderna”, pois esse tipo de colonização, segundo ele, pressupõe a terra livre. E aqui já estávamos sob a mercantilização da terra, de modo que os imigrantes

⁷⁰ Além dos EUA, a Argentina também tinha essas melhores condições climáticas, apresentando-se na Europa como melhor opção que o Brasil. Ademais, a Argentina acusava o Brasil de ser um país mestiço e, portanto, inadequado aos imigrantes europeus. Sobre isso, o jornal da província de São Paulo na época exclamava: “Queixamo-nos frequentemente da deslealdade e da intriga dos argentino que tratam constantemente em nos deprimir na Europa. [...] Mas a estatística de 1872 ocupou-se minuciosamente desta questão, e o resultado é que os argentinos procuram mostrar-se na Europa como tendo o sangue mais puro que os brasileiros. E para isso invocam a seu modo o nosso último recenseamento dizendo que além de 500.000 africanos (pretos), o Brasil tem tantos brancos como mestiços. Quanto a eles, a população é quase toda *puro sangue*: 3,206,000 brancos e 200,000 mestiços. [...] (Jornal A Província de São Paulo, seção Revista Econômica, 30/07/1886 apud PETRI, p.5).

precisavam pagar para ter direito de propriedade. Segundo Martins (1982), a colonização sulina tinha um caráter de criar um exército de reserva para a economia cafeeira ou abastecer o mercado interno. Portanto, ficamos com a hipótese de que os cafeicultores forjaram a mercantilização da terra em seu favor para subordinar a força de trabalho livre. Ainda Martins sobre essa hipótese assinalou:

A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. *Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra, do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura.* De fato, porém independentemente das intenções envolvidas, a criação um instrumental legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recurso. (MARTINS, 2004a, p.59).

Embora nenhum dos autores contemporâneos, citados acima, negue que as consequências do direito absoluto de propriedade privada da terra ocorreram de forma desigual na produção do espaço agrário brasileiro, o próprio Roberto Smith (1990) utilizou-se da espacialização das implicações da instituição da mercantilização da terra para embasar sua hipótese de que não houve cooptação do Estado. Também nos utilizaremos da espacialização para contestar esse autor. Nossa hipótese é que a lei de terras surge das exigências das classes dominantes que tinham suas culturas em expansão, no caso, os cafeicultores. Se a produção canavieira nordestina com base escravista também tivesse em expansão, os latifundiários nordestinos também teriam exigido a aprovação do projeto da Lei de Terras que estava engavetada desde 1843 (projeto nº 94). Todavia, no bojo da abolição do tráfico negreiro – transição da renda do escravo para a terra – a produção canavieira estava em crise e chegou mesmo a liberar mão-de-obra escrava para a cafeicultura.

Outro acontecimento histórico que demonstra a cooptação do Estado pelos grandes cafeicultores é que esses não se interessaram pelo segundo eixo da Estratégia Saquarema para a Lei de Terras e transição para o trabalho livre, a saber, a implantação de núcleos coloniais para embranquecimento da nação. Ao invés disso, só mais tarde, fins do século XIX, os fazendeiros produtores de café preferiram a imigração particular, uma vez que a abolição da escravatura ainda não havia se efetivado, estando mais preocupados com a subjugação da força de

trabalho que com o embranquecimento da nação. Note-se que a opção pelo trabalho livre nas fazendas só se tornou uma opção quando na etapa final da passagem do cativo do negro para o cativo da terra, o trabalho escravo já não era sustentável economicamente diante da escassez de cativos em relação à demanda crescente da força-de-trabalho. Cabe salientar também que o preço do cativo aumentou muito devido a sua pequena oferta e grande procura, fazendo com que o trabalho livre proveniente da imigração custeada pelo Estado fosse a melhor opção para as fazendas.

À medida que o processo de abolição da escravatura se desenvolvia, ocorria também, a passagem da renda capitalizada do escravo para a terra, com uma nova inserção do negro na sociedade brasileira, a saber, de forma excludente. Com a liberdade jurídica, o negro ganhou o poder de negociar sua própria força-de-trabalho, mas perdeu seu significado na economia, não podendo mais ser objeto de imobilização de capital na forma de renda capitalizada. De tal forma que o negro passou a enfrentar outra desvalorização, já que, diante da nova relação de trabalho dominante (a saber, o assalariamento), os fazendeiros (e depois, os industriais) optaram pelos imigrantes recém-chegados em detrimento dos negros libertos. Decerto, o negro, além de carregar um estigma de raça inferior e conviver com o novo preconceito que se formava, teve de se contentar com as atividades marginais, o subemprego e o desemprego, e ainda ficara excluído dos sistemas educacionais e condenado a viver nos lugares onde a nascente propriedade privada absoluta não reinasse de forma plena. Tanto na cidade, onde formaram favelas e expandiram a periferia quanto no meio rural, onde se refugiaram nas matas, formando novos quilombos. Nas palavras de Carril (2003), os negros formaram quilombos urbanos e quilombos rurais.

Admitindo-se que a Estratégia Saquarema tinha dois eixos: regularização fundiária e imigração, depreende-se que o conteúdo de ambos os eixos confluem para a tese do embranquecimento, embora não fosse esse o interesse dos fazendeiros, mas sim da elite intelectual.

Sobre isso cabe um parênteses, Petri (2009/2010) relata que a Sociedade Promotora de Imigração criada em São Paulo, em seu programa de imigração subvencionada⁷¹, trazia europeus com recursos da província paulista advindos da

⁷¹ A Província paulista subsidiava a vinda dos imigrantes para as fazendas de café utilizando a receita feita pelos impostos de exportação do próprio café. O legislativo subvencionava

tributação da exportação de café. Nesse sentido, não havia questionamentos por parte da sociedade, já que o dinheiro que o café gerava, em si, subsidiava indiretamente a imigração a partir da política de “braços para a lavoura”. Isso porque no período de 1881-1887 as receitas⁷² que as exportações de café geravam para São Paulo equivaliam a mais de 50% do total arrecado em toda a província que por sua vez, gastava menos de 8% na subvenção da imigração (PETRI, 2009/2010, p.3). Cabe salientar ainda que o interesse da Sociedade Promotora de Imigração paulista, diferente das províncias meridionais, não era de formar núcleos coloniais, mas apenas de trazer “braços para a lavoura”. A nosso ver, tal acontecimento não nega outro objetivo desse órgão incumbido de trazer europeus, pois a política de imigração trazia intrínseca a política do branqueamento.

Essa autora (2009) afirma ainda que, antes da abolição, os produtores de café não se interessavam muito pela vinda dos imigrantes, voltando-se para seus negócios particulares no mercado escravagista ainda em pauta. Assim sendo, “o auxílio estatal não representava um conflito de interesses, afinal a escravidão era mantida, economicamente, pelos cafeicultores enquanto interesse privado; e uma política imigratória estruturava-se a partir do executivo provincial, de caráter público” (PETRI, 2009/2010, p.4)

Deste modo, a imigração aumentava concomitantemente à crise do trabalho escravo, mas sem a participação dos fazendeiros no primeiro momento. Era, portanto, o governo da província de São Paulo que estava preocupada com a eminente carência de mão-de-obra que prejudicaria seu pujante crescimento

periodicamente os fundos que a Sociedade Promotora de Imigração repassava para as Cias. de Navegação. Já que os recursos eram provenientes unicamente da província paulista sem qualquer contribuição do governo Imperial, havia um serviço de fiscalização para observar se realmente os imigrantes aportavam em Santos e se se dirigiam à província paulista. Quando não constatado, o governo paulista exigia uma reparação e o cancelamento do contrato das empresas envolvidas. Note-se ainda que a Sociedade Promotora de Imigração era um órgão privado, criado justamente para repassar a verba pública. Com base em Holloway (1984), Petri (2010) assinalou que foi ela “que introduziu o maior número de imigrantes de todo Império: em 1887, entraram 32.000 imigrantes; 1888, 92.000 imigrantes e 1889 até início do XX o total foi de 750.000 imigrantes (...)”.

⁷² Também no período pós abolição da escravatura o café conseguia de longe subvencionar a imigração no estado de São Paulo. Segundo Petri (2009/2010, p.3) devido “ao baixo custo dos subsídios em relação aos tributos arrecadados com o café, os defensores da política pública de imigração contestavam as críticas que surgiam alegando que a compensação era grande se fosse levado em conta a contribuição cafeeira para o governo estadual”. Desta forma no “período de 1892-1930, o Estado recebeu quase dez vezes mais receita do que imposto de exportação sobre o café do que gastou em todas as fases do programa de imigração” (HOLLOWAY, 1984, p.78 apud PETRI, 2009/2010, p.3).

econômico. Assim sendo, na metamorfose da renda do escravo para a terra houve a “(...) permanência das duas formas de trabalho no mesmo espaço e tempo: escravos e imigrantes trabalhando na lavoura” (PETRI, 2010, p.3).

Sobre esse período da chegada dos primeiros imigrantes, Gorender (1978 apud PETRI, 2009/2010) assinalou que entre 1854-1886 o crescimento da população escrava no Oeste Paulista foi de 235%. Apesar de haver ainda nas décadas finais do século XIX um grande contingente de cativos nas fazendas de café, efetivamente, o imigrante veio como mão-de-obra agrícola para complementar o trabalho escravo que já dava sinais de esgotamento como reflexo das leis abolicionistas. Cabe salientar que mesmo diante da expansão da população escrava no oeste paulista em fins do XIX, a regra era a mão-de-obra imigrante livre, diferente das áreas pioneiras da produção cafeeira, especialmente o vale do Paraíba. Segundo Petri (2009/2010, p.11), as leis abolicionistas tiveram reflexos diferentes no Vale do Paraíba e no oeste paulista, justamente porque naquela que se encontrava estagnada e ainda pautada quase que totalmente no trabalho cativo, “a abolição representava um 'golpe severo', enquanto no Oeste Paulista ela representou um alívio, pois os cafeicultores já disponibilizavam de mão-de-obra imigrante”.

Vale ressaltar que a imigração em São Paulo não se restringiu à Sociedade Promotora de Imigração fundada em 1886, remontando à 1854 quando se fundou a Repartição de Terras Públicas conforme ordenava o decreto-lei 1318 de 1854⁷³. Mais tarde, foi fundada a Associação Auxiliadora de Imigração e Colonização, no mesmo ano da lei do ventre Livre de 1871.

O objetivo da Estratégia Saquarema se consolidaria com a instituição da mercantilização da terra, em preços elevados para que os imigrantes recém-chegados não tivessem fácil acesso à terra. Era, portanto, uma estratégia para assegurar a subjugação da força de trabalho livre por meio da terra cativa. Nesse sentido, a visão Saquarema consistia do ponto de vista da substituição do trabalho escravo, num gradualismo, que levaria à natural extinção do escravismo pelos efeitos da Lei Eusébio de Queiroz, a saber, lei da abolição do tráfico negreiro que, na verdade, apenas regulamentava a lei anterior de 1831.

⁷³ Art. 6º Haverá nas Províncias uma Repartição Especial das Terras Públicas nelas existentes. Esta Repartição será subordinada aos Presidentes das Províncias e dirigida por um Delegado do Diretor-Geral das Terras Públicas; terá um Fiscal, que será o mesmo da Tesouraria; os Oficiais e Amanuenses, que forem necessários, segundo a afluência do trabalho e um Porteiro servindo de Arquivista.

Vale notar que a lei Eusébio de Queiroz fez cair o desembarque oficial de escravos de 256 mil no período 1846-1850 para pouco mais de 6 mil no primeiro quinquênio pós-abolição do tráfico. O montante de escravos no país parecia dar conta da demanda das fazendas de café ainda mais que o nordeste canavieiro estava dispensando mão-de-obra. Com isso, não houve preocupação imediata em trazer imigrantes brancos como pretendia o segundo eixo da Estratégia Saquarema, cujo verdadeiro intuito era o embranquecimento da nação. Tanto que muitos movimentos negros afirmam hoje que a Lei nº 3353 de 1888 não passou de um golpe para frear o crescimento da população negra.

De qualquer forma, a Lei nº 601 de 1850, num primeiro momento, deixou de lado um dos objetivos, já que se chamava Lei de Terras e Imigração. No entanto, com as pressões internas e externas pelo fim da escravatura, outras leis abolicionistas foram aprovadas no Brasil, fazendo com que os fazendeiros retomassem o segundo eixo da Estratégia Saquarema. Eles optaram, então, pela imigração dirigida como forma de garantir que os europeus recém-chegados fossem diretamente para suas fazendas, subjugando assim a força de trabalho. Dessa forma, os imigrantes já chegavam com obrigação de prestar serviços ao fazendeiro para pagar a viagem financiada por este.

Concomitantemente à expansão cafeeira na segunda metade do século XIX, ocorria a abolição com a lei do Ventre Livre (Lei nº 2.040 de 1871) e a Lei dos Sexagenários (Lei nº 3.270 de 1885). Deve-se ponderar o fato de que a Lei nº 3.270 teve forte resistência dos senhores de escravos, sendo aprovada apenas um ano depois após aumentarem a idade de libertação de 60 para 65 anos. Por outro lado, a lei nº 2.040 de 1871 fez aumentar a mortalidade infantil negra pelo descaso para com os libertos (que ficavam sob custódia do fazendeiro até os oito anos de idade) mesmo que o parágrafo primeiro previsse ajuda financeira do governo para o fazendeiro. Observe-se ainda que as leis abolicionistas libertavam velhos e crianças, mantendo os que tinham idade para o trabalho sob o regime de cativo, de modo que os fazendeiros não tivessem prejuízos econômicos imediatos e o Estado não precisasse pagar indenizações com as alforrias.

Ainda sobre a tese do branqueamento da população brasileira e seu papel na discussão da Lei de Terras e Imigração de 1850, cabe notar que o contingente da população negra era muito superior à branca no momento da abolição do tráfico, diminuindo aos poucos com o afluxo de imigrantes na segunda metade do XIX

(SCHWARCZ, 2000). Esse predomínio da população negra também era a regra no Vale do Ribeira como demonstrou Petrone (1961), uma das primeiras a libertar alguns negros devido às crises econômicas.

De acordo com Lilian Schwarcz (2000) essa ideia do branqueamento contida no segundo eixo da Estratégia Saquarema provém das muitas correntes positivistas que entraram aqui no país por meio de instituições nacionais como os museus etnográficos, os institutos arqueológicos e histórico-geográficos e as Faculdades de Direito e de Medicina, sobretudo nas últimas décadas do século XIX quando se retomaram os projetos de colonização para branqueamento da nação. O que foi mais nítido nas províncias do sul e também no Espírito Santo, onde hoje há o predomínio da população branca. Como bem demonstrou Ligia Silva (1996), nessas províncias, o Estado criou núcleos de colonização sem o intuito de fornecer força-de-trabalho aos fazendeiros. Como descrito por Martins na segunda parte de *O Cativo da Terra*, o Estado doou terras a alguns imigrantes para que produzissem alimentos para as cidades com base em pequenas extensões de terras. Assim, os fazendeiros estavam livres para a monocultura sem receber ônus pelo Estado, livrando-os de qualquer política que os obrigasse à policultura para atender a demanda urbana.

Também Suzuki (2002) demonstrou essa necessidade de produção de alimentos em sua análise sobre o rápido desenvolvimento da cidade de São Paulo. Ainda esse autor (2002) demonstrou que, em meados do século XIX, quando São Paulo ainda se restringia a três freguesias centrais (Sé, Santa Efigênia e Brás) mais sete distantes do centro da cidade, crescendo muito rápido, de forma concomitante ao boom cafeeiro, aumentava a necessidade da produção de alimentos, o que coube aos primeiros imigrantes que conseguiram comprar suas propriedades, aos colonos que produziam entre as leiras dos cafezais e aos imigrantes que receberam terras do governo, justamente para esse intento.

Decerto, em virtude dos fatos mencionados, o que prevaleceu da Estratégia Saquarema foi a questão da mercantilização da terra e demarcação de terras devolutas, impedindo o livre acesso à propriedade. Era esse eixo que unia as classes agrárias do país, então dominantes (SILVA, 1996, p.215). Com efeito, essas classes continuaram a apossar-se de largas extensões de terras. A política de demarcação de terras devolutas não deveria atingi-los, mas apenas aos pequenos posseiros. Para isso, era preciso descentralizar o poder da União. Fato que ocorreria

com a proclamação da República. Não por acaso, é nessa que eclodem os movimentos de Canudos e Contestado, entre outros motivos, contra a absolutização da propriedade privada da terra.

Pode-se dizer então que os fazendeiros paulistas impediram a efetivação não de um, mas dos dois eixos da estratégia Saquarema – regularização das terras e implantação de núcleos coloniais, constituindo a completa inação dessa estratégia de transição para o trabalho livre. Só a partir da década de 1880, esses fazendeiros passam a apostar na experiência de trabalho livre e inclinam-se para a imigração regular – que foi realizada de *forma dirigida*, isto é, parte dos custos com a viagem dos imigrantes era realizada pelos fazendeiros, de modo que, esses trabalhadores deveriam dirigir-se à fazenda daquele que pagou os custos de sua vinda. Os imigrantes, pois, já chegavam endividados frente ao fazendeiro, a quem deviam submeter sua força de trabalho.

Com base no trabalho *O Imigrante e o Papel da Terra* de José Rios, Caio Prado Jr. foi um dos primeiros a difundir essa tese de que “toda política de imigração e de povoamento no Brasil foi sempre orientada fundamentalmente pelo critério de proporcionar mão-de-obra para a grande lavoura” (PRADO JR, 2007, p.58-9). O autor exemplificou ainda que, no século XIX, muitos fazendeiros criaram os chamados “viveiros de trabalhadores” que consistiam no loteamento de áreas marginais de suas propriedades a fim de atrair povoadores, constituindo assim, uma reserva de braços eventualmente disponíveis para assegurar a expansão de suas lavouras (2007, p.73).

Note-se que os autores (Martins, Silva, Smith, Prado Jr.) da discussão acima colocaram um peso muito grande na ideia da necessidade de força-de-trabalho pelos empreendimentos cafeeiros, esquecendo-se que essa tese estava ligada à Estratégia Saquarema, da qual se depreende o objetivo embranquecimento da nação. Observa-se ainda que os discursos convergem no momento em que postulam o interesse pela imigração sem usar a retórica do branqueamento.

Ainda no que concerne à economia escravocrata, outro autor teve um posicionamento distinto dos demais analisados, sem, no entanto falar da tese do branqueamento. Ianni (2004) defende que o fim da escravidão se deu por causa de diversos elementos da ordem interna, negando assim as determinantes externas. Para o autor, o movimento abolicionista nacional ganhava força no momento em que o capitalismo industrial se desenvolvia no Brasil, de modo que na segunda metade

do século XIX, sobretudo após a Guerra do Paraguai (1864-1870), nem exército nem Igreja queriam mais sustentar o regime escravocrata. Segundo Ianni, entre outras coisas, a abolição era uma necessidade da nascente elite não-agrícola. Em oposição à Martins, o autor concebeu que o escravo era meio de produção e entrava no processo produtivo como capital aplicado para longos anos, mas que se deteriorava, sendo por esses e outros motivos substituído pela mão-de-obra branca (IANNI, 2004, p.45-6).

Levando-se em consideração os acontecimentos históricos mencionados, compartilhamos da tese de que o Estado brasileiro sempre esteve cooptado pelas elites econômicas. No caso do século XIX, notadamente, uma elite agrária da qual se depreendeu uma elite intelectual preocupada menos com a questão moral da escravidão e, tampouco na questão econômica, e mais em embranquecer a nação. Nossos estudiosos da época acreditavam que o embranquecimento era pressuposto para reconhecimento do projeto de soberania do Império colonial na Europa (e EUA) onde circulavam as teses deterministas e evolucionistas sobre a ideia da *hierarquia e classificação das raças*, pautadas no darwinismo e também nos discursos filosóficos do século XVIII, inclusive J. Rousseau. É dessas correntes que emergem os conceitos de monogenia (mais próximo dos filósofos) e de poligenia (predileto dos biólogos e sócio-darwinistas) para explicar a evolução do homem, depreendendo-se daí o conceito de raça e de eugenia como solução para os países miscigenados, ou seja, limpeza étnica para dar lugar apenas a uma raça, a saber, a raça branca européia, pretensamente superior. Essas ideias entram aqui com mais força na segunda metade do século XIX com a divulgação da tese racista de Gobineau⁷⁴.

Cabe salientar que, no bojo da abolição do tráfico negreiro (1850), o Brasil tinha mais negros que brancos. Segundo Schwarcz (2000), na hierarquia das raças, enquanto estes eram considerados como a raça superior, os negros eram considerados a raça mais inferior, não servindo, assim, ao desenvolvimento de uma nova nação. Isso sem falar que os institutos de Medicina concluíram que a miscigenação deveria ser considerada uma doença, portanto ser eliminada.

Com base nas teses raciais, sobretudo nos estudos da frenologia e antropometria, era recorrente se traçar o perfil físico dos ladrões, doentes mentais,

⁷⁴ Em 1853, Joseph Arthur de Gobineau inaugurou o chamado racismo científico com a publicação de sua obra ***Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas (Essai sur l'inégalité des races humaines)***, obra por muitos considerada como a bíblia dos nazistas.

assassinos, indolentes e outros mais, sempre os associando às supostas classes raciais (Schwarcz, 2000). Cabe salientar que, de acordo com os Institutos de Medicina, os negros foram considerados os mais suscetíveis à criminalidade e à indolência, devendo ser eliminados de alguma forma de nossa composição étnica. Algo que nossa polícia ainda não conseguiu eliminar, pois é muito comum a ideia de traçar o perfil físico predominante dos transgressores da lei como também fizeram os nazistas.

Acreditava-se que o negro, mais que o índio, não servia ao desenvolvimento da nação, algo que vai ser incorporado na retórica de nossos legisladores, sobretudo por meio das Faculdades de Direito. Sobre isso, Silva (1996), ao analisar discursos políticos presentes em nosso Congresso nos fins do XIX, observou que havia uma predileção total pelos europeus no projeto de imigração, rejeitando-se também os asiáticos, considerados como raças envelhecidas e doentes.

Vale atentar que as pesquisas sobre raça na Europa remontam ao século XVIII chegando ao Brasil já no início do século XIX. Em 1818, D. João VI assinou o acordo de imigração de Nova Friburgo/RJ para trazer imigrantes suíços e, após a independência, D Pedro I fundou colônias alemãs no sul do país com base na ideia de trazer o processo civilizatório para o Brasil inaugurado por seu pai, destaque para a colônia alemã de São Leopoldo/RS, fundada em 1824.

De acordo com Christillino (2010, p.140), após a Independência (1822) outras colônias⁷⁵ teriam sido resultado de uma forma de pagamento ao exército mercenário composto inicialmente de 1800 alemães, dos quais apenas 80 permaneceram na tropa do Imperador. Somente com os problemas políticos travados com a Prússia (Alemanha) em torno da questão do abandono dos colonos alemães por parte do Império brasileiro é que nosso país passou a estabelecer parceria com a Itália no último quartel do século XIX. Vale notar que a imigração já era prevista em nossa Constituição de 1824, prerrogativa que D. Pedro II incumbiu às empresas particulares de colonização já na década de 1840. É no início desta década que emerge a discussão do projeto da lei de terras e imigração, como se sabe aprovada apenas em 1850. Cativada a terra, diante da crise de braços imposta pela abolição do tráfico negreiro (1850) e com base na ideia de que o país precisava branquear

⁷⁵ Em 1823, Dom Pedro I trouxe alemães para a colônia suíça de Nova Friburgo/RJ, devido ao abandono das terras por parte daqueles. Antes de renunciar ao trono, o imperador trouxe mais alemães que foram enviados para a Bahia e São Paulo (nas proximidades de Santo Amaro, 1828, São Roque e Embu) e Santa Catarina (colônia de São Pedro de Alcântara em 1829).

sua população, o Brasil experienciou, na segunda metade do século XIX, um grande influxo de imigrante, notadamente europeu⁷⁶.

Mesmo antes da publicação da tese racista do conde francês Gobineau, amigo de D. Pedro II, já circulava por aqui a ideia de que o negro, o índio e o mestiço não serviam ao trabalho livre tipicamente capitalista já experimentado na Europa. Além de embaixador da França no Brasil, Gobineau era amigo e conselheiro do Imperador, advertindo-lhe de que o Brasil, por ser um país totalmente negro e mestiço, estava condenado e excluído do progresso civilizatório. Afirmou ainda que a única solução plausível era inserir o processo de branqueamento por meio da imigração europeia. Influenciados pelas ideias de Gobineau, muitos intelectuais brasileiros se aliaram aos políticos e colocaram em prática o branqueamento da nação.

Saliente-se ainda que a ideia da imigração branca já constava no Texto Magno de 1824 e no projeto de lei de 1842 que corroborou na Lei de Terras de 1850. Entretanto, a ideia, na primeira metade do século XIX, era povoar com pessoas livres, no caso, os brancos, formando uma grande nação, sem preocupação do branqueamento, até porque foi somente no segundo Império que o Brasil recebeu enormes contingentes de escravos negros. Essa premissa se sustenta no fato de que os documentos históricos que preconizavam o branqueamento remontam apenas ao fim do século XIX. Dessa forma, na primeira metade novecentista havia apenas o interesse do adensamento populacional do Império.

Em contraste com a primeira metade do século XIX, na segunda, tivemos a publicação da tese racista de Gobineau e sua influência no país, ao mesmo tempo em que já estava bastante adensada a população negra no Brasil. Nesse segundo contexto, muitos autores nacionais publicaram obras em cujos postulados

⁷⁶ Após a Lei de Terras de 1850 se formaram diversas núcleos colonias, sobretudo no sul. Em Santa Catarina os destaques foram as colônias alemãs de Blumenau e Joinville; no RS: Três Forquilhas, Teutônia, Santa Maria, Santa Cruz, São Lourenço, Santo Ângelo, Nova Petrópolis; No Paraná: Rio Negro, Terra Nova e Santa Leopoldina (no município de Castro, 1855), entre outros lugares mais tarde; no Espírito Santo chegaram os pomeranos. Muitos outros grupos nacionais aportaram aqui de forma expressiva como os espanhóis e portugueses e também de forma significativa como poloneses, japoneses, romenos, búlgaros, sírio-libaneses etc, mas sem dúvida o maior grupo foi o de italianos com mais de 1,5 milhões de imigrantes. Em 1872, os italianos chegaram na região de Curitiba e depois em Paranaguá/PR. No Rio Grande do Sul chegaram a partir de 1875 nas regiões de Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias do Sul etc. Em 1880, um grupo de Vêneto chegou à região de Criciúma em Santa Catarina etc. Houve ainda presença dos italianos em outros estados como Minas Gerais e Espírito Santo, mas sem dúvida, a maior presença foi em São Paulo, onde aproximadamente 1/3 da população tem ascendência italiana. Note-se que ES (65%), SC (60%), PR (39%) e RS (32%) apresentam maior percentual de ascendência italiana, mas em números absolutos foi São Paulo quem recebeu o maior contingente para seu sistema de colonato.

encontrava-se a ideia de que gradativamente o país se tornaria totalmente branco. Entre estes intelectuais estavam grandes nomes da Academia Brasileira de Letras, como Euclides da Cunha e seus amigos da famosa escola de Recife, Silvio Romero e Tobias Barreto. Sobre a composição da população, Silvio Romero⁷⁷ exclamou que nossa cultura era formada por um tipo novo resultante da mestiçagem: “Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira” (ROMERO, 1960, p.53-4 apud BOTELHO, André, 2002, p.3-4).

Ainda Romero⁷⁸, postulava que a nação brasileira eliminaria os elementos das ditas raças não arianas, consideradas inferiores, o que se faria com o fim do tráfico negreiro e a sistemática imigração europeia já em curso. Nas palavras do autor:

O tipo branco irá tomando a preponderância, até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuíram largamente para tal resultado: de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, de outro a imigração européia (ROMERO, 1978, p.55 apud BOTELHO, 2002, p.4).

A polêmica da miscigenação brasileira foi também o foco na primeira metade do século XX, em contrapartida as ideias racistas da época, com Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire, sobretudo na tese da democracia racial, respondida mais tarde com a tese do mito da democracia racial. Antes de Freire que substituiu a palavra *raça* por *cultura*⁷⁹, alguns afirmaram que os negros eram menos fecundos e mais sujeitos à mortalidade por descuidos na saúde. Outros diziam que os mais escuros só procuravam os mais claros para se casarem, chegando a fazer previsões de aproximadamente 70 anos para a eliminação do negro. Outros ainda afirmaram que o gene branco predominava sobre o negro no processo de mestiçagem levando à natural eliminação dos elementos africanos na população.

⁷⁷ Em 1888 Silvio Romero (1853-1914) publicou ***História da literatura brasileira: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira***. Ver na 6ª. edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1960.

⁷⁸ Ver no texto de Gregório de Matos: ***Mestiçagem e literatura nacional***. Gregório de Matos. In: CANDIDO, A.(Org.) *Silvio Romero. Teoria, crítica e história literária*. Petrópolis: Vozes, 1978.

⁷⁹ Para muitos estudiosos contemporâneos a troca de palavra *raça* por *cultura* em *Casa-grande e Senzala* (1933) não significou o completo abandono pela ideia racista. No entanto foi o primeiro tratado científico que via a mestiçagem como fator positivo, sobretudo para formação de nossa identidade. Segundo André Botelho (2002), em teor menos científico, outros intelectuais fizeram trabalhos pioneiros para negar a ideia de *raça*, entre eles Graça Aranha na obra *Canaã* (1902) e Capistrano de Abreu em *Capítulos de história colonial* (1907) etc.

Sobre essa aceitação acrítica das ideias racistas por parte de nossos intelectuais do fim do século XIX e início do XX, o americano Thomas Skidmore, estudioso do Brasil em *Preto no Branco* assinalou que isso apontava para o nosso mimetismo:

(...) Os brasileiros liam tais autores, de regra sem nenhum espírito crítico e ficavam profundamente apreensivos. Caudatários na sua cultura, imitativos no pensamento – e, cômicos disso - [...] estavam mal preparados para discutir as últimas doutrinas da Europa (SKIDMORE, 1976, p.13 apud REIS, 2008, p.4).

A influência de Gobineau impregnou a elite intelectual brasileira até meados da década de 1940. Não por acaso, o decreto nº 7.967 de 1945⁸⁰ bradava pela preferência do imigrante europeu nas políticas de colonização do Estado. Em seu artigo segundo prescrevia: *Atender-se-á, na admissão dos imigrante, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia.*

Soma-se a essa preferência europeia o desprezo pelos asiáticos. O decreto nº 528 de 1890 rejeitava os chamados amarelos, chineses, japoneses e outros asiáticos por serem considerados raça envelhecida e também inferior nas classificações européias. A restrição aos asiáticos e aos negros, explicitada em muitos decretos, constituiu a regra na segunda metade do século XIX e primeira metade do XX. Deste modo, mesmo com a significativa imigração japonesa no século XX, a opção brasileira era pelo branco europeu. Além disso, já abolida a escravidão na América do Norte, temia-se que os EUA tentassem se livrar dos seus negros enviando-os para a América do sul, notadamente os negros do sul estadunidense para o Brasil. Finalizamos esse tópico assinalando que a mercantilização territorial instituída em 1850 teve como objetivo principal o cativeiro da terra com o claro intuito de subjugar a mão-de-obra livre. Portanto, como necessidade da elite agrária nacional. Só depois veio a ideia preconizada pela elite intelectual de branquear o país.

2.4 APLICAÇÃO DA LEI DE TERRAS DE 1850: METAMORFOSE DA SESMARIA

⁸⁰ Antes de deixar o poder, o presidente Vargas promulgou em 18 de setembro de 1945 essa lei que dispunha sobre a Imigração e a Colonização. Note-se que se trata de uma lei hoje sem efeito.

EM LATIFÚNDIO

Todo o possuidor de terras que tiver título legítimo da aquisição do seu domínio, quer as terras que fizerem parte delle tenham sido originariamente adquiridas por posses dos seus antecessores, quer por concessões de sesmarias não medidas, ou não confirmadas, nem cultiva-das, se acha garantida em seu domínio, qualquer que for a sua extensão (...).

(Art.22 da Lei nº 1.318 de 1854).

No Brasil, o que regulamenta a *Lei Terras de 1850* é o *Decreto Imperial nº 1318 de 1854* que criou os mecanismos para sua execução. Esse regulamento visava organizar, medir, descrever e regularizar as terras de domínio particular, definindo o registro das mesmas, para então se ter ideia da quantidade de terras públicas disponíveis para o negócio da imigração que se travestiu de colonização no caso do atual sudeste.

A venda dessas terras devolutas já estava prevista no capítulo 5 do decreto nº 1318 de 1854, portanto, a mercantilização da terra também estabeleceu preços para as terras públicas, conforme já apontamos acima. Dessa forma, o Brasil ia no caminho oposto à América do Norte quanto à ocupação de terras. Enquanto os Estados Unidos lançavam a **Lei de Colonização** abrindo as terras do oeste à livre ocupação dos colonos, mediante supervisão e controle do governo, o Brasil, pressionado no âmbito externo pelo fim da escravidão, ao mesmo tempo em que sua elite agrária necessitava de mais mão-de-obra, lançou a **Lei de Terras**, justamente para impedir o livre acesso à propriedade no contexto da imigração e seu intrínseco embranquecimento da população nacional.

Daí se depreende uma aparente contradição, pois, ao mesmo tempo em que o país precisava de mão-de-obra criava empecilhos a partir da mercantilização da terra. Uma contradição que se encerra no momento em que o fazendeiro subvencionava os custos da imigração indiretamente por meio de impostos de exportação, trazendo o imigrante para dentro de sua fazenda sob o regime de colonato ou de parceria. Dito de outro modo, o cativo da terra era uma necessidade do fazendeiro para que os imigrantes que chegassem não encontrassem terras livres, dirigindo-se para suas fazendas.

A Lei nº 601 de 1850 restringia a mercantilização da terra apenas em algumas áreas. É o caso dos terrenos da marinha ou reservas de construção naval, compreendidos nas 15 *braças* entre terra firme e o bater do mar em marés vivas, que só podiam ser concedidos por título de aforamento. O que, todavia, não foi

respeitado em muitos casos, dado o grande número de condomínios particulares à beira da praia.

Já entre as terras do domínio particular dar-se-ia o título de propriedade também às posses, desde que não fossem estabelecidas pós-1854, conforme o art. 2º do Regulamento. A Lei de terras também deveria poupar as terras indígenas da mercantilização, todavia, um decreto complementar, nº 426 de 1854, impregnado pela cobiça da classe dominante, objetivava, transformá-las em equivalente de mercadoria, inserindo o índio como mão-de-obra. Estava travada mais uma luta dos índios contra os invasores, mais uma luta pela terra. “Com isso, o indígena passou da condição de proprietário natural da terra à condição de expropriado e a depender da benevolência do Estado para ter algo que um dia sempre foi seu” (Silva, 1996, p.32).

Segundo Silva (1996), o assalto às terras indígenas não parou aí. Muitos outros decretos foram lançados como o *nº 44 de 1856* que mandava extinguir os aldeamentos indígenas e venderem-se suas respectivas terras. Sobre isso ver os decretos de 1857, 1858, 1860, 1875 e, principalmente, o de 1869 que considerava as terras indígenas como abandonadas, portanto devolutas, numa falta de clareza acerca do uso da terra pelo índio.

Ainda Silva (1996) atentou para algumas complicações que o art. 13 da Lei nº 601 de 1850, trouxe para a regularização de terras possuídas, a saber, as que não haviam sido doadas pelo regime sesmarial, mas apossadas sob a vigência do regime de livre posse, que vigorou de 1822 a 1850. Essas posses deveriam ser regularizadas de acordo com o referido artigo da Lei de Terras que é regulamentado pelo art. 91 de 1854. O problema é que esse art. 91 do Regulamento vai em desencontro ao art. 94 do mesmo decreto. Enquanto o art. 91, conhecido como o Registro do Vigário, previa o registro das possessões nas paróquias dos vigários em suas determinadas freguesias, o art. 94 dizia que as declarações para o registro não conferiam direito de título aos possuidores. Por muito tempo, o registro do vigário foi usado nas lutas judiciais como prova de domínio de particulares para obtenção dos títulos, em terras que, em geral, constavam como devolutas. Quando não, instaurava-se o conflito, sem falar nos casos de conflitos com o Estado. A lei negava o título aos portadores de registro paroquial com base no argumento de que o registro do vigário era um documento que o particular criava sobre seu próprio domínio, sobre determinada porção do território pátrio. No ato de formação do

registro, o próprio posseiro declarava o tamanho, os limites e a localização, não havendo limite de tamanho imposto pelas paróquias.

Desse modo, além de servir ao pequeno posseiro, como prova de seu domínio histórico e costumeiro sobre suas terras, o registro do vigário tornou-se também um instrumento por excelência para perpetuação dos famosos ‘grilos’ de terra – os grandes posseiros, melhor denominados de grileiros. A diferença básica consiste em que os posseiros se apossam da terra enquanto terra de trabalho, buscando o reconhecimento do seu direito de uso, enquanto os grileiros são os que não usam as terras e que pretendem obter o título para legalizar sua posse com base na propriedade capitalista da terra – tornando-a terra de negócio.

Eis aqui uma injustiça dentro de outra injustiça, pois o direito absoluto de propriedade privada da terra além de estabelecer-se em propriedades particulares com título legal, pela compra, é também estabelecido em domínios obtidos através da grilagem, lesando o Estado e a sociedade em que se assenta.

Vale ressaltar que a Lei de Terras de 1850 carregava além do intuito da regularização de terras, o da colonização de forma explícita em seus artigos. Sobre esta há discordância quanto ao tipo de colonização que se pretendia, *regular* ou *espontânea*. Lígia Silva (1996) tende para a tese de colonização regular como predileção do Estado Imperial impregnado da influência dos senhores de terras. Essa é também nossa posição, conforme já assinalamos acima.

A instituição da mercantilização da terra, sem dúvida, tornou-se um empecilho à reprodução da classe camponesa, por não mais reconhecer o domínio pautado na simples posse. Mas a sua perversidade aumenta quando a *Lei de Terras de 1850* abre fendas para a formação de latifúndios por meio da grilagem, ou seja, assiste-se a criação do direito absoluto de propriedade privada da terra a partir de grilos, concentrando ainda mais a estrutura fundiária. Em outras palavras, primeiro o latifundiário ataca com o ‘grilo’, aumentando sua propriedade, depois se defende com o direito absoluto de propriedade privada da terra. Ou seja, o ‘grilo’ é a forma de expansão do latifúndio e o direito absoluto, sua égide.

Como já foi dito na introdução, propagou-se no Brasil a ideia de que mercantilização da terra e a propriedade privada absoluta são as mesmas coisas e que ambas foram instituídas pela Lei de Terras de 1850, quando, na verdade, a ideia de propriedade absoluta foi prescrita apenas na Constituição Federal de 1824, já revogada, não aparecendo mais esse preceito nos Textos Magnos seguintes.

Apenas a mercantilização da terra foi instituída pela lei nº 601 de 1850 e significa que esta só pode ser adquirida legalmente perante a compra (e herança). A ideia de que o proprietário pode fazer o que bem entender da terra provém do momento em que a Constituição de 1824 preceituava a propriedade plena.

Desse modo, propagadas como se fossem sinônimos a mercantilização da terra e o direito absoluto de propriedade privada da terra protegem a propriedade inculta. O *direito absoluto* de que falamos é o fato de que o proprietário depois de comprar a terra não deve satisfação à sociedade, podendo fazer dela o que bem quiser inclusive mantê-la inculta (sem produzir qualquer cultura). Os juristas chamam também de *direito de propriedade plena*. Na verdade, sob o âmbito jurídico, a propriedade privada absoluta é uma farsa que se propagou, de modo que apenas o Estatuto da Terra de 1964 e o vigente Texto Magno conseguiram relativizar quando ordenam desapropriação de terras improdutivas. O que, na prática, quase inexistiu devido às fendas nesse estatuto e a força da elite agrária.

No âmbito jurídico, a propriedade é tratada como tendo diversas formas. Uma delas é a *propriedade nua* que é limitada por ônus reais por parte do Estado. No Brasil diz-se que existe uma *propriedade limitada*, na qual o Estado pode sujeitar o uso, a posse e a disposição. Na verdade, o que temos na prática, é a *propriedade plena* na qual o proprietário tem todos os direitos elementares a ela, tais como a posse, uso, disposição e gozo. Para isso, não precisa cumprir função social, mas apenas ter o título. Em outras palavras, na prática, a propriedade privada da terra no Brasil é absoluta.

Entendemos que o direito absoluto de propriedade privada da terra coloca a terra como *propriedade plena*, ou seja, o proprietário é livre de ônus por parte do Estado. Este até pode desapropriar as terras, caso necessite delas para cumprimento de seu dever – prover a sociedade, assentada sob suas normas e leis, de suas necessidades básicas. Todavia é o latifundiário quem ostenta propriedade plena (direito absoluto), restando ao Estado a propriedade limitada, que não passa do que podemos chamar de *direito relativo* sobre as terras. Por isso, insistimos que nossa crítica não é contra a propriedade privada, mas sim contra o direito absoluto de propriedade privada da terra que expressa a propriedade capitalista, uma vez que não cumpre função social como faz a propriedade privada de um pequeno agricultor.

Já a relação dos camponeses posseiros com a propriedade aproxima-se do que os juristas chamam de *propriedade resolúvel*, ou seja, aquela que está sujeita a

ser revogada ou extinguir-se, independente da vontade do proprietário. Acreditamos que os posseiros deveriam ter o direito a uma *propriedade plena*, se bem que essa não é a luta desses camponeses – luta pelo reconhecimento de sua forma de propriedade. Ao passo que a posse da terra por parte das chamadas empresas rurais do agronegócio deveria existir apenas sob a frágil égide da *propriedade resolúvel*, por meio de contratos com o Estado, o que, na prática, não destruiria o latifúndio por completo, mas com certeza, o enfraqueceria ao retirar-lhe seu respaldo jurídico, a saber, a má interpretação de algumas leis como a que garante a propriedade como direito fundamental (art.5º CF88) e a mercantilização (Lei de Terras de 1850). Portanto, no Brasil, temos *propriedade resolúvel* onde deveria existir *propriedade plena* e esta onde deveria existir a *resolúvel*.

Num caso ideal (hipotético) de *propriedade resolúvel* para todos, ocorrendo a extinção da propriedade privada absoluta de forma clara, estabelecer-se-ia o domínio do Estado sobre as terras. Enquanto isso não acontece, prevalece o atual direito positivo, carregado de perversidade contra os pobres do campo. Além de não legitimar o direito de quem produz na terra, legitima o direito de quem não produz nela.

Para nos centrarmos no foco da discussão da propriedade e suas formas de apropriação não aprofundaremos aqui as novas injustiças que os escravos libertos passaram a ter em nossa sociedade, todavia, cabe ressaltar que parte dessas novas iniquidades, entre brancos e negros, traduzem-se no fato dos negros terem ganhado a propriedade da força de trabalho, de forma divorciada da propriedade dos meios de produção – a terra. Obrigando-os a venderem sua força de trabalho ao fazendeiro. Sem contar o forte preconceito racial a que estavam submetidos, como bem observou Schwarcz (2000). Em outras palavras, o negro liberto ganhou sua liberdade jurídica já na condição de proletário, pronto para servir o capital industrial, embora tenha sido negado em muitos setores da economia pelo estigma de “*raça*” inferior que carregava.

Até mesmo a libertação dos escravos foi injusta, não só pela terra cativa, mas pelo fato de que os proprietários de escravos é que foram indenizados pelo Estado, e não os negros. Uma dívida insolvível. O mínimo que o Estado deveria fazer frente a essa injustiça histórica que jamais poderá desfazer é efetivar o reconhecimento do direito à propriedade comunitária dos quilombolas – os descendentes de escravos preceituado no art.68 da ADCT da CF88.

Sem falar que a abolição da escravatura só ocorrera por pressões externas. Foi preciso uma gradual e lenta transição para o trabalho livre, não só para não onerar o fazendeiro, mas também para prepará-lo para um novo tipo de relação, assalariada, e mostrar-lhe que o trabalho cria valor. Esse período é da transição da renda do escravo para a renda da terra.

Nessa transição, a demarcação das terras para formar seu cativeiro foi primordial. No entanto, nos últimos anos do Império, o serviço de demarcação das terras, discriminando as terras particulares das públicas continuava a ser insignificante. O fato primordial que dificultava tal intento era a alegação de ‘morada habitual’ e ‘cultura efetiva’ por parte dos posseiros. A Lei de Terras de 1850 abria brechas para o regime de posseção, embora o proibisse no art. primeiro de seu Regulamento em 1854. Além do mais, no art. 105 esse Regulamento não obriga os posseiros a revalidarem ou legitimarem seus domínios sobre as alegações citadas. Um problema que persiste até hoje. Portanto, a aceitação ou não se a posseção é um direito de propriedade depende de quem interpreta a lei. Sobre isso, Varella (1997, p.190) nos alertou: “não é a lei em si que é aplicada, mas sim a interpretação do aplicador da lei frente ao caso concreto”. Nesse sentido, a nosso ver, o artigo primeiro da Lei de Terras de 1850 não proíbe a posse em si, apenas proíbe, e mais adiante trás os casos em que ela é aceita.

Por esses e outros motivos, nos últimos anos do Império, surgiram muitas propostas de reformulação da Lei nº 601 de 1850, mas foram engavetadas (SILVA, 1996). Sobre isso, Silva (1996, p.218) nos relata que, em 1886, um projeto reformulador visava proibir as posses de grandes extensões – as com mais de 500 hectares. O então senador Cândido Oliveira opôs-se, alegando incompatibilidade dessa proposta com nossa cultura de modelo de *plantation*, criticando até mesmo a política de implantação de núcleos coloniais de algumas províncias. Note-se que a Lei de Terras de 1850 e seu Regulamento contêm uma política de desconcentração fundiária, pois prescrevem que os lotes deveriam ter 25 hectares e que um mesmo colono não poderia comprar mais de quatro.

Nesse contexto, havia os defensores da grande propriedade como Antônio Cândido Rodrigues e Antônio da Silva Prado (ministros da agricultura na passagem do século XIX ao XX), mas havia também quem defendesse já naquela época a nacionalização do solo, com distribuição gratuita de terras, como André Rebouças. Em seu livro *Agricultura Nacional*, de 1883, Rebouças já atentava para o fato de que

o problema de nossa agricultura não era a “carência de braços”, mas a necessidade de “reformas sociais, econômicas e financeiras” que permitissem o aproveitamento de “milhares de indivíduos que vegetam em nossos sertões e ao mesmo tempo atraíssem a imigração estrangeira” (REBOUÇAS, 1988, p.381-3 apud SILVA, 1996, p.221).

Nos primeiros anos da República, a demarcação de terras ainda permanecia insuficiente. Por isso Francisco Glicério (então 1º ministro do governo provisório), em 1890, criou por decreto federal o Registro de Torrens para alavancar a demarcação de terras. Esse Registro permitia que qualquer cidadão, com base nos seus títulos de domínio e uma planta do imóvel com a respectiva descrição, fizesse uma petição à autoridade de registro. Publicava-se no diário oficial e se em seis meses ninguém contestasse, expedia-se o título de propriedade. Ou seja, o Registro de Torrens legalizava a propriedade privada da terra, inclusive o regime de posse. Todavia, um decreto do ano seguinte o invalidou.

Com a descentralização do poder político, poucos estados conseguiram manter uma política de imigração ou de implantação de núcleos coloniais. Destaque para São Paulo que manteve forte a imigração regular devido aos recursos advindos do café e para o Rio Grande do Sul, de forma menos expressiva. Vale ressaltar uma diferença básica entre essas unidades da federação, enquanto esse estado privilegiou a pequena propriedade, “o sistema de colonização para a pequena propriedade nunca tomou vulto em São Paulo” (SILVA, 1996, p.290). Segundo a tese de Caio Prado Jr., no atual sudeste, a pequena propriedade desenvolve-se principalmente após a segunda Guerra Mundial como resultado do parcelamento das grandes propriedades devido à crise mundial que abalou a grande lavoura cafeeira (PRADO JR., 2007). E não, como resultado de uma política estadual de aproveitamento de terras devolutas.

Além de Martins, outros autores fundamentais para compreensão da questão da propriedade antes da Segunda Guerra são Ligia Silva (1996), Campos (2000) e Christillino (2004 e 2010), além do clássico *Pioneiros e Plantadores de São Paulo de Pierre Mombeig no qual ele* analisou as frentes de expansão e as frentes pioneiras em São Paulo em meio ao surto cafeeiro. Christillino (2010), por sua vez, desvendou a lógica política dos projetos de imigração no Rio Grande do Sul⁸¹ sobre terras

⁸¹ Durante o Brasil-Império esta unidade de federação era chamada de província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

comunais em florestas, apontando para um Estado cooptado pela elite agrária gaúcha nessa província. Ainda Christillino (2004) assinalou que nas terras comunais predominava a economia da extração de erva-mate de modo mais ou menos integrada ao mercado, realizada por homens simples. Esses homens pobres que trabalhavam nos ervais em terras comunais, até então fora da cobiça do sistema de plantation, viram paulatinamente o avanço dos projetos de imigração e colonização sob a égide do direito absoluto. Vale notar que os ervateiros não assistiram passivamente ao avanço das colônias, conforme assinalou Christillino (2004). Eles resistiram, recorrendo inclusive à própria Lei de Terras nos artigos que garantiam a preservação das terras de uso comum.

A intenção política do Estado gaúcho acerca desses projetos ia além da regularização fundiária. Tinha o objetivo do embranquecimento populacional já que predomina na província uma população mestiça de brancos, negros e índios, sobretudo nos faxinais e ervais das matas. Desse modo, a província do Rio Grande do Sul se utilizou dos eixos da Estratégia Saquarema que, na verdade, tinham um só intento: subjugar a mão-de-obra livre proveniente dos projetos de imigração no contexto do embranquecimento da população nacional. Como se sabe, com a descentralização do poder, os projetos de colonização ficaram sob o âmbito estadual, motivo pelo qual há o predomínio de brancos na atual região sul, uma vez que outras unidades de federação, exceto São Paulo e Espírito Santo, não se interessaram pelo segundo eixo da Lei de Terras. No caso do nordeste, o desinteresse deve-se ao fato de que havia uma relativa crise canavieira, o que tornava desnecessário o investimento na imigração.

Como demonstraram Christillino (2004 e 2010) e Silva (1996), no bojo da consolidação da passagem do cativo do escravo para o cativo da terra, o Estado e a iniciativa privada, sobretudo no sul, fizeram do objetivo do embranquecimento um negócio imobiliário cujo reflexo foram os projetos de colonização. Cabia aos governos estaduais/provinciais por meio de suas Repartições de Terras Públicas o levantamento e medições de terras públicas e particulares com intuito de fazer os registros, além, é claro, da colonização e emissão de títulos a posseiros e sesmeiros para as posses anteriores a 1854. O avanço da propriedade privada em terras públicas ou de uso comum também ocorreu nos faxinais do planalto meridional brasileiro, onde se disseminou o regime de posse e o regime comunal, conforme demonstrou Nazareno de Campos (2000).

Vale destacar o trabalho de Silva (1996) que analisou o período do surto do café e sua relação com a apropriação territorial. A autora demonstrou a necessidade do cativo da terra nesse período que se estende mais ou menos entre 1850 e 1940 para a expansão cafeeira. Para que o cativo da terra se efetivasse era preciso o aprisionamento das terras públicas (devolutas), impedindo o livre acesso pautado no regime de posse. Diferente dos Estados Unidos era preciso também evitar os baixos preços. Mas esse cativo da terra não se aplicava aos especuladores de terras nem aos grandes proprietários. A regra foi a grilagem das terras públicas com parcelamento do solo para venda ou arrendamento àqueles que conseguissem recursos. Sobre isso Silva assinalou:

Assim, a valorização da terra, que era um dos objetivos da lei de 1850, acabou ocorrendo, mas por um efeito perverso desta. Não foi a venda das terras devolutas que provocou a valorização, mas a grilagem, isto é, a venda das terras devolutas por parte dos que se apropriaram delas (SILVA, 1996, p.283).

Ainda sobre a valorização da terra, Caio Prado Jr (2007). assinalou que além de impedir o acesso aos pequenos proprietários para subjugar sua força de trabalho, a concentração fundiária servia como resguardo de recursos contra a desvalorização da moeda e, sobretudo, como monopólio para ditar o preço da terra. Nas palavras do autor:

A razão essencial e fundamental do alto preço relativo da terra no Brasil, e em São Paulo em particular, reside no fato de se achar a propriedade dela extremamente concentrada. Isso determina em favor dos grandes proprietários uma situação que virtualmente se equipara à do monopólio. Os limites dentro dos quais os proprietários podem ditar seus preços, são por isso muito largos, como ocorre em qualquer situação monopolista (PRADO JR., 2007, p.134).

Contra essa concentração e especulação da terra, Prado Jr. (2007, p.114) propunha uma nova tributação territorial, afirmando que a oneração com tributos de certa magnitude, contribuiria para desvalorização da propriedade fundiária rural. Isso nos leva a conclusão de que a discussão dos indicadores de produtividade já era um grande problema nas primeiras décadas da segunda metade do século XX. Segundo o autor a regra era a subutilização da terra propiciada pelo nosso sistema tributário (2007, p.112).

Os fatos históricos demonstram que a Lei de Terras de 1850 nasce do interesse dos grandes latifundiários, donos de escravos e, no decorrer dos mais de 150 anos de sua aplicação, foi adaptada aos interesses dos grileiros. Primeiro, eles adiaram os prazos de legitimação de suas posses/grilos de 1854 para 1889 e,

depois para 1930. Sobretudo, nesse segundo período, foram favorecidos pela descentralização do poder em favor das unidades de federação, logo, dos 'coronéis' que impregnaram a política local com seus representantes. Após isso, passaram a agir pela grilagem direta.

De qualquer modo, desde 1850, o direito absoluto de propriedade privada da terra esteve firme. Já o direito do Estado sobre suas terras devolutas, incerto. O que se assistiu foi a passagem do domínio estatal para o domínio privado, por meio de 'grilos' e grandes invasões, muitas vezes atropelando outros regimes de direitos de propriedade que não se pautassem no direito positivo instituído em 1850. Não por acaso para Martins, a questão agrária nacional é produto da Lei de Terras. Nas palavras do autor:

(...) A questão agrária é característica do mundo contemporâneo. Ela surge com o desenvolvimento do capitalismo. Antes não existia a questão agrária.

(...) No nosso caso, surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento de criação artificial de um exército industrial de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação.

(...)

A questão agrária em nosso caso tem tudo a ver com o fato de que a sociedade brasileira foi, até não muito tempo atrás, até cem anos atrás, uma sociedade escravagista. Até 1850, que é quando de fato se começa a tomar iniciativas concretas para acabar com a escravidão, o acesso à terra era 'livre'. Não havia o atual regime de propriedade, que é um regime fechado, o da propriedade absoluta, que o regime envelheceu muito depressa, que ele contém muitas imperfeições e insuficiências e, ao contrário de todo direito, não se tornou produtor de justiça (nem dos direitos dos grandes proprietários), mas produto de problemas e iniquidades.

A questão agrária começa a se definir quando o Estado brasileiro, no século XIX, pressionado por alguns setores das elites e, sobretudo pelas grandes potências da época, que queriam expandir mercados (coisa impossível com a escravidão, pois escravo não compra), decide acabar com a escravidão (MARTINS, 1997a, p.11-13).

Com base no conhecimento de que a expropriação da terra já existia no Feudalismo, sendo, portanto, anterior à absolutização da propriedade privada da terra, não concordamos totalmente com Martins quando ele atribui à Lei de Terras a gênese da questão agrária nacional. De modo que, não acreditamos na premissa de que essa lei seja o germe, mas o cerne da questão agrária e é gide para seu aprofundamento.

Com isso, preconizamos outra concepção de questão agrária, muito mais próxima daquela descrita por Fernandes (2001), para quem essa questão começa

no campo e implode na cidade, não apenas pelas manifestações dos sem-terra nos centros urbanos, mas também porque o latifúndio, sob a égide do direito absoluto de propriedade privada, afeta a soberania e segurança alimentar nacional. Algo que ficou claro com a superinflação do arroz e do feijão no final dessa primeira década do XXI. A queda na oferta de alimentos da dieta básica em favor da expansão das commodities do agronegócio que não param de superar recordes na exportação é o reflexo do império da propriedade privada absoluta que impede o acesso à terra aos camponeses que a reivindicam.

Além disso, o direito absoluto, reconhecido como único direito legítimo, impede que milhões de camponeses que constituíram propriedade sob outras formas de apropriação territorial recebam subsídios estatais para alavancar a produção de alimentos. Dessa forma, não restringimos a questão agrária ao simples desdobramento da crise do trabalho escravo.

Cabe salientar que, enquanto nossa questão agrária vem agravando cada vez mais desde os tempos de colônia, os países desenvolvidos já fizeram a Reforma Agrária como demonstrou Abramovay (1996). Estudando a questão agrária nacional e comprando-a com a de nossos vizinhos latino-americanos, o professor de direito agrário Carlos Marés (2003) chamou a atenção para legislações de regularização territorial que, nestes países, condenam claramente a propriedade privada absoluta em favor da função social da terra, ao passo que aqui vigoram leis contraditórias que tornam nossa estrutura fundiária a mais concentrada do mundo.

2. 5 TIPOS DE DIREITO DE PROPRIEDADE: PROPRIEDADE CAPITALISTA VERSUS PROPRIEDADE PRIVADA FAMILIAR

Uma caracterização das formas de propriedade e uso da terra pode ser encontrada em Martins (1982, p.58) e em Laranjeira (1983, p.160-201). Antes de descrevermos os tipos de regimes de propriedade da terra que convivem à margem do direito absoluto de propriedade privada da terra (injustamente negados nos âmbitos político e jurídico), cabe assinalar que as lutas pela terra no Brasil são lutas anticapitalistas, sejam elas lutas pelo reconhecimento de outras formas de propriedades, contra a absolutização da propriedade, contra a mercantilização da terra, contra a propriedade capitalista da terra ou contra o processo combinado de expropriação-proletarização.

No discernimento das formas de propriedade, Martins (1982 e 1986) distingue *terra de trabalho* de *terra de negócio* (*terra como equivalente de mercadoria*). Para ele aquela é a terra para trabalhar ao passo que essa é a terra para explorar o trabalho alheio daquele que já não possui os meios de produção. A terra seria uma mercadoria não típica.

(...) a terra é completamente diferente das outras mercadorias. Como foi dito, a diferença está em que a terra não é fruto do trabalho, é finita e imóvel. É uma mercadoria que não circula; em seu lugar, circula o seu representante, o título de propriedade. O que se compra e o que se vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo. (...) A terra não é propriamente mercadoria, mas equivalente de mercadoria. (MARTINS, 1986, p.32-3).

O autor faz ainda uma distinção da *propriedade capitalista* da *propriedade privada*, no sentido em que aquela é uma variante dessa, distinguindo-se apenas porque é a propriedade que tem a função de assegurar ao capital o direito de explorar o trabalhador, é, portanto, o *instrumento de exploração* (MARTINS, 1982, p.58-9). É o caso da empresa rural e do latifúndio. Se bem que para este a propriedade capitalista é muito mais o *instrumento de extração da renda territorial*. Deste modo, ainda que a pequena propriedade familiar seja uma forma de propriedade privada, não tem a função de explorar o trabalho alheio, sendo o *instrumento de trabalho*. Sobre a distinção da propriedade familiar salientou:

A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebe lucro. Seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho (1982, p.59).

Portanto, quando o capital se apropria da terra, transforma essa em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; e quando o trabalhador se apropria da terra, ele a transforma em terra de trabalho. Nunca é demais dizer que, no primeiro caso, quando o capitalista apossa-se da terra, nem sempre é para dedicar-se à agricultura, tanto pode usá-la para explorar o trabalho de quem não a possui como pode vendê-la ou alugá-la, obtendo, não o lucro, mas a renda da terra.

Como assinalou Martins (1982, p.60): “o monopólio de classe sobre a terra assegura ao capitalista o direito de cobrar da sociedade inteira um tributo pelo uso da terra. É a renda fundiária ou renda da terra”. Esse fato demonstra mais um vício

de nossa estrutura agrária, pois é o direito absoluto de propriedade privada da terra que permite tal monopólio e, conseqüentemente, a extração da renda territorial, colocando-se como pressuposto da renda fundiária. “O caráter perverso da renda territorial vai mais longe. A terra pode produzir renda sem estar sendo utilizada, mesmo estando em mãos do seu legítimo proprietário” (MARTINS, 1986, p.33). É o caso da elevação do preço das terras que, embora não tenha valor, sofre valorização. Em outro trecho Martins explicitou melhor essa perversidade da renda territorial:

E como em algumas regiões do país a renda da terra tem representado ganhos superiores as das mais rentáveis empresas capitalistas, e até equivalentes aos lucros bancários, que têm sido imensos, chegando a 1000% ano. Estamos, pois, diante da seguinte irracionalidade: em algumas situações e regiões, é hoje mais rentável ter terra e não cultivá-la porque, neste caso, a queda do preço dos produtos agrícolas depreciaria a própria renda territorial (MARTINS, 1986, p.69).

Vale atentar que a luta dos camponeses pequenos proprietários de terras é uma luta diversa da luta dos camponeses posseiros, arrendatários, parceiros, dos índios, dos caiçaras e dos quilombolas. Trata-se de uma luta não pela propriedade da terra e muito menos pelo reconhecimento desta, mas sim uma luta contra a deterioração dos preços agrícolas, contra a transferência da renda territorial para o grande capital que os subordina e contra a impossibilidade de reprodução da pequena agricultura e da reprodução dos filhos enquanto camponeses. Nesse último sentido, é uma luta contra a absolutização da propriedade privada da terra. Por isso, uma reforma agrária que anule o direito absoluto da propriedade privada da terra une todos os trabalhadores do campo (incluindo os da floresta), pois permite a produção e reprodução camponesa. Dito isso, continuamos a concordar com Martins quando considera errado rotular todos os sujeitos do campo ou da luta pela terra na categoria de sem-terra (MARTINS, 2003a e 2004b). Mas essa categoria pode muito bem englobar todos esses sujeitos no sentido que sem-terra simbolize a luta contra a absolutização da propriedade privada da terra, o que não ocorre.

Conforme Martins assinalou, a expropriação da terra é o pressuposto da proletarianização, no momento que despoja o trabalhador de toda propriedade, deixando-lhe apenas a propriedade da sua força de trabalho para vender ao capital (MARTINS, 1982, p.12). Sabemos que é a *absolutização da propriedade privada da terra* o pressuposto dessa expropriação e, portanto, também da proletarianização. Mas essa proletarianização não se realizou de forma completa aqui no Brasil, por conta do

regime de colonato e da possibilidade de outras formas de direito de propriedade, mesmo que não reconhecidas juridicamente.

A partir da gradual abolição da escravatura e transição para o trabalho livre, a classe dominante encarregou-se de elaborar um conjunto de leis para subordinar o trabalho livre. É, pois, a *absolutização da propriedade privada da terra* que garante a expropriação de terras e impede a negação da proletarização. O cativo da terra que substituiu a escravidão foi a maneira encontrada para garantir a exploração da força de trabalho para o capital.

Mesmo com o fim do colonato a mercantilização da terra não garantiu por completo a proletarização dos camponeses. Isso porque esses negam a propriedade privada da terra ao buscar nas terras devolutas a possibilidade de reprodução do modo de vida camponês, constituindo, assim, as chamadas *frentes de expansão*. Sobre isso, Martins (1982, p.17) assinalou: “(...) No Brasil, o capital expulsa, mas não proletariza necessariamente o trabalhador, pois uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquistando a autonomia do trabalho”. Nesse sentido, ao negarem a propriedade capitalista e a proletarização, submetem as leis clássicas do capital: expropriar para proletarizar e explorar comprando a única propriedade que lhe resta – a da força de trabalho.

Isso ocorre porque os camponeses “têm sua própria concepção de direito de propriedade, que os faz levantar-se subversivamente contra o direito proclamado e garantido pelo Estado em favor das classes dominantes” (MARTINS, 1982, p.17-18). “As terras devolutas interditas há mais de cem anos ao avanço dos posseiros, tem sido sistematicamente invadidas em nome do direito popular de propriedade” (1982, p.18). Sobre isso o autor ainda assinalou:

Esse fato coloca constantemente, como problema político, o insucesso parcial da expropriação e faz renascer constantemente no campo o problema da posse da terra como um problema de resistência à expansão do capitalismo. Hoje, em nosso país, as lutas populares no campo, em grande parte, tem concretamente esse caráter, são anticapitalistas, estão profundamente enraizadas na deterioração e na crise do direito de propriedade (MARTINS, 1982, p.18).

A luta dos posseiros, mais concentrados espacialmente na Amazônia, é, portanto, “pelo reconhecimento de que a terra é bem coletivo, sujeito ao trabalho privado, mas não à propriedade privada” (MARTINS, 1982, p.42). Esses camponeses sabem, na prática, que a terra não é produto do trabalho – um dos motivos pela qual não pode ser considerada uma mercadoria típica, além de não

circular, portanto, não pode ser produto do capital. Os camponeses “sabem que a terra é um bem natural, logo, um patrimônio comum, de todos, de forma que a posse sobre ela legitima-se pelo trabalho” (MARTINS, 1982, p.61). O direito de propriedade dos posseiros, nesse sentido, reside na posse da terra para o trabalho, negando a propriedade capitalista e até a propriedade privada. Ainda o autor (1982) afirma que quando se conversa com posseiros fica-se bem evidente a negação da propriedade privada da terra e que a luta dos trabalhadores do campo não é pela propriedade capitalista da terra, mas pela terra de trabalho. Algo que podemos constatar nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, conforme veremos nos relatos descritos no próximo capítulo. Outro tipo de direito de propriedade é a *propriedade tribal indígena* para os quais inexiste a idéia de propriedade privada. Assim como a luta dos posseiros pela terra é pelo reconhecimento do *direito popular de propriedade*, a luta dos índios também é uma luta pelo reconhecimento da sua forma específica de propriedade – comunitária.

Nesse contexto, o capital tenta vencer essa luta destruindo a identidade indígena, num processo que se dá de forma concomitante com a expropriação de suas terras. Assiste-se, ao mesmo tempo, a destruição da identidade do índio para usurpar suas terras; e a grilagem das terras dos índios para destruir sua identidade. Ao deteriorar a sua forma de utilização da terra, deteriora-se sua identidade tribal, de modo a permitir a expansão do capital (MARTINS, 1982, p.154-5). A tentativa de emancipação do índio, ao dar-lhe a igualdade jurídica e a cidadania, é, na verdade, a emancipação do capital, sua tentativa de transformar a terra do índio em terra-mercadoria passível de renda e troca (MARTINS, 1982, p.147-151). Por isso o autor (1982, p.163) diz que não existe expansão da fronteira agrícola na região, mas invasão desta, pois as terras já estavam ocupadas.

No caso dos quilombolas cujo requisito para reconhecimento de suas posses é a auto-identificação como descendentes de fundadores de quilombos também o problema da identidade é uma questão crucial, uma vez que, mais importante do que saber se eles cumprem a função social é saber se preservam a identidade transmitida de geração em geração. Nesse sentido, interessa pouco o fato de que são descendentes de um grupo étnico-racial desfavorecido, explorado, não indenizado nem incluído de forma igual e digna na sociedade pós-abolicionista. Em outras palavras, não basta ser camponês negro, é preciso se auto-identificar como quilombola.

Já no que concerne aos posseiros no sentido lato⁸², muitos autores preferem falar na entrega do título definitivo da terra para evitar conflitos entre posseiros e grileiros, caso aquele tenha o direito de propriedade (GRAZIANO NETO, 1996, p.63). Aqui no caso, o direito se faz com apresentação de documentos, prevalecendo a ideia do direito positivo. Nós, pelo contrário, nos colocamos a favor do reconhecimento de todas as formas alternativas de apropriação territorial que concebiam a terra como instrumento de trabalho para a subsistência da família e de autonomia sobre sua força de trabalho. Defendemos, portanto, que seja efetivado o direito de propriedade em todos os estabelecimentos rurais que observem a seguinte condição: não deixar a terra cair em corrupção⁸³. Compreendemos que é desta forma que se cumpre a função social proclamada em nossa Carta Magna. Note-se também que está intrínseca a esta exigência a observância da preservação ambiental, pois os camponeses, além de imprimirem em suas propriedades uma diversidade de culturas, mantêm significativas reservas naturais compostas de árvores (arbustos, arvoredos e pequenas plantas), nascentes de fontes d'água, cavernas, lagos, matas ciliares etc., mantendo assim um ambiente equilibrado e saudável como prescreve nossa legislação.

2. 6 SIGNIFICADO DA TERRA PARA OS SUJEITOS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO

A Lei de Terras de 1850 tem como seus estatutos principais o direito absoluto de propriedade privada da terra e a mercantilização da terra. Com isso, houve uma resignificação da terra, engendrando novos fundamentos à reprodução das relações sociais de produção, as quais têm implicações distintas no tempo e no espaço.

Nossa metodologia de pesquisa baseia-se aqui no movimento das relações sociais para discernir sobre a reprodução dos novos fundamentos das relações sociais de produção, ou seja, sobre a produção do espaço agrário em distintos

⁸² A categoria de posseiros no seu sentido lato não faz restrição, englobando todos aqueles que constituíram suas posses a partir da apropriação territorial às margens do direito positivo, sejam brancos, quilombolas, caiçaras ou caboclos. Em outras palavras, engloba todos aqueles camponeses que embora cultivem terras próprias, não têm o título de propriedade.

⁸³ Como foi discutido acima, não deixar a terra cair em corrupção é não deixá-la inculta (improdutiva).

momentos históricos. Vale atentar para o fato de que o significado da terra tem sofrido metamorfoses apenas para os capitalistas. O campo brasileiro sempre teve uma classe social que se caracteriza, entre outras coisas, por dar o mesmo significado à terra desde os tempos de Brasil colônia. Essa classe é a dos camponeses que concebem a terra como meio de produção imprescindível à manutenção da sua subsistência e à reprodução de suas principais relações sociais. Portanto, o campo é o lugar de suas relações de produção e ao mesmo tempo o lugar da vida. Enquanto a terra tiver esse significado para os que vivem no campo, a classe camponesa continuará a existir.

Estamos falando sobre uma classe para a qual a terra não tem o significado de mercadoria. Essa premissa básica acerca do significado da terra para a classe camponesa foi uma das orientadoras de nossa pesquisa. Oliveira (1996) explicitou bem esses sentidos que a terra tem para os camponeses e para os capitalistas no seguinte trecho:

(...) Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro (OLIVEIRA, 1996, p.113).

A reprodução camponesa faz-se por três lógicas de relação com a propriedade da terra. Para melhor refletirmos sobre o assunto vale adiantar que a propriedade camponesa, legitimada por um título jurídico de propriedade, constitui-se em terra-mercadoria, mas não é terra de exploração, por isso, apesar de ser propriedade privada não é tipicamente *propriedade capitalista da terra*. Para Martins a *propriedade capitalista* da terra pressupõe a terra como *terra de exploração*.

Enfim, uma dessas lógicas refere-se ao caso dos pequenos proprietários de terras que têm o título de propriedade, como ocorreu na região sulina desde 1850, fazendo avançar a *propriedade privada da terra* (forma de propriedade que não serve a exploração do trabalhador por um capitalista porque não engendra relações de produção tipicamente capitalistas, conforme veremos mais adiante). Soma-se ainda a essa situação, a circunstância dos camponeses que não têm a propriedade privada da terra, mas aceitam trabalhar para sua subsistência em terras de outrem. Trata-se dos camponeses parceiros e alguns agregados. Numa segunda lógica, temos a negação da propriedade privada e também da *propriedade capitalista da terra* (únicas formas de propriedade aceitáveis pela Lei nº 601 de 1850) a partir da

ação dos camponeses posseiros que produzem suas relações materiais de existência sob a lógica marginal de propriedade popular (ou livre posse). A terceira lógica, assim como a primeira, mantém a propriedade privada da terra, mas distingue-se em outros termos, por permitir a propriedade capitalista da terra. O exemplo aqui fica por conta dos camponeses arrendatários que, ao darem às terras cultivadas o significado de *terra de trabalho*, permitem também que essa tenha o significado de *terra de negócio* por parte do arrendador (proprietário que arrenda a terra). Apenas a segunda lógica de produção camponesa nega a mercantilização da terra. É essa que defendemos, diante das dificuldades que a *lógica capitalista da terra* impõe à reprodução dos camponeses. Nesse sentido, os posseiros são subversivos porque negam a propriedade capitalista da terra e ao mesmo tempo negam a mercantilização da terra.

Se, de um lado, o avanço da reprodução camponesa tem sido garantida através de lutas anti-capitalistas pela terra, subvertendo a Lei nº 601, por outro, temos também o avanço da territorialização do capitalismo monopolista. Conforme já sinalizamos esse processo faz-se pela faceta do agronegócio, fazendo avançar o latifúndio. De fato, em muitos casos, a empresa rural é, na verdade, um latifúndio. Já para os casos em que não o é, vale a seguinte consideração: ou o capitalista é ao mesmo tempo capitalista empresário que explora trabalhadores em suas terras (terra de exploração) e capitalista-rentista (dono de terras improdutivas); ou ele é apenas capitalista-rentista que especula suas terras e as coloca a serviço do capitalista explorador que pode pagar por elas. É um processo combinado que não permite que a maior parte de nossas terras constitua-se em terras de trabalho. Visto isso, o que diremos abaixo acerca de outros sujeitos da produção do espaço agrário não invalida a observação de que o latifúndio transveste-se de empresa rural.

A mercantilização da terra garante às grandes empresas rurais o fácil acesso à terra, de modo que, cada vez mais expandem suas lavouras, aumentando assim o percentual de terras cultiváveis para as culturas do agronegócio (laranja, soja, cana etc) em detrimento das culturas camponesas que constituem os alimentos de nossa dieta básica – que, segundo a distinção de Prado Jr. (2007, p.51), seriam culturas principais (de ricos) e secundárias (de pobres). Por isso, nossa crítica à Lei de Terras de 1850 é, sobretudo, crítica ao que consideramos serem seus dois atributos essenciais: a mercantilização da terra e o direito absoluto de propriedade privada.

Enquanto o primeiro atributo condena os trabalhadores rurais pobres à

miséria ao impedi-los do acesso à terra, sobretudo, por causa dos preços elevados desde a instituição da Lei nº 601 como mostrou Silva (1996); o segundo atributo é o instrumento jurídico que protege o latifúndio e permite a expansão das lavouras monocultoras de exportação sobre as terras que deveriam ser destinadas à reforma agrária, tornando esta economicamente inviável e a questão agrária cíclica. Sem falar na carência de alimentos na cidade que provoca a inflação dos preços dos mesmos e o aumento do custo de vida dos trabalhadores.

Vale atentar que existem outras variáveis que influenciam no aumento do porcentual de terras destinadas às lavouras de exportação, como a modernização da base técnica produtiva que acaba por expropriar aqueles que não conseguem concorrer. Como resultado de todos esses processos (modernização excludente e expropriação), criam-se os espaços corporativos no campo – *lugares funcionais de circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação da produção agropecuária de importantes commodities que têm alta composição técnica e orgânica do seu território*⁸⁴ (ELIAS, 2003, p.20), ou seja, espaços onde atua o agronegócio. Uma lógica de produção do espaço que, a nosso ver, avança porque a terra é equivalente de mercadoria, já que são as grandes empresas que podem comprar terras e pedir créditos ao governo, enquanto os camponeses expropriados continuam privados do acesso aos seus meios de produção. São também as grandes empresas que recebem concessões de enormes glebas de terra do governo, sem falar na grilagem das terras devolutas.

Hoje, os principais agentes dinâmicos da economia são os poderosos conglomerados multinacionais que produzem um espaço geográfico cada vez mais corporativo a partir da “internacionalização da produção e do produto” (ELIAS, 2003, p.34). É momento da dispersão espacial da produção e da especialização regional. É a produção do espaço corporativo para a produção agropecuária das empresas rurais em detrimento dos camponeses que continuam à margem da modernização do campo, recebendo poucos incentivos fiscais.

O atual período técnico-científico-informacional traz inovações tecnológicas e com elas o acirramento do desenvolvimento desigual e combinado, inerente ao

⁸⁴ A autora discerniu em seu trabalho (que havia sido sua tese de doutorado) sobre a região de Ribeirão Preto, onde o agronegócio avançou inserindo a região numa nova divisão interna e internacional do trabalho com base numa agropecuária e agroindústria científicas que trouxeram novos fixos e fluxos – os quais Elías (2003) apreendeu com primazia em sua tese orientada pelo professor Milton Santos.

capitalismo, uma vez que quem não tem acesso à pesquisa e à produção de alta tecnologia aparece como elo mais fraco na divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, o campo brasileiro vem aderindo a essa nova forma de produzir a partir da intensificação do uso de técnica, ciência e informação (ELIAS, 2003). É em meio a esse processo de modernização excludente que se aprofundam velhas contradições e geram-se novas. Novas porque surge e ganha força a tendência do espaço corporativo e da reforma agrária para o agronegócio, em que, o campo passa a ser um território reservado unicamente para a produção agropecuária em detrimento do campo como espaço da vida, do modo de vida camponês. Concomitantemente, as velhas contradições são aprofundadas porque cada vez mais, o latifúndio avança sobre terras devolutas e de camponeses que ele expropria pela força de seus jagunços, concentrando ainda mais a estrutura fundiária, mesmo diante do aumento do número de posseiros nas últimas décadas. Aliás, motivo do aumento de conflitos já que concomitantemente ao aumento desses sujeitos e dos sem-terra há a expansão do latifúndio que cerca até mesmo as terras indígenas⁸⁵.

Isso significa que, de um lado, o espaço agrário brasileiro vem sendo produzido a partir do comando das grandes corporações – corporização do espaço agrário – dotado de uma base técnica moderna que se utiliza de informação (informática, robótica etc.) e de um sistema bancário como suporte da produção (ELIAS, 2003). E de outro, a produção do espaço agrário brasileiro é comandado pela lógica da terra enquanto terra de trabalho, ora legalmente perante a lei, a nosso ver burguesa, ora subvertendo essa lei. Embora todos os camponeses estejam inseridos na acumulação capitalista, uns negam a propriedade capitalista da terra – os camponeses posseiros.

Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, os grandes fazendeiros engendram novas necessidades. Uma delas é a de manutenção do *direito absoluto de propriedade privada da terra*. Isso porque com o viés do agronegócio, surge a

⁸⁵ Vale ressaltar o recente episódio das comunidades indígenas da Serra Raposa do Sol em Roraima que mesmo tendo o direito coletivo (tribal) inalienável em nossa Constituição Federal, viram os latifundiários entrarem em processo judicial para aquisição de suas terras. Nesse caso, os latifundiários, produtores de arroz em larga escala, apelaram para a racionalidade econômica sobre um modo de vida que apregoa o respeito à natureza e à vida. Em mais de três vezes o Supremo Tribunal de Justiça foi claro e a favor do direito tribal dos índios conforme manda a CF88. Isso sem falar que o Estatuto da Terra também garante a propriedade indígena: art.2 É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. (...) § 4º É assegurado às populações indígenas o direito à posse das terras que ocupam ou que lhes sejam atribuídas de acordo com a legislação especial que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitas.

necessidade de drenar os recursos e terras destinados ao processo de assentamentos. Desvio que só se realizará por completo com o abandono do paradigma de reforma agrária voltada para os pobres do campo.

Aqui estamos discutindo o capitalista como dono de terras para exploração, mas vale tornar a dizer: o capitalista também tem usado a terra como negócio sem nela produzir, extraindo renda fundiária quando a vende ou aluga. Por isso, os capitalistas de terras expulsam os posseiros das terras em que cultivam. Explicitando melhor, os camponeses posseiros ao não pagarem para adquirem a propriedade negam a mercantilização da terra, não pagando o tributo – a renda fundiária – ao capitalista proprietário de terras. Por isso cabe mais uma crítica a Lei de Terras de 1850, já que a terra como equivalente de mercadoria é o substrato para a extração da renda fundiária. Nesse sentido, ou eliminamos a mercantilização da terra ou esta elimina os camponeses posseiros. Não só por expropriação com base no uso da lei, já que esses sujeitos resistem, migrando e recriando-se enquanto camponeses, mas também por violência dos jagunços e policiais a serviço dos fazendeiros-capitalistas (rentistas ou exploradores).

2.7 TERRA COMO INSTRUMENTO DE EXPLORAÇÃO VERSUS RESISTÊNCIA CAMPONESA

A atual resignificação da terra no contexto do desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, que aumenta a composição orgânica do capital na produção agropecuária, valoriza a terra como negócio rentável, uma vez que esta é condição de reprodução do capital das empresas rurais, da qual estas retiram a renda da terra em quantia cada vez maior. Segundo Martins, na década de 1960, “quando a revolução tecnológica impôs mudanças radicais nas relações de trabalho, os proprietários de terra rejeitaram a necessidade de fazer mudanças correspondentes e adaptativas no direito de propriedade. Recusaram-se a fazer a necessária reforma agrária” (MARTINS, 1997a, p.23). O monopólio da terra passava a ser usada agora menos para subjugar o trabalho e mais para explorar o trabalho diretamente por meio de relações de assalariamento. Nesse contexto, o Estatuto do Trabalhador Rural (1962) veio juntar-se à revolução tecnológica para dar a terra esse novo sentido.

Dessa forma, a terra aparece como imprescindível para a necessidade de

ampliação do processo de reprodução do capital dessas empresas. Para isso, é preciso não só aumentar a composição orgânica do capital na produção, mas também expandir as áreas cultivadas. Não atoa, a bancada ruralista tramita a aprovação de um novo Código Florestal que permita desmatar ainda mais nossos biomas, sobretudo o cerrado e amazônico para expansão da soja e pecuária. Assim, temos o aprofundamento de velhas contradições, uma vez que está em processo, o aumento da concentração de terras que deveria estar diminuindo com o gradativo e lento processo de Reforma Agrária.

Em *Globalização e Agricultura*, Elias (2003) revela que com a incorporação da segunda revolução tecnológica – biotecnologia e informática – na agropecuária ocorre um novo padrão de concentração de terras. Este novo padrão é representado pelo avanço simultâneo da empresa rural e do latifúndio, muitas vezes nas mãos do mesmo capitalista. Este está acumulando capitais a partir da extração cada vez maior de altos lucros proporcionados pela revolução tecnológica, mas também pela extração da renda territorial devido à valorização da terra.

A extração da renda da terra se faz em latifúndios sob a égide do direito absoluto de propriedade privada da terra que permite a especulação imobiliária. Já a extração de lucros é realizada nas ditas empresas rurais, quando, na verdade, a maioria não passa de *latifúndio travestido de empresa rural cuja roupagem é o agronegócio*. Um disfarce que camufla o latifúndio elegendo-o como a solução para os males do campo. Nesse sentido, os autores que criticam o viés do agronegócio dizem que ele tornou-se a menina de ouro do governo e também dos autores que defendem a manutenção da mercantilização da terra – um ‘negócio da China’. Mais do que nunca se faz alusão a uma produção do espaço agrário sob o domínio absoluto da propriedade capitalista da terra, afirmando que não há mais espaço para formas consideradas arcaicas de domínio da propriedade, tais como a propriedade de posse e a propriedade tribal.

Conforme veremos no próximo capítulo, embora as leis brasileiras acerca da regularização fundiária, sobretudo o Estatuto da Terra de 1964 e a Constituição Federal de 1988, limitem juridicamente a propriedade privada absoluta em favor da função social da terra, o que na prática prevalece é o direito absoluto sobre o regime da posse. Seguindo Marés (2003), percebemos que se trata de uma questão de interpretação da lei, já que ambos os compêndios (1964 e 1988) trazem intrapolaridades que os latifundiários usam ao seu favor. Assim os advogados dos

ruralistas (latifundiários) negam que a lei reconhece outros regimes de apropriação territorial que não seja o direito absoluto de propriedade privada da terra. Negam, portanto, a função social da terra em favor da propriedade privada absoluta.

Nossa leitura desses compêndios acerca da regularização fundiária nos permite dizer que eles são claros na defesa da função social em detrimento do direito absoluto – égide que o latifúndio ostenta, mas que não passa de uma farsa bem contada e disfarçada. É com base nessa farsa que alguns juristas insistem na interpretação que reconhece o direito de propriedade absoluta dos latifundiários que com títulos falsos ou concedidos de forma irregular⁸⁶ avançam sobre terras de posseiros e índios, destituídos dessa égide. Sobre a questão da mercantilização da terra nas posses quilombolas e a interpretação da lei, Neusa Gusmão assinalou:

No presente da realidade negra no campo, a descontinuidade histórica, dada pelo processo de transformação das terras de pretos em mercadoria, expõe coletividades inteiras a ação de jagunços armados e mesmo burocracias incompreensíveis, forjada na lei, uma lei de brancos, formalmente indistinta e aparentemente feita para todos (GUSMÃO, 1996, p. 20).

Ainda sobre isso, Gusmão (1996) diz que há uma ideologia totalizadora que nega o diverso para encobrir como operam os mecanismos de oportunidades e privilégios entre grupos sociais. Sobre isso, Marés (2003) postulou que a ideia de direito absoluto é, na verdade, uma ideologia imposta pelos ricos que invertem a lógica e a lei. Desse modo, continuou o autor, os latifundiários fazem da garantia do direito individual o flagelo do direito dos povos:

O discurso jurídico atual, porém procura romper com o flagelo, mas se vê impotente algumas vezes frente à marcada ideologia de sua interpretação. Sempre há alguma vírgula, um advérbio ou uma contradição entre incisos ou parágrafos que permitem ao intérprete, juiz, administrador público ou fiscal dizer o que não é e manter, por mais algum tempo o flagelo. A ideologia da propriedade privada, individualista e absoluta, mesmo contra o texto da lei ainda impera no seio do Estado, ou no seio da elite dominante que dita a interpretação que lhe favorece (MARÉS, 2003, p.13).

Aqui cabe distinguir não só a propriedade privada absoluta, essencialmente capitalista e latifundiária, mas também a diferença entre o sitiante, pequeno

⁸⁶ A historiadora Ligia Silva (1996) em *Terras Devolutas e Latifúndio* demonstrou que a grilagem, regularização e concessão de extensas glebas de terras remontam ao período imperial, mesmo sendo proibidas. A autora notou que mesmo após a promulgação da lei de terras de 1850, os governos doaram ou concederam terras devolutas de forma indiscriminada, consubstanciando improbidade administrativa. Vale dizer que essa prática continuou durante o século XX e persiste nesse novo milênio, haja vista a aprovação das Medidas Provisórias 422 e 458, havendo também em contrapartida leis que permitem a revisão de algumas dessas concessões feitas sobretudo durante a Ditadura Militar (1964-1985).

proprietário, posseiro e agregado. Segundo Cândido:

O fazendeiro abastado, o pequeno agricultor, o posseiro provém as mais das vezes dos mesmos troncos familiares, e seus antepassados compartilharam, originalmente, das mesmas condições de vida. Mesmo porque os sítios a roça seriam, na maioria, avantajados territorialmente, não oferecendo a distinção, tornada nítida em seguida, entre a pequena e grande propriedade (CÂNDIDO, 2003, p.104).

Essa diferenciação alavancou a partir do momento em que um fazia uso da mão-de-obra servil, sobretudo com a escravidão, mas também com o uso dos antigos escravos e seus descendentes como agregados dependentes daquele que se tornaria latifundiário. Outro elemento dessa diferenciação foi o abandono do famoso sistema de cooperação vicinal (mutirão). É a partir desse abandono que se formaram muitos latifúndios a custa de proprietários menores, por compra ou espoliação. Nas palavras de Cândido (2003, p.105), essa espoliação deu-se com facilidade porque nossa sociedade sempre foi marcada pela precariedade dos títulos e pela generalização da posse que desarmou o lavrador, na fase em que a expansão econômica passou a exigir os requisitos legais para configurar os direitos de propriedade. Havia uma indiferenciação no começo que foi substituída por uma estrutura social mais complexa, “sobrepondo o fazendeiro ao seu parente sitiante (muitas vezes, senhor de tantas terras quanto ele, mas trabalhando-as pessoalmente), que por sua vez se sobrepunha aos agregados sem estabilidade” (CÂNDIDO, 2003, p.105). Portanto, o fazendeiro torna-se latifundiário, primeiro por usar mão-de-obra servil e não pela extensão territorial, depois vai ampliando sua propriedade, ao passo que o sitiante é o proprietário que não explorou mão-de-obra alheia nem anexou novas terras. Já o agregado, muito famoso no nordeste, é o lavrador não proprietário que lavra a terra de propriedade do fazendeiro. Todos, inclusive o fazendeiro, têm elementos da cultura caipira, diz Cândido (2003, p.105-6), mas o caipira típico é o sitiante proprietário branco já que essa cultura depende da vizinhança e aqueles que não têm propriedade, como o caipira caboclo, migram para fugirem das exigências da regularização fundiária.

Como já foi dito no capítulo 2, em lugar algum Cândido excluiu os negros da categoria de caipira, pelo contrário, utiliza os termos como categorias complementares. O termo negro refere-se à etnicidade, enquanto quilombola remonta a historicidade (à escravidão) congregando também elementos da cultura afro-descendente, ao passo que o termo caipira representa a cultura e as relações sociais do grupo. Assim sendo, concebemos os quilombolas como um segmento

desse universo caipira, pois, apresentam as seis principais características dessa cultura enumeradas por Cândido (idem, p.108): 1) isolamento relativo; 2) posse das terras; 3) trabalho doméstico; 4) auxílio vicinal; 5) disponibilidade de terras; 6) margem de lazer.

Apesar da ausência do mutirão atualmente, notamos nos trabalhos de campos por meio de relatos que os quilombolas ainda recorrem muito ao auxílio vicinal, sobretudo dos compadres e parentes. Os quilombolas do Ribeira, sobretudo os que visitamos nas comunidades Poça e Peropava aproximam-se mais dos caipiras proprietários brancos do que dos caipiras acabocladados (destituídos de propriedade com níveis mínimos de sobrevivência biossocial), pois passaram muitas décadas sem sofrer expropriações de suas posses, o que lhes permitiu se manter acima dos mínimos vitais e sociais, preservando a cultura caipira e afro-descendente. Em contrapartida, embora sua produção ainda seja notadamente camponesa (não-capitalista), cada vez mais, os quilombolas estão inseridos na lógica capitalista.

O contato com os valores urbano-industrial está diluindo a cultura caipira nas comunidades negras do Ribeira e comprometendo a cultura quilombola constituída de elementos peculiares que vão além da etnia. Como bem atentou Cândido (2003, p.107) “a cultura caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso: a sua mudança é o seu fim”. Mais tarde, em participação no documentário *O Povo Brasileiro* de Darcy Ribeiro, disse Cândido: “a cidade é um engolidor de caipiras”, desagregando sua cultura. Vale atentar que ainda segundo Cândido, outro modo de destruição da cultura caipira seria levá-la ao estado abaixo dos mínimos biossociais, o que ocorre com aqueles que migram muito sem tempo para se adaptarem, isolando-se quase que por completo do grupo, do bairro. Aqui o autor está referindo-se às migrações rurais-rurais, muito comum em nosso país ao lado das migrações rurais-urbanas. Note-se que muitas vezes esses camponeses migram por não terem os títulos de propriedade. Deste modo, os posseiros que se fixam, como os quilombolas estudados por nós, têm mais chances de ostentar seu modo de vida caipira.

Capítulo 3 LUTA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS POÇA E PEROPAVA PELO DIREITO À TERRA

Os quilombolas constituem um segmento do campesinato que tem uma luta peculiar pela terra, a qual começa a se diferenciar da luta de outros camponeses posseiros a partir do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT – cuja *ratio legis* é assegurar a posse da terra quilombola. É com base nesse artigo que os quilombolas têm garantido a posse da terra como um direito inalienável a partir do reconhecimento étnico-sócio-cultural. Como já foi dito, trata-se não apenas em luta pelo direito de posse, mas de luta pelo reconhecimento étnico para que possam fruir seus direitos sem a ameaça da expropriação.

Nesse último capítulo, descreveremos a luta desses camponeses de ascendência escrava a partir de dois quilombos localizados no Vale do Ribeira paulista, sem deixar de assinalar a incessante luta política que conflou na promulgação do referido artigo 68 e no embate ainda em curso acerca de decretos que visam seu cumprimento. A saber, a elite agrária a partir de um forte *lobby*⁸⁷ no Congresso ainda pretende anular muitas das leis que regularizam a posse quilombola. Além desse embate jurídico e político com as forças contrárias, os quilombolas lutam no âmbito do cotidiano para se reproduzirem. Enquanto não são reconhecidos como quilombolas não podem fruir plenamente de seus direitos, de modo que ficam sem receber assistência técnica e em alguns casos, sequer podem fazer o manejo dos recursos da mata, pois a propriedade ambiental subjugou a propriedade posseira.

Desse modo, para melhor entender esses embates circunscrevemos nosso campo aos quilombos da Poça e da Peropava. Antes de esboçar as particularidades do cotidiano, as lutas e a localização desses quilombos do Vale do Ribeira, é necessário descrever as principais etapas da luta quilombola pela terra.

A primeira etapa da luta é contra a expropriação para que possam manter a

⁸⁷ Hoje, esse lobby é basicamente formado pela UDR – União Democrática Ruralista. De acordo com seu site oficial, a “União Democrática Ruralista (UDR) é uma entidade de classe que se destina a reunir ruralistas e tem como princípio fundamental a **preservação do direito de propriedade** e a manutenção da ordem e respeito às leis do País”. Além disso, em 2011, formou-se a FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária, um nova entidade que congrega políticos de diversos partidos (PSDB, DEM, PSD e até mesmo do PT) em nome do desenvolvimento do campo, mas na verdade, o intuito maior é alavancar o agronegócio.

propriedade que ocupam, por vezes, há séculos. Assegurada a posse da terra, lutam pelo reconhecimento da identidade quilombola para que tenham o direito de permanecer nas terras que cultivam, habitam e tecem suas relações sócio-culturais. Lutam ainda pela aquisição do título de propriedade para evitar a expropriação por parte de latifundiários (grileiros) e outros e para que possam receber assistência estatal.

Vale atentar que, no âmbito jurídico, essas etapas são diferentes. Numa pré-fase, os quilombolas se auto-identificam, formando uma associação para pleitear o reconhecimento. Em seguida, os representantes da associação do quilombo entram com pedido de reconhecimento. Essa é a primeira etapa, ou seja, **Abertura do Processo Administrativo** (no INCRA, FCP ou ITESP, no caso de São Paulo). A partir daí começa a luta no âmbito jurídico.

Nessa primeira etapa que vai até a publicação do RTC - Relatório técnico-científico, o INCRA⁸⁸ contabilizava 1068 processos espalhados em quase todas as unidades de federação. Como ainda não se tem esse laudo antropológico, não é possível precisar exatamente quantas famílias quilombolas estão em luta pelo reconhecimento, mas apenas o número de quilombos e uma estimativa do número de famílias.

O RTC é um estudo que aborda a organização socioeconômica, a cultura, a ancestralidade, as tradições e a história do grupo por meio da observação de campo e relatos dos moradores, sem deixar de fora as terras necessárias as suas atividades extra-econômicas e à complementação de sua subsistência. Como a legislação prescreve que o início dessa etapa se dá com a auto-identificação do grupo, cabe apenas aos órgãos competentes do reconhecimento, a elaboração do RTC para delimitar as terras com base na observação dos elementos elencados sem deixar de fora a concepção dos moradores quanto à área de seu território.

A segunda etapa começa após a **elaboração de um RTC** e vai até sua **publicação em diário oficial**. Depois de elaborado, o RTID (ou RTC) é enviado para órgãos públicos e entidades para que contestem o conteúdo no prazo de 30 dias, devendo ser aprovado por um Comitê de Decisão Regional - CDR. Feito isso, o órgão competente (no caso de São Paulo, o ITESP) deve realizar a publicação do reconhecimento no diário oficial para contestação das partes interessadas no prazo

⁸⁸ Todos os dados seguintes sobre as etapas de regularização das terras quilombolas referem-se a atualização do INCRA em julho de 2011.

de 90 dias. Na segunda etapa, estão 137 editais publicados referentes a 19.098 famílias ocupando aproximadamente 1.500.000 hectares.

Não havendo a contestação é **publicada uma portaria de reconhecimento do território quilombola**, se não houver contestação, a terceira etapa se concluirá em 90 dias da publicação, do contrário, o caso será julgado. Hoje, temos 67 portarias publicas no INCRA para 5.845 famílias ocupando cerca de 300 mil hectares.

A quarta etapa é bem curta, constando apenas de um decreto da Presidência da República com declaração de interesse social das terras. Após o decreto deve haver a retirada de terceiros ou intrusos por meio de desapropriação. Se o processo for sobre terras públicas essa etapa é desnecessária. Atualmente, há 41 decretos de desapropriação em favor de 5.011 famílias ocupando aproximadamente 467 mil hectares. O processo finaliza com a emissão do título coletivo e inalienável. Hoje, são 120 títulos emitidos para praticamente 12 mil famílias que ocupam cerca de 990 mil hectares.

Regularização Fundiária em Terras Quilombolas no Brasil - 2011

Processos Administrativos	1068	Sem estimativa devido à ausência do RTID
RTID (RTC)	137	19.098 famílias
Portarias de Reconhecimento do Território	67	5.845 famílias
Decretos de Desapropriação por Interesse Social	41	5.011 famílias
Títulos Emitidos.	120	11.918 famílias
Total de quilombos ⁸⁹	1.413 territórios quilombolas	41.872 famílias

Tabela 1: Organização de Alexsandro A. G. Sousa.

Fonte: Dados do INCRA-DFQ - DFQ – Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, julho de 2011.

Como se pode observar na tabela, em todo país apenas 345 quilombos foram

⁸⁹ Número aproximado de quilombos, já que sob um mesmo processo pode haver mais de um território.

reconhecidos assegurando-se a propriedade a cerca de 40 mil famílias. Restam ainda mais de mil quilombos para serem reconhecidos e outros mil sequer entrarem em processo. Pode-se estimar então que mais de 50 mil famílias quilombolas ainda aguardam o cumprimento constitucional que ordena a regularização de suas terras. De modo que, os quilombos que já abriram processo de reconhecimento com base no art. 68 da ADCT estão divididos regionalmente conforme o mapa a seguir.

QUILOMBOS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO POR UNIDADE DE FEDERAÇÃO - 2011

Mapa 2. Elaboração de Alessandro A. G. Sousa.
Fonte: INCRA, 2011.

Uma leitura rápida do mapa acima nos permite afirmar que os quilombos estão disseminados em todas as regiões brasileiras, em quase todos os estados, com destaque para o Maranhão que tem 252 quilombos aguardando regularização fundiária.

Em tópico sobre os povos quilombolas, a Comissão Pró-Índio de São Paulo catalogou cerca de dois mil quilombos no Brasil, sendo 35 no estado de São Paulo, das quais 30 estão no Vale do Ribeira. Esses dados contrastam com os da

Fundação Cultural Palmares que já catalogou 44 quilombos no estado paulista⁹⁰. O trabalho de mapeamento é sem dúvida maior no INCRA, onde São Paulo aparece com 49 processos administrativos de pedidos de reconhecimento quilombola, inclusive das comunidades Poça (já reconhecida) e Peropava (em reconhecimento). Já o ITESP divulga apenas as já reconhecidas, 27 comunidades⁹¹.

Esses números são ainda maiores do que preconizam esses órgãos, pois segundo algumas ONGs (Comissão Pró-Índio-SP, Rede Mocambos, MNU, MOAB, ISA, EAACONE, CONAQ), estima-se que há mais de cinco mil quilombos no país. Há ainda a nova espacialização do professor Rafael Sanzio dos Anjos (2009) que contabiliza 3.545 quilombos em todo o país, sendo 89 em São Paulo, destaque também para o Maranhão com mais de 700 quilombos identificados e, Bahia e Pará com mais de 400 cada um.

Nesse quadro da luta judicial pela terra, o quilombo da Poça está no último estágio, restando-lhe apenas a titulação, ao passo que a comunidade Peropava ainda está na etapa de publicação do RTC. Acrescente-se a essas etapas o momento de formação dos quilombos ainda no século XIX, em que os negros, principalmente libertos e menos isolados, tinham suas terras contestadas mesmo quando estas haviam sido doadas a eles. Cabe salientar que o quilombo da Peropava está entre a segunda e a terceira etapa da luta pelo direito de posse, já que, em 23 de julho de 2011, foi publicado no diário oficial um parecer do ITESP reconhecendo essa comunidade como quilombo.

Notamos que o inciso V do artigo 20 do Estatuto da Terra de 1964⁹² não foi suficiente para garantir a posse da terra aos camponeses, havendo um total desrespeito pela lei por parte dos grileiros e até mesmo pelo poder executivo e judiciário que insistem em interpretar a lei a favor da elite agrária. Além disso, a lei nº 4504 de 1964 também não conseguiu impedir o avanço da propriedade capitalista – por meio da grilagem – sobre as terras dos camponeses posseiros, de modo que, o compêndio nem pôde frear a concentração fundiária nem conseguiu impedir a intensificação dos conflitos fundiários disseminados de norte a sul do país. No caso dos posseiros de ascendência negra foi preciso um novo respaldo jurídico para

⁹⁰ Dados atualizados até outubro de 2011.

⁹¹ Dados atualizados em outubro de 2011.

⁹² *Art. 20. As desapropriações a serem realizadas pelo Poder Público, nas áreas prioritárias, recairão sobre: [...] V - as áreas que apresentem elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros; Estatuto da Terra de 1964*

garantir a posse das terras, a saber, o art. 68 da ADCT da Carta Magna promulgada em 1988 que ordena: *Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.*

Segundo os juristas, esse artigo é auto-aplicativo e por si só já garante a posse quilombola, que deve ser transformada em direito de propriedade inalienável. Nele estão contidos o sujeito beneficiário: os *remanescentes de quilombos*; a condição: *ocupação tradicional das terras*; o objeto do direito: *a propriedade definitiva das comunidades quilombolas*; sujeito devedor: *o Estado/Poder Público* e o dever correlato: *reconhecimento da propriedade e emissão dos títulos*. Contudo, ainda assim, foi preciso a aprovação do decreto federal nº 4887/03, entre outras leis, para que o art.68 fosse cumprido e o processo de reconhecimento fosse posto em curso. Em outras palavras, o Poder Público teve dificuldades em efetivar e cumprir a prescrição da lei constitucional. A necessidade de novas leis em forma de decretos deveu-se entre outras coisas: a ausência de definição do que é remanescente de quilombo; clareza na condição já que não prescreve o tipo de ocupação nem os órgãos responsáveis pela identificação, reconhecimento, demarcação, delimitação e titulação; etc.

De acordo com o decreto nº 4.887/03: art. 2º. *Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.* O parágrafo primeiro desse artigo prescreve que a identificação se dará pela auto-definição, enquanto o segundo parágrafo define o que são terras quilombola: *São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.*

Cabe salientar que, entre os mais de 50 quilombos espalhados pelo estado de São Paulo, muitos ainda não conseguiram abrir processos administrativos no Itesp, sofrendo, nos seus cotidianos, contínuas expropriações de suas terras. A seguir uma sistematização da luta pela terra quilombola no estado de São Paulo, cuja espacialização de 47 dos 61 quilombos identificados a seguir podem ser conferidos no mapa 1 (no final do primeiro capítulo):

COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2011			
Quilombos	Municípios	Nº de famílias	Situação
Quilombo Abrobal	Eldorado	-	Certidão FCP - Fundação Cultural Palmares (Titulado)
Quilombo André Lopes	Eldorado	76	Relatório Técnico de Regularização e Identificação (RTDI) em elaboração (Reconhecido em 2001)
Quilombo Anta Magra	Barra do Chapéu	-	Sem providência
Quilombo Ariri	Cananéia	-	Sem providência
Quilombo Bananal Pequeno	Eldorado	-	Sem providência
Quilombo Bigualzinho	Miracatu	-	Processo aberto no INCRA
Quilombo Boa Esperança	Eldorado	-	Processo aberto no INCRA
Quilombo Bombas	Iporanga	-	Processo aberto
Quilombo Brotas	Itatiba	32	Portaria do presidente do INCRA publicada no Diário Oficial/ reconhecido em 2004
Quilombo Caçandoca	Ubatuba	19	Reconhecido em 2000 Portaria do presidente do INCRA publicada no Diário Oficial
Quilombo Caçandoquinha	Ubatuba	20	Sem providência
Quilombo Chácara dos Pretos	Rio Claro	-	Sem providência
Quilombo Cafundó	Salto de Pirapora	18	Reconhecido em 1999 / Portaria do presidente do INCRA publicada no Diário Oficial
Quilombo Cambury	Ubatuba	39	RTID publicado no diário oficial
Quilombo Cangume	Itaóca	33	Titulado na FCP / Reconhecimento em 2004
Quilombo Capivari	Capivari	17	RTID em elaboração/ reconhecido em 2004
Quilombo Carmo	São Roque	-	Processo aberto no INCRA
Quilombo Cassanga	Ubatuba	-	Processo aberto no INCRA

Quilombo Castelhanos	Iporanga	-	Aguardando RTC
Quilombo Caxambu (ou Terras de Caxambu)	Sarapui	-	Processo aberto no INCRA
Quilombo Cedro	Barra do Turvo	-	Processo aberto no INCRA
Quilombo Fazenda Caixa	Ubatuba	-	Certidão FCP
Quilombo Fazenda Pilar	Pilar do Sul	-	Processo aberto no INCRA
Quilombo Fazendinha dos Pretos	Salto de Pirapora	-	Processo aberto no INCRA
Quilombo Galvão	Iporanga/Eldorado	29	Reconhecido em 2001
Quilombo Ivaporanduva	Eldorado	70	Titulado 2010
Quilombo Jaó	Itapeva	53	Reconhecido em 2000
Quilombo Jaú	Jaú	-	Sem providência
Quilombo José Joaquim Camargo	Salto de Pirapora	-	Processo aberto no INCRA
Quilombo Mandira	Cananéia	16	RTID publicado no diário oficial / Reconhecido em 2002
Quilombo Maria Rosa	Iporanga	20	Titulado 2001
Quilombo Nhunguara	Iporanga/Eldorado	91	Titulado / Reconhecido em 2001
Quilombo Os Camargo	Votorantin	-	Sem providência
Quilombo Paraíso	Barra do Turvo	-	Processo aberto no INCRA
Quilombo Pedra Preta	Barra do Turvo	-	Processo aberto no INCRA
Quilombo Pedro Cubas	Eldorado	40	Titulado em 2001 (apenas a parte devoluta) / RTID em elaboração
Quilombo Pedro Cubas de Cima	Eldorado/Paulista	22	Reconhecido em 2003
<u>Quilombo Peropava</u>	Registro	25	Processo aberto no INCRA
Quilombo Piraporinha/Jucururupava/Itinga	Salto de Pirapora	-	Processo aberto no INCRA
Quilombo Piririca	Iporanga	-	Processo aberto no INCRA
<u>Quilombo Poça</u>	Eldorado/Jacupiranga	41	Processo aberto no INCRA

Quilombo Poço Grande	Iporanga	-	Processo aberto no INCRA
Quilombo Porcinos (Espírito Santo da Fortaleza)	Agudos	-	Processo aberto no INCRA
Quilombo Porto Cubatão	Cananéia	-	Processo aberto no INCRA
Quilombo Porto dos Pilões	Iporanga	51	Certidão na FCP 2001 (apenas para a parte devoluta)
Quilombo Porto Velho	Iporanga	9	Certidão na FCP reconhecido em 2003
Quilombo Praia Grande	Iporanga	26	Certidão na FCP reconhecido em 2002
Quilombo Reginaldo	Barra do Turvo	-	Titulado na FCP
Quilombo Ribeirão Grande	Barra do Turvo	-	Titulado na FCP
Quilombo Santa Maria	Cananéia	-	Processo aberto no INCRA
Quilombo São Miguel Arcanjo do Morro Seco	Iguape	47	Portaria do presidente do INCRA publicada no Diário Oficial / Reconhecido em 2006
Quilombo São Paulo Bagre	Cananéia	-	Processo INCRA
Quilombo São Pedro Gleba	Iporanga/ Eldorado	39	Titulado na FCP apenas parte devoluta-1998
Quilombo Sapatu	Eldorado	82	Reconhecimento em 2001
Quilombo Tamandaré	Guaratinguetá	-	Sem providência
Quilombo Taquari	Cananéia	-	Titulado na FCP
Quilombo Sertão de Itamambuca	Ubatuba	-	Sem providência
Quilombo Tocos	Serra do Chapéu	-	Sem providência
Quilombo Terra Seca	Barra do Turvo	-	Titulado na FCP
Quilombo União dos Morros	Ubatuba	-	Processo aberto no INCRA
Quilombo Varadouro	Cananéia	-	Titulado na FCP

Tabela 2: Elaboração de Alessandro A. G. Sousa⁹³.

93

Tabela elaborada a partir de dados extraídos no INCRA, ITESP, Fundação Cultural Palmares, Comissão Pró-Índio, Quilombos do Ribeira, EAACONE etc..

Os quilombos em negrito são as comunidades do Vale do Ribeira do Iguape. Uma rápida análise da tabela nos permite afirmar que o Vale do Ribeira concentra a maior parte das comunidades quilombolas do estado de São Paulo. Observa-se também que a grande maioria dos quilombos ainda está à espera da titulação. Atente-se para o fato de que, alguns quilombos, mesmo já estando com processo de reconhecimento aberto, ainda não aparecem nas estatísticas dos órgãos competentes, de modo que não se pode precisar o número de famílias que ainda aguardam o reconhecimento de suas posses quilombolas.

Outra implicação da demora no reconhecimento é que essas comunidades ficam sujeitas a expropriação de suas terras como exemplo de Caçandoquinha no litoral norte, outra região de forte disseminação da posse quilombola. O quilombo de Caçandoquinha (composto por várias comunidades quilombolas: Raposa, Saco das Bananas, Frade e Caçandoquinha) cuja ocupação remonta ao início do século XIX. Atualmente a área está fortemente ameaçada por grilagem e até por intimidação direta de policiais a serviço de um médico que se diz proprietário. Em 2008, a pedido da FCP a Justiça deu reintegração de posse aos quilombolas.

Além disso, os quilombos que ainda não foram reconhecidos não podem recorrer a assistência técnica nem participar de programas do governo como *Minha Casa, minha vida* etc.. Também não podem receber sementes e mudas de plantas para fazerem pomares e hortas. Esse é o caso do quilombo da Peropava, no município de Registro, onde constatamos via trabalho de campo, um baixo padrão construtivo nas moradias, além da falta de infra-estrutura básica. Mais adiante apresentaremos uma síntese do cotidiano dessa comunidade no vale do Ribeira que sofre com a expropriação de suas terras e com a falta de assistência governamental.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: O VALE DO RIBEIRA DO IGUAPE

O vale do Ribeira abrange uma área que se estende do litoral sul paulista ao norte do Paraná. A porção paulista do vale, cuja ocupação remonta às primeiras décadas de colonização do Brasil, é coberta por importantes remanescentes de mata atlântica, sendo hoje, uma das regiões mais atrasada do estado do ponto de vista econômico, caracterizada pela baixa industrialização e baixa densidade

populacional, convivendo nela temporalidades distintas. Entre estas, cabe destacar os camponeses caiçaras e os quilombolas ocupando terras que vão desde o litoral até as matas à montante do Rio Ribeira, contrapondo seus modos de vida e relação com a natureza à mentalidade capitalista do lucro e do tempo rápido.

A região do Vale é também chamada de Baixada do Ribeira, já que como demonstrou Petrone (1961), está localizada em terras de baixa altitude, estando metade de suas terras abaixo de 25m e o restante praticamente abaixo de 100m.

Com base nos dados da Fundação Palmares, do INCRA e da Comissão Pró-índio, pode-se catalogar mais de 3 mil quilombos espalhados de norte a sul do país, totalizando mais de 12 mil famílias. A partir dos dados dos órgãos incumbidos do reconhecimento e de ONGs podemos catalogar mais de 60 comunidades no estado de São Paulo, muitas ainda sem reconhecimento e até mesmo sob ameaça de grilagem e expropriação.

Até o fim do ano de 2011 o estado de São Paulo deve reconhecer mais um quilombo, pois, já saiu no diário oficial que a comunidade Peropava foi reconhecida, restando a divulgação no site do ITESP. A antropóloga Patrícia Scalli dos Santos, responsável pelo RTC do quilombo, divulgou que a comunidade Peropava se auto-identificou como quilombola e que o laudo antropológico pautado em dados históricos e sócio-cultural comprovou e outorgou o reconhecimento que lhes dá direito inalienável às terras que ocupam. Infelizmente não tivemos acesso ao RTC, de modo que, para entender a luta desses quilombos nos embasamos apenas no trabalho do campo e na publicação de colegas do grupo *Geografia da Oralidade* (orientado por Júlio César Suzuki no Departamento de Geografia da USP).

O mapa 3 a seguir é um recorte do Vale do Ribeira que congrega municípios da microrregião de Registro (na mesorregião do Litoral Sul Paulista) além de alguns municípios da mesorregião de Itapetininga. Atente-se para a localização dos quilombos do bairro Poça e do bairro Peropava, situados entre a capital paulista e o norte do Paraná. Uma espacialização completa, o número de famílias e a situação jurídica dos quilombos já identificados pelo Itesp pode ser conferida na tabela 2 e nos mapas 1 e 7.

Mapa 3: Municípios do vale do Ribeira paulista e localização das comunidades quilombolas da Poça e da Peropava.

Fonte: Alexsandro A G. Sousa (Base Cartográfica do IGC - Instituto Geográfico Cartográfico).

Segundo o ITESP, o Vale do Ribeira é uma das regiões do estado de São Paulo com maior disseminação do regime de posse quilombola. Com base na lei, o ITESP (Instituto de Terras de São Paulo) – órgão responsável pelo reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos para titulação - já reconheceu 27⁹⁴ comunidades e emitiu títulos a seis delas. A maioria desses quilombos está localizada em municípios do Ribeira, totalizando mais de 650 famílias na região.

Como já foi dito na introdução, a presença negra no Vale do Ribeira do Iguape remonta aos primeiros séculos de nossa colonização, sendo uma das regiões pioneiras no povoamento nacional com a fundação de vilas e cidades que tinham a função de promover as entradas em busca de ouro e proteger o território de invasões estrangeiras vindas do cone sul americano, sobretudo espanhola. Nesse contexto, no litoral meridional de nosso território foram fundadas as cidades de Iguape e Cananeia. A partir dessas cidades surgiram outros núcleos mais afastados da baixada do Ribeira para facilitar a extração e escoamento aurífero nas áreas de serra. Dentre esses núcleos cabe destacar Xiririca, atual Eldorado, onde está sediada a comunidade quilombola da Poça.

Por ter sido um empreendimento do Estado português e por situar um porto por onde entravam escravos e se escoava a produção de ouro, a região do Ribeira era a mais importante de São Paulo nos primórdios de nossa colonização. Já no início do século XVII o Vale contava com várias casas de fundição, pesando e cobrando o quinto. Trata-se de um curto período que durou pouco mais de um século, pois essas casas de fundição começaram a ser fechadas no fim do século XVIII. Com essa decadência mineradora, momento em que Minas Gerais chegava ao seu auge, o Vale encontrou novo estímulo populacional no cultivo do arroz, sobretudo na baixada do Ribeira, inclusive com mão-de-obra escrava. O arroz foi o principal produto da atividade econômica do Vale do Ribeira no século XIX contando com mais de 100 engenhos de beneficiamento dessa cultura ainda no início desse século.

Segundo Carvalho (2006) e Carril (1996), a existência de algumas dezenas de comunidades quilombolas no Ribeira remonta a crise mineradora no Vale, alguns inclusive como resultado de motins que assassinaram todos os donos de escravos. Foi ainda durante o período de nossa escravidão que se formaram esses *bairros*

⁹⁴ Segundo o ITESP no estado de São Paulo foram reconhecidos 27 quilombos até julho de 2011, sem contar a comunidade Peropava que ainda aguarda a publicação de seu RTC.

rurais, chamados pela autora de *áreas livres* de negros fugitivos e abandonados da crise mineradora. Durante muitas décadas os quilombolas cultivaram as terras do Vale do Ribeira, mantendo pouco contato com a sociedade urbano-industrial, tanto que os negros começaram a diminuir sua participação relativa na população da região conforme demonstrou Petrone (1961) em estudo pioneiro sobre o Vale do Ribeira. Vale atentar que esse desaparecimento do negro deve-se a dois fatores: o isolamento de algumas comunidades e a diluição da categoria *negro* em preto, mulato e pardo.

Somente na segunda metade do século XX no contexto da modernização, a presença negra no Vale começa a se tornar evidente. Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro a questão quilombola emerge do contato dessas comunidades rurais com as novas Frentes de Expansão que pretendiam aproveitar as terras para empreendimentos imobiliários, formando bolsões de lazer. No caso da baixada fluminense, Gusmão (1996, p.20-21) cita muitas obras de infra-estrutura e de projetos turísticos que foram construídas impactando a vida camponesa, sobretudo, caçara e quilombola. Houve uma forte especulação imobiliária que redefiniu a estrutura fundiária, expulsando muitos posseiros para dar às suas terras um novo significado pautado na mercantilização da terra e na propriedade privada absoluta.

No vale do Ribeira a questão quilombola paulista foi trazida à tona no contexto dos grandes projetos de infra-estrutura, sobretudo de mineração e aproveitamento hidrelétrico. É a partir do processo modernizador que visava aumentar a produtividade econômica e a densidade demográfica da região que as comunidades negras no Vale, que sempre estiveram lá, tornaram-se visíveis. É justamente esse momento da elaboração de projetos de construção de barragens em *terras de pretos* que muitos autores chamaram de descoberta das comunidades negras no Ribeira. Nas palavras de Carril: “imaginou-se a região como uma área vazia, não dando-se importância às ocupações pretéritas” (CARRIL, 1996, p.91).

Essa descoberta dos quilombolas é tardia apenas por parte do Estado, já que desde as primeiras décadas do século XX, fazendeiros locais, sobretudo, os que expandiram a bananicultura, utilizaram-se da mão-de-obra das comunidades locais. Sobre isso Carril (1996, p.110) assinalou que “o campesinato negro do vale do Ribeira, na sua história constituída após a escravidão, não pode ser entendido como uma unidade autóctone, isolada, sem momentos de entrelaçamentos com a economia capitalista”.

A partir de 1960, o Estado promoveu significativas melhorias na infra-estrutura da região, sobretudo na malha viária. A BR-116 foi a mais importante das obras governamentais porque integrou o Vale do Ribeira ao sul do país e à região metropolitana de São Paulo. Muitas empresas ligadas a setores urbano-industriais e especuladores de terras viram na intervenção estatal uma oportunidade de investir seus capitais. Desse modo, proliferou-se a propriedade privada absoluta sobre as posses daqueles que habitavam a região há décadas.

Assim, concomitantemente às melhorias na infra-estrutura, inclusive aos projetos de construção de barragens e implantação de reservas florestais, veio o outro viés da modernização do Vale, a saber, o avanço das culturas comerciais da banana e do palmito, sob a égide do direito absoluto de propriedade privada da terra. Segundo Zan (1986) isso teria intensificado ainda mais a luta pela terra no Vale. Muitos conflitos resultaram do choque dessa frente de expansão com aquilo que ele chamou de antigos 'bolsões de estagnação', nos quais teria se proliferado regime de posse com base no modo de vida caipira (ribeirinhos e capuavas), além das posses de quilombolas e caiçaras.

Hoje, o vale do Ribeira é uma região de conflito entre a posse e a propriedade legal titulada, ou melhor, entre a propriedade privada (ou coletiva) pautada no direito consuetudinário e a propriedade privada absoluta pautada no direito positivo. Nas palavras de Paoliello (1992, p.5) a região é "marcada pela posse, pela indefinição de seu quadro jurídico", sendo uma área de indefinição de domínio.

Estudando a luta de posseiros em dois bairros rurais do Vale (Dois Irmãos e Itaguá localizados no município de Sete Barras), Zan (1986) nos relata que a presença de posseiros na referida área remonta ao início do século XX com 20 famílias. Segundo notícia da *Folha de São Paulo*⁹⁵, esse contingente passara para 200 famílias em 1970 e já eram mais de 300 em 1979. O aumento de posseiros nos referidos bairros deu-se concomitantemente à expansão da fazenda da empresa FIELD Comércio e Participação S/A⁹⁶ que comprara do senhor JPL uma área de 7067,61 hectares em 1971 na mesma área, corroborando em conflitos. Os quais teriam se instaurado porque muitos posseiros já cultivavam as terras há décadas, recebendo ainda mais migrantes vindos pela notícia de que haveria terras devolutas no Vale.

⁹⁵ 11 de fevereiro de 1979, página 59, 4º caderno.

⁹⁶ Fazenda Valformosa.

Ainda segundo Zan (1986), em 1976, a fazenda FIELD fizera uma proposta de compra das posses que foi negada. No mesmo ano os posseiros conseguiram uma liminar da justiça para permanecerem no bairro de Itaguá (município de Sete Barras), não respeitada pela empresa, culminando em conflitos entre posseiros e jagunços. O conflito se estendera pelos anos seguintes, tendo picos de tensão como em 1979 quando a empresa abriu estradas e instalou funcionários nas posses, expulsando antigos moradores.

Os posseiros se uniram contra essa prática de expropriação culminando em mais violência de jagunços em episódio narrado pelo *Jornal da Tarde*⁹⁷. No ano seguinte, a violência intensificou-se quando a empresa soltou gado nas terras dos posseiros e conseguiu uma ordem de despejo. Os posseiros se uniram: impediram o despejo (mesmo com a presença de um delegado e jagunços); conseguiram manter a cerca implantada por eles mesmos, delimitando suas terras e as da empresa; e retiraram o gado e as famílias colocadas pela empresa FIELD.

Segundo o departamento jurídico da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SULDEPA, é duvidosa a origem dos títulos da empresa que formou um latifúndio sobre terras devolutas (através da prática da grilagem e das compras através de contratos não cumpridos). Foi justamente essa irregularidade dos títulos que fez com que o governo Sarney, em 1986, decretasse a desapropriação da fazenda Valformosa da empresa FIELD para fins de assentamentos e regularização das posses.

Segundo Martins (1984, p.95), “a luta do posseiro põe em confronto o que é legítimo e o que é legal”, em que a situação legítima é do posseiro, mesmo sem o título, não sendo legítima a terra vazia ou ocupada indevidamente com baixa produtividade. Nesse sentido a posse é uma forma de constituição do direito de propriedade. No entanto, a ocupação pela posse, mesmo cumprindo a função social da terra, não é legal para juízes, delegados e governantes, isso porque, por opção política, pautam-se na ideia de *direito absoluto de direito de propriedade privada da terra* em detrimento da *função social*. Como pretendemos mostrar, há um conflito entre esta e o *direito positivo*. É um confronto entre *ordem instituinte* e *ordem instituída*. Os posseiros e também os sem-terra resistem à ordem instituidora e transgridem a ordem constituinte representada pela Lei nº601 de 1850. Não

⁹⁷ Jornal da tarde de 6 de agosto de 1979, página 16.

devemos nos esquecer de que são duas ordens instituídas: uma representante da ordem instituída pelas classes dominantes em meados do século XIX (o direito positivo) e outra instituída em favor do direito de propriedade que legitima a terra de trabalho. É com base nesta que os camponeses resistem e transgridem a propriedade capitalista. Portanto, o direito de posse/comunitário/tribal, legitimado pela função social da terra, é apenas uma transgressão do direito absoluto. Daí a importância de análise do Estatuto da Terra (Lei nº 4504 de 1964).

Ao teorizar sobre a luta dos camponeses Zan assinalou que:

(...) a não expropriação dos pequenos lavradores posseiros não significa uma ameaça à estrutura da produção capitalista. Esse modo de produção, como se sabe, dispõe de múltiplos mecanismos, através dos quais extrai sobretrabalho dos produtores autônomos. Portanto, a luta dos pequenos posseiros tem limites e mostra-se de certo modo, ambígua. Ao mesmo tempo em que resistem à expropriação, o fazem em nome da conquista da propriedade privada da terra, não atingindo assim, o núcleo dessa instituição que, estendida aos demais meios de produção, consiste no sustentáculo de ordem capitalista (ZAN, 1986, p.132, grifo nosso).

Aqui, Zan (1986) equivocou-se ao ver ambiguidade na luta dos camponeses que, segundo ele, resistem e transgridem o que buscam conquistar: a propriedade privada da terra. Quando na verdade, a luta é contra o direito absoluto, contra a expansão da propriedade capitalista sobre suas terras e não uma luta contra a propriedade privada da terra. Zan considera a propriedade privada como sustentáculo da ordem capitalista, quando na verdade, a propriedade privada (assim como a expropriação) não é intrínseca a este modo de produção, remontando aos primórdios da sociedade humana.

Ao ser indagado sobre os efeitos da Reforma Agrária nas terras antes em litígio entre os posseiros e a fazenda Valformoso, um dos trabalhadores entrevistados deu a Zan (1986) o seguinte depoimento: “Estava uma confusão com a Companhia. Jagunço. Há esperança de melhorar. A hora que a gente conseguir o título das terras... (J.S.V.)”. Esse depoimento aponta para o fato de que a ansiedade em obter o título da terra é mais uma preocupação em tornar legal o que é apenas legítimo para poder trabalhar a terra com tranquilidade, e assim, aumentar a roça e as benfeitorias. Isso porque, o título da terra, além de afastar a presença do jagunço, possibilita a assistência técnica do Estado. Conforme veremos num tópico mais abaixo, essas benesses da aquisição do título definitivo também foram apontadas por Gilmar dos Santos Marinho, líder da comunidade Poça.

É grande o drama dos posseiros, quilombolas e sem-terra pela assistência

técnica do Estado já que não possuem os títulos da propriedade, ficando à longa espera da reordenação territorial. Como já vimos acima, o governo estadual paulista, acerca da questão da terra, visa dar auxílio apenas aos que já possuem terras, ou melhor, os que já possuem os títulos de propriedade – pré-requisito para receber assistência técnica e créditos.

A presença dessas empresas rurais requerendo a terra constitui-se num entrave para a aquisição do domínio da terra, pois, segundo o artigo 98 do Estatuto da Terra de 1964 só é reconhecida a posse que não tiver oposição⁹⁸.

Discordamos parcialmente de Zan (1986) quando afirma que não existe uma situação de fronteira no Vale do Ribeira. Ele está certo quando assinala que não existe fronteira no momento em que não existe frente pioneira na Baixada do Ribeira, já que se trata de uma região de ocupação antiga. A ocupação portuguesa do Vale remonta ao século XVI com a fundação de suas cidades como Iguape e Cananeia. Contudo, houve uma significativa migração ao longo do século XX, que consideramos como frente pioneira já que os migrantes ocuparam a terra com base no direito de posse, derrubando a mata e construindo a *capuava*.

Sabemos a partir de estudos prévios que os quilombolas da Poça e de Peropava enfrentam o direito absoluto, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, parecem almejá-lo. Por que almejam o direito absoluto se à montante da produção de seus sítios está ausente a mercantilização da terra? Para estarem de acordo com o direito absoluto, os quilombolas devem receber o título de propriedade, mesmo não obtendo a terra partir da compra, mas sim da posse comunitária. Buscamos compreender e esclarecer essas aparentes contradições, uma vez que é expropriação e a usurpação de suas terras que os levam à busca do título. Discordamos, portanto, de autores que afirmam que os quilombolas, assim como outros camponeses, buscam se inserir na lógica capitalista de concepção da propriedade privada capitalista.

Carril (1996) observou nos bairros de Ivaporunduva, Pilões e Saputu (também comunidades quilombolas do Vale) que havia a presença da divisa de sítios entre os

⁹⁸ Art. 98. Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tornando-o produtivo por seu trabalho, e tendo nele sua morada, trecho de terra com área caracterizada como suficiente para, por seu cultivo direto pelo lavrador e sua família, garantir-lhes a subsistência, o progresso social e econômico, nas dimensões fixadas por esta Lei, para o módulo de propriedade, adquirir-lhe-á o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.

moradores, algo que não existia antes, pois havia apenas a divisão entre as comunidades-bairros. Tal fato não foi evidenciado em nossos trabalhos de campo. Na Poça, indagamos várias vezes como os moradores conseguiam distinguir seus sítios, mas a resposta era sempre a mesma: “nós sabemos, nós não ligamos muito prá isso”. Já na Peropava os moradores relataram que com o uso da técnica da rotação de terras para *pousio* e recuperação da fertilidade, é comum as terras trocarem de mãos, passando para outras pessoas, bastando o interesse de alguém. Algumas vezes pede-se permissão ao antigo dono, o que caracteriza a ausência da propriedade privada absoluta e em alguns casos da propriedade privada em si em favor da coletividade. Como bem observou Carril nas três comunidades em que pesquisou, “a divisão de suas terras em lotes individuais não lhes destituiu a noção de uso comunal da terra”. O mesmo podemos dizer sobre a Peropava e a Poça, nas quais a propriedade privada existe, mas não é nem absoluta nem capitalista.

Ainda Carril (1996, p.39) relata que na década de 1970 a SUDELPA junto à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário (PPI) demarcaram terras no Vale e distribuíram títulos para alguns posseiros, desrespeitando as terras comunais, dividindo-as em lotes individuais. O que ocasionou a venda de lotes dentro das comunidades para pessoas de fora.

Além disso, muitas outras comunidades sofrem por se situarem em terras onde se criaram áreas de proteção ambiental do tipo preservacionista, modelo que limita a vida nos quilombos, já que os impede de formarem roças. É este o caso da comunidade negra de Pilões entre outros e, também do quilombo da Peropava que descreveremos mais adiante.

3.2 QUILOMBO POÇA

A comunidade quilombola da Poça⁹⁹ localiza-se no litoral sul de São Paulo, região chamada de Vale do Ribeira do Iguape. O quilombo localiza-se à margem direita do Ribeira, abrangendo áreas dos municípios de Jacupiranga e Eldorado. Nosso percurso escolhido para chegar à Poça foi sair de São Paulo em direção à Registro – centro regional do Vale – pela BR-116 (Regis Bittencourt) continuando mais 42,5 km por esta rodovia federal até chegar ao município de Jacupiranga, do

⁹⁹ As coordenadas UTM da Poça são 788000, 7278000; 794000, 7278000; 794000, 7272000; 788000, 7272000.

qual continuamos mais 18 km pela rodovia SP 193 até chegar à estrada de Itapeúna – uma via não asfaltada que liga a pista de asfalto desde o bairro de Lajeado que fica às margens da SP 193 até o bairro da Poça. Nesta estrada de terra, atravessamos cerca de um quilômetro e meio pelo bairro Lajeado até chegar ao bairro rural Poça, ou 2,3 km até um barracão onde se situa a sede dessa comunidade quilombola.

No entroncamento da SP 193 com a estrada de Itapeúna, avistam-se duas placas do ITESP identificando que se chegou ao lugar. A comunidade Poça é formada por 41 famílias, que vivem basicamente do plantio de banana, havendo ainda 37 famílias de “*terceiros*” – famílias de moradores que chegaram depois e que não são descendentes dos fundadores. A maioria dos *terceiros* chegou depois da década de 1970 quando o Estado realizou uma regularização fundiária emitindo títulos individuais de propriedade a alguns quilombolas mais antigos da Poça. Essa titulação gerou uma especulação imobiliária na comunidade, assim, diante de dificuldades econômicas e de posse de títulos individuais, muitos venderam suas terras para *terceiros*.

Uma placa no entroncamento da rodovia SP 193 com a estrada Itapeúna identifica o bairro de Lajeado e o bairro da Poça, este composto pelos “*terceiros*” e pelo quilombo da Poça. Dito de outro modo, o bairro rural Poça é constituído por um quilombo demarcado de forma contínua, mas com o seguinte enclave: os “*terceiros*” entremeados. Podemos constatar que há *terceiros* na situação de camponeses e também de fazendeiros, mas apenas os mais antigos são aceitos pela comunidade quilombola. A perfeita localização da comunidade e a distribuição dos moradores no bairro Poça, assim como a distribuição dos *terceiros* de forma entremeada aos quilombolas pode ser observada no mapa 4 (*Uso e Ocupação da terra na Poça*) do Instituto Socioambiental (ISA) e também no mapa 6 do ITESP (*Ocupação Atual da Poça*)¹⁰⁰ nas escalas de 1:25000 e 1:50000.

O quilombo da Poça tem uma área de aproximadamente 1.126 hectares. No mesmo lugar encontra-se outra placa que identifica a eletrificação rural do bairro de Lajeado (não quilombola) pelo programa *LUZ PARA TODOS* do Governo Federal, uma obra realizada entre 2008 e 2009 em parceria com o governo do estado. A obra em questão chegou até ao bairro rural da Poça, mas ainda não beneficia todas as

¹⁰⁰ Ver Mapa 6 no apêndice do trabalho.

casas.

Com base no laudo do ITESP, realizado por meio de relatos com moradores, os quilombolas atuais são descendentes de várias famílias que se instalaram no Ribeira desde o início de século XIX (Costa, Pupo, Viera, França, Marinho, Rosa, entre outros). Como já foi dito acima, a origem dos primeiros negros no vale do Ribeira remonta à mineração do século XVI, e, sobretudo, ao plantio de arroz, que teve seu ápice no século XIX, quando o chamado arroz de Iguape ficou famoso pela sua qualidade.

Além dos quilombos formados com a Abolição da Escravatura, em 1888, muitos outros quilombos foram constituídos em meio às crises econômicas pelo qual passaram muitos fazendeiros do Vale, não só do ouro e do açúcar, mas também de outras atividades econômicas. Assim, a história quilombola no Ribeira remonta ao período pré-abolicionista, em muitos casos, reporta-se ao XVIII.

Ainda segundo o ITESP, nos relatos de moradores desse bairro rural negro há várias histórias de ancestrais fundadores que vieram dos muitos quilombos vizinhos, fundados, sobretudo no contexto das crises econômicas que passou a região. Nas palavras de Carvalho, antropóloga responsável pelo RTC¹⁰¹ da Poça:

(...) mais do que a veracidade dessas narrativas, o que nos interessa é o fato de que elas designam a origem do grupo e que legitimam sua condição presente, tendo assim um papel análogo ao de um mito de origem. Na Poça, moradores atuais fazem referências a um antepassado fundador chamado Joaquim da Costa Campos, procedente de um dos grupos negros mais antigos da região, Ivaporunduva, localizado ribeira acima. Os diversos filhos de Joaquim e de sua mulher, Rita, uniram-se a moradores já estabelecidos no local e procedentes dos bairros do entorno. Moradores mais velhos mencionam Belisário de Campos e Joaquim Salvador de Campos como sendo filhos de Joaquim da Costa Campos. O pertencimento da Poça a uma extensa rede de parentesco e 14 vizinhança formada por inúmeros bairros negros pode ser percebido pela presença de sobrenomes de famílias de diversas comunidades localizadas ribeira acima: Costa, Pupo, Vieira, França, Marinho (RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO DO ITESP, 2006, p.13-14).

Para melhor compreensão da rede de parentesco da Poça, fizemos um breve estudo de genealogia dos quilombolas a partir da leitura do *Gráfico de Parentesco da Comunidade de Remanescente do Quilombo da Poça*, obtido no ITESP¹⁰².

¹⁰¹ O RTC – relatório técnico-científico é uma “espécie de versão peculiar criada pelo governo do Estado de São Paulo dos já metodologicamente estabelecidos Laudos Antropológicos, comumente realizados nos processos de demarcação de territórios indígenas. O RTC, bem como os laudos, vale-se de categorias teóricas e metodológicas da Antropologia para proceder à identificação étnica do grupo estudado e justificar seu direito ao território reivindicado” (CARVALHO, SCHIMITTI e TURATTI, 2002, p.1).

¹⁰² A genealogia completa da Poça pode ser conferida nos anexos.

Genealogia da Poça

Gráfico elaborado por Alexandro A. G. Sousa
 Genealogia incompleta da Poça
 Fonte: ITESP

Observando essa genealogia, podemos assinalar que as atuais famílias quilombolas da Poça descendem de um reduzido grupo de negros formado pelos primeiros ocupantes e pelo casal Rita e Joaquim da Costa Campos (citados no trecho do RTC acima, como fundadores), resultando nos primeiros matrimônios.

O casal fundador chegou à Poça ainda na primeira metade do século XIX e teve dois filhos, Belisário Costa Campos que se casou com Maria Pereira e Joaquim Salvador de Campos (nascido na Poça em 1845) que se casou com Custódia Archangela de Moraes. Já no fim do século XIX, entre 1870 e 1895, esses dois casais tiveram oito filhos cada, inclusive resultando em um casamento de primos. Uma atenta análise da genealogia da Poça aponta o forte grau de parentesco entre moradores que descendem de um reduzido número de famílias. Relacionando o quilombo da Poça com outros vizinhos, nota-se que o grau de parentesco no Ribeira é muito forte, de modo que, os fundadores de alguns quilombos têm parentesco.

Ainda com base na leitura da genealogia da Poça podemos inferir que metade dos 16 netos do casal fundador tiveram filhos, dando continuidade ao quilombo. Note-se que uma dessas netas, Maria Brasília, filha de Belisário Costa Campos, casou-se com João Rosa, filho de Sebastião Rosa que chegou na mesma época do casal fundador. Na passagem do século XIX para o XX chegaram mais quatro mulheres e três homens para que houvesse os matrimônios dos filhos de Belisário e de seu irmão Joaquim. Entre os primeiros chegantes estavam: Maria, Balduína, Antônia Rita, Joana Conceição, Antônio Oliveira Marinho, Evaristo Pupo Vieira e Antônio Domingues de Freitas. Some-se a esses três homens João Rosa, filho de Sebastião Rosa e teremos os nomes mais recorrentes entre os atuais moradores, a saber, Costa Campos, Marinho, Pupo, Rosa, Vieira, Domingues e Freitas.

Assim como ocorre em outros quilombos, percebe-se que nas gerações seguintes poucas famílias chegaram à Poça. Desta forma, excetuando-se os terceiros, a comunidade quilombola é formada por laços consanguíneos muito próximos, o que enseja a pesquisa genética no vale do Ribeira. Com base na leitura da genealogia da Poça pode-se inferir também que pelo menos dois netos homens do casal fundador casaram-se e deixaram o quilombo. Outros seis não deixaram descendentes, mas pode-se inferir que ou saíram do quilombo ou não tiveram filhos.

Um dos motivos de escolhermos a comunidade Poça deve-se ao fato de que sabíamos a priori que, nesse quilombo, o direito de posse dos camponeses choca-se com o direito positivo, de modo que, mesmo após serem confirmados como

quilombolas pelo laudo antropológico do ITESP, os moradores da Poça aguardam o título de propriedade. Isso porque além de travarem uma luta na justiça pelo reconhecimento da posse quilombola que está assegurada na Constituição Federal, a comunidade trava uma luta cotidiana contra expropriações e usurpação de suas terras por “*terceiros*” e empresas rurais que se instalaram no Vale do Ribeira.

Referindo-se à chegada dos *terceiros* e seu avanço sobre as terras quilombolas, um morador declarou:

Tomaram, praticamente. Na época trocaram por bebida, carne seca, e outras coisas. Aí desmataram toda a mata que fica depois da serra. Eles foram derrubando a mata e avançando e, nós recuando até que fizemos uma clareira no alto do morro no tempo dos mais antigos (relato de Gilmar dos Santos Marinho, 27/03/11).

Diante do direito positivo, a titulação é imprescindível não apenas para evitar a usurpação das terras ostentadas pela simples posse, mas também para que a comunidade tenha acesso aos programas governamentais, nas diversas instâncias, que buscar beneficiar apenas terras tituladas. Em outras palavras, nega-se o apoio o estatal ao camponês posseiro, inclusive aos quilombolas.

Em 2008, a Poça tornou-se a 22ª comunidade quilombola reconhecida pelo estado de São Paulo. O RTC, instrumento científico utilizado para reconhecimento dos quilombos, foi realizado e aprovado pela Fundação ITESP após conclusão dos estudos feitos pela antropóloga Maria Celina Pereira de Carvalho que finalizou o RTC da Poça em dezembro de 2006, reconhecendo 41 famílias como descendentes de escravos fundadores do quilombo. Após essa conclusão, o processo nº 140/07 já dava seu parecer a favor do reconhecimento do quilombo no bairro rural da Poça. Todavia, embora já houvesse, em 2007, o reconhecimento por parte do secretário da Justiça e Defesa da Cidadania, Luiz Antonio Marrey, o RTC só foi aprovado oficialmente em 2008, sendo publicado no diário oficial na simbólica data de 13 de maio.

Formalmente, o processo de reconhecimento começou em 2005 com o pedido de RTC junto ao ITESP. No trabalho de campo realizado em março de 2011, o líder da comunidade, Gilmar dos Santos Marinho (41 anos), relatou que tudo começou quando ele observou que na comunidade Poça outras famílias tinham o mesmo sobrenome Marinho dele, assim como outros sobrenomes de moradores como Silva, Rosa e Costa também eram constantes. Com isso, Gilmar começou a pesquisar o porquê desses sobrenomes comuns. Procurou em outras comunidades

negras do Vale que já haviam sido reconhecidas como quilombolas e percebeu que seus ascendentes, assim como de outros moradores haviam migrado de outras comunidades, fundando o quilombo da Poça. A partir de então, ele foi atrás de confirmação, a qual obteve do MOAB – Movimento dos Atingidos por Barragens do Ribeira que lhe informou sobre a possibilidade de garantirem o direito de posse com base no reconhecimento ético-cultural.

Após essa confirmação de que eram descendentes de escravos que fundaram quilombos, Gilmar resolveu fazer uma Associação na Comunidade Poça para garantir o direito à terra. Ele relatou que foi atrás de muitos órgãos governamentais, começando por Jacupiranga e Eldorado até chegar ao ITESP na capital que enviou uma antropóloga para fazer o RTC. Sobre essa etapa pré-processo administrativo de reconhecimento ele relatou: “Fomos em vários lugares, São Paulo, ITESP e ninguém dava informação. Não foi fácil, é uma luta” (Gilmar, 27/03/11). Seu irmão, Zé Donizete completou: “a gente foi no INCRA, CUT, ITESP, mas o Gilmar é quem correu mais atrás” (26/03/11). Esses relatos acerca do processo de reconhecimento demonstram que no quilombo moderno a luta pela terra se dá com base na identidade reconstruída a partir de um passado comum (CARRIL, 2003). Vale atentar que, após o reconhecimento, tem início uma nova fase para a legitimação de posse e para expedição do título de propriedade. É uma fase muito demorada tanto que a comunidade Poça já o aguarda desde 2008 quando foi reconhecida como quilombo ou ainda 2005 quando se iniciou o processo de reconhecimento.

Tanto para o quilombo da Peropava quanto para o quilombo da Poça, o reconhecimento é algo emblemático porque representa o início de uma nova fase. No caso da comunidade Poça, a aprovação do RTC foi importante não só porque ensejou o apoio técnico e financeiro, mas, sobretudo, porque o reconhecimento garante o direito de posse comunal e representa a égide contra a expropriação de suas terras. Sobre esse momento o morador e atual presidente da Associação do Quilombo da Poça, Zé Donizete relatou: *“foi uma grande festa com presença do pessoal do ITESP e toda a comunidade. Antes, muitos não acreditavam que a gente ia conseguir essa conquista”* (26/03/11).

Como já assinalamos, até agora no Estado de São Paulo, apenas seis quilombos conseguiram receber tal título. Mesmo assim, ao receber a notícia de reconhecimento por parte do ITESP, o líder da comunidade Poça, Gilmar dos Santos

Marinho, comemorou: *“é a realização da primeira parte de um sonho da nossa comunidade. O reconhecimento vai trazer progresso para a Poça e abrir oportunidades às quais hoje não temos acesso”* (Ver Boletim do ITESP, n.33 em 22/11/07 e também n.62 de 15/05/08).

Mais tarde, em entrevista concedida no trabalho de campo, Gilmar dos Santos Marinho reiterou essa afirmação *“agora a parte mais difícil é a titulação! A gente sabe que ninguém tá nem aí com nós”* (27/03/11). Ainda nessa entrevista ele e Zé Donizete (seu irmão, em 26/03/11) relataram outras conquistas advindas do reconhecimento do quilombo como o Programa Luz para Todos, aquisição de Computadores para formação de um Telecentro, financiamentos de materiais, pela Caixa Econômica Federal, para construção de casas dos filhos e filhas que estão se casando e aquisição de mudas de plantas frutíferas e sementes de olerícolas junto ao ITESP e outros órgãos do governo para formação de pomares e hortas.

Em nossa volta ao quilombo da Poça, no início de 2011, uma das famílias entrevistadas foi a do Sr. Gilson, sua esposa Maria Nita e a filha Gislene. Nita, como é chamada no quilombo, nasceu no Paraná e veio para a Poça há 21 anos. Casou-se com Gilson que nasceu e se criou na comunidade. A filha, Gislene e a sobrinha Grazilene, ambas com 16 anos, estão no último ano do colegial e estudam em Eldorado. Foram elas e mais duas sobrinhas de Gilson que nos acompanharam pelo quilombo para breves diálogos com outros moradores quilombolas da Comunidade, evitando assim as casas dos *“terceiros”* que estão entremeados no bairro rural da Poça. As entrevistas não se dirigiram a estes sujeitos, pois, nesse segundo momento do campo interessava-nos mais dialogar com as lideranças do quilombo. Vale atentar que os *“terceiros”* foram identificados pelo ITESP, ganhando o direito de permanecerem na comunidade Poça, já que por vezes, cultivam as terras por mais de uma geração.

Comparando os trabalhos de campo de 2009 com o de 2011, sobretudo quando visitamos os sítios de Zé Donizete, Gilmar Marinho e Gilson, observamos uma mudança significativa no quilombo da Poça, a saber, a busca pela volta da diversificação de culturas. Em 2009, já havíamos presenciado que, em meio à plantação de banana, era comum a formação de pequenas roças, sobretudo de mandioca e feijão, além de pés de tomates, pimenta e outros, todavia, o produto dessas roças não era destinado à comercialização, sobretudo por se tratar de uma produção em escala muito pequena.

Foto 1: Gilmar dos Santos Marinho, um dos líderes da Comunidade quilombola da Poça, fazendo higienização da banana do seu sítio.

Fonte: Alexsandro A. G. Sousa, 27/03/11.

Foto 2: Aspecto da comunidade Poça com predomínio da cultura da banana.

Fonte: Alexsandro A. G. Sousa, 27/03/11.

Foto 3: Pomar de laranja poncã ao fundo das casas dos irmãos Gilmar Marinho e Zé Donizete. 27/03/11

Fonte: Alexsandro A. G. Sousa, 27/03/11.

Foto 4: Horta comunitária cultivada principalmente por Gilson Campos e sua esposa Maria Nita. Em destaque, Maria Nita. Canto superior direito, mudas de alface prontas para o plantio.

Fonte: Alexsandro A. G. Sousa, 26/03/11.

Segundo os irmãos Gilmar e Zé Donizete, as 50 mudas de *laranja poncã* foram doadas, formando um pomar que pertence a todo o quilombo. Explicam que pretendem destinar a produção ao Programa de Aquisição do Alimento (PAA) que fornece merenda aos municípios cadastrados no programa abrangendo desde a região do Ribeira até a grande São Paulo.

Os moradores da Poça também estão experimentando uma horta comum que fica no sítio de Gilson e sua esposa Maria Nita. Ela explicou que a ideia da horta foi do Gilmar que trouxe as sementes do ITESP. Notamos no campo que Dona Nita e seu marido cuidam da horta, inclusive aos domingos. Contudo ela enfatizou que o líder Gilmar ajuda sempre que pode, pois está morando em Eldorado.

Essa cooperação no trabalho, sobretudo na formação do pomar e da horta atesta a teoria acerca do regime comunal nos quilombos, pautado nas relações de parentesco e compadrio. Sobre isso, Gusmão assinalou:

No plano interno, diz Bandeira, os grupos rurais estabeleceram o controle sobre a terra de modo coletivo, tomando por base limites étnicos fundados no parentesco; considerando a coparticipação em valores e práticas culturais próprias e, especificamente, através da construção de formas de organização baseadas em mecanismos de solidariedade e reciprocidade (GUSMÃO, 1996, p.15).

O líder da comunidade, Gilmar dos Santos Marinho casou-se com Neila Marinho da Silva com quem teve duas filhas Rafaela e Raniela. Ele e seu irmão Zé Donizete são filhos de Maria Rosário, bisneta do fundador Joaquim da Costa Campos. O sobrenome Marinho veio do pai deles, João Marinho, um dos primeiros ocupantes do momento fundador do quilombo. Gilmar é cunhado de Gilson Campos da Silva que tem dois filhos, Weslei e Gislene Cristina. Note-se que Gilson e Neila são filhos de Margarida Balduino e Vítório Marinho da Silva, descendentes dos primeiros ocupantes, atestando que além das relações de compadrio, é realmente forte o parentesco na Poça.

Ainda sobre o parentesco, Gilson relatou ser parente de Aparecido, Zé Pupo Rosa e Bento Rosa, que é seu tio. Com base nos trabalhos de Paoliello (1992) e Carril (1995) percebemos que os nomes Pupo e Marinho são sobrenomes de senhores de escravos da região. Tal fato se embasa ainda nos RTCs de outros quilombos do Vale do Ribeira que apontam para o parentesco entre os membros dos quilombos que aí se formaram. O gráfico genealógico da Poça originalmente elaborado pelo ITESP aponta que os primeiros moradores são provenientes dos quilombos de Ivaporunduva, Taquari, Capão Bonito, Meninos, Itapeúna, Nhunguara,

Lençol, Lagoas, Pedro Cubas e Abóbora. O mesmo se pode dizer da Peropava que tem forte parentescos com o quilombo de Morro de Seco, entre outros.

Conforme se pode observar o parentesco é um elemento estruturante da identidade e território dos quilombolas. Conforme assinalaram Carvalho, Schimitti e Turatti (2002, p.4): “parentesco e território, juntos, constituem identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior”.

Além das famílias dos líderes da Comunidade (José Paulino e sua esposa Maria de Fátima; Zé Donizete e Geni Rosa; Gilmar Marinho e sua esposa Neila; Nilzo Tavares Costa e Neiva; Gilson Campos e Nita) entrevistamos outros moradores.

Entre os mais velhos cabe destacar Dona Maria das Dores, ex-esposa de José Pupo Rosa e bisneta do casal fundador. Ela é filha de Júlia Jorge e Nazário Malaquias (um dos primeiros moradores do quilombo no início do século XX), sendo neta do casal de primos a que nos referimos mais acima. Maria das Dores nos relatou que assim como os pais, nasceu e cresceu no quilombo da Poça.

Sua filha Maria Terezinha Rosa é casada com José Carlos das Dores de ascendência dos segundos ocupantes. Não sendo portanto, um casamento entre parentes. Eles têm apenas uma filha, Kelly das Dores que começou a cursar faculdade de Gestão Ambiental em Registro, mas não finalizou devido às dificuldades de transporte entre o quilombo e a cidade.

Parte do sítio de Dona Maria das Dores (que mora só) é arrendado para compadres como Gilson Campos, afilhados e até para o ex-marido José Pupo Rosa. O próprio compadre Gilson organiza a colheita, decantação do cacho da banana, lavagem e escoamento da produção dela, contratando sobrinhos ou trocando dias de trabalho com outros parentes e compadres. Ela relatou que não há arrendamento para terceiros ou pessoas de fora. Cabe salientar que Gilson Campos é primo de José Pupo Rosa, o que aponta para o fato de que, em grande parte, as relações de compadrio são também relações de parentesco.

Note-se ainda que José Pupo Rosa, neto de Evaristo Pupo (um dos primeiros ocupantes ainda no séc. XIX) e bisneto do casal fundador é um enclave na comunidade quilombola da Poça. Não tanto por sua ascendência fundadora, mas sobretudo, porque negou-se em alienar suas terras sob um título coletivo. Sobre isso, Gilmar Marinho, sobrinho dele, afirmou que tal fato não afeta suas relações

com a comunidade nem o processo de titulação do território já que está entremeadado de “terceiros”. Cabe salientar que José Pupo Rosa se auto-definiu como quilombola. Ainda segundo Gilmar Marinho, a aversão do tio ao título coletivo deve-se ao seu status econômico superior.

No momento, Gilmar está dirigindo três associações: o Sindicato dos Agricultores em Eldorado, uma cooperativa com sede em Registro e a associação Remanescente de Quilombo. Com isso, ele passou a liderança do quilombo da Poça para outros moradores como Zé Paulino, Gilson, Nilzo e Zé Donizete. Contudo, Gilmar aparece constantemente na Poça para cuidar de seu sítio (dirigido pelo genro), sobretudo para a colheita semanal da banana e do maracujá.

Atualmente, José Donizete da Costa e sua esposa, Geni da Rosa, cuidam da sede da associação dos moradores. Eles tiveram duas filhas (Jaqueline e Juliana) e dois filhos (um pequeno e um que foi trabalhar em Curitiba). Note-se que a esposa de Gilmar, Dona Leila, é irmã de Gilson Campos. Sobre as relações de parentesco e de compadrio, o próprio Gilson explanou: *“o Gilmar é compadre! A gente considera parente porque somos padrinho da filha do Gilmar”* (Entrevista concedida em 26/03/11). Outras lideranças também têm fortes laços de parentesco. Assim como Dona Maria (esposa de Zé Paulino) também Nilzo Tavares é bisneto do casal de primos que resultou dos primeiros matrimônios na Poça (ainda no Século XIX). Tudo isso demonstra o alto grau de parentesco entre os moradores do quilombo.

Zé Paulino e Dona Maria que tiveram nove filhos, relataram que têm quatro filhos trabalhando fora. O que indica o fenômeno da migração na Poça, sobretudo entre os mais jovens. Ela é neta de Domingas Minervina (1888) já citada como descendente do casal fundador. Os principais líderes da Associação do quilombo da Poça discutiram o fenômeno da saída de moradores, sobretudo dos mais jovens. Gilson, esposo de Maria Nita, relatou que são muitos os parentes que saíram da Poça para trabalhar em Curitiba, São Paulo, Registro e outras cidades locais, sobretudo, sobrinhos e irmãs. Enfatizou que apesar do Gilmar não estar morando na Poça, estava sempre presente, cuidando da roça e participando das reuniões da associação. Fato que podemos verificar no segundo dia do campo (27/03/11) quando o Gilmar veio fazer a colheita da banana. Outro exemplo que ele nos deu é da mulher de Gilmar, que está trabalhando em São Paulo, há mais de um ano, mas liga toda semana para eles. Também uma das filhas do Gilmar está em São Paulo, enquanto outra ainda está na comunidade e gerencia o sítio com o marido.

Foto 5: Plantação de maracujá no sítio de Gilmar Marinho.
Fonte: Alexsandro A. G. Sousa, 27/03/11.

Foto 6: Sede da Comunidade quilombola Poça. No primeiro plano, janelas subsidiadas pelo Programa Minha Casa, Minha vida do governo Federal.
Foto: Alexsandro A. G. Sousa, 26/03/11.

Incentivados por Gilmar Marinho, alguns moradores estão buscando novas alternativas de cultivo, dando preferência à policultura. É nesse contexto que eles estão formando novas roças de maracujá (foto 5) e um pomar comunitário (foto 7).

Foto 7: Vista de um sítio do quilombo da Poça. Destaque para as mudas que estão formando um pomar de laranja no primeiro plano. No segundo plano, à esquerda, parte da casa de Gilmar Marinho; na extrema direita, o barracão da associação de moradores e o antigo Telecentro e, entre estas construções, a casa do genro e filha do Gilmar, ainda em acabamento.
Fonte: Alexsandro A. G. Sousa, 27/03/11.

Foto 8: Casa da família de Gilson Campos e Maria Nita. Em destaque, Gilson, sua filha e sobrinho.
Fonte: Alexsandro A. G. Sousa, 27/03/11.

Foto 9: Aspecto de casas dos quilombolas da Poça. Fonte: Alexsandro Sousa, 26/03/11.

Foto 10. Casa de alvenaria em construção na Poça.
Fonte: Alexsandro Sousa, 27/03/11

Foto 11. Casa no quilombo Poça.
Fonte: Alexsandro Sousa, 26/03/11.

Foto 12. Moradia na Poça.
Fonte: Alexsandro Sousa, 26/03/11.

Foto 13. Casa de taipa na Poça.
Fonte: Alexsandro Sousa, 26/03/11.

No campo observamos que o padrão de construção predominante é o das casas em destaque nas fotos 8, 9, 10, 11 e 12. Na foto 9, ao centro, jovens quilombolas. A casa em destaque na foto 13 é atípica no quilombo, havendo um forte predomínio da alvenaria em detrimento da construção de barro (taipa).

Mesmo que a plantação de banana predomine no aspecto geral da paisagem da Poça conforme evidencia-se na foto 2, observou-se que todas as casas desse bairro rural apresentam ao seu redor (principalmente na frente) árvores e arbustos, como se pode observar nas fotos 9 e 10, 11, 12 e 13.

Notamos também que o padrão das casas desses moradores lhes assegura uma moradia digna, a maioria foi construída sem ajuda do governo, como exemplo a casa do Sr. Gilson Campos (foto 8) que já tem mais de 20 anos, outras, no entanto estão sendo construídas com auxílio da Caixa Econômica Federal. Os moradores relataram que a construção de novas casas, sobretudo para os novos casais só foi possível após o reconhecimento do quilombo.

Outras comunidades quilombolas do Ribeira que tiveram RTCs aprovados comemoram conquistas semelhantes após o reconhecimento. Como exemplo, a comunidade quilombola de São Pedro que após a titulação ganhou 39 casas populares (algumas em acabamento), pontes, telecentros, escola reformada. Outra comunidade também reconhecida, o quilombo de Porto Velho em Iporanga ganhou da prefeitura 14 mil mudas de palmito. Conforme veremos no próximo tópico, são benefícios que a comunidade Peropava ainda não pode contar porque, sem o reconhecimento, os quilombolas não podem receber financiamento ou assistência técnica.

No trabalho de campo, foi possível observar também várias casas em construção (ver no segundo plano da foto 7). Segundo os moradores, são casas de matrimônios recentes, construídas com o apoio da Caixa. Quase todos os imóveis da Poça já têm energia elétrica e possuem casas de alvenaria, algumas estão sendo construídas pelo programa *Minha Casa Minha Vida*.

Já a água é obtida nas nascentes da região. Aliás, a questão da água é emblemática na Poça, constituindo-se em parte primordial nas pautas da Associação de moradores deste Quilombo que pretende conseguir água encanada. Mais de dois mil metros de mangueira captam água nas fontes que ficam nas terras de *terceiros*. Os moradores relatam que no ato do reconhecimento do quilombo, os *terceiros* cortaram as mangueiras, deixando os quilombolas sem água. O caso foi parar na justiça que conseguiu conciliar o conflito, alegando que os terceiros poderiam ser retirados da comunidade, uma vez que já havia o desvio da água quando os *terceiros* chegaram.

O difícil acesso à região onde hoje estão as muitas comunidades quilombolas

do Ribeira (apenas pelos rios), que no século XIX constituía fator de atração por parte de escravos fugidos ou libertos, atualmente, constitui-se num empecilho aos moradores no que concerne à Educação e Saúde. Embora o recém-aprovado Estatuto da Igualdade Racial (2010) garanta o desenvolvimento de infraestrutura em comunidades quilombolas, a Poça ainda não conta com posto de saúde, assim, os moradores precisam deslocar-se até as unidades de saúde de Jacupiranga e Eldorado. Além disso, na comunidade só há uma escola em que as crianças cursam o primário e para prosseguir com os estudos, novamente é preciso deslocar-se para as cidades próximas. Essas dificuldades nas áreas de transporte, saúde e educação já eram apontadas pelo líder da comunidade, Gilmar dos Santos quando comentou a publicação do reconhecimento do RTC no Diário Oficial de São Paulo.

As dificuldades de atendimento dos serviços de saúde e educação por parte dos órgãos competentes na Poça (e também Peropava) foram abordadas por Suzuki e Silva (2010) em recentes publicações. Esses autores observaram que a carência desses serviços e a dificuldade de acesso nos centros urbanos próximos é a regra nas comunidades quilombolas no Vale do Ribeira, necessitando ser repensadas.

Outro aspecto que merece atenção na Poça é a monocultura da banana. O mapa 4 aponta para o predomínio do bananal e das pastagens no quilombo, mas também para a diversidade de cultura, destaque para o plantio de maracujá, para as hortas e quintais com árvores frutíferas.

Diferente da comunidade Peropava que cultivava palmito, a Poça está evitando essa cultura para afastar os palmiteiros de outras regiões. Vale atentar que as áreas de pastagens são de *terceiros* e que os quilombolas da Poça conseguiram colocar a retomada dessas terras na *Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira* do ISA. Esse litígio com *terceiros* explica o porquê da comunidade ainda ter status de quilombo em reconhecimento, constituindo-se num enclave a obtenção definitiva do título de propriedade.

O bananal é a principal fonte de vida na comunidade Poça. Sobre isso alguns moradores demonstram-se insatisfeitos com a escolha dessa cultura. É o caso do morador Nilzo Tavares Costa, para quem a opção foi inadequada, não só pelo desmatamento, mas também pelo esfacelamento da agricultura diversificada de subsistência. Para ele, a comunidade deve resgatar a policultura abandonada desde a década de 1970 (entrevista concedida em 22/03/09).

Mapa 4. Uso e Ocupação da terra no Bairro Rural da Poça, 2007.

Fonte: ISA – Instituto Socioambiental.

No que concerne ao conflito monocultura x policultura, o pensamento de Nilzo vai de encontro ao que pensam os outros líderes da associação do quilombo da Poça (Gilmar, Gilson e Zé Paulino), que também buscam um novo rumo para a comunidade pautado no paradigma da diversificação de culturas.

Observou-se nas entrevistas que mesmo alguns moradores mais velhos não se lembram quando a bananicultura começou na Poça, a única exceção entre nossos entrevistados foi a Dona Lenita da Lomba Salomé de 75 anos. Não se trata de amnésia, mas de um problema de memória no sentido que Bosi (1998) descreveu em seu trabalho *Memórias de Velhos*. Ou seja, os moradores de meia idade não se lembram da policultura porque a bananicultura remonta ao início da segunda metade do século XX. E se os moradores ainda têm apego às hortas e diversidade de culturas para consumo próprio nos fundos de quintais, conforme presenciamos no sítio do Sr. Gilson Campos, é porque a memória ainda existe, pois, ela se propaga pelas práticas cotidianas dos quilombolas.

Segundo Carril (1996, p.107-8) a bananicultura foi introduzida na vida dos quilombolas na década de 1940 por conta da ausência de uma política de crédito agrícola e também de infra-estrutura viária para escoamento da pequena produção. Assim, os quilombolas passaram a trabalhar nas fazendas de banana e levaram essa cultura para suas propriedades, vendendo a produção para terceiros ou para os próprios fazendeiros como ainda é de costume.

O mapa do ISA também apresenta o mapeamento dos moradores da Poça. Os quilombolas identificados pelo ITESP estão representados pelos quadradinhos pretos, ao passo que, os quadradinhos vermelhos representam as casas de *terceiros*.

Com isso, podemos observar que não há uma separação espacial contínua entre eles, o que traz sérias implicações. Uma delas é que os *terceiros* utilizam agrotóxicos em suas plantações de banana, despejados por aviões, atingindo também as plantações dos quilombolas. Sobre isso, Gilmar e Zé Donizete chamam atenção para fato de que, com isso, eles não podem agregar valor as suas culturas sob o status de produtos orgânicos.

3.3 QUILOMBO PEROPAVAL

O quilombo do bairro rural da Peropava, localizado no município de Registro/SP, ainda luta pelo reconhecimento e titulação de suas terras, não tendo ainda um relatório técnico-científico no ITESP¹⁰³. Contudo, podemos contar com os trabalhos de Suzuki e seus orientandos do grupo *Geografia da Oralidade* que produziram análises a partir de trabalhos de campo realizados em várias ocasiões. Foi por meio desse grupo de estudo que conhecemos o quilombo da Peropava. Chega-se lá, saindo de São Paulo, pela rodovia BR-116 (Regis Bittencourt) até o município de Registro, de onde é preciso seguir aproximadamente 12 km em uma estrada municipal, sentido Iguape, e depois pegar uma péssima estrada de terra, com muitos buracos, que inclusive fica interditada nos períodos chuvosos. À caminho do quilombo, passa-se por uma mineração da empresa SOCAL S/A que se diz proprietária de terras contíguas à comunidade – localizada entre os rios Guaraviruva e Peropava.

O processo de reconhecimento do quilombo Peropava começou em 2005 quando uma professora do Senai de Registro encorajou o grupo a pedir o RTC no ITESP. Na visita a campo, em 2009, a comunidade já se reconhecia como remanescente de quilombo e estava organizada para as etapas do processo jurídico descritas no início deste capítulo. A autodefinição como quilombolas só ganhou consistência após contato com representantes do ITESP. Até então os moradores da Peropava hesitavam em se reconhecerem como tais, conforme se observa no relato de uma moradora:

*“O pessoal já comentava, sempre quando antigamente os mais velhos conversavam com a gente, falavam que eles eram descendentes de quilombo. Mas só que a gente nunca fez nada, (...) daí quando apareceu essa pessoa do ITESP falando, ele disse que nós somos mesmo quilombola”. (Entrevista com a senhora **Maria Regina Silva Cabral**, moradora da comunidade Peropava. Entrevista concedida ao Grupo Geografia da Oralidade e à turma de Geografia Agrária I. Fala obtida sob interlocução de Alexsandro de Sousa em 09/05/2009).*

Desde 2005, o quilombo aguarda o RTC, mas somente em fevereiro de 2010 o ITESP realizou uma reunião para discutir o reconhecimento oficial dessa comunidade e do seu território como quilombo, ocupado desde o século XIX. Conforme a imagem a seguir, a pedido do presidente da Associação Quilombola do bairro da Peropava, Sr. Eliseu, a comunidade se reuniu para discutir com uma

¹⁰³ Como já foi dito o RTC foi aprovado, mas ainda não está disponível.

equipe do ITESP o início do reconhecimento da identidade quilombola e alguns detalhes da elaboração do RTC. A reunião foi realizada na escola primária da comunidade, EMEB José Bruno, que no momento de nosso primeiro trabalho de campo em maio de 2009 encontrava-se desativada. A escola só foi reaberta em setembro de 2011 pela prefeitura de Registro.

Foto 14 Reunião entre moradores da comunidade Peropava e a equipe do ITESP em fevereiro de 2010. Fonte: ITESP.

Enquanto algumas comunidades já conquistaram até mesmo o título de propriedade, a comunidade Peropava segue sem reconhecimento legal no ITESP e ficou de fora da agenda socioambiental das comunidades quilombolas do vale do Ribeira do ISA - Instituto Socioambiental¹⁰⁴, estando sequer localizada no mapa deste órgão. Isso porque a maior parte das terras da comunidade está sob litígio

¹⁰⁴ O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação sem fins lucrativos (qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), fundada em 1994 e tem como objetivo a defesa do ambiente e do patrimônio cultural. O ISA é um parceiro do Itesp na articulação e assessoria às comunidades quilombolas, produzindo estudos e pesquisas, criando projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental e valorização da diversidade cultural e biológica do país. Nesse intento, o ISA desenvolve muitos programas para assegurar os direitos das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

com os *terceiros* que utilizam o direito positivo contra a identidade quilombola e seu direito de posse. Também na Fundação Cultural Palmares, órgão federal responsável pela regularização fundiária quilombola, a comunidade Peropava seguiu sem cadastro de reconhecimento até o meio do ano de 2011, constando apenas nos trabalhos da EAACONE¹⁰⁵ que a classifica como quilombo a ser reconhecido pelo Itesp.

Apenas em novembro de 2010 o RTC ficou pronto e foi apresentado aos integrantes do Grupo Gestor de Quilombo para questionamentos. Só recentemente, (23 de julho de 2011) foi publicado no diário oficial um parecer final sobre RTC atestando a comunidade Peropava como quilombola. Essa publicação é fundamental para que depois possa ser concretizado o reconhecimento por meio de Portaria do Diretor Executivo do ITESP, conforme ordena a lei nº 10.177/98. Em nossa visita ao quilombo em 2009, o Sr. Clóvis – morador da comunidade Peropava – indagou sobre a espera da regularização das terras:

“Desde 2006 a gente aguarda o reconhecimento (...) Já são três anos na luta pela terra. O processo pode custar, mas fica para nossos netos. (...) Acho difícil usar usucapião contra os ricos. Perdemos terras mesmo com rodas de milho na propriedade”. (Entrevista com o senhor **Clóvis da Silva Alves**, morador da comunidade Peropava. Entrevista concedida ao Grupo Geografia da Oralidade e à turma de Geografia Agrária I. Fala obtida sob interlocução de Aleksandro de Sousa em 09/05/2009).

No que concerne à propriedade da terra o Sr. Clóvis reafirma nossa hipótese de que os quilombolas almejam o título para defesa da posse. *“Acho difícil usar usucapião contra os ricos. Perdemos terras mesmo com rodas de milho na propriedade”.* Está implícito em sua fala que almejam o reconhecimento e conquista do título para assegurarem a posse e evitarem a expropriação. Como se observa na oração *“fica para nossos netos”*, o intuito da conquista é que a terra seja sustentáculo para produção e reprodução camponesa, afastando-se assim, da concepção capitalista de propriedade. Nesse sentido, a fala do Sr. Clóvis vai de encontro ao que proferiu o líder da Poça, Gilmar dos Santos Marinho no que concerne ao significado que dão a terra: *“Não vendo minha terra, é uma conquista, prá mim não tem preço”.* Uma terra para reprodução da vida e, que deve passar consuetudinariamente para as próximas gerações do grupo.

Esses relatos também demonstram que para os quilombolas a terra tem um

¹⁰⁵ EAACONE – Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos que trabalha junto ao MOAB na identificação e organização das comunidades quilombolas.

significado camponês, tendo sido apropriada tradicionalmente. Percebe-se também que a terra aparece como elemento central da constituição da identidade do grupo. Sobre essa questão da formação da identidade quilombola e a luta pela terra, a professora Gusmão assinalou que:

Quando por diversos meios legais ou não, a terra é posta fora do alcance, ela torna-se o locus de um conflito permanente em que se está em jogo uma percepção particular da propriedade e do trabalho como independentes e também a condição étnica que informe a realidade da terra e, é por ela informada (GUSMÃO, 1996, p.19).

Na ausência do laudo-técnico do ITESP, construímos uma breve gênese desse quilombo a partir dos relatos do Sr. Clóvis (53 anos em 2009) e sua esposa Maria (49), descendentes dos fundadores da comunidade Peropava. Eles relataram que seus avôs vieram de Iguape e Cananeia. Ele é neto de Dona Rosa e Genésio Francisco Alves que junto ao pai de sua esposa, José Evaristo Jr. e mais um proprietário adquiriram 84 alqueires de terras que compõem a atual comunidade, hoje apenas com 18 alqueires. O restante das terras foi comprado por terceiros ou usurpada, uma vez que latifundiários fizeram o avô assinar papéis sem saber ler. Deste modo, a formação do quilombo da Peropava remonta a meados do século XIX, quando os primeiros grupos chegaram do município de Iguape e do bairro rural de Guaravirua, no município de Registro, sentido Iguape.

Vale atentar que o ITESP já está elaborando o RTC da Peropava, sob o comando da antropóloga Patrícia Iscalli dos Santos, ainda sem prazo para divulgação. Contudo, uma síntese do RTC já foi publicada no Diário Oficial de São Paulo. Essa condensação do RTC confirmou que os primeiros moradores foram os avôs do Sr. Clóvis, Genésio Francisco Alves e Dona Rosa, seus tios avôs José Francisco Alves e Dona Lúcia Maria do Espírito Santo. Esses irmãos (Genésio e José) eram filhos de negros libertos já em 1814, Domingos Alves e Francisca Cardozo.

Segundo a síntese do laudo antropológico do ITESP, em 1855, Domingos Alves (bisavô do Sr. Clóvis) já figurava como dono de terras no cartório de Iguape. As terras se localizam no quilombo de Guavirua de onde vieram os avôs do Sr. Clóvis. Portanto, assim como no quilombo da Poça, também na Peropava os atuais moradores descendem de um parentesco comum, consubstanciando uma sociabilidade engendrada por esta densa rede de parentesco. Vale atentar que o bairro rural negro de Guavirua apesar de pertencer às terras de Iguape em 1855,

hoje faz parte do município de Registro que era distrito de Iguape, mas se desmembrou dele em 1945.

Ainda segundo a condensação do RTC da Peropava, os moradores citaram a irmã da senhora Lucia Maria (tia avó do Sr. Clóvis), Dona Maria Constância do Espírito Santo e seu marido Joaquim Alves Sabino como parentes ancestrais que se dirigiram para outras terras próximas da Peropava, formando o que é hoje o quilombo do Morro Seco, localizado em Iguape, perto dos municípios de Registro e Juquiá, ainda sem titulação. Esse fato aponta para a ampla rede de parentesco dos quilombolas do Ribeira como já havíamos notado no RTC da Poça.

A presença dessas famílias no vale do Ribeira é muito antiga. Os irmãos José Alves e Genésio Francisco Alves ficaram conhecidos como os Mocafe (ou Mucafres) nos documentos da cidade de Iguape, nome que dá origem ao rio onde está a comunidade Peropava. Vale atentar que o Sr. Clóvis e sua esposa Dona Maria fizeram referência ainda a José Evaristo Jr., pai de Dona Maria. Segundo o laudo do ITESP ele é filho de Evaristo Bruno de Melo que teria achegado no quilombo por volta de 1870 como escravo liberto vindo de Iguape. Ainda segundo o ITESP, Dona Benedita Maria de 79 anos relatou que Evaristo Bruno de Melo casou-se com a irmã de Dona Lúcia do Espírito Santo (casada com os Alves ou Mocafe), conformando os primeiros casais do quilombo da Peropava. Embora dona Maria Alves e seu marido Sr. Clóvis tenham relatado que seus avôs compraram as terras do quilombo e, que nos anos de 1930, quando o município de Iguape fez uma regularização fundiária, os Mocafes (ou Mucafres) constavam como donos das terras nos croquis da PPI do estado de São Paulo, em 1964, quando o distrito de Registro havia se tornado município as terras constavam como devolutas.

Já nos anos de 1950, os moradores conviviam com a grilagem. Segundo o ITESP¹⁰⁶, a neta de Evaristo, dona Ana Maria do Espírito Santo entrou com um pedido de regularização da posse quilombola, devido às ameaças que os Mucafres estavam sofrendo por parte dos grileiros. Como não obtiveram respaldo, os quilombolas abandonaram as terras mais próximas ao rio Mucafres. Em 1966, a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do estado legitimou o restante da posse sob um único título em nome de Ana Maria do Espírito Santo, Genésio Alves e José Evaristo Bruno. Ainda segundo o ITESP (2011), em 1972, o estado de São Paulo

¹⁰⁶ No Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 23 de julho de 2011.

emitiu o título, mas como não tinha dinheiro para registrar em cartório, um amigo dos Mucafres se ofereceu para buscar e registrar, ficando com 36 hectares dos 199 titulados pelo serviço prestado. A síntese do Diário Oficial acerca do RTC do quilombo da Peropava também confirmou o modo de vida tradicional observado em campo, inclusive o fato dos moradores trabalharem em terras de fazendeiros e terceiros da região devido à restrição de suas terras cercadas pelos agentes ambientais.

Entretanto, cabe atentar para diversidade de culturas na subsistência dos moradores: arroz, feijão, mandioca, cará, batata, milho, cana-de-açúcar, café, cenoura, tomate, vagem, berinjela, chuchu, abobrinha, alface, couve, escarola, além de frutas como mamão, jabuticaba, jaca, framboesa, abacaxi, acerola, maracujá e mana. Sem falar na coleta de palmito e plantas ornamentais. Acrescenta-se a essa diversidade a criação de pequenos animais como galinhas, patos, porcos e sempre que podem descem os rios de canoa para a pesca artesanal. Toda essa diversidade, à medida do possível, é comercializada em Registro, com destaque para a farinha de mandioca artesanal.

“A gente pesca muito para consumo: tuvira, traíra, acará, bagre (citou vários) camarão, descemos de canoa pescando a noite. Os filhos e netos também pescam com a gente. Os filhos também conhecem bem madeira, igual índios: canela, tibuiúva, tamurá (também citou várias). A gente caça tatu, raposa, capivara. O IBAMA não deixa para comércio, mas deixa para gente comer, mas quase não tem mais por causa do desmatamento. Todos criam galinhas e quando tem verduras, prendem”. (Relatos da senhora **Maria Regina Silva Cabral** e seu esposo, o senhor **Clóvis da Silva Alves**, moradores da comunidade Peropava. Entrevista concedida ao Grupo Geografia da Oralidade e à turma de Geografia Agrária I. Fala obtida sob interlocução de Alexsandro de Sousa em 09/05/2009).

Além disso, também no campo cultural se observa o modo de vida tradicional, além da pesca, caça, ainda fazem festas comunitárias que têm sido reduzidas nos últimos tempos:

“Antigamente, no tempo de meus avôs, se fazia muita festa grande, agora não tem, nunca vi uma festa grande, um baile, a gente faz apenas reuniões de moradores (...) Antes, quando alguém casava a gente matava um boi, um carneiro, hoje não se faz mais (...) Fazemos farinha juntos, algumas famílias é tudo parente. Na colher o milho, as vezes os vizinhos ajuda, já o feijão não... quando a gente planta, planta pouco e dificilmente precisamos de pessoas para ajudar”. (Relatos da senhora **Maria Regina Silva Cabral** e seu esposo, o senhor **Clóvis da Silva Alves**, moradores da comunidade Peropava. Entrevista concedida ao Grupo Geografia da Oralidade e à turma de Geografia Agrária I. Fala obtida sob interlocução de Alexsandro de Sousa em 09/05/2009).

Mais adiante, elencaremos outras práticas sócio-culturais do quilombo que

foram transmitidas de geração para geração, remontando a ancestralidade e que fazem parte da memória do grupo. Contudo, percebemos que muitas atividades que engendram a sociabilidade do quilombo foi perdida, sendo que hoje a sociabilidade da comunidade está muito mediada pela Igreja evangélica – Congregação Cristã do Brasil. Os moradores relataram que sempre frequentaram a Congregação Cristã, mas que seus ancestrais eram católicos. Os primeiros evangélicos frequentavam essa Igreja no bairro vizinho de origem Guaviruva. Depois fizeram uma igrejinha de barro que foi refeita em alvenaria, assim como a maioria das casas.

Assim como na Poça, os imóveis têm água e energia elétrica. Os moradores relataram que as coisas melhoraram muito com a chegada da eletricidade há 10 anos, sobretudo porque agora podem ter geladeira, televisão (que as crianças gostam muito) e ajudou também na casa de farinha que agora funciona com motor e tem luz elétrica. Antes usavam tração à lenha e lampião para iluminar. A família do Sr. Clóvis pagava, em 2009, de 30 a 70 reais de luz e quando os vizinhos usavam a casa de farinha davam uma ajuda. A água que retiram do poço é com bomba e usam mangueiras pra irrigar as verduras.

Contudo, o bairro da Peropava ainda não conta com posto de saúde e a escola primária esteve por muito tempo desativada. As crianças estudavam fora da comunidade, no centro de Registro ou nas escolas dos bairros vizinhos como o bairro do Serrote. A comunidade utilizava o ônibus escolar que a prefeitura manda e que faz apenas três horários: um sai do centro de Registro às 05h30min e pega as crianças que entram às 07h00min na escola, depois sai da cidade às 12h00min para levar os que estudam às 13h00min e, por fim, retorna às 18h00min para devolver os estudantes. Em março de 2011 conhecemos essa triste rotina dos moradores da Peropava, quando passamos a tarde inteira à espera de um ônibus para a comunidade.

Diante dessa situação, muitos moradores do quilombo migram para as cidades da região e da grande São Paulo. O Sr. Clóvis, por exemplo, tem um filho em Pariquera-Açu, outro em Santo André/SP e dois sobrinhos em Curitiba. É muito comum os mais jovens falarem em ir embora. Muitos moradores têm Ensino Médio completo (colegial), mas devido à precariedade do transporte não têm como buscar oportunidades de trabalho no sistema de “bate-e-volta” ou para ir à Faculdade.

A estrada de terra que leva ao quilombo da Peropava foi construída ainda na década de 1940, contando inclusive com alguns moradores. Essa estrada é utilizada

pela mineradora de fosforita SOCAL S/A que tenta usurpar as terras da comunidade. Dona Maria e o Sr. Clóvis relataram que a mineradora já comprou mais da metade das terras por quantias irrisórias, aproveitando-se das dificuldades econômicas dos quilombolas. Esse fato foi relatado também pelo Sr. Félix Alves, igualmente morador da Peropava. Segundo ele, em relato a equipe do ITESP, a mineradora fecha a estrada, chegando mesmo a colocar portão na estrada para impedir o trânsito dos moradores, encurralando-os para comprar suas terras. Outra parte já foi grilada pela mineradora.

Diferente da comunidade Poça, os quilombolas da Peropava ainda não podem contar com financiamentos públicos, assistência técnica e tampouco podem contar com recursos para melhoria em suas habitações. Não por acaso, algumas casas da Peropava são mais simples que as do quilombo da Poça conforme se pode evidenciar nas fotos a seguir.

Em contrapartida, a casa de Dona Maria e do Sr. Clóvis apresentava boas condições, sendo inclusive rebocada e com cozinha ampla e azulejada. Continha ainda uma ampla varanda, onde realizamos parte da entrevista, aspecto muito comum nas comunidades rurais de qualquer lugar do país, como elemento que engendra a sociabilidade da comunidade, sobretudo nos fins de tarde e domingos.

*“Uma irmã minha de São Paulo, não que a casa dela assim de telha brasilite. Já a gente tá feliz de ter a casa rebocada (...) Antes era coisa chique, hoje não. Nossa casa era de barro, fomos construindo aos poucos, hoje tem 15 metros de comprimento por mais ou menos 8 de largura. Pagamos um pedreiro. A gente queria ampliar a varanda para receber as pessoas para conversar quando as pessoas chegarem como estamos fazendo agora (...) Temos celular, mas gostaríamos de ter telefone fixo (...) É bom viver aqui. É sossegado, livre de roubos e violência da cidade. A gente pode dormir de janela aberta”. (Entrevista com a senhora **Maria Regina Silva Cabral**, moradora da comunidade Peropava”. Entrevista concedida ao Grupo Geografia da Oralidade e à turma de Geografia Agrária I. Fala obtida sob interlocução de Alexsandro de Sousa em 09/05/2009).*

De qualquer modo, Dona Maria e o Sr. Clóvis alegaram que é bom viver no bairro, sobretudo porque podem ficar despreocupados com a violência que assola os centros urbanos. O casal teve 8 filhos, 4 mulheres e 4 homens, em 2009, três deles ainda estavam solteiros, um rapaz de 29 (que trabalha no município de Pariqueira-Açu), um garoto de 12 e outro de 7. Entre as mulheres, a primogênita já terminou o colegial e casou-se, mora e trabalha numa fazenda, mas sempre visita a comunidade, sobretudo porque deixou suas duas filhas com os avôs. Também Roberta, de 19, terminou o colegial e as duas mais novas, na época com 14 e 15

anos, estavam estudando na cidade. Nayara, a neta mais velha, estava na 6ª série (12 anos) e a segunda neta, Andressa, estava na quarta série (10 anos).

Foto 15: Casa do sr. Eliseu, um dos líderes da Peropava.

Fonte: Gabriel Henrique Idalgo, membro do grupo Geografia da Oralidade, em 09/05/09.

Foto 16: Aspecto da casa de Dona Maria Regina, moradora da Peropava

Fonte: Gabriel Henrique Idalgo, membro do grupo Geografia da Oralidade, em 09/05/09.

Além de terem parte de suas terras usurpadas por compras duvidosas ou por grilagem, fazendo com que muitos moradores procurem trabalho fora do bairro, outro grande problema no bairro da Peropava é que os moradores estão sujeitos a constantes visitas de fiscais ambientais que limitam suas roças. Mesmo que as terras do quilombo não estejam justapostas à nenhuma Unidade de Conservação, a fiscalização dos órgãos ambientais é frequente por se tratar de remanescentes da Mata Atlântica, impedindo os quilombolas de fazerem novas roças em seus sítios. Os moradores relataram que, em alguns momentos, tiveram de buscar terras mais isoladas e afastadas, sobretudo no alto das encostas onde utilizam a técnica da capuava¹⁰⁷ – derrubada das ramagens para queimada e limpa do solo, preparando-o para o cultivo. Além disso, muitos moradores do bairro já se encontram na situação daqueles estudados por Carril (1996) no quilombo de Pilões, onde alguns estavam sem plantar alimentos da dieta tradicional, prestando serviços em outras propriedades para poderem comprar alimentos básicos. Sobre isso Carril assinalou:

O impacto do cerceamento do cultivo de grande parte de suas roças graças às reservas florestais, restringiu-lhes ainda mais a liberdade e a autonomia conquistada ao longo do tempo por esses personagens. Por sua vez, as relações internas modificam-se sob diversos aspectos. Tanto as relações de reciprocidade, que preservavam o modo de vida do homem rural como graus de confiança interpessoais se alteram. Os mutirões foram abandonados em vista da luta que cada um se impõe no dia-a-dia (CARRIL, 1996, p. 38).

Outra coincidência com Pilões é que na comunidade Peropava também a extração de palmito foi limitada, já que a restrição de roças em novas terras também se aplica ao cultivo de palmito. Essa prática extrativista era muito importante para complemento da economia do excedente dos quilombolas. Hoje, tanto a extração de palmito como a formação de roças dificilmente são realizadas como antes, de forma livre. Vale atentar que a legislação ambiental os colocou nessa condição por desconsiderar a necessidade de rotação de terras praticada no quilombo da Peropava, levando os moradores ao abandono das roças devido a queda da produtividade. Em consequência, houve aumento da migração e da prestação de serviços nos latifúndios da vizinhança. Ainda sobre isso, notamos que os depoimentos do bairro Peropava são semelhantes aos do bairro Pilões estudado por

¹⁰⁷ Capuava também é nome para designar a moradia improvisada quando se usa essa técnica já que, estando longe da morada oficial, gasta-se muito tempo para fazer a roça ou colocar o gado para pastar em determinadas épocas do ano, é uma morada para tal técnica agrícola itinerante ou semi-itinerante.

Carril (1996). Quando indagado sobre a dificuldade de formarem roças, o morador da Peropava, Sr. Clóvis, relatou:

A gente não pode mais fazer roças, senão vêm os fiscais e multa a gente. Nós temos mas é pouco, só pode fazer perto de casa. Muitas pessoas apareciam para comprar madeira e a gente vendia. Agora, só tiramos para nós mesmos. Eu tava fazendo um barquinho e o IBAMA queria multar e me levá preso. A gente concorda com o IBAMA. Num ponto eles tá certo, eles pegam a gente prá também poder pegar os grandes. Aí a saída é trabalhar nas fazendas. (Relatos do senhor **Clóvis da Silva Alves**, moradores da comunidade Peropava. Entrevista concedida ao Grupo Geografia da Oralidade e à turma de Geografia Agrária I. Fala obtida sob interlocução de Alexsandro de Sousa em 09/05/2009).

O relato do morador de Pilões é muito semelhante: “o governo não deixa roçar, plantar...a gente não carecia comprar as coisas do jeito que estão caras... planta lá no sertão escondido e as vezes paga multa, só pode plantar perto de casa” (CARRIL, 1996, p.119). Vale atentar que a Secretaria do Meio Ambiente permite o desmatamento de alguns trechos das áreas de preservação mediante solicitação prévia. Contudo esse dispositivo das normas do parque da Serra do Mar não contempla as comunidades quilombolas já que o pré-requisito exigido para o requerimento é o título de propriedade. Sobre isso, Carril (1996, p.120) repudia o tratamento desigual para com os sujeitos da produção do espaço do Ribeira, uma vez que, com os empreendimentos capitalistas, o Estado é conivente. A autora descreve que o PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira), criado em 1958, foi depois demarcado por outro decreto (29/12/1969) com perda de 600 hectares da área original.

Essa colisão de formas diversas de propriedades em que se sobrepõem a propriedade quilombola e a ambiental pode ser melhor entendida a partir dos esclarecimentos de Diegues (1994) n'O *Mito Moderno da Natureza Intocada*. Os crentes desse mito concebem as áreas naturais restantes como vazias demograficamente, devendo permanecer intocadas. Explica o autor (1994) que os ambientalistas pressionam o Estado para criar Unidades de Conservação em áreas naturais como se elas fossem desabitadas só porque resistiram ao processo urbano-industrial e à expansão agropecuária, desconsiderando a presença de populações tradicionais. E quando reconhecem a presença dessas populações (destaque para os quilombolas, caiçaras, entre outros), os agentes desse modelo conservacionista importado dos países mais industrializados desprezam o conhecimentos local e a interação anti-predatória da natureza. Os ambientalistas desse modelo não

conseguem enxergar que a relação das populações tradicionais com seus territórios não se pauta na acepção capitalista de produção e do lucro. Desta forma, as populações tradicionais, sujeitos principais da conservação, são convidados a se retirarem das terras em que habitam, caçam, pescam, colhem, labutam, em outras palavras, reproduzem-se física e culturalmente numa dialética que formou o território que os identifica, como se fossem uma ameaça ao meio que protegeram a gerações. Felizmente, a luta de classes e o embate de paradigmas também estão presentes na elaboração da legislação ambiental tanto na instância estadual quanto na federal. De sorte que, há muitos decretos que reconhecem o direito das populações tradicionais às terras que ocupam, a exemplo dos decretos estaduais 43.651/98 e 44.293/99. Da mesma forma, a prática cotidiana desses povos tradicionais, pautada no manejo sustentável da fauna e da flora, mantendo sua biodiversidade, é em muitos casos, reconhecida e eles são convidadas a serem parceiros do Estado na Conservação das reservas em que habitam.

Outra semelhança com Pilões é a diversificação das atividades, como a pesca e caça para suplementar a alimentação, além da quase ausência da produção de alimentos comercializáveis. Isso porque produziam em famílias e entregam para atravessadores, mas não recebiam. Por isso, pararam de entregar para atravessadores. A renda com essas vendas, em 2009, era de aproximadamente 250 a 300 reais. Agora estão sem trabalho, apenas vendem alguma coisa na cidade. Já quando vendiam a produção para o CEASA recebiam, mas os pagamentos começaram a atrasar por falta de notas fiscais emitidas pela CONAB. Depois de tudo isso, restou-lhes trabalhar nas fazendas da região:

Trabalhamos a 18 reais a roçada, de jogar veneno, coletar palmito. A gente faz de tudo. Quando eles têm bastante na banana eles até ficham tipo pra colocar veneno, mas a gente tem medo de colocar veneno sem as roupas adequadas. Vivemos mesmo é de nossas roças de época (arroz, mandioca que demora um ano e meio, feijão que demora 5 meses para colher). A igreja também ajuda, mas a gente quer esperar de ninguém. (Entrevista com o senhor **Clóvis da Silva Alves**, morador do quilombo Peropava. Entrevista concedida ao Grupo Geografia da Oralidade. Fala obtida sob interlocução de Alexandro de Sousa em 09/05/2009).

Diante de todas essas dificuldades elencadas, muitos moradores já migraram para as cidades da região e para os grandes centros urbanos. Para Roberta, filha mais velha de Dona Maria e do Sr. Clóvis, a falta de oportunidades para os jovens, sobretudo no que concerne a educação é uma das principais dificuldades. Também os pais dela demonstraram forte preocupação com a educação dos filhos:

A gente sofre muito aqui por causa das estradas. As crianças ficaram sem ir à escola em abril ano passado. A prefeitura não participa, mas nas eleições ficam em cima, mas depois nada. Não queremos isso. Fazemos muitas reclamações, sobretudo devido a escola. Tinha escola, mas tiraram porque diziam que gastavam muito com poucas crianças. Assinamos a matrícula dos filhos, mas na verdade era o fechamento da escola que funcionava desde 1981. OS professores vinham de Registro, agora as meninas estudam na escola da Usina Serrote que vai até o terceiro ano. As meninas gostariam de estudar mais. (Relato da família do senhor **Clóvis da Silva Alves**, morador da comunidade Peropava. Entrevista concedida ao Grupo Geografia da Oralidade. Fala obtida sob interlocução de Alexsandro de Sousa em 09/05/2009).

Embora o RTC oficial ainda não tenha sido elaborado pelos órgãos responsáveis, podemos constatar que o bairro rural da Peropava se enquadra como quilombo, sobretudo pelas características camponesas e o modo de vida tradicional muito atrelado à natureza. As comidas típicas também continuam a fazer parte da cultura do grupo. Essa forma de memória talvez seja uma das mais fortes nas práticas cotidianas do grupo.

A gente faz bolos, tapiocas, bijus, pamonha, nosso próprio café. Os mais velhos faziam pratos com camarão, cuscuz de arroz socado, pamonha. O cuscuz de milho é mais de hoje. Tudo a fogo à lenha. Uma tradição que vai se perdendo, não tem mais, não querem mais hoje cozinhar assim, tá todo mundo chique (relato de **Dona Maria Regina Silva Cabral**, moradora da comunidade Peropava. Entrevista concedida ao Grupo Geografia da Oralidade. Fala obtida sob interlocução de Alexsandro de Sousa em 09/05/2009).

Embasamos ainda nossa caracterização desse quilombo nos trabalhos publicados de colegas do Grupo Geografia da Oralidade, que também fizeram campo na comunidade Peropava. Ao analisar os relatos orais dos moradores do bairro, Suzuki e Silva (2010) assinalaram a dificuldade de construção da identidade na comunidade. O que os fez discutir a questão da “resistência da reprodução do modo de vida tradicional diante de sua inserção no processo do capital e da intensificação das relações econômicas estabelecidas com a sociedade urbano-industrial”. Podemos observar essa dificuldade de identificação também na fala do Sr. Clóvis e sua esposa que hesitaram quando indagados se consideravam quilombolas. Contudo, no decorrer da entrevista ficou explícito o modo de vida tradicional herdado de seus antepassados.

Como já foi dito, mesmo com o cerco às suas roças pelos agentes ambientais, os moradores do quilombo Peropava, além de cultivarem para subsistência conseguem comercializar os produtos excedentes de suas pequenas roças (arroz, cará, frutas, verduras, legumes, mandioca e palmito). Algumas famílias também

vendem a farinha de mandioca produzida de forma artesanal. Dessa forma, evidencia-se o modo de vida tradicional herdado da ancestralidade e consolidado na memória do grupo por meio de suas atividades cotidianas. O quilombo Peropava tem três casas de farinha e embora sejam de famílias, todos podem usar. Além disso, “quando outros não plantam também se servem” (Dona Maria Regina de Cabral Silva, moradora do quilombo Peropava. Fala obtida sob interlocução de Alexsandro de Sousa em 09/05/2009).

Contudo, como já foi discutido, nota-se nesse quilombo uma dificuldade de se auto-identificar como quilombola. Sobre isso, Suzuki e Silva (2010, p.3) observaram que a complicação da construção da identidade quilombola na Peropava deve-se ao fato de que há, na comunidade, a inserção de valores e de representações da sociedade urbano-industrial, já que seu modo de vida se insere de forma subalterna na reprodução ampliada do capital. Sobre isso, esses autores chamam a atenção para o fato de que mesmo tendo um conceito de quilombola como categoria de análise à montante do problema de pesquisa, é preciso não se esquecer de um ensinamento de Martins (1981): “o conceito sempre vem após a análise e não no começo”. Ainda sobre a incorporação de valores urbanos nesse bairro rural quilombola, os autores assinalaram:

A comunidade de Peropava estabelece práticas produtivas essencialmente rurais, relacionadas à economia do excedente, característica do modo de vida tradicional, cuja terra, conforme a conceituação dada por José de Souza Martins (1980), se insere na lógica da terra de trabalho e não na da terra de negócio. Porém, a lógica mercantil inseriu na comunidade elementos do urbano, como o valor de troca, o trabalho abstrato, a propriedade individual e a competição, que antes não eram presentes como mediadores das relações sociais (SUZUKI e SILVA, 2010, p.4).

Conforme nos advertiu Carril (1996), os quilombos do Vale do Ribeira não se enquadram no clássico quilombo (caracterizado pelo isolamento), pois desde o fim do século XIX, os quilombolas mantêm relações com bairros e cidades vizinhas, comercializando os excedentes da produção. O relativo isolamento diminuiu ainda mais com a construção da BR-116, já que os quilombolas passaram a ter mais contatos com as representações urbano-industriais. Na casa do Sr. Clóvis e sua esposa, por exemplo, constatamos que o moderno fogão a gás com acendimento elétrico substituiu o tradicional fogão a lenha e as paredes da cozinha são azulejadas com armários de parede de mesmo modelo usado pelas famílias da cidade de baixa renda. Contudo, são contradições aparentes que podem nos enganar aprioristicamente, uma vez que os relatos orais do casal apontam para

práticas cotidianas tradicionais como exemplo, pratos típicos feitos a partir da colheita de suas roças, a casa de farinha etc.

Fotos 17 e 18: Detalhe da pequena casa de farinha. À esquerda, Alessandro, morador da Peropava. À direita, Dona Cleusa, Sr. Eliseu e seu filho, também na casa de farinha.
Fonte: Gabriel Henrique Idalgo, membro do grupo Geografia da Oralidade, maio de 2009.

Fotos 19 e 20: À esquerda, mais aspecto da casa de farinha. À direita Maria Regina com uma vassoura artesanal.
Fonte: Gabriel Henrique Idalgo, membro do grupo Geografia da Oralidade, 09/05/09.

Também Suzuki e Silva constataram que essa inserção subalterna no capitalismo não destruiu o modo de vida tradicional, o qual resiste porque os valores de compadrio ainda são dominantes.

Não se reconhecer como quilombola, nem saber ao certo o que é ser um quilombola é a realidade concreta do sujeito da comunidade de Peropava, porém, ao projetar a identidade quilombola, a comunidade tem como objetivo a manutenção em seu espaço onde se relaciona com o meio, construindo a vida de forma diferenciada da que se estabelece na sociedade urbano-industrial. (SUZUKI e SILVA, 2010, p.6).

Partindo da premissa de que a consciência é produzida na base material, esses autores assinalaram que a consciência dos quilombolas da Peropava sofre desvios, sendo uma consciência da classe dominante já que estão inseridos na lógica urbano-industrial. Todavia, também “a resistência se apresenta por meio da base material, de produção e realização das práticas efetivas de vida, de modo que esse elemento aparece como importante para a compreensão da realidade concreta” (SUZUKI e SILVA, 2010, p.6-7).

Nesse sentido, as práticas cotidianas que podemos constatar em campo, pautadas numa sociabilidade de homens simples (MARTINS, 2010), as quais fogem à lógica capitalista, compõem o substrato da resistência dos moradores da Peropava para construção da identidade quilombola, essencial para reconhecimento da comunidade.

Agora já é corriqueiro o uso do termo quilombola até mesmo entre os mais jovens, pois os moradores da Peropava sabem que a autodefinição é essencial para o reconhecimento de suas posses com base na Constituição. Embasando-se em Silva (2008), os autores Suzuki e Silva (2010, p.7) assinalaram que a necessidade de discussão política do status de *quilombola* se “apresenta enquanto estratégia da comunidade, sendo o processo de construção da identidade quilombola um dos momentos do processo de recriação do sujeito coletivo, conferindo à comunidade consciência política e unidade ao grupo, (...)”. Dessa forma, a autofedinição é engendrada pelos próprios moradores para conscientização da totalidade em que estão inseridos (SUZUKI e SILVA, 2010).

Segundo Simone Rezende da Silva (2008), é primordial que um grupo assuma sua identidade político-cultural na defesa de seus direitos. Nas palavras da autora:

A invenção de identidades político-cultural é recorrente, ela acontece sempre que determinado grupo põe-se em movimento para reivindicar o que lhe é essencial. No caso das comunidades quilombolas, a terra. Terra aqui

entendida num sentido amplo, englobando a terra necessária para a reprodução material da vida, mas também a terra na qual o simbólico paira, na qual a memória encontra lugar privilegiado, morada de mitos e lendas, fonte de beleza, inspiração e do sentido do sagrado da coletividade, tão essencial à vida quanto a terra de trabalho (SILVA, 2008, p.86).

Podemos dizer que é na produção material de sua existência com suas práticas culturais herdadas de seus ancestrais que os quilombolas constroem sua identidade, contudo, esta só ganha legitimação no âmbito político, no qual “a identidade transforma o sujeito, conscientiza-o, e, no limite, dá unidade ao grupo”. Unidade necessária na organização e defesa “contra o fator externo, relacionado ao processo do capital e à sua territorialização que conduz para a homogeneização cultural” (SUZUKI e SILVA, 2010, p.9). Ainda esses autores, assinalaram que:

Essa duplicidade processual, envolvendo o reconhecimento do território quilombola e a construção da identidade, materializada na luta pela terra, assim, no fazer da luta, da pressão pelo reconhecimento de seu território, o sujeito se conscientiza se tornando agente do processo de transformação, ou seja, sujeito da ação. Assim, com o intuito de conquistar a titulação definitiva do território, os vínculos entre os sujeitos se fortalecem, criam e recriam a sua identidade e, ao transformarem sua condição material, transformam sua condição imaterial (SUZUKI e SILVA, 2010, p.9).

Podemos assinalar que enquanto outros posseiros têm o reconhecimento de suas posses a partir da ‘morada’ e função social da terra, os quilombolas se constituem em posseiros específicos que necessitam atrelar à função social da terra a construção de sua identidade, produzida materialmente no território que formaram. Visto que o território, como conceituou Oliveira (1999, p.74), é o produto concreto da luta de classes, travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência.

3.4 LUTA QUILOMBOLA DIANTE DO PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE

A famosa “crise ambiental” definida por Simone Rezende da Silva (2008, p. 2) como uma “ideia de preservar partes da natureza aceleradamente apropriada e transformada”, a partir do reconhecimento de que o meio ambiente como suporte e condição para a existência da vida está ameaçado, constitui mais um empecilho à reprodução camponesa. Isso se reflete na constituição de parques e outros tipos de reservas da natureza.

Nesse contexto, mais de 13 quilombos do Vale do Ribeira se confrontaram com a criação das seguintes unidades de conservação: a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra do Mar, o Parque Estadual Jacupiranga (1969), o Parque Estadual Intervales (1995), o Parque Estadual Carlos Botelho (1982) e o PETAR - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (1958). Isso sem falar na Peropava que sofre com as visitas de agentes ambientais, mesmo estando fora dessas unidades de conservação¹⁰⁸.

Rezende da Silva (2008, p.3) critica o fato de menos de 4% do território brasileiro está protegido na forma de uma dessas reservas e ao mesmo tempo, critica a forma como essas poucas reservas foram criadas – de forma autoritária e sem estudos prévios, sobretudo, de impactos sociais. Ao mesmo tempo em que faz a crítica a essa forma de instituir reservas da natureza, a autora aponta alguns aspectos positivos como: aumento de áreas protegidas, avanço científico nas áreas, freio à especulação imobiliária e popularização da necessidade de proteger a natureza.

Já quanto aos aspectos negativos, a autora (2008) descreve que na delimitação das áreas protegidas quando não há alteração do modo de vida dos moradores, estes são retirados, causando impactos negativos que fazem desses moradores, direta ou indiretamente, inimigos da Unidade de Conservação. Mesmo não se situando dentro de uma dessas reservas, há o embate desse paradigma com a comunidade quilombola da Peropava em Registro/SP. Conforme assinalamos acima, os moradores desse quilombo nos relataram que os órgãos ambientais fazem visitas constantes e proibiram vários usos dos recursos da floresta, restringindo a cultura quilombola. Note-se que, são atividades tradicionais que mantiveram o Vale preservado até os dias de hoje, como a retirada de madeira para construção de suas casas, móveis e ferramentas, além da retirada do palmito.

¹⁰⁸ De acordo com o art. 7º do decreto-lei nº 9.895 de 2000 (que regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal de 1988) são dois os tipos dessas Unidades de Conservação: **Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável**. Cabe àquela, conforme prescreve o parágrafo primeiro: *preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. Já o objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais* (§ 2º). Como descrito no art. 8º do referido decreto fazem parte das **Unidades de Proteção Integral**: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Já as **Unidades de Uso Sustentável** (estabelecidas pelo Art. 14 da lei 9895/2000) são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Mapa 5. **Unidades de Conservação e Quilombos no Ribeira.** Recorte de aproximação realizado por Alexandro A. G. Sousa, destacando a localização do quilombo da Poça e de Peropava. Despreze-se a escala métrica. Ver o mapa original no apêndice.
Fonte: ISA – Instituto Socioambiental, 2009.

No mapa 5 observa-se a disseminação das comunidades quilombolas no Vale do Ribeira e a justaposição de algumas dessas às Unidades de Conservação. Ao centro, o quilombo da Poça e no canto superior direito, o quilombo de Peropava, às quais não estão justapostas a nenhuma Unidade de Conservação. Note-se que a cor vermelha significa que o quilombo já foi reconhecido (e titulado), ao passo que a cor roxa significa que a comunidade está em processo de reconhecimento. Observa-se ainda que aparece apenas o nome do lugar onde está a comunidade Peropava, ainda não reconhecida legalmente. Em verde, as Unidades de Conservação, dentro das quais muitos quilombos estão inseridos, embora não seja o caso da Poça.

Na visão de Simone Rezende da Silva (2008), temos de um lado, o radical pensamento ambiental que ainda vê nas populações tradicionais uma ameaça ao meio ambiente e, de outro, está a racionalidade econômica capitalista que impedida pela legislação ambiental busca cooptar as populações tradicionais para adquirir os recursos naturais.

Também Carril (1995) postula essa crítica ao modelo conservacionista aqui implantado. Para a autora (1995,p.170-1), “a visão das ONGs nessa região é conservadora tanto no que se refere às populações tradicionais como à Unidade de Conservação, pautando-se, paulatinamente, no modelo das entidades ambientais norte-americanas”.

Cabe salientar que há vários decretos acerca da criação de Unidades de Conservação que permitem a retirada dos quilombos do perímetro desses parques. No entanto só se aplicam às comunidades quilombolas já reconhecidas. Deste modo, discordamos em parte quando Silva (2008) diz que o problema recai sobre a ótica do mito da natureza intocada, uma vez que se trata de cumprir o que a lei estabelecida pelo direito positivo ordena em detrimento das lógicas costumeiras.

Segundo moradores da Peropava, pessoas da cidade os aliciavam para que retirassem madeira e principalmente palmito. Vale notar que não podemos classificar esses sujeitos que compravam a madeira e o palmito como atravessadores, mas como aliciadores. Os moradores relataram também que de vez em quando retiravam o palmito e vendiam na cidade, mas agora estão proibidos dessa prática, embora o IBAMA não os proíba de consumir tais recursos. O que antes era parte constituinte da renda camponesa, obtida a partir da extração e cultivo de diversas culturas, cada vez mais, transforma-se com a chegada da racionalidade capitalista, numa monocultura para formação da renda (banana na Poça e palmito na Peropava).

Deste modo, para atender aos anseios econômicos dos capitalistas, os camponeses quilombolas estavam sendo aliciados para promoverem a extração dos recursos das matas, alterando assim práticas ancestrais. Esse aliciamento constitui-se em uma das grandes preocupações do Instituto Socioambiental – ISA que, para evitar esse angario, tem como uma das metas de sua agenda socioambiental, a erradicação do cultivo do palmito na Comunidade Peropava para afastar os palmiteiros, evitando assim a derrubada das matas para o cultivo dessa cultura.

Nesse sentido, o ISA está de acordo com uma nova forma de pensamento da formação de Unidades de Conservação, a saber, a que postula a promoção no lugar de coibição, paradigma defendido por Brito (1995). Deste modo, além de pensar a proteção da natureza, cabe-nos discutir como fizeram Rezende da Silva (2008) e Brito (1995), “a natureza da proteção” para construir novas formas de conservação e evitar o *mito da natureza intocada* (DIEGUES, 1994). Nota-se que as agências ambientais brasileiras ainda estão impregnadas do modelo preservacionista importado dos países mais industrializados, negligenciando os pressupostos de Diegues sobre o modo de vida tradicional e sua relação com a natureza:

Um aspecto relevante na definição de “culturas tradicionais” é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (DIEGUES, 1994, p.76).

Como já foi dito, as comunidades quilombolas conservaram¹⁰⁹ seus territórios florestados, por isso, Rezende da Silva (2008) considera essas comunidades como um tipo específico de Unidade de Conservação, de modo que, a conquista do território quilombola representa mais que uma vitória sociocultural, representa também uma conquista ambiental já que essas comunidades constituem uma barreira à degradação do meio ambiente.

¹⁰⁹ Conservação, nas leis brasileiras, significa proteção dos recursos naturais, com a utilização racional, garantindo sua sustentabilidade e existência para as futuras gerações. Já preservação visa à integridade e à perenidade de algo. O termo se refere à proteção integral, a “intocabilidade”. A preservação se faz necessária quando há risco de perda de biodiversidade, seja de uma espécie, um ecossistema ou de um bioma como um todo.

3.5 DA ESCRAVIDÃO À POLÍTICA DE RECONHECIMENTO ÉTNICO: A DÍVIDA HISTÓRICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA COM OS QUILOMBOLAS

(...) a base sobre a qual se assentam as comunidades negras no Brasil tem para elas um significado particular, uma vez que foi traçada mediante a sua própria história enquanto grupos que buscaram a autonomia frente à realidade na qual se originaram (CARRIL, 1996, p.41).

A história da escravidão negra no Brasil remonta aos primeiros séculos da colonização, estando atrelada notadamente à mineração e a produção canavieira. No entanto, cabe assinalar que a presença dos cativos negros em São Paulo foi praticamente restrita ao Vale do Ribeira nos primeiros séculos, só sendo expressiva no restante da província paulista no século XIX com o surto cafeeiro. A serra do mar teria sido um fator geográfico que impediu a formação de lavouras de alto valor comercial como a cana. Com isso, a base econômica da província de São Paulo nos primeiros séculos era a agricultura de subsistência pautada na força de trabalho familiar e cativa indígena, havendo ainda algumas fazendas de cana-de-açúcar no oeste, com destaque para a região de Campinas, com base na mão-de-obra negra.

Partimos da premissa de que a abolição da escravatura no Brasil não tornou os negros libertos em cidadãos, pois lhe negou direitos (inclusive o direito à propriedade), tirando-os do julgo do senhor para jogar-lhes numa sociedade preconceituosa e ansiosa pelo embranquecimento racial. Muitos desses incluídos marginalmente buscaram abrigo nos famosos quilombos – forma de território mais ou menos afastado da sociedade dominante (agraria ou urbana) onde os negros fugidos ou libertos podiam desenvolver suas práticas socioculturais.

Após a libertação dos escravos, emerge na cidade o movimento negro de combate à discriminação e luta por direitos. Enquanto essa luta se desenvolve, os remanescentes de quilombos se reproduzem em todo território nacional conservando o meio ambiente e suas práticas ancestrais, inseridos no capitalismo como um modo de produção não-capitalista de produção, de forma mais ou menos afastada da lógica capitalista de produção. Esse relativo isolamento sofre interferências graves com a chegada das *frentes de expansão*, conformando assim o que Martins (1995, 2009) chamou de *Fronteira*. As *frentes de expansão* representam a cobiça pelas terras dos quilombolas e é contra essa especulação imobiliária que se organiza o movimento negro rural – a saber, a luta quilombola pela terra.

É no bojo da formação da Fronteira Agropecuária em territórios de

comunidades rurais negras que a questão quilombola se torna uma questão política que mais tarde, na Constituição Federal de 1988, ganha respaldo jurídico. De modo que os artigos 215 e 216 desse compêndio de leis foram atendidos pelo artigo 68 da ADCT que reconhece a propriedade definitiva das terras quilombolas. De modo que, para garantir o direito de posse, as comunidades rurais negras precisam ser reconhecidas como *remanescentes de quilombos*. Como discutimos no primeiro capítulo o termo remanescente de quilombo utilizado em nossa legislação é bastante criticado por estudiosos da questão quilombola como Carril, O'Dwyer e Almeida que preferem discutir a palavra remanescente, já que essa tem uma conotação política negativa para a luta pela terra.

Para atender o artigo 68, o legislativo aprovou o decreto 4887/03. Em seu artigo 2º “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Para o antropólogo e professor da USP Kabengele Munanga é muito difícil definir quem é negro no Brasil. Junto a essa problemática soma-se a dificuldade das comunidades negras rurais descendentes de quilombos de se definirem como quilombolas. Esta questão é muito importante, sobretudo para quem estuda essas comunidades no Brasil. Primeiro porque, em muitos bairros rurais, os moradores ainda hesitam em se definirem como quilombolas. Conforme, vimos anteriormente, é assim com alguns moradores da Poça e também com os de Peropava que nos relataram não conhecer muito bem essa definição.

Isso não deve trazer grandes complicações para os cientistas que fazem laudos para reconhecimento das comunidades quilombolas, pois, segundo Munanga (2004), qualquer um pode declarar-se afrodescendente até que o exame de DNA prove o contrário. Nas palavras do autor:

Com os estudos da genética, por meio da biologia molecular, mostrando que muitos brasileiros aparentemente brancos trazem marcadores genéticos africanos, cada um pode se dizer um afro-descendente. Trata-se de uma decisão política. Se um garoto, aparentemente branco, declara-se como negro e reivindicar seus direitos, num caso relacionado com as cotas, não há como contestar. O único jeito é submeter essa pessoa a um teste de DNA (MUNANGA, 2004, p.2).

Além do que, os relatos dos moradores dessas comunidades sempre

remontam a ascendentes escravos (fugitivos ou libertos). Sem perceber, esses camponeses se retratam como quilombolas ao relatarem suas relações com a terra e a relação da formação do território com o parentesco ancestral, além de suas tradições e práticas culturais.

As atuais comunidades quilombolas foram formadas não apenas da fuga e insurreições de escravos, mas também da doação de terras por senhores de escravos pela prestação de serviço por parte de negros sacerdotes de cultos religiosos de ascendência africana, o que Almeida (2000, p.164) chamou de “terras de santo ou terras de negros”. O autor assinala que também é preciso desmanchar a ideia de isolamento geográfico, pois tal concepção dos quilombos deriva do Conselho Ultramarino Português de 1740 que os descrevia como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles”.

À guisa que, são muitas as origens dos quilombos no Brasil. Uma delas, é a doação de terras por parte de seus ex-donos como forma de compensação no bojo do abolicionismo. Isso também implica que, a luta quilombola pela terra remonta ao momento da abolição e da instituição da lei de terras que exclui o negro do acesso à terra. As propriedades doadas eram contestadas por parentes dos fazendeiros. Nesse embate jurídico, a lei era sempre a favor do branco, uma vez que os ex-escravos não eram reconhecidos como brasileiros, sendo uma categoria jurídica denominada de “libertos” (LEITE, 2000, p.335). Não se trata, portanto, de algo novo, do simples embate da Fronteira agrícola, embora este seja o caso das comunidades do Ribeira de nossa pesquisa. Sobre esse primeiro momento expropriatório das terras de negros, Leite assinalou:

Desde então, atingidos por todos os tipos de racismos, arbitrariedades e violência que a cor da pele anuncia – e denuncia –, os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. (...). O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira, sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado (LEITE, 2000, p.335).

Como já foi dito, cabe ao ITESP fazer o reconhecimento das comunidades quilombolas com base no artigo 68 do ADCT. Note-se que, esse artigo também garante os direitos culturais, definindo como responsabilidade do Estado a proteção das “manifestações das culturas populares, indígenas e afrodescendentes”.

Sobre a formação dessa lei, Ilka Leite (2000) relata a dificuldade da luta

política que corroborou nesse artigo afirmando que “os negros, diferentemente dos índios – considerados como “da terra” –, enfrentaram muitos questionamentos sobre a legitimidade de apropriarem-se de um lugar, cujo espaço pudesse ser organizado conforme suas condições, valores e práticas culturais” (LEITE, 2000, p.334). Ainda a autora assinalou que:

Em diferentes partes do Brasil, sobretudo, após a Abolição (1888), os negros têm sido desqualificados e os lugares em que habitam são ignorados pelo poder público ou mesmo questionados por outros grupos recém-chegados, com maior poder e legitimidade junto ao estado (LEITE, 2000, p.334).

Nesse sentido, o artigo 68 emerge de uma conquista política em resposta ao poder expropriatório de grupos característicos da Frente Pioneira. Assim, junto aos artigos 215 e 216 constitui a égide da identidade quilombola e sua luta pela terra. Sobre esse cenário de luta que procedeu a conquista do artigo 68 da ADCT a autora assinalou:

Os “remanescentes das comunidades de quilombos”, que emerge com a constituição de 1988 é tributário não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla que foi travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta antirracista. (LEITE, 2000, p. 339).

A aprovação dessas leis de regularização fundiária quilombola constituiu-se numa alternativa para o início do pagamento da dívida histórica que a sociedade brasileira tem para com os povos quilombolas, sendo resultado de muita discussão política.

3.5.1 A luta Política para regulamentação do art. 68 e a pretensa inconstitucionalidade do decreto federal nº4887/03

A luta política dos quilombolas pelo direito à terra não cessou com a aprovação do art. 68 do ADCT da CF88. Desde então muitas lutas foram travadas nos campos político e jurídico. A carta que resultou da *VI Reunião da Comissão Nacional Provisória de articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas* dirigida à Comissão Cultural Palmares em 24 de outubro de 1999 dá uma ideia de como foi difícil regulamentar o art. 68, de modo que os reais beneficiários não fossem usurpados de seus direitos. Na ocasião, a comissão formada por vários quilombos de norte a sul do país, pelas entidades negras e outras defensoras dos direitos humanos protestavam contra o envio ao Senado de uma proposta de

Decreto que regulamentaria o artigo 68, contendo os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento e titulação dos quilombos. Essa comissão formada atentava para o fato de que a Comissão Cultural Palmares incumbida da missão de regulamentar esse artigo da ADCT não teria consultado a sociedade civil, tampouco teria pedido parecer às organizações dos movimentos negros e especialistas no assunto (juristas, antropólogos, sociólogos e geógrafos) quanto ao envio da proposta que já havia sido discutida e rechaçada por conter muitos erros que favoreceriam mais aos capitalistas que aos quilombolas.

A carta de 24 de outubro de 1999 critica a gestão de Dulce Pereira frente à Fundação Cultural Palmares durante primeiro governo FHC, mesmo tendo apoiado sua nomeação por seu histórico de militância na luta pelas mulheres negras. Seu conteúdo deslegitimava a proposta de decreto enviada por Pereira à Casa Civil da Presidência da República, já que tal decreto foi elaborado sem consultar ou dialogar com os movimentos sociais negros. Isso sem falar que o conteúdo da proposta desrespeitava os direitos quilombolas já adquiridos com muita luta.

A missiva também teceu críticas à centralização da questão quilombola em todo o território nacional nas mãos da Fundação Cultural Palmares – sem muita experiência, ainda desprovida de recursos financeiros e humanos – tendo jurisdição sobre todo o processo de identificação, reconhecimento e titulação das terras quilombolas, desprezando os institutos de terras que no âmbito estadual, sobretudo em SP, BA, PA, MS, GO, RJ e MA, tiveram proveitosas experiências, demonstrando que há mais eficiência na escala local. Além disso, a proposta também previa um novo julgamento em até 120 dias para as titulações de terras quilombolas feitas por outros órgãos como o INCRA.

Outro ponto criticado do projeto é a falta de articulação com outras entidades acerca da questão fundiária como o INCRA e o IBAMA que foram pioneiras no reconhecimento e titulação de muitos quilombos, inclusive *Campinho da Independência/RJ* estudado por Gusmão (1996). E também o fato de apenas a Fundação Cultural Palmares dar parecer conclusivo sobre “se a comunidade é ou não quilombola”, estabelecendo assim na concepção da carta uma tutoria sobre os quilombolas semelhante à que a FUNAI tem sobre os indígenas, de modo que seriam julgados unicamente pelos burocratas da Fundação Cultural Palmares.

Felizmente, toda essa luta política acabou no decreto nº 4887 de 2003, que em atendimento ao art. 68 da CF88, veio regulamentar os processos de

identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras de comunidades quilombolas. Quem ler o decreto nº. 4.887/03 vê claramente a função social que ele imprime à terra. Entretanto, mesmo sendo direito adquirido a bancada ruralista e partidos políticos aliados, notadamente o DEM (antigo PFL) almejam o cancelamento desse decreto em favor da absolutização da propriedade privada da terra. Não por acaso os movimentos negros não hesitaram em formar uma Frente Parlamentar mista pela Igualdade Racial em favor dos quilombolas para defesa desse direito adquirido e ameaçado, lançada ao final do seminário “*Os Direitos dos Quilombolas no Ordenamento Jurídico Brasileiro e Internacional e as Implicações Práticas do Decreto 4.887/2003 nas Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas*”, realizado em março de 2011.

Neste seminário, representantes de diversas instituições, entre elas a Fundação Cultural Palmares, os Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o de Promoção da Igualdade Racial realizaram um seminário para discutir as implicações práticas do referido decreto de 2003¹¹⁰ nas políticas públicas. Todavia, em meio às ameaças da retórica da bancada ruralista, um segundo painel se fez necessário para discutir o conteúdo da lei nº 4887/03 e deixar claro que se trata de um direito adquirido. Participaram dos debates nesse painel nomes como: Luís Inácio Adam (advogado-geral da União), André Augusto Amaral (consultor jurídico do Ministério do Desenvolvimento Agrário), o intelectual Alfredo de Almeida (coordenador do Núcleo de Cultura e Sociedades Amazônicas da Universidade Estadual do Amazonas) e Ronaldo dos Santos (coordenador-executivo da CONAQ).

O embate entre os direitos dos camponeses e a bancada ruralista é intenso no Congresso Nacional. Entre as forças contrárias ao cumprimento constitucional vale citar o projeto de lei do deputado Luiz Carlos Reinze (PP-RS) que sustou o decreto do presidente Lula de 20 de novembro de 2009. Trata-se de uma decreto, sem número, que visava a Desapropriação por Interesse Social de imóveis próximos a comunidade quilombola Rincão dos Martinianos no município de Restinga Seca/RS, em favor da ampliação da área dessa comunidade onde vivem 55 famílias numa área de apenas 96 hectares. Note-se que, mesmo que a posse seja coletiva a área desse quilombo é insuficiente para promover uma subsistência digna a todas as famílias, o que tem causado a migração de muitos moradores.

¹¹⁰ Decreto Federal nº4887/2003.

Contudo, o projeto do deputado Reinze considerou afrontoso o decreto do presidente, afirmando que este fere a legislação vigente sobre as terras quilombolas. Reinze alegou que “em lugar algum a CF88 autoriza ou prevê desapropriação de terras para assentamento de comunidades quilombolas”. A nosso ver, basta que se mude o título do decreto, suprimindo-se a finalidade especificada em favor de uma finalidade genérica (fins sociais), já que a CF88 prevê a desapropriação para Reforma Agrária.

Não obstante, cabe salientar que o deputado Reinze esqueceu-se do parágrafo segundo do artigo quinto da CF88, onde se prescreve: “*Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, e dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte*”. Sendo assim, novas leis serão legítimas se não contrariarem a Carta Constitucional. Nesse sentido, o decreto federal de 2009 não é inconstitucional à medida que não é nocivo ao Texto Magno.

Para melhor compreender a retórica do deputado Reinze (PP/RS), deve-se relevar o fato de que ele representa a direita política no Rio Grande do Sul (mais especificamente ele representa a bancada ruralista), estado que nos últimos anos criminalizou os movimentos de sem-terra também no âmbito jurídico, uma vez que aí os sem-terra já eram considerados por muitos como criminosos no âmbito político, mesmo sendo um estado tradicional da luta pela terra. Reinze alegou ainda que o decreto do Governo Federal feria o princípio do reconhecimento pela autodefinição de acordo com a lei 4887/2003 e a Convenção 169 da OIT, uma vez que os quilombolas nunca moraram na área a ser desapropriada e nem requisitaram as terras, não sendo portanto, terra quilombola. É outro argumento fácil de ser desmontado, já que o decreto Federal de 20 de novembro de 2009 prevê a desapropriação da área vizinha ao quilombo para suplementação das terras insuficientes da comunidade, não se tratando, portanto, de reconhecimento de terras, mas de desapropriação por Interesse Social, se adiantado os beneficiados, a saber, os quilombolas. Além do que, a área em questão é conhecida na região de Restinga Seca/RS como sendo terras de negros. E para usar o mesmo argumento do deputado do PP-RS, não há lei que impeça a desapropriação para fins de suplementação de terras quilombolas, há sim leis que mandam dar assistência aos moradores de quilombos.

Assim, fica claro que a retórica da bancada ruralista é pró-absolutização da

propriedade privada da terra. Fica a nota de repúdio ao projeto de lei do deputado Luiz Carlos Reinze e a todos os outros que se posicionaram contra o decreto federal de 2009, grupo formado pelo mote da elite brasileira dos senhores da terra.

Some-se às forças contrárias ao direito quilombola o projeto de lei nº 44/2007 do deputado federal Valdir Colatto com clara intenção de suspender o decreto federal nº 4887/2003 e, conseqüentemente, anular direitos adquiridos dos quilombolas. O projeto do deputado Colatto foi taxado de descabido e imprudente pelo parecer da Controladoria-geral da União, já que o decreto federal de 2003 é a declaração do reconhecimento de um direito e atribuição de um dever específico de atuação do Poder Público (SARMENTO, 2006).

Seguindo Sarmiento (2006), entendemos que o art.68 do ADCT, instituto introduzido na CF88, é suficiente para assegurar o direito de posse às comunidades quilombolas. Contudo, muitos proprietários, embasando-se no próprio Estatuto da Terra de 1964 e na CF88 (art. 5º, inciso XXIV, art.182, § 3º, e art.184, *caput*), afirmaram que as leis lhes garantem o direito de desapropriação com indenização prévia.

Como se sabe, na desapropriação, o proprietário privado só perde a titularidade (domínio) da terra após o pagamento da indenização. Tal conflito jurídico, que a nosso ver, deduz os direitos quilombolas conquistados, foi resolvido em primeira instância com o parecer SAJ nº 1.490/01, da Casa Civil da Presidência da República e, com o Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001. No entanto, os proprietários continuaram a alegar que tinham o direito à desapropriação, o que na prática significa o reconhecimento de seus domínios, logo, direito à indenização prévia por desapropriação, sem a qual, não poderia ser expedido o direito de posse do beneficiado, a saber, dos quilombolas.

Em virtude dos fatos mencionados, o movimento negro exigiu mais clareza no âmbito jurídico para que o direito quilombola não fosse ameaçado. Depreendeu-se daí a necessidade do decreto 4887/2003 para facilitar o trabalho do Poder Público no que concerne à regularização fundiária em terras quilombolas. Segundo, o Procurador Regional da República, Daniel Sarmiento, ao contrário do que o movimento negro esperava, o decreto federal de 2003 trouxe novamente uma perda aos direitos quilombolas, pois reafirmou a desapropriação como prevê o:

Art. 13. Incidindo nos territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros

fundamentos, será realizada a vistoria e avaliação do imóvel, objetivando a adoção dos atos necessários à sua desapropriação, quando couber.

Sobre isso, o procurador Regional da República fez a seguinte observação:

Neste contexto, evidencia-se a precariedade da situação dos quilombolas, pois até a desapropriação ou a imissão provisória do Estado na posse da área a que fazem jus, a sua permanência nos respectivos territórios étnicos permanece exposta ao risco grave e constante de investidas dos respectivos proprietários e de terceiros. E este risco é ainda maior, tendo em vista o fato de que grande parte das comunidades quilombolas está situada em áreas caracterizadas por intenso conflito fundiário (SARMENTO, 2006, p.3).

Ainda Sarmento, postula que para resolver essa situação de precariedade seria necessária emissão de um decreto complementar que esclareça o artigo 68 da ADCT. Segundo o autor uma:

*“solução preconizada consiste no reconhecimento de que o próprio texto constitucional operou a **afetação das terras ocupadas pelos quilombolas** a uma finalidade pública de máxima relevância, eis que relacionada a direitos fundamentais de uma minoria étnica vulnerável: **o seu uso, pelas próprias comunidades, de acordo com os seus costumes e tradições**, de forma a garantir a reprodução física, social, econômica e cultural dos grupos em questão.*

Assim, diante desta afetação constitucional, os proprietários particulares não podem reivindicar a posse da terra, ou buscar a sua proteção possessória contra os quilombolas antes da desapropriação ou da imissão provisória na posse pelo Poder Público. Diante da privação da posse da terra, gerada pela sua ocupação pela comunidade quilombola, o máximo que estes proprietários podem fazer é postular o recebimento de indenização do Poder Público, tal como ocorre na desapropriação indireta. Já os remanescentes de quilombos, ao inverso, podem se valer de todos os instrumentos processuais adequados à efetivação e à proteção do seu direito à posse do território étnico, mesmo antes da desapropriação, e até independentemente dela, contra o proprietário ou contra terceiros (SARMENTO, 2006, p.4).

Contudo, cabe atentar que o verdadeiro objetivo de alguns políticos de colocarem o decreto 4887/03 na inconstitucionalidade é revogá-lo e assim ganhar tempo na usurpação das terras quilombolas.

Se a desapropriação é inconstitucional em terras quilombolas, o que fazer? Em caso de inexistência do *domínio (título)* por parte dos particulares, não há o que se discutir, cabe a expropriação destes em favor dos quilombolas. Todavia, se os particulares tiverem o título de propriedade, eles devem ser amparados como manda a CF88, igualmente a posse quilombola. Com isso, o litígio deve ser analisado, assegurando-se aos quilombolas a posse das terras para uso, já que estas são a base de sua reprodução material e imaterial. Em outras palavras, os quilombolas têm o direito fundamental reconhecido, aguardando a titulação e os particulares

deverão aguardar a indenização caso tenham direito. Nesse caso, não se emite o processo de desapropriação, mas expropriação seguida ou não de indenização. Sobre isso, Sarmiento (2006, p.12) esclareceu à luz do princípio da proporcionalidade que o STF tem sido ponderável quando se colocam em litígios dois direitos fundamentais, no caso, de um lado, o direito de propriedade dos particulares cujos imóveis são ocupados por quilombolas e, do outro, o direito à terra das comunidades de remanescentes de quilombos. Não se pode ignorar nenhuma das partes contestantes. Segundo o autor nesses casos “exige-se a busca de solução proporcional, que imponha restrições recíprocas aos bens jurídicos em litígio, atenta à importância relativa que eles possuem no sistema de valores sobre o qual se assenta a ordem constitucional” (SARMENTO, 2006, p.12).

Julgamos ainda salientar a tentativa do antigo PFL (atual DEM) de tentar colocar o decreto federal nº 4.887 de 2003 na inconstitucionalidade a partir da ADI nº 3239 negada pela Procuradoria-Geral da República do Ministério Público Federal. Com base no art. 5 da CF88 o procurador-geral da República, Daniel Sarmiento (2008), concluiu que não há inconstitucionalidade no decreto nº 4.887/03 porque nossa Constituição não exclui outras leis provenientes dela para melhor garantir os direitos fundamentais dos cidadãos. O artigo quinto do Texto Magno preceitua:

§ 1º. As normas definidoras dos direitos e garantias individuais têm aplicabilidade imediata.

§ 2º. os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, e dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Conforme se observa no parágrafo primeiro do art. 5º, os direitos quilombolas são auto-aplicáveis, basta-se no caso da polêmica da desapropriação usar o instituto da afetação, “uma vez que não há finalidade mais importante, sob a perspectiva constitucional, do que a garantia de direitos fundamentais e da dignidade humana de um grupo vulnerável como os remanescentes de quilombos” (SARMENTO, 2006, p.12).

Note-se ainda que realmente o decreto 4887/03 entra em conflito com outras leis (9.649/98 e nº 1.911/99) já que estas incumbem exclusivamente o Ministério da Cultura por meio da Fundação Cultural Palmares o cumprimento do art. 68 da ADCT. No entanto, o decreto 4.887/03 não é inconstitucional porque a CF88 e seu art. 68 da ADCT nada dizem sobre quem é incumbido do cumprimento deste último. E não havendo seu cumprimento imediato como postula a Constituição cabe ao Estado

engendrar meios legais, inclusive por meio de *leis de sentido amplo*¹¹¹, a saber, Decretos e Medidas Provisórias.

Já quanto a inconstitucionalidade do decreto 4.887/03 no que tange à desapropriação, nota-se que realmente não pode haver a desapropriação em terras quilombolas. E isto está previsto na interpretação correta do art.68 da ADCT, quando preceitua seu objetivo com a palavra *reconhecimento*, ou seja, pede-se que se reconheça um direito que já existe, não cabendo desapropriação, pois esta significaria a transferência do direito. O que não pode haver em terras quilombolas. Contudo, não se prescreve a desapropriação em terras quilombolas no decreto 4.887/03, ele apenas preceitua a desapropriação quando as posses quilombolas estiverem em justaposição à propriedade privada titulada.

Em outras palavras, a justaposição e o conflito entre os dois direitos fundamentais são fatos, devendo-se ponderar o litígio e assegurar o direito de ambas as partes. O que se faz pelo reconhecimento da posse e pela expropriação imediata seguida de desapropriação (com indenização) se couber, conforme previsto no próprio art. 13 do decreto 4.887/03. Para melhor elucidar, transcrevemos os seguintes artigos:

art. 10º Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidirem em terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos, o INCRA e a Secretaria do Patrimônio da União tomarão as medidas cabíveis para a expedição do título.

art.11 Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, às áreas de segurança nacional, à faixa de fronteira e às terras indígenas, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado.

Art.12 Em sendo constatado que as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidem sobre terras de propriedade dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o INCRA encaminhará os autos para os entes responsáveis pela titulação.

Art.13 Incidindo nos territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, será realizada vistoria e avaliação do imóvel, objetivando a adoção dos atos necessários à sua **desapropriação**, quando couber. (Decreto nº 4.887/03, grifo nosso).

Note-se ainda que é o referido art.13 do decreto 4.887/03 que resolve a colisão de direitos e, não havendo nada prescrito sobre o litígio em outro compêndio,

¹¹¹ Segundo o site *UNIVERSO JURÍDICO*, além das leis de sentido amplo, há as leis formais, ou seja, provenientes do poder Legislativo (representante do povo). Ver a definição em www.uj.com.br.

o art.13 torna-se necessário a eficácia do cumprimento da Constituição Federal no que preceitua o art.68 de seu ADCT. Cabe salientar que nossa CF88 com base no art. 5º em seu inciso XXXVI prescreve - *a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada*; e no inciso LIV - *ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal*. Observa-se ainda que o princípio da legalidade¹¹², além de garantido no art. 5º, prescreve-se também no inciso IV do parágrafo quarto do art. 60 da CF88 onde se preceitua: *art.60 § 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: IV - os direitos e garantias individuais*. Princípio que serve inclusive como defesa ao direito de desapropriação da propriedade privada titulada com indenização. Portanto, percebe-se mais uma vez a necessidade do decreto 4.887/03.

Vale também sintetizar algumas conclusões de Sarmiento (2008, p.38-40) acerca da acusação da ADI 3239 do PFL quanto a inconstitucionalidade do decreto federal nº 4887/03:

1) a ADI 3239 não deve ser conhecida, na esteira da jurisprudência do STF por dois motivos: a declaração de inconstitucionalidade foi refutada; a anulação do Decreto 4.887/03 conduziria à repristinação¹¹³ do Decreto 3.912/01 que tem a mesma suposta inconstitucionalidade;

2) O art. 68 do ADCT instituiu mais um direito fundamental, ordenando a a garantia dos remanescentes de quilombo de viverem de acordo com suas tradições e *modus vivendi*. “Como norma de direito fundamental, tal dispositivo é dotado de aplicabilidade imediata, que não pode ser frustrada pela inércia do legislador na

¹¹² O princípio da legalidade vem consagrado no inciso II do artigo 5º da Constituição Federal, dispondo *que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei*, de modo a impedir que toda e qualquer divergência ou conflitos se resolvam pelo primado da força, mas, sim, pelo império da lei. “Lei é a expressão do direito, emanada sob a forma escrita, de autoridade competente surgida após tramitar por processos previamente traçados pelo Direito, prescrevendo condutas estabelecidas como justas e desejadas, dotada ainda de sanção jurídica da imperatividade”. Daí depreende-se a ideia de que a lei possui dois sentidos, um em sentido amplo e outro em sentido formal. Em nosso país, apenas a lei, em seu sentido formal, é apta a inovar na ordem jurídica. Logo, não é possível pensar em direitos e deveres subjetivos sem que, contudo, seja estipulado por lei. **Reverencia-se, assim, a autonomia da vontade individual, cuja atuação somente poderá ceder ante os limites pré-estabelecidos pela lei. Neste obstante, tudo aquilo que não está proibido por lei é juridicamente permitido.** O império e a submissão ao princípio da legalidade conduzem a uma situação de segurança jurídica, em virtude da aplicação precisa e exata da lei preestabelecida (...) Não há como se olvidar que o princípio da legalidade é uma garantia de todos nós, cidadãos, pois **qualquer ato do Estado somente terá validade se respaldado em lei. O Representa um limite para a atuação do Estado**, visando à proteção do administrado em relação ao abuso de poder”. Ver em www.uj.com.br.

¹¹³ O decreto de 2001 foi revogado pelo decreto de 2003, assim, a anulação deste traria aquele de volta.

edição de lei regulamentadora”.

3) O Decreto 4.887/03 não consubstancia regulamento autônomo, já que é respaldado na Lei 9.784/99 e na Convenção 169 da OIT (em vigor no Brasil por regulamento interno).

4) Com base na força normativa da Constituição e na auto-aplicabilidade do art. 68 cabe ao Poder Público atuar concretamente para assegurar aos quilombolas “o direito que lhes foi garantido pelo Texto Magno, independentemente da edição de qualquer lei. Para fazê-lo, tem o poder de editar norma disciplinando o procedimento e explicitando os conceitos necessários ao cumprimento constitucional.

5) **“O próprio constituinte já operou a transferência da propriedade dos antigos titulares das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombo para estes, cabendo ao Estado tão-somente adotar as providências para efetivação no mundo real desta mudança de titularidade.** Contudo, cabe o pagamento de indenização por ato lícito aos antigos proprietários, como medida eqüitativa, pautada pelo princípio da proporcionalidade, que confere alguma tutela ao direito de propriedade destas pessoas, e reparte entre toda a sociedade o ônus de se fazer a necessária justiça aos quilombolas” (Grifo nosso).

6) Depreende-se daí a necessidade do art. 13 do Decreto 4.887/03, que consagra a necessidade de desapropriação das terras ocupadas pelos quilombolas. Através da interpretação conforme à Constituição, deve ser estabelecido que a transferência da propriedade às comunidades quilombolas precede à “desapropriação”, o que permitirá às comunidades que exercitem seus direitos inerentes ao domínio mesmo diante da demora do INCRA na propositura da ação expropriatória.

7) “É constitucional o critério da autodefinição dos remanescentes de quilombo, previsto no Decreto 4.887/03, pois em questões atinentes à identidade étnica, é essencial levar em consideração a consciência da identidade do próprio grupo. Este critério é imposto pela Convenção 169 da OIT, em vigor no Brasil”.

Com base nessa retórica, Sarmiento (2008) refutou a IDI 3.239 defendendo a constitucionalidade do decreto nº4.887/03 já que sua finalidade é o cumprimento do art. 68 do ADCT – permitir que as comunidades quilombolas continuem existindo e vivendo de acordo com seus costumes e tradições – conforme ordena o artigo 216 e a Convenção 169 da OIT.

As partes grifadas na conclusão de Sarmiento (2008) vão ao encontro do que

preconizamos mais acima sobre a constitucionalidade, necessidade e legalidade do decreto nº 4887/03 para efetivação do art. 68 da ADCT. É dele que se depreendem quais as atitudes a serem tomadas quando houver justaposição de bens jurídicos (art.10, 11, 12 e 13) além de ser um mecanismo jurídico essencial para o cumprimento do art. 68 da ADCT.

Até mesmo porque é muito comum a sobreposição de territórios quilombolas às propriedades privadas em terras usurpadas ou contíguas a posse tribal, desconsiderando-se que seu modo de vida abrange áreas contíguas, essenciais para retirada de recursos complementares a sua subsistência, sendo sustentáculo da reprodução física e cultural dos quilombolas.

Para muitos políticos e juristas, os decretos que prescrevem a desapropriação dessas áreas sob domínio particular em terras de quilombos seriam inconstitucionais porque não se podendo indenizar o que já foi prescrito como direito de propriedade dos quilombolas. Seguindo Sarmiento (2008), não compartilhamos dessa proferida inconstitucionalidade, uma vez que, o artigo 68 da ADCT do Texto Magno prescreve o reconhecimento do direito quilombola sem nada dizer acerca da colisão de direitos.

No caso, os decretos promulgados vieram para regularizar e agilizar o cumprimento da CF88 no que concerne ao reconhecimento da posse quilombola, evitando-se a vacância de leis sobre o assunto. Não estamos aqui defendendo que os particulares em terras de quilombos sejam indenizados, pois seria improbidade administrativa. Isso porque no momento em que o art. 68 reconheceu a posse quilombola não se pode indenizar o particular por que ele não é o dono. Além de improbidade, concordar com a indenização consubstanciaria convivência com a usurpação e a grilagem de terras.

Entretanto os decretos acusados de inconstitucionais, tais como o nº4887/03, preceituaram a desapropriação (com intrínseca indenização) por necessidade, pois há casos em que o particular não agiu de má fé, não usurpou nem grilou terras, ao contrário, recebeu o domínio do próprio Estado mediante a compra de acordo com a lógica do direito positivo. Desse modo, inconstitucional seria nega-lhe o direito de propriedade privada e a indenização em caso de desapropriação.

Cabe salientar ainda que com uma leitura atenta do art. 13 do decreto nº 4.887/03 percebe-se que não se ordena em primeira instância a indenização, cabendo ao poder público investigar se o direito do particular foi ou não adquirido

legalmente. Em caso de grilagem ou usurpação, inclusive concessões e compras duvidosas cabe ao Estado negar a indenização. E para que o processo de reconhecimento e efetivação do direito quilombola prescrito pelo art. 68 da Constituição não seja prejudicado, cabe ao poder público expropriar o particular, que aguardará um parecer sobre seu pedido de indenização. Em síntese, reconhecida a posse por auto-identificação em RTCs, emite-se o reconhecimento do direito de propriedade quilombola e, havendo litígio com algum particular, resta a esse aguardar para saber será indenizado ou não. Isso é claro no decreto de 2003.

Por fim, coube-nos analisar a legislação acerca da luta quilombola pela terra, inclusive as leis e projetos de leis provenientes de *forças contrárias* ao comprimento constitucional¹¹⁴.

¹¹⁴ Pode-se conferir uma condensação e síntese dessas leis na tabela no apêndice da dissertação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o capitalismo além de subordinar a renda da terra camponesa, expropria os camponeses sem necessariamente proletarizá-los. Dessa forma, os sujeitos do campo não têm outra alternativa senão resistir e lutar pela terra.

Mesmo diante do desenvolvimento das forças produtivas, há pobreza no meio rural, mas sem dúvida, a miséria do campo é maior nos países onde há uma forte concentração fundiária. Essa má distribuição da terra deve-se ao fato de alguns ostentarem o direito de propriedade privada absoluta respaldado na existência de um título enquanto aqueles que realmente têm a posse da terra efetivada pelo trabalho são obrigados a se divorciarem de seus meios de produção essenciais, a saber, a terra, por não possuírem o domínio (título).

Isso porque vivemos sob um regime jurídico cuja concepção de propriedade se embasa no direito positivo. Este respalda aqueles que obtiveram um título que lhes garante usar a propriedade de forma plena sem se importar que ela cumpra uma função social. Dessa forma, o direito absoluto de propriedade privada da terra garante a poucos a concentração fundiária em detrimento da grande maioria dos sujeitos do campo. Sob estas circunstâncias alguns camponeses já estão divorciados de seus essenciais meios de produção, ou seja, foram expropriados da terra.

No entanto, mediante o desenvolvimento das forças produtivas que emprega pouca força de trabalho no campo e inclui o proletário de forma degradante nas cidades, observa-se que, com o desenvolvimento geral do capitalismo, cada vez mais, o sistema expropria para não proletarizar. Somente diante da falta de oportunidades na condição de proletários e da vontade de continuarem camponeses é que se pode entender porque eclodiu nas últimas décadas o movimento dos sem-terra de norte a sul do país.

De sorte que, somente estudando o desenvolvimento capitalista, suas formas de produção e reprodução do capital, sua concepção de propriedade e contrapondo ao modo de produzir camponês (modo de vida camponês) é que se entende porque os posseiros resistem à expropriação mesmo sem o título de propriedade exigido pela lógica do direito positivo. Dito de outro modo, os camponeses, sem-terra ou posseiro, lutam pelo direito à terra de trabalho para ao lado daqueles que já têm uma

pequena propriedade assegurada proclamarem seu modo de vida e de concepção de propriedade privada, a saber, aquela efetivada pelo trabalho familiar sem impedir a propriedade privada como direito fundamental de todos.

Ao analisar as implicações do *direito absoluto* (e da *mercantilização da terra*) para o atual padrão de produção do espaço agrário nacional, dando ênfase ao incremento do preço da terra como negócio rentável no campo, sobretudo no bojo da insuficiente reforma agrária em curso há muitos anos e da expansão do agronegócio, postulamos que o avanço deste faz-se pautado na absolutização da propriedade privada da terra, fazendo parecer que o campo brasileiro incorpora, cada vez mais, as relações de produção tipicamente capitalistas junto ao aumento da composição orgânica do capital. De fato, a terra aparece, agora, diferente de outros momentos históricos, como negócio lucrativo, no qual se pode extrair lucros e renda fundiária em quantia cada vez maior. No entanto, isso não significa aumento da força de trabalho assalariada que cresceu concomitantemente à reprodução do campesinato até a década de 1990, mas estabilizou conforme se observa no censo agropecuário de 2006. Em outras palavras, os latifundiários, com base no agronegócio, se apropriaram de milhões de hectares de terras no último decênio analisado pelo IBGE (1996-2006), mas não houve significativo aumento da força-de-trabalho assalariada, mas sim reprodução do campesinato.

Atualmente, o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre a partir do favorecimento da instância jurídica que preserva o *direito absoluto de propriedade privada da terra* associando a este uma nova concepção de Reforma Agrária que se pretende dominante, a saber, a tendência que privilegia a reprodução ampliada do capital pautada no agronegócio em detrimento dos assentamentos de sem-terra. O que a nosso ver, não altera os históricos “pilares” da estrutura agrária brasileira, sobretudo porque os poucos assentamentos realizados pelos governos não respondem à demanda crescente de sem-terra em todo o país. Isso sem falar na falta de assistência aos camponeses com terra, condenando-os a um relativo isolamento, chegando a alguns casos, a abandonar a economia de excedente como bem notou Martins (2003).

Diante disso, também se faz necessário discutir o embate entre a *função social da terra* e o *direito absoluto de propriedade privada da terra (direito positivo)*. Este representante da propriedade capitalista da terra e aquela do direito de posse, tribal e comunitário. Assim, temos, de um lado, o *direito positivo* como base e égide

do latifúndio que concebe a terra como negócio – por isso, chamada de *terra de exploração* ou *terra de negócio*. E de outro, a *função social* como base para a *terra de trabalho*. Vale ressaltar que a terra de trabalho pode ser adquirida com base no direito positivo (caso dos pequenos proprietários que compram a terra e têm o título de propriedade) ou no direito de posse (caso dos camponeses posseiros, caiçaras e quilombolas). Note-se que, o direito de posse é, na verdade, uma parte do direito positivo que é negada pelos latifundiários, sobretudo no caso dos quilombolas.

Com base no que foi dito, acreditamos que uma Reforma Agrária eficaz, embora utópica e praticamente inviável em termos de possibilidades históricas, pressupõe a anulação da Lei de Terras e a quebra do *direito absoluto* das grandes propriedades sem indenização pela terra nua – nos casos de apossamento de terras públicas ou concessões e vendas perfídias por parte do Estado¹¹⁵. A negação do ressarcimento pelas desapropriações é algo inaceitável pela oligarquia agrária, sobretudo pela força que seu *lobby* tem no Congresso. Mesmo assim, cremos que, indenizar as classes rurais mais abastadas é injusto para com toda a sociedade, pois o latifúndio que mantêm foi estabelecido por meios de ‘grilos’.

Uma reforma agrária nestes moldes seria uma reforma socialista no momento em que reforma radicalmente o sistema fundiário, dando a possibilidade ao trabalhador camponês de manter seus meios de produção com os quais ele se reencontra com seu trabalho e modo de vida. Aliás, a posse dos meios de produção pelo camponês significa muito mais que a impossibilidade de sua proletarização, uma vez que essa traz intrínseco o “desencontro entre o homem e o humano”, ou seja, é a partir dela que o capital explora, desocupa e descarta o trabalhador, depreciando assim o trabalho e a consciência do trabalho. Nas palavras de Martins (2004b, p.162), “o capital (...) mais do que empobrecer o trabalhador, empobrece a concepção de trabalho”.

Essa forma de Reforma Agrária utópica e socialista reconhece os camponeses como sujeitos históricos, valorizando a experiência de vida desses trabalhadores do campo. É uma reforma que se contrapõe à *terra de negócio*, portanto, ao capitalismo rentista e concentracionista. Trata-se de uma luta que elimine o rentismo parasitário, combatendo o capital que no Brasil tornou-se

¹¹⁵ Silva (1996) mostrou que após instituição da lei de Terras de 1850, sobretudo com a passagem da regularização territorial da instância União para os estados, houve muita apropriação indevida de terra corroborando em enormes latifúndios com concessão dos estados.

proprietário de terra e incluiu, na sua reprodução ampliada, a irracionalidade da renda fundiária. Só assim, colocar-se-ia um fim na expropriação dos camponeses¹¹⁶ e por-se-ia um fim ao caráter cíclico da questão agrária, resolvendo os problemas sociais imediatos dos pobres do campo: a necessidade urgente da *terra de trabalho*.

Recorrendo à discussão do segundo capítulo, entendemos que mesmo antes da absolutização da propriedade privada da terra já havia o *domínio* territorial para o estabelecimento da sujeição do trabalho, como ocorria no Feudalismo. No entanto, se a abolição da escravidão no Brasil não fosse seguida pela Lei de Terras de 1850, legitimando a *mercantilização da terra* com preços elevados, como mostrou Lígia Silva em sua tese (1996), a força-de-trabalho não mais poderia ser subjugada no Brasil por meio do monopólio da terra. Até mesmo porque não haveria um monopólio da terra na dimensão que temos hoje, pois estava em curso a disseminação do regime de posse nas três últimas décadas que precederam a Lei nº 601 de 1850¹¹⁷.

Desde os tempos de Brasil Colônia, o direito à propriedade da terra é restrito a poucos, coexistindo formas alternativas de propriedade. No sesmarialismo, o proprietário só tinha a posse útil da terra, comprometendo-se a cumprir determinadas prescrições, a saber, imprimir uma função econômica à terra. Esclarecendo de outro modo, o sesmeiro não tinha o direito absoluto de propriedade privada já que se não cultivasse suas terras, o Estado as reverteria em terras devolutas, recolhendo o título sesmarial. Note-se que, esse regime de apropriação territorial era restrito a poucos, os chamados homens bons – cristãos brancos e abastados o suficiente para começar a exploração da terra, auferindo lucros para si e para a Coroa portuguesa. Negava-se, portanto, o direito de propriedade àqueles que não preenchiam esses pré-requisitos. Em contrapartida, desde então, já havia a subversão do direito de propriedade dominante, disseminando-se assim o

¹¹⁶ Vale atentar que antes da absolutização da propriedade privada da terra também havia expropriação de camponeses no regime de servidão no Feudalismo europeu, todavia a lógica agora é outra. O impedimento da expropriação com o fim da mercantilização da terra e do direito absoluto dependeria de um Estado a favor dos pobres do campo. De nada adiantaria anular a Lei de Terras de 1850 e deixar o Estado ser cooptado pelos interesses capitalistas, uma vez que o agronegócio seria o grande beneficiário da doação de terras e das políticas agrícolas. A questão agrária ganharia novos contornos, mas pelo menos teríamos o fim do latifúndio. São discussões que devem preceder a formulação de um novo regime fundiário no Brasil, o que não constitui nosso objetivo de pesquisa.

¹¹⁷ Reconhecemos a necessidade de uma regularização fundiária, no bojo da expansão cafeeira, sobretudo na província paulista, para evitar o conflito entre os pequenos posseiros e os grandes fazendeiros. Todavia, o problema da Lei de Terras de 1850 não está na regularização fundiária, mas na forma como foi concebida – a serviço dos fazendeiros. E, ainda hoje, continua a serviço dos grandes proprietários de terras.

famigerado regime de posseção em que a Coroa portuguesa não conseguisse efetivar sua jurisdição. Dessa forma, o avanço dos posseiros sobre as terras contíguas e mais longínquas da Colônia conformavam as primeiras frentes pioneiras do território brasileiro. Já havia uma concentração fundiária, sobretudo das terras com melhor acesso e mais próximas dos incipientes mercados, escoadouros de produção e seus portos.

Contudo, é com a proclamação da Constituição de 1824 e da Lei nº 601 de 1850 (Lei de Terras) que a propriedade privada moderna é instituída no Brasil, impedindo de forma mais sistematizada o acesso democrático à terra e, conseqüentemente, corroborando para alavancar a concentração fundiária. Juntos, esses conjuntos de leis preceituaram que a propriedade privada era um direito fundamental. Exemplificando melhor, o Texto Magno de 1824 e a Lei de Terras de 1850 prescreveram e proclamaram a propriedade plena, garantindo direito absoluto àqueles que a adquiriram por herança ou compra. Além disso, a Lei Terras também garantia o direito de propriedade àqueles que apresentassem título de sesmaria – transformando-os em título de propriedade privada absoluta.

Ao passo que a propriedade plena proclamada na Carta Magna constituía-se em pressuposto para o nascente Estado brasileiro, a Lei nº 601 de 1850, ao preceituar a mercantilização da terra, buscou salvaguardar os interesses da elite econômica diante das exigências externas ao Império brasileiro, a saber, o desenvolvimento do capitalismo industrial que pressupunha a força-de-trabalho livre. Tratava-se da necessidade dos capitalistas ingleses em ampliar o mercado consumidor a partir do fim do cativeiro do negro em favor da relação tipicamente capitalista de produção – o assalariamento. Dito de outro modo, a aprovação da Lei de Terras de 1850 foi uma necessidade de reparar os eminentes prejuízos provenientes da carência de força-de-trabalho gerada pela Abolição do tráfico Negreiro em 1850 – em atendimento aos capitalistas ingleses que proclamaram a acumulação primitiva como barreira ao pleno desenvolvimento do capitalismo.

É nesse contexto que devemos buscar o germe da questão fundiária nacional. Conforme assinalou Martins (1997a), nossa questão agrária é, na verdade, o resultado da questão do trabalho, ou melhor, passagem do trabalho cativo para o livre. Isso porque a Lei de Terras de 1850 proibiu o livre acesso à terra para que os imigrantes (que aqui chegassem) suprissem a demanda de força-de-trabalho necessária à expansão das fazendas, notadamente cafeeiras.

A Lei nº 601 de 1850 que visou cativar a terra para subjugar a força de trabalho, hoje favorece a expansão e manutenção do latifúndio no Brasil. Da forma que é interpretada esse compêndio de leis acerca da regularização fundiária constitui um empecilho para a Reforma Agrária, tornando-a lenta e cíclica, fazendo-a parecer inviável economicamente. O direito absoluto de propriedade privada da terra que emana dessa lei formulada sob o positivismo se choca com a função social fundiária instituída principalmente pelo Estatuto da Terra de 1964 (Lei nº 4.504) e pela Constituição Federal de 1988. Há, portanto, o descumprimento do Texto Magno e da lei nº 4.504 de 1964, sobretudo no caput de seu artigo segundo: *É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.*

O direito costumeiro disseminado no Brasil desde os tempos de colônia ainda é expressivo e junto à tática de ocupação dos movimentos de sem-terra constituem o embate com o direito positivo. Este amparado na lei de 1850 e a posse amparada na função social da terra e na defesa do patrimônio histórico-cultural. Nossas pesquisas empíricas mostraram que as comunidades quilombolas da Poça e da Peropava têm almejado, aparentemente de forma contraditória, o título de propriedade. Esta aparente contradição se desfaz quando indagamos aos quilombolas o porquê desse anseio pela regularização individual com base no direito positivo. Na verdade, eles almejam o título de propriedade para que não sejam mais expropriados pelo latifúndio como tem sido comum em todo o país. A contradição também se esvanece quando os camponeses de todo o país, inclusive os quilombolas do Ribeira, concebem a terra como terra de trabalho. Uma terra “que fica para os netos”, uma terra que tem importância, mas “não tem preço, não se vende”. Em outras palavras, não são os camponeses que exigem o título de propriedade, mas sim o direito positivo ao não reconhecer o direito de posse constituído sob o regime costumeiro de apropriação.

Por isso, nossa utópica concepção de reforma agrária, anulando a Lei de Terras de 1850, repudia o capitalismo em duas formas de apropriação da mais-valia (renda territorial e lucro). Atacaria a apropriação da renda territorial, ao evitar o processo de valorização das terras e hostilizaria o lucro, no momento em que o fim da terra-mercadoria facilitaria o acesso à terra por parte dos camponeses. Assim, a anulação do *direito absoluto de propriedade privada da terra* significa uma boa possibilidade de reduzir expressivamente o processo de expropriação e também as

relações de escravidão por dívida. Com a anulação da lei nº 601, a renda da terra novamente colocar-se-ia como contradição entre a terra e o capital, pois, esse precisaria pagar um tributo ao Estado – que teria o monopólio da terra. O capitalista precisa pagar uma renda para se apropriar da terra, assim como precisa pagar um salário para se apropriar da força de trabalho. Isso quer dizer que, tanto o capitalista, como o trabalhador, precisam pagar uma renda ao proprietário de terra para que possam produzir. Como os camponeses-proprietários são donos de suas terras, eles estão libertos desse tributo. O mesmo ocorre com o capitalista quando se torna proprietário de terras, ele apropria-se da renda da terra (pois, ao comprar a terra, o capitalista imobiliza parte do seu capital como renda capitalizada) e dos lucros. Quando um proprietário de terra grila as terras devolutas, ele burla o pagamento da renda da terra ao Estado. Isso ocorre também quando ele recebe concessões por parte dos governos ou realiza compras ilícitas – como ocorre, sobretudo, no centro-oeste, onde os políticos são provenientes da oligarquia rural ou pessoas a ela relacionadas. Com base nisso, afirmamos ao longo do trabalho que a apropriação capitalista da renda da terra é um vício de nossa estrutura. Vale atentar que a renda territorial é um tributo que toda a sociedade paga a classe dos proprietários de terra quando alguém produz nela. Isso sem falar que, mesmo sem produzir alimentos e matérias-primas, os donos de terras recebem a renda territorial – um mecanismo irracional¹¹⁸.

Cabe salientar também que com a invalidação dos institutos da Lei de Terras não se esgotariam as possibilidades da territorialização do capital para extração de lucros, mas colocar-se-ia uma barreira a essa territorialização. Isso porque o capitalista teria de pagar a renda da terra ao Estado, o que seria uma dedução na sua mais-valia, aumentando os custos de produção.

É bem provável que a simples retomada do senhorio das terras por parte do Estado não baste para acabar com o fim da expropriação camponesa, uma vez que o Estado sempre esteve cooptado e a serviço das classes dominantes. Dessa forma, mais uma vez, correríamos o risco de colocar a terra a serviço do capital, passando, assim, o domínio da terra ao latifúndio que se tranveste de empresa rural. Diante disso, é preciso que a terra no campo passe a ter um único significado: *terra de*

¹¹⁸ Sobre a sujeição da renda da terra ao capital, ver Martins (1981, p.151-177). Ainda sobre a renda da terra, ver Docs de Oliveira: doc. 20, “O preço da terra”; doc. 21, “renda da terra”; doc. 18, “Renda da terra absoluta”, “renda da terra de monopólio” e “renda da terra pré-capitalista”.

trabalho, o que inviabilizaria a doação de terras públicas aos capitalistas. Para tanto, bastaria observar o que realmente prescreve a lei ou até mesmo acrescentar novos decretos que enfatizem a função social da terra, como já ocorre em muitos países desenvolvidos e vizinhos. Deste modo, os recursos que hoje são destinados à compra de terras ou às indenizações ficariam disponíveis para alavancar a produção nos estabelecimentos rurais familiares. Ainda mais quando se sabe por meio dos estudos de Oliveira (1995), que a produtividade por hectare¹¹⁹ é muito mais elevada nas pequenas propriedades, mesmo sem receber financiamentos¹²⁰ e com pouco acesso à modernização técnica¹²¹.

A luta dos sem-terra tem sido a luta que mantém a mercantilização da terra, e atinge apenas em parte o *direito absoluto*. É por isso que a realização de uma reforma agrária pressupõe o conhecimento da questão agrária para a qual ela é uma resposta. A questão agrária não se resolve com a simples desapropriação de terras. É preciso eliminar o direito absoluto de propriedade que permite a reconcentração e também a renda da terra realizada na venda do título de propriedade já que a terra é equivalente de capital. Uma rápida análise acerca da reforma agrária distributivista observa-se que esta forma mantém dois vícios de nossa estrutura agrária: a renda fundiária nas mãos do capitalista-proprietário e a descompassada concentração de terras. Tal fato deriva da interpretação de que a propriedade privada é absoluta, que inviabiliza o processo de assentamento camponês no país devido aos altos custos desapropriações de terras e à quase completa intocabilidade do latifúndio.

A compreensão da produção do capital nos ajudou a entender que uma reforma agrária, mesmo anulando o *direito absoluto* e a *mercantilização da terra*, não acaba com o capitalismo no campo. De qualquer forma, acreditamos que a concepção de reforma agrária, apresentada acima, seria um projeto socialista de reforma agrária, porque “o socialismo é uma prática que se concretiza independentemente da existência de um Estado socialista” (MARTINS, 2004b,

¹¹⁹ Em 1985, os estabelecimentos com menos de 10 hectares produziam Cz\$2332, por hectare, muito acima da média geral que era de Cz\$522,87. Já as propriedades com mais de 1.000 a 10.000 produziram apenas Cz\$257,78 e, as com mais de 10.000 hectares produziam apenas Cz\$87,13. (OLIVEIRA, 1995, p. 509)

¹²⁰ Em 1985, 72% do total de financiamentos do governo foram destinados às propriedades com mais de 1000 hectares de terras (representando só 1,5% dos imóveis) e apenas 3% aos estabelecimentos com menos de 10 hectares. Apenas 24,5% de imóveis rurais com menos de 10 hectares conseguiram financiamento ficando com 27,1% do total (OLIVEIRA, 1995, p.474).

¹²¹ Sobre a insuficiente modernização técnica e o incipiente financiamento da agricultura camponesa, ver Oliveira (1995).

p.158). Seguindo Martins, acreditamos que “o socialismo é uma prática que se abre sobre o possível; é uma busca e uma construção, não é um sistema” (MARTINS, p.160).

A partir da leitura das leis acerca da regularização territorial, formulamos e desenvolvemos a seguinte hipótese: o direito absoluto de propriedade privada da terra não tem substância jurídica a não ser na interpretação dos defensores do latifúndio. Isso não quer dizer que na prática não haja direito absoluto, contudo, ele não passa de uma farsa para manutenção do poder dos senhores de terra que o invocam para preservar a grande propriedade, sendo o desvendamento dessa farsa a chave para acelerar a Reforma Agrária e descriminalizar o movimento sem-terra. Não por acaso, os integrantes dos movimentos de sem-terra repudiam a palavra *invasão*, usando em seu lugar *ocupação*. Isso porque a palavra *invasão* mais que estigmatizar o movimento pela terra, criminaliza-o, quando, na verdade, são eles quem têm o legítimo direito à terra. No entanto, o que ocorre e é difundido pela mídia, tornando-se verdade absoluta, é que o infrator da lei – o latifundiário – tem direito absoluto, sendo o sem-terra, um transgressor da lei. Isso sem falar que, em algumas unidades da federação, o movimento de sem-terra é criminalizado pelo governo estadual por meio de decretos ou mesmo pela prática cuja expressão é ação das PMs em acampamentos de sem-terra.

Cabe salientar que o Estado para preservar sua legitimidade é composto de forças repressivas e ideológicas. Entre estas está a mídia que busca por seu discurso legitimar a força de repressão da Polícia e do Governo contra aqueles que se apropriarem da terra sob outro regime que não seja o da propriedade privada consagrada na Lei de Terras. Ademais, nossa crítica não recai sobre a propriedade privada consagrada como um direito fundamental de acordo com o art. 5º, inciso XXII da CF88, mas sobre a propriedade privada absolutizada que nega a função social preconizada no Estatuto da Terra de 1964. Vale atentar desde já que os pequenos estabelecimentos rurais se pautam no direito de propriedade privada sem ferir a função social no momento em que não deixam a terra deteriorar nem acumulam terras que não possam cultivar. Já a propriedade privada absoluta significa aquela que não observa o princípio da corrupção (produtividade), e tal direito não se prescreve em nossas leis, não passando de um discurso inventado e prescrito apenas nas primeiras constituições do Brasil Imperial. Não há leis que garantam a propriedade plena, nem mesmo a famigerada Lei de Terras de 1850.

Dessa forma, a propriedade privada absoluta não passa de uma farsa.

Para melhor esclarecer nossa hipótese acima, vamos transcrever alguns artigos do Estatuto da Terra – Lei nº 4504 de 1964, em que é clara a defesa da função social da terra em detrimento do latifúndio. O caput do artigo 11, por exemplo, reconhece e legitima a posse, estando seu segundo parágrafo a serviço da erradicação do latifúndio.

Art. 11. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária fica investido de poderes de representação da União, para promover a discriminação das terras devolutas federais, restabelecida a instância administrativa disciplinada pelo Decreto-Lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946, e com autoridade para reconhecer as posses legítimas manifestadas através de cultura efetiva e morada habitual, bem como para incorporar ao patrimônio público as terras devolutas federais ilegalmente ocupadas e as que se encontrarem desocupadas.

§ 2º Tanto quanto possível, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária imprimirá ao instituto das terras devolutas orientação tendente a harmonizar as peculiaridades regionais com os altos interesses do desbravamento através da colonização racional visando a erradicar os males do minifúndio e do latifúndio (Lei nº 4504 de 1964).

Esse objetivo é também reforçado no Art. 13: “*O Poder Público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social*”. E no Art. 16: “*A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio*”. Relativiza pelo menos em lei o direito absoluto, ao colocar limitações à propriedade privada da terra.

Contudo, só em 1997, com a lei estadual nº 9.757, que dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, em atendimento ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF88, é que a situação dos quilombolas começa a mudar. Cabe aqui reproduzir seu artigo segundo: “*O título de legitimação de posse será expedido, sem ônus de qualquer espécie, a cada associação legalmente constituída, que represente a coletividade dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade*”.

Ainda o Estatuto da Terra de 1964 relativiza pelo menos em lei o direito absoluto, ao colocar limitações à propriedade privada da terra. Um bom exemplo disso é o Art. 12: “*À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição*”.

Federal e caracterizado nesta Lei”. Nota-se que aqui a lei restringe o direito absoluto, portanto, o que há é pura propriedade privada da terra a qual só é legitimada se cumprir a função social. Aqui nem entraremos em questão se a produção agropecuária do agronegócio, a saber, a produção de commodities cumpre ou não essa função. Até mesmo porque nossa legislação ainda deixa a desejar na definição do que é função social. Portanto, desde já, clamamos para que essa pendência seja sanada de modo a evitar brechas na lei em favor do latifúndio.

O próprio Estatuto da Terra (Lei nº 4504 de 1964) tem contradições no que se refere ao objetivo da Reforma Agrária e à concepção de Reforma Agrária, dando margem para que o governo incentive ao agronegócio. Um bom exemplo é o parágrafo terceiro do artigo 19¹²² que protege a empresa rural da desapropriação de terra. Aqui o problema recai não na empresa rural em si, mas no fato de que o latifúndio se traveste de empresa rural para se preservar e se proteger.

Dito isso, a Questão Agrária e sua exigida Reforma devem ser repensadas a partir de uma análise conjunta da Lei de Terras de 1850 (que instituiu o direito absoluto de propriedade privada da terra), o Estatuto da Terra e outras leis acerca da propriedade da terra, além é claro do desenvolvimento do capitalismo. Foi a partir da leitura prévia desse conjunto de leis que buscamos desenvolver a seguinte hipótese: o direito absoluto de propriedade privada da terra não tem substância jurídica a não ser na interpretação dos defensores do latifúndio. Isso quer dizer que não há direito absoluto, ele não passa de uma farsa para manutenção do poder dos senhores de terra que o invocam para preservar o latifúndio. E o desvendamento dessa farsa é a chave para acelerar a Reforma Agrária e descriminalizar o movimento sem-terra. Vale atentar que além da violência física, os sem-terra sofrem a violência simbólica praticada pela imprensa que omite informações, ao mesmo tempo em que veicula outras falsas, sobretudo, quanto às noções de direito agrário, de progresso, de modelo de exploração da terra, posicionando-se a favor do agronegócio. Não é sem

¹²²

Art. 19. A desapropriação far-se-á na forma prevista na Constituição Federal, obedecidas as normas constantes da presente Lei.

§ 3º Salvo por motivo de necessidade ou utilidade pública, estão isentos da desapropriação:

a) os imóveis rurais que, em cada zona, não excederem de três vezes o módulo de produto de propriedade, fixado nos termos do artigo 4º, inciso III;

b) os imóveis que satisfizerem os requisitos pertinentes à empresa rural, enunciados no artigo 4º, inciso VI;

c) os imóveis que, embora não classificados como empresas rurais, situados fora da área prioritária de Reforma Agrária, tiverem aprovados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e em execução projetos que em prazo determinado, os elevem àquela categoria.

motivos que os movimentos de sem-terra repudiam a palavra *invasão*, usando em seu lugar *ocupação*. A palavra *invasão* mais que estigmatizar o movimento, criminaliza-o, quando, na verdade, são eles que têm o legítimo direito à terra. Mas o que ocorre e é difundido pela mídia, tornando-se verdade absoluta, é que o infrator da lei – o latifundiário – tem direito absoluto, sendo o sem-terra, um transgressor da lei.

No caso dos camponeses quilombolas – posseiros que se reproduzem a partir de uma apropriação territorial específica e não reconhecida até a Constituição Federal de 1988 –, embora o artigo 68 do Texto Magno assegure o reconhecimento do direito de posse quilombola inserindo-o no direito positivo, há forças contrárias a sua efetivação, dificultando o trabalho dos órgãos governamentais e impregnando a luta quilombola com pressupostos jurídico-políticos que visam paralisar o trabalho da FCP e seus parceiros. Enquanto isso, milhares de comunidades quilombolas ainda não foram reconhecidas e muitas sofrem com as expropriações diárias de suas terras e falta de assistência governamental já que ficam excluídos de seus programas e projetos de desenvolvimento.

Assim, estudar as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira nos ensejou a pesquisa das aparentes contradições de nossas leis, quando, *a posteriori*, descobrimos que a contradição se encerra não no âmbito jurídico, mas no campo da política. Foi assim que percebemos os limites da propriedade privada absoluta já impostos pela legislação. Cabe salientar que, de um lado, há uma histórica mobilização da classe dos grandes proprietários de terras que formaram um lobby no Congresso Nacional para defender a ideia de direito absoluto de propriedade privada da terra que ostentam desde o século XIX. E por outro lado, há no âmbito do cotidiano, a resistência camponesa que se nega à proletarização, implodindo na luta política pelo direito à terra de trabalho, seja pelo reconhecimento das posses que detêm seja pelo fim do latifúndio em favor de assentamentos rurais. Desse modo, nosso trabalho focou a reprodução camponesa à luz do direito positivo, notadamente pautado na ideia de propriedade privada absoluta, apontando a expropriação e resistência dessa classe sob múltiplas formas, com destaque para a luta dos sem-terra que enfrentam o direito absoluto e para o regime de posse, no qual se inserem os camponeses quilombolas que há mais de um século se reproduzem física e culturalmente à margem do direito positivo.

5. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo. Edusp: 2007.

ABREU, Maurício de Almeida. Apropriação do território no Brasil Colonial. In:____. Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César Costa; Corrêa, Roberto Lobato (org.) **Explorações geográficas**. Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.197- 245.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Os quilombos e as novas etnias”. In.: **Quilombo identidade Étnica e territorialidade**. Eliane Cantarino O’Dwyer (org). Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.43-81.

_____. **Tierras tradicionalmente ocupadas**. Buenos Aires: Teseo, 2009.

Disponível em:

http://www.editorialteseo.com/tapas/biblioteca/9789871354306_issuu.pdf

ANDRADE, Tânia. **Quilombos em São Paulo. Tradições, direitos e lutas**. São Paulo, IMESP, 1997.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos: geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais**. Brasília, Mapas Editora e Consultoria, 2009.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território Negro em espaço branco**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Campesinato, luta de classe e reforma agrária** (A Lei de Revisão em São Paulo). São Paulo, 2005. Tese (doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2005.

_____. **O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar**. In: GEOUSP- Espaço e Tempo, Nº 14, p. 107-117. São Paulo, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOTELHO, André. **Cientificismo à Brasileira: Notas sobre a Questão Racial no Pensamento Social**. Achegas Net Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, v. 1, 2002. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrrj.br/~nusc/cientificismo.pdf>.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível e acessada nos seguintes sítios:

http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_13.07.2010/CON1988.pdf;

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>.

_____. Lei nº 4504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

_____. Lei nº 601 de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

_____. Lei nº 8629 de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

_____. Decreto-lei nº 1318 de 1854. Manda executar a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.

BRITO, Maria Cecília W. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de Uso Comum no Brasil: Um estudo de suas diferentes formas**. 258f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003.

CANTO, Adéli Casagrande do. **Quilombos e a Materialização de Direitos através das Políticas Públicas: um estudo sobre o Recanto dos Evangélicos**. Dissertação (mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS. 2008.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia Letras Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

_____. **Quilombo, favela e periferia**: a longa busca da cidadania. Tese (doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Letras Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

_____. **Quilombo, Território e Geografia**. Revista de Agrária, São Paulo, nº 3, p.156-171, 2006.

Disponível in: http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/3/8_carril.pdf

CARVALHO, Maria Celina P. **Bairros negros do Vale do Ribeira: Do “escravo” ao “quilombo”**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, PPCS. Campinas, 2006.

_____.;SCHIMITTI, alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **A atualização do conceito de quilombo: Identidade e territórios nas definições teóricas**. Ambiente e sociedade, ano V, nº 10, 2002. Disponível in: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>

CHAYANOV, Alexander. **La organizacion de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio Chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889)**. Dissertação (mestrado em História). PPGH/Unisinos, São Leopoldo, 2004.

_____. **Litígios ao sul do Império: a lei de terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. Tese (doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2010, 350 f.

COSTA, Ricardo César Rocha. **O pensamento social brasileiro e a questão racial: da ideologia do “branqueamento” às “divisões perigosas”**. Revista Africa e africanidades – ANO 3 – n.10, agosto de 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos. **El Mito Moderno de la Naturaleza Intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo. Edição revisada, 2005.

DUARTE, Maria Betânia Gomes Guerra. **A atuação do Ministério Público em defesa dos caiçaras de Paraty/RJ**. 2006. Trabalhos apresentados durante Seminário “A cultura caiçara e suas transformações” no SESC de Bertiooga, 9 a 12 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/artigos.html>. Acesso em 22 de julho de 2011.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. “Integração Competitiva do semi-árido cearense”. In: Denise Elias e José Levi Sampaio Furtado (orgs). **Modernização Excludente: Paradigmas da agricultura cearense**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em disputa: Terras (re)tomadas**. (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema). 575f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: espacialização e territorialização**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. "Vinte anos de MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula". In: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inês Medeiros Marques (orgs). **O campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: 'Casa Amarela' e 'Paz e Terra', 2004. p.273-291.

_____. "A questão Agrária no limiar do século XXI". In: _____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. cap.1, p.19-48.

GUSMÃO, Neusa Maria de. **A Dimensão Política da Cultura Negra no Campo: uma luta, muitas lutas**. Tese (doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia Letras Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

_____. **Terras de Pretos, Terras de Mulheres: Terra, Mulher e Raça num Bairro Rural Negro**. Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares, 1996.

_____. **Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos**. São Paulo: Cultura Vozes, nº6. Nov/dez, 1995.

GRABOIS, José. "A Geografia Agrária: uma trajetória" In: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inês Medeiros Marques (orgs). **O campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: 'Casa Amarela' e 'Paz e Terra', 2004 p.87-106.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Qual Reforma Agrária: Terra, Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

_____. **O Paradoxo agrário**. Campinas/SP: Pontes, 1999.

_____. **Quilombola**. In: <http://www.xicograziano.com.br/artigos/integra/450>, publicado em 28/08/2007.

_____. **Matemática agrária**.

Disponível In: <http://www.xicograziano.com.br/artigos/integra/461>, publicado em 10/04/2007.

_____. **Tamanho não é documento**.

Disponível In: <http://www.xicograziano.com.br/artigos/integra/465>, 13/02/2007

_____. **Pinhão atrevido**.

Disponível em: <http://www.xicograziano.com.br/artigos/integra/458> . Publicado em 22/05/2007.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE-UNICAMP – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

_____. **Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **O Novo Rural Brasileiro**. Revista Nova economia, Belo horizonte. 7(1):43-81, maio de 1997.

HOBSBAWN, Eric J.. **Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano**. In: _____.(org).

A História do marxismo, vol 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983, 3^a.ed. p.33-66.

HUBERMAN, Leo. **A História da Riqueza do Homem**. Zahar editores, 1981.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasilense, 2004.

ISA, Instituto Socioambiental. **Agenda socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira**. [Editores: Katia M. Pacheco dos Santos, Nilto Tatto]. São Paulo: ISA, 2008.

ITESP, Instituto de Terras de São Paulo. **Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território**. [Editores: Tânia Andrade, Carlos A.C. Pereira, Márcia Regina O. Andrade] - 2a. ed. São Paulo: ITESP/Editora Gráfica, 2000.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1899/1986.

LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. **Direito Agrário Brasileiro**. São Paulo: Letras, 2000.

LEITE, Ilka Boaventura (2000). **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**, http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. acesso em 02/12/10.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **Agricultura e Urbanização: Intensificação do capital no Campo e a transformação do urbano**. Jardinópolis: o estudo de um lugar. Dissertação (mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985.

LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1899/1985.

MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. **O Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB**. Dissertação (mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1994. 240f.

_____. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha/GO.** 240p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

_____. “Lugar do modo de vida tradicional na modernidade” In: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inês Medeiros Marques (orgs). **O campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: ‘Casa Amarela’ e ‘Paz e Terra’, 2004. p.145-158.

_____. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** In.: Revista Nera. Ano 11. Nº12. p.57-67. Jan.-jun./2008.

MARTINEZ, Maria Cecília. **A Ação Governamental e a Resistência Camponesa no Vale do Ribeira - 1968/1986.** Dissertação (mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **O cativo da terra.** 8ª. edição. São Paulo: Hucitec, 2004a.

_____. **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo.** 1ª. edição. São Paulo: Edusp, 2004b.

_____. **A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil.** Tempo Social; Rev. Social. USP, São Paulo, 6(1-2):1-25, 1994. artigo editado em jun. 1995). Disponível em:

<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol06n12/Reproducao.pdf>

_____. **Os camponeses e a política no Brasil:** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Expropriação e Violência:** a questão política no campo. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **A militarização da Questão Agrária no Brasil.** Petrópolis: Vozes. 1984.

_____. **Sobre o Modo Capitalista de Pensar.** São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **O Poder do Atraso:** Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. “A questão agrária brasileira e o papel do MST”. In: Stédile, João Pedro. (org.). **A Reforma Agrária e a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997a, p.11-76.

_____. **Exclusão Social e Nova Desigualdade.** 1997b.

_____. “O Sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos)”. In:____**Travessias:** estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Coord. por José de Souza Martins et al.. – Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. **Não há Terra para Plantar nesse Verão:** o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. 2ª.edição, Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo. Contexto, 2010.

_____. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e a**

agricultura no Brasil. Disponível em: <www.nead.org.br>. Acesso em: 22 de abril de 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Clássicos do pensamento político, Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

_____. **A Ideologia Alemã.** Feuerbach: oposição entre a concepção materialista e idealista. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

MARX, Karl. **Introdução para a crítica da economia política.** Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, IG-USP, 1977.

_____. **O Capital.** Crítica da economia política. Volume I – livro primeiro – O Processo de produção do capital. Tomo I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **O Capital.** Crítica da economia política. Volume I – livro primeiro – O Processo de produção do capital. Tomo II. Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

_____. **O Capital.** Volume III – Livro terceiro – tomo 2. Coleção Os Economistas, volume V. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MAURO, Gilmar. In: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inês Medeiros Marques (orgs). **O campo no Século XXI:** Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: 'Casa Amarela' e 'Paz e Terra', 2004.

MAZZETO, Carlos E. Silva. "Políticas e desenvolvimento rural: em busca de novos caminhos". In.: Ariovaldo de Oliveira e Marta Inês Medeiros Marques (orgs). **O campo no século XXI:** território de vida, luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p.335-349.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra:** a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. **Os camponeses.** Série princípios. São Paulo: Ática, 1986.

MUNANGA, Kabengele. "Identidade, Cidadania e Democracia: Algumas Reflexões sobre os Discursos Anti-racistas no Brasil". QUINTAS, Fátima (org.), **O Negro: Identidade e Cidadania, Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro,** Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Editora Massangana. 1995.

_____. **Origem e Histórico do Quilombo na África,** *Revista da USP*, 28. 1995/6

_____. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil.** Estudos Avançados, V.18, n.50, São Paulo. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01030142000100005&script=sci_arttex. Acesso em 30 de novembro de 2010.

ODWYER, Eliane Cantarino. Os Quilombos e a Prática Profissional dos Antropólogos. Introdução (p.13-42). In: **Quilombo identidade Étnica e territorialidade**____ (org). Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **Os quilombos e as fronteiras da antropologia.** Antropolítica. UFF. v.19, p.91-111. 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** Série Princípios. São Paulo: Ática. 1990.

_____. **“A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro”.** IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). “Novos caminhos da geografia”. São Paulo: Contexto, 1999. p.63-110.

_____. “Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI”. In: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inês Medeiros Marques (orgs). **O campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: ‘Casa Amarela’ e ‘Paz e Terra’, 2004. p. 29-74.

_____. **A Geografia das Lutas no campo.** São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **“Apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista”.** Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 1, n.1, 1986.

_____. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos.** Campinas-SP: Papirus. 1987 (coleção Educar aprendendo).

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1996. (coleção Caminhos da Geografia).

_____. “Agricultura Brasileira: Transformações Recentes”. In: ROSS, J.L.S. (org). **Geografia do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1995.p.465-534.

_____. **Os limites do novo censo agropecuário.** Correio da Cidadania, 10 de fevereiro de 2010. http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4312:meioambiente100210&catid=32:meio-ambiente&Itemid=68.

_____. **As terras improdutivas no Brasil e a reforma agrária.** Brasília: Radio Agência Notícias do Planalto, 2007. <http://www.radioagencianp.com.br/node/2345>. Acesso em 20 de maio de 2011.

_____. **A máscara continua caindo.** Brasília: Radio Agência Notícias do Planalto, 2007. <http://www.radioagencianp.com.br/node/2523>. Acesso em 20 de maio de 2011.

_____. **O Brasil, a reforma agrária e as terras devolutas.** Brasília: Radio Agência Notícias do Planalto, 2007. <http://www.radioagencianp.com.br/node/2235>. Acesso em 20 de maio de 2011.

_____. **A MP 422 revela a aliança entre Lula e os grileiros na Amazônia.** Brasília: Rádio Agência Notícias do Planalto, 2008. <http://www.radioagencianp.com.br/node/4743>. Acesso em 20 de maio de 2011.

_____. **A Amazônia e a reforma agrária de novo no banco dos réus.** Brasília: Radio Agência Notícias do Planalto, 2008. <http://www.radioagencianp.com.br/node/5572>

_____. **A MP 458 de Lula vai regularizar a grilagem na Amazônia.** Brasília: Radio Agência Notícias do Planalto, 2009. acesso em 20 de maio de 2011. <http://www.radioagencianp.com.br/node/6371>. Acesso em 20 de maio de 2011.

_____. **A regularização fundiária da MP 458 é a contra-reforma agrária do governo Lula.** Brasília: Radio Agência Notícias do Planalto, 2009. <http://www.radioagencianp.com.br/node/6728>. Acesso em 20 de maio de 2011.

OLIVEIRA, Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro. **Os posseiros da Mirassolzinho.** 150f . Dissertação (Mestrado em Antropologia). Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

PAOLIELLO, Renata Medeiros. **Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: a posse como direito e estratégia de apropriação**. 475f. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1992.

_____. **As Tramas da Herança: da reprodução Camponesa às Atualizações dos Sentidos da Transmissão da Terra**. 497f. Tese. (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

PEREIRA, Deborah Macedo Duprat de Brito. *“Breves Considerações sobre o Decreto 3.912/01”*. In: Eliane Cantarino O'Dwyer. **Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 281-289.
<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/Quilombos.pdf>.

PETRI, Katia Cristina. **‘Braços para a lavoura’: a subvenção paulista para imigração (1886-1896)**. Revista Cordis. Revista Eletrônica de História Social da Cidade. Séries Urbanas: Conflito e Memória, n. 3-4, jul. 2009/jun.2010.

Disponível em:

http://www.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero3_4/revista_cordis_3_4_katia.pdf. Acesso em 05 de agosto de 2011.

_____. **‘Mandem vir seus Parentes’: A Sociedade Promotora de Imigração em São Paulo (1886-1894)**. XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Disponível em:
<http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/K%E1tia%20Cristina%20Petri.pdf>. Acesso em 06 de agosto de 2011.

PETRONE, Pasquale. **Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana**. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1961.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5ªed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

REIS, Carlos Antonio dos. **A Caminho do Progresso: Raça e Identidade Nacional no Brasil**. Fórum de Estudos Interdisciplinares, II. São Paulo, 2008.

Disponível

em:

<http://www.facef.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20EP/Carlos%20Antonio.pdf>.

Acesso em 05/08/2011.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. “A reforma agrária que nós esperamos do governo Lula”. In: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inês Medeiros Marques (orgs). **O**

campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p.329-333.

SARMENTO, Daniel. **A garantia do direito à posse dos remanescentes de quilombos antes da desapropriação.** 2006. <<http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/documentos/Dr_Daniel_Sarmiento.pdf>>, Rio de Janeiro, 2006. Acesso em 17 de julho de 2011.

_____. **Territórios Quilombolas e Constituição: A ADI 3.239 e a Constitucionalidade do Decreto 4.887/03.** 2008. http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/docs_artigos/Territorios_Quilombolas_e_Constituicao_Dr._Daniel_Sarmiento.pdf. Acesso em 17 de julho de 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças:** cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870-193. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. _____. **Entre cantos e chibatas.** Conversa com Lilian Schwarcz. Arquivo de vídeo. Acesso em 27 de julho de 2011. Parte 1: Deusas e mucambas. <http://www.youtube.com/watch?v=oJ-oWxKDhW0&feature=related>. Parte 2: O eito e a casagrande. <http://www.youtube.com/watch?v=HmU28Rn1A9c&NR=1>. Parte 3: Tipologia e encenação. <http://www.youtube.com/watch?v=y2P9VtABG78>. Parte 4: O negro pitoresco. <http://www.youtube.com/watch?v=WJZ08gl8y-g&NR=1>.

SHANIN, Teodor. **La clase incomoda:** sociologia política del campesinado em uma sociedad em desarrollo (Rusia 190-1925). Madrid: Alianza Editorial, 1983. _____. "El campesinado como factor político". In.: _____. **Campesinos y sociedades campesinas.** México: Fondo de Cultura Economica, 1979. _____. La economia campesina: uma generalizacion. In: **Natureza y Lógica de la economía campesina.** Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

SILVA, Ligia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio:** implicações da lei de terras de 1850. Campinas-SP: UNICAMP, 1996.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Senhores da Terra: Donos do Mundo.** Arquivo de vídeo, 20 min, 2005.

SILVA, Simone Rezende da. **Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e Conservação da natureza.** Tese (Doutorado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

_____. **Camburi: território de negros, brancos e índios no limite do consenso caicara.** Dissertação (mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

SMITH, Roberto. **Propriedade da Terra e Transição**: Estudo da Formação da Propriedade Privada da Terra e Transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **A Renda do Escravo no quadro da Acumulação Mercantil Colonial. 1993. Disponível em:** www.sep.org.br/artigo/5_congresso_old/vcongresso93.pdf. Acesso em 16 de julho de 2011.

_____. **Wakefield e a Colonização Sistemática**. In: VI Encontro Nacional de Economia Política e I Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos. São Paulo, 2001.

Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/6_congresso_old/vcongresso9.pdf.

STÉDILE, João Pedro. **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

_____. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: UFRGS/ANCA, 1994.

SUNDFELD, Carlos Ari (org). **Comunidades Quilombolas: direito à terra**. Brasília: Fundação Cultural Palmares/ Minc / Editorial Abaré, 2002.

SUZUKI, Júlio César. **A Gênese da Moderna Cidade de São Paulo**: uma contribuição da geografia urbana à história da cidade. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

_____. **Metamorfoses da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo**. In: CARLOS, A.F.A.; OLIVEIRA, A.U. (org.). **Geografia de São Paulo: Representações e crise da Metrópole**. São Paulo, Contexto, 2004. p.131-56.

_____. e SILVA, Antônio Marcos da. **A construção da identidade quilombola: o caso da comunidade de Peropava**. XVI ENG. Porto Alegre. AGB. 2010.

_____.; SANTOS, Hector Rafael dos. **O local e o global na região do Vale do Ribeira Paulista: atenção à saúde das minorias sociais**. XVI ENG. Porto Alegre. AGB. 2010.

_____.; MACEDO, Renata Moura Bacelar de. **Migrações em comunidades quilombolas: um estudo de Poça (Eldorado-SP)**. XVI ENG. Porto Alegre. AGB. 2010.

_____.; LIMA, Márcio de Jesus. **A Produção mercantil no quilombo da Poça**. XVI ENG. Porto Alegre. AGB. 2010.

_____.; IDALGO, Gabriel H.; VECINA, Cecília C.; MORAIS, Caroline. **Comunidade de Peropava: Resistências e Permanências**. V ENCONTRO de Grupos de Pesquisa. USFM, Santa Maria/RS, 2009.

VARELLA, Marcelo Dias. “O MST e o Direito”. In: Stédile, João Pedro (org.). **A Reforma Agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997:189-208.

WOODCOCK, George. **A História das idéias e movimentos anarquistas: Vol. 1: A idéia**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

_____. **A História das idéias e movimentos anarquistas: vol.2 O movimento.**

Porto Alegre: L&PM, 2006.

<http://anarquismopiracicabaeregiao.files.wordpress.com/2010/02/historia-das-ideias-e-movimentos-anarquistas-vol-2-woodcock.pdf>.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Klass. **“Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral**. In: Anuário Antropológico/87 p.11-73. Brasília, 1990.

ZAN, José Roberto. **Conflito de Terra no Vale do Ribeira**: estudo sobre pequenos posseiros em luta pela terra no município de Sete Barras. 177p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 1986.

Periódicos:

Carta Capital. ANO XIV Nº 478. 16 de janeiro de 2008, p.22.

Carta Capital. ANO XIV Nº 480. 30 de janeiro de 2008, p.26-29.

Folha de São Paulo. 07 de janeiro de 2008.

Sites:

www.agricultura.gov.br

<http://www.ibge.gov.br/>

www.incra.gov.br

www.itesp.com.sp.gov.br

www.socioambiental.org

www.portaldaigualdade.gov.br

www.jusbrasil.com.br

<http://www.nuer.ufsc.br>

<http://www.cpisp.org.br/>

<http://www.palmares.gov.br/>

http://www.uj.com.br/publicacoes/doutrinas/2647/O_PRINCIPIO_DA_LEGALIDADE_NA_CONSTITUICAO_FEDERAL. Acesso em 28/07/2011.

www.redemocambos.org

APÊNDICES / ANEXOS

APÊNDICE A – Tabela condensando as leis acerca da regularização fundiária quilombola

Compêndio da luta política dos quilombolas no âmbito jurídico			
LEIS	Assunto	âmbito	Entre outras coisas prescreve:
<i>Convenção nº 169 da OIT – Organização Internacional do trabalho (Genebra, 1989)</i>	Versa sobre os direitos dos povos indígenas e tribais em países independentes da OIT (e revê sua nº103 de 1957).	Internacional	<p>No art. 14 exige-se o reconhecimento do direito de propriedade de suas posses.</p> <p>O art. 8º pede que se observem seus costumes e direito consuetudinário.</p> <p>O art.13 atenta para a importância da terra e do território. E o número 5 reforça a preservação integral de seus valores, não podendo ser suas vontades contrariadas (art.4) nem podendo ser transladados das terras que ocupam, salvo exceções (art.16).</p> <p>No art. 6 prescreve-se que se consulte os dos povos interessados e suas instituições representativas que deverão ser incentivadas.</p> <p>O art. 12 preceitua-se que se observe a violação dos direitos desses povos. E em caso de interesse estatal acerca de recursos minerais entre outros, deve-se consultar os povos (art.15)</p> <p>O art. 22 atenta para que se promova a formação profissional de forma voluntária e, que se reconheça seus artesanatos, pesca e indústrias rurais (art. 23).</p> <p>Os artigos 24 e 25 versam sobre a saúde e os de 26 a 31 versam sobre a educação desses povos, devendo ser em todos os níveis.</p>
Decreto nº 143 de 2003	Ratifica a Convenção nº169 da OIT	Nacional	O critério de autodefinição se tornou um preceito para o cumprimento constitucional.
Art. 68 da ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF88	Terras quilombolas	Nacional	Artigo único que complementa a CF88 e prescreve: " <i>Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos</i> ".
Decreto nº 4.887/2003	Regulamenta os procedimentos para identificação, demarcação e titulação das terras de remanescentes de quilombos de acordo com o art. 68 da ADCT.	Nacional	<p>Em seu artigo segundo preceitua o que se considera remanescentes de quilombos, o que são terras de quilombolas, a autodefinição de acordo com a recomendação da OIT e outros procedimentos de demarcação e medição.</p> <p>O art. 3º versa sobre quais serão os órgãos governamentais de todo processo de reconhecimento, incumbindo o da missão o INCRA e outros do âmbito tanto estatal quanto municipal.</p> <p>Nos artigos 4º e 5º ordena-se que a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministérios da Cultura (por meio da Fundação Cultural Palmares) acompanhem o trabalho do INCRA/MDA.</p> <p>Os Artigos 10, 11, 12 e 13 versam sobre a justaposição de terras com as da marinha, unidades de conservação, estatais e particulares tituladas. Devendo os órgãos competentes tomar as medidas cabíveis nos dos primeiros casos, emitir os títulos em caso de terras estatais e</p>

			<p>desapropriar em caso de particulares.</p> <p>A Fundação Cultural Palmares dará assistência jurídica após emissão dos títulos (art. 16) e o INCRA fará sua defesa durante o processo de titulação (art.15).</p> <p><i>Art.17 - A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art. 2o, caput, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.</i></p> <p>Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas</p> <p><i>Art. 20 - Para os fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infra-estrutura.</i></p>
Decreto nº 3.912 de 2001	Regulamentava o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos remanescentes de quilombos conforme ordena a Carta Magna.	nacional	<p>Revogado pelo art. 25 do decreto 4.887/2003. Entre outras falhas concentrava na Fundação Cultural Palmares toda a incumbência desde a identificação até a titulação.</p> <p>Algo questionado pelos representantes dos quilombolas conforme a carta (em anexo) que resultou da VI Reunião da Comissão Nacional Provisória de articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas dirigida à Comissão Cultural Palmares em 24 de outubro de 1999 quando se estava em processo de elaboração o projeto de lei que resultou no referido decreto 3.912/2001. A carta questionou, sobretudo, a forma autoritária como foi elaborado o projeto de lei, sem consultar os representantes ou intelectuais do assunto.</p>
Portaria nº 307 do Incra de 1995	Versa sobre a demarcação e titulação das terras quilombolas	nacional	<p>Trata da prerrogativa do INCRA na demarcação das terras, algo que passaria mais tarde ao Ministério da Cultura pela MP nº 1.911 de 1999. É o início do trabalho que visava o cumprimento do art.68 da ADCT.</p>
Lei 9.649/98 e nº 1.911/99	A MP 1.911/98 apenas altera a nº 9.649 de 1998 que tem o mesmo assunto, a saber, transferência de incumbências entre os ministérios, do MDA para o Ministério da Cultura que por sua vez repassou para sua autarquia, a Fundação Cultural Palmares	nacional	<p>Na lei nº 9649/98 se prescreve em seu art. 14 a incumbência do Ministério da Cultura de cumprir de acordo com a alínea c do inciso IV do art.14 aprovar a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades de quilombos, bem como determinar as suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto. A lei posterior 1911/99 incumbe esse ministério do cumprimento do art.68 da ADCT.</p>
Portaria nº 447/99 do Ministério	Versa sobre a autoridade no cumprimento do art.68 ADCT	nacional	<p>Praticar e assinar os atos necessários ao cumprimento do art. 68 da ADCT da CF88.</p>

Cultura			
Lei nº 7.669/88	Cria e vincula a FCP ao Ministério da Cultura	nacional	<i>Em seu artigo segundo, inciso III prescreve – realizar a identificação dos remanescente das comunidades dos quilombo, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação.</i>
Decreto 418/92	Aprova o Estatuto da Fundação Cultural Palmares. Vale atentar que a FCP teve forte influência na luta política dos quilombolas e nos primeiros processos de identificação e cadastramento de quilombos.	nacional	Revogado pela IN nº20 de 2005.
Parecer SAJ nº 1.490/01 da Casa Civil da Presidência da República	Consulta acerca da questão da Desapropriação que seria inconstitucional em terras quilombolas.	nacional	O parecer condena qualquer ato de desapropriação por parte do MDA/INCRA em terras de quilombos, alegando inconstitucionalidade, já que seria atribuição do Ministério da Cultura por meio da FCP. Aqui a questão é que o próprio decreto 4887/2003 seria inconstitucional quando versa em seu art.13 sobre a desapropriação. Isso porque, segundo os juristas o art. 68 da ADCT é claro quando preceitua seus termos: <i>“que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva”</i> . <i>Em outras palavras, se estão ocupando são os donos legítimos de modo que desapropriar os particulares seria um ato de improbidade administrativa, pois, desapropriar trás intrínseca a indenização. Deste modo, se estaria indenizando quem não tem direito.</i> Nas palavras de Plácido e Silva (p.44 apud FCP, 2002, p.34) <i>“o reconhecimento, pois, nada gera de novo, isto é, não formula direito nem estrutura fato ou coisa, que já não fosse efetiva ou existente”</i> .
Lei nº 9985 de 2000	Regulamenta o art. 225 da CF88. Instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	nacional	Seu art.4, inciso XIII prescreve - <i>“proteger os recursos naturais necessários a subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”</i> . Art. 17, § 2º - Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade. Art. 42 - As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais não seja permitida serão indenizados ou compensadas pelas benfeitorias existentes realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

Lei nº 6040/2007	Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	nacional	<p>Art. 3º</p> <p>I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;</p> <p>II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e</p> <p>III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.</p>
Projeto Legislativo nº44/2007	Projeto do deputado Valdir Colatto do PMDB-SC	Nacional	<p>Visava sustar o decreto nº 4.887/03 alegando inconstitucionalidade.</p> <p>Foi refutado pelo Ministério Público Federal.</p>
Instrução Normativa do Incra nº49/2008	Instituiu novas regras para a titulação das terras quilombolas	Nacional	<p>Significou um retrocesso no cumprimento do art.68, pois com base no parágrafo terceiro de seu art. 7 o INCRA ficava impedido de emitir certidão sem o cadastro na Fundação Cultural Palmares.</p> <p>Trouxe maior complexidade para a elaboração dos RTIDs (ou RTCs).</p>
Instrução Normativa nº 57/2009	Preceitua mais uma vez o papel do INCRA sobre a regularização das terras quilombolas. Revogou a Instrução normativa do INCRA nº 20/2005	Nacional	<p>Versa sobre as competências do Incra, e inclusive de titulação, conceituando o que são remanescentes de quilombo. Em seu art.7º reafirma o direito de auto-identificação.</p> <p>Retirou a complexidade da elaboração do RTID.</p>
Decreto estadual nº 41.774 de 13 de maio de 1997	Dispõe sobre a Criação do Programa de Cooperação Técnica e Ação Conjunta. Os órgãos envolvidos eram: a Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Secretaria do Meio Ambiente, a Secretaria da Cultura, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a Secretaria da Educação e a Secretaria do Governo e Gestão	Estadual SP	<p>Essas secretarias junto com a Procuradoria Geral do Estado deveriam identificar, discriminar e regularizar as posses quilombolas nas terras devolutas do Estado de São Paulo, implantando medidas sócio-econômicas, ambientais e culturais nestas comunidades.</p> <p>O decreto estabeleceu a prerrogativa de cada secretaria quanto aos quilombolas.</p> <p>Quanto a tarefa da Secretaria de Meio Ambiente cabia entre outras coisas segundo o art.9º</p> <p>I - instituir programas de extensão ambiental e fomento de atividades sustentadas de utilização de recursos florestais junto às comunidades;</p> <p>II - acompanhar em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado e Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania/Instituto de Terras do</p>

		Estratégica. Com esse decreto do estado de São Paulo propõe-se ao cumprimento da CF88		Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, demarcação das divisas das Unidades de Conservação, consolidando e compatibilizando os limites dessas unidades nas regiões onde se encontram os Remanescentes das Comunidades de Quilombos; III - proceder a regulamentação das Áreas de Proteção Ambiental e áreas de entorno das Unidades de Conservação, visando a compatibilização de regiões onde possa ser mantida a ocupação já existente, da forma de utilização da terra e a viabilidade da expedição de título de domínio pelo Poder Público; IV - propor medidas aptas a compatibilizar as ocupações de Remanescentes das Comunidades de Quilombos com áreas de unidades de conservação, alterando os limites das mesmas, quando necessário;
40723 de março de 1996	de	Ordena a criação de um Grupo de Trabalho para dar cumprimento ao art. 68. Resultou nos decretos nº 41.774 e 9.757 de 1997. Além disso, foi a partir desse grupo que São Paulo identificou suas 20 primeiras comunidades quilombolas.	Estadual SP	O objetivo do decreto explicita-se em seu artigo primeiro: <i>Instituir junto à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Grupo de Trabalho para dar plena aplicabilidade aos dispositivos constitucionais que conferem o direito de propriedade aos remanescentes de quilombos.</i>
Decreto nº 9.757 de 1997		Sobre a legitimação das terras quilombolas no estado de São Paulo	Estadual SP	Ordena a legitimação e entrega dos títulos sem qualquer ônus para as comunidades.
Decreto nº 42.839 de 04 de fevereiro de 1998		Regulariza o decreto nº 9757/97	Estadual SP	O artigo primeiro, em parágrafo único, preceitua que o processo de identificação e regularização começa mediante requerimento das associações representantes dos quilombolas no ITESP. Já seu artigo segundo prescreve que serão identificados a partir de critérios de auto-identificação e dados históricos-sociais, escritos e/ou orais, por meio de RTC, elaborado no âmbito do ITESP.
43.651 de 26 de novembro de 1998		Decreto que retira os quilombos de Unidades de Conservação no estado	Estadual SP	Retirou comunidades da Área de Proteção da Serra do Mar
44293 de 04 de outubro de 1999		Idem	Estadual SP	Retirou comunidades quilombolas do perímetro do parque estadual Intervales

Tabela: Elaboração de Alexsandro A. G. Sousa, 2011.

APÊNDICE B – Mapas

Mapa 6. Ocupação atual da Poça - 2007

ANEXO A – Leis

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO VII - Da ordem Econômica e Financeira

CAPÍTULO III - DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º - As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º - O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º - Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º - O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º - São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação

efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV - a assistência técnica e extensão rural;

V - o seguro agrícola;

VI - o cooperativismo;

VII - a eletrificação rural e irrigação;

VIII - a habitação para o trabalhador rural.

§ 1º - Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agro-industriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º - Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

§ 2º - Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Art. 190. A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta

hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão

adquiridos por usucapião.

TÍTULO VIII - Da Ordem Social
CAPÍTULO III - Da Educação, da Cultura e do Desporto
SEÇÃO II - Da Cultura

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às

fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela EC nº 48 de 2005).

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela EC nº 48 de 2005).

II produção, promoção e difusão de bens culturais; (idem).

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (idem).

IV democratização do acesso aos bens de cultura; (idem)

V valorização da diversidade étnica e regional. (idem) .

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e

imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às

manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o

patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à

cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento

de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela EC nº 42 de 2003).

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (idem)

II - serviço da dívida; (idem).

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (idem).

Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850 - Dispõe sobre as Terras Devolutas do Império

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a titulo oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionaes e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonisação estrangeira na forma que se declara D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam prohibidas as aquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra.

Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.

Paragrapho unico. Os Juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delictos põem todo o cuidado em processal-os o punil-os, e farão effectiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligencia a multa de 50\$ a 200\$000.

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commissio por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commissio, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei.

Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que

se acharem cultivadas, ou com principios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionario, ou do quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas.

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacificas, adquiridas por occupação primaria, ou havidas do primeiro occupante, que se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes:

§ 1º Cada posse em terras de cultura, ou em campos de criação, comprehenderá, além do terreno aproveitado ou do necessario para pastagem dos animaes que tiver o posseiro, outrotanto mais de terreno devoluto que houver contiguo, comtanto que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de uma sesmaria para cultura ou criação, igual ás ultimas concedidas na mesma comarca ou na mais vizinha.

§ 2º As posses em circumstancias de serem legitimadas, que se acharem em sesmarias ou outras concessões do Governo, não incursas em commissio ou revalidadas por esta Lei, só darão direito á indemnização pelas bemfeitorias.

Exceptua-se desta regra o caso do verificar-se a favor da posse qualquer das seguintes hypotheses: 1ª, o ter sido declarada boa por sentença passada em julgado entre os sesmeiros ou concessionarios e os posseiros; 2ª, ter sido estabelecida antes da medição da sesmaria ou concessão, e não perturbada por cinco annos; 3ª, ter sido estabelecida depois da dita medição, e não perturbada por 10 annos.

§ 3º Dada a excepção do paragrapho antecedente, os posseiros gozarão do favor que lhes assegura o § 1º, competindo ao respectivo sesmeiro ou concessionario ficar com o terreno que sobrar da divisão feita entre os ditos posseiros, ou considerar-se tambem posseiro para entrar em rateio igual com elles.

§ 4º Os campos de uso commum dos moradores de uma ou mais freguezias, municipios ou comarcas serão conservados em toda a extensão de suas divisas, e continuarão a prestar o mesmo uso, conforme a pratica actual, emquanto por Lei não se dispuzer o contrario.

Art. 6º Não se haverá por principio do cultura para a revalidação das sesmarias ou outras concessões do Governo, nem para a legitimação de qualquer posse, os simples roçados, derribadas ou queimas de mattos ou campos, levantamentos de ranchos e outros actos de semelhante natureza, não sendo acompanhados da cultura effectiva e morada habitual exigidas no artigo antecedente.

Art. 7º O Governo marcará os prazos dentro dos quaes deverão ser medidas as terras adquiridas por posses ou por sesmarias, ou outras concessões, que estejam por medir, assim como designará e instruirá as pessoas que devam fazer a medição, attendendo ás circumstancias de cada Provincia, comarca e municipio, o podendo prorogar os prazos marcados, quando o julgar conveniente, por medida geral que comprehenda todos os possuidores da mesma Provincia, comarca e municipio, onde a prorrogação convier.

Art. 8º Os possuidores que deixarem de proceder á medição nos prazos marcados pelo Governo serão reputados cahidos em commisso, e perderão por isso o direito que tenham a serem preenchidos das terras concedidas por seus titulos, ou por favor da presente Lei, conservando-o sómente para serem mantidos na posse do terreno que occuparem com effectiva cultura, havendo-se por devoluto o que se achar inculto.

Art. 9º Não obstante os prazos que forem marcados, o Governo mandará proceder á medição das terras devolutas, respeitando-se no acto da medição os limites das concessões e posses que acharem nas circumstancias dos arts. 4º e 5º.

Qualquer opposição que haja da parte dos possuidores não impedirá a medição; mas, ultimada esta, se continuará vista aos oppoentes para deduzirem seus embargos em termo breve.

As questões judiciais entre os mesmos possuidores não impedirão tão pouco as diligencias tendentes á execução da presente Lei.

Art. 10. O Governo proverá o modo pratico de extremar o dominio publico do particular, segundo as regras acima estabelecidas, incumbindo a sua execução ás autoridades que julgar mais convenientes, ou a commissarios especiaes, os quaes procederão administrativamente, fazendo decidir por arbitros as questões e duvidas de facto, e dando de suas proprias decisões recurso

para o Presidente da Provincia, do qual o haverá tambem para o Governo.

Art. 11. Os posseiros serão obrigados a tirar titulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por effeito desta Lei, e sem elles não poderão hypothecar os mesmos terrenos, nem alienal-os por qualquer modo.

Esses titulos serão passados pelas Repartições provinciaes que o Governo designar, pagando-se 5\$ de direitos de Chancellaria pelo terreno que não exceder de um quadrado de 500 braças por lado, e outrotanto por cada igual quadrado que de mais contiver a posse; e além disso 4\$ de feitorio, sem mais emolumentos ou sello.

Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessarias: 1º, para a colonisação dos indigenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval.

Art. 13. O mesmo Governo fará organizar por freguezias o registro das terras possuidas, sobre as declarações feitas pelos respectivos possuidores, impondo multas e penas áquelles que deixarem de fazer nos prazos marcados as ditas declarações, ou as fizerem inexactas.

Art. 14. Fica o Governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta publica, ou fóra della, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta á venda, guardadas as regras seguintes:

§ 1º A medição e divisão serão feitas, quando o permittirem as circumstancias locaes, por linhas que corram de norte ao sul, conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem em angulos rectos, de maneira que formem lotes ou quadrados de 500 braças por lado demarcados convenientemente.

§ 2º Assim esses lotes, como as sobras de terras, em que se não puder verificar a divisão acima indicada, serão vendidos separadamente sobre o preço minimo, fixado anticipadamente e pago á vista, de meio real, um real, real e meio, e dous réis, por braça quadrada, segundo for a qualidade e situação dos mesmos lotes e sobras.

§ 3º A venda fóra da hasta publica será feita pelo preço que se ajustar, nunca abaixo do minimo fixado, segundo a qualidade e situação dos respectivos lotes e sobras, ante o Tribunal do Thesouro Publico, com assistencia do Chefe da Repartição Geral das Terras, na Provincia do Rio de Janeiro, e ante as Thesourarias, com assistencia de um delegado do dito Chefe, e com approvação do respectivo Presidente, nas outras Provincias do Imperio.

Art. 15. Os possuidores de terra de cultura e criação, qualquer que seja o titulo de sua aquisição, terão preferencia na compra das terras devolutas que lhes forem contiguas, comtanto que mostrem pelo estado da sua lavoura ou criação, que tem os meios necessarios para aproveitá-las.

Art. 16. As terras devolutas que se venderem ficarão sempre sujeitas aos onus seguintes:

§ 1º Ceder o terreno preciso para estradas publicas de uma povoação a outra, ou algum porto de embarque, salvo o direito de indemnização das bemfeitorias e do terreno occupado.

§ 2º Dar servidão gratuita aos vizinhos quando lhes for indispensavel para sahirem á uma estrada publica, povoação ou porto de embarque, e com indemnização quando lhes for proveitosa por incurtamento de um quarto ou mais de caminho.

§ 3º Consentir a tirada de aguas desaproveitadas e a passagem dellas, precedendo a indemnização das bemfeitorias e terreno occupado.

§ 4º Sujeitar ás disposições das Leis respectivas quaesquer minas que se descobrirem nas mesmas terras.

Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem á sua custa exercer qualquer industria no paiz, serão naturalisados querendo, depois de dous annos de residencia pela fórma por que o foram os da colonia de S. Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do municipio.

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero

de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem.

Aos colonos assim importados são applicaveis as disposições do artigo antecedente.

Art. 19. O producto dos direitos de Chancellaria e da venda das terras, de que tratam os arts. 11 e 14 será exclusivamente applicado: 1º, á ulterior medição das terras devolutas e 2º, a importação de colonos livres, conforme o artigo precedente.

Art. 20. Enquanto o referido producto não for sufficiente para as despesas a que é destinado, o Governo exigirá annualmente os credits necessarios para as mesmas despesas, ás quaes applicará desde já as sobras que existirem dos credits anteriormente dados a favor da colonisação, e mais a somma de 200\$000.

Art. 21. Fica o Governo autorizado a estabelecer, com o necessario Regulamento, uma Repartição especial que se denominará - Repartição Geral das Terras Publicas - e será encarregada de dirigir a medição, divisão, e descripção das terras devolutas, e sua conservação, de fiscalisar a venda e distribuição dellas, e de promover a colonisação nacional e estrangeira.

Art. 22. O Governo fica autorizado igualmente a impor nos Regulamentos que fizer para a execução da presente Lei, penas de prisão até tres mezes, e de multa até 200\$000.

Art. 23. Ficam derogadas todas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 18 dias do mez do Setembro de 1850, 29º da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com a rubrica e guarda.
Visconde de Mont'alegre.

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem sancionar, sobre terras devolutas, sesmarias, posses e colonisação. Para Vossa Magestade Imperial Ver. João Gonçalves de Araujo a fez. Euzebio de Queiroz Coitiuho Mattoso Camara. Sellada na Chancellaria do Imperio em 20 de Setembro de 1850. - Josino do Nascimento Silva. Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 20 de setembro de 1850. - José de Paiva Magalhães Calvet. Registrada á fl. 57 do livro 1º do Actos Legislativos. Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 2 de outubro de 1850. - Bernardo José de Castro.

* **Nota:** Texto redigitado e sujeito a correções. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm.

Lei nº 4.504 de 1964 – Dispõe sobre o ESTATUTO DA TERRA

Art. 19. A desapropriação far-se-á na forma prevista na Constituição Federal, obedecidas as normas constantes da presente Lei.

§ 1º Se for intentada desapropriação parcial, o proprietário poderá optar pela desapropriação de todo o imóvel que lhe pertence, quando a área agricultável remanescente, inferior a cinquenta por cento da área original, ficar:

- a) reduzida a superfície inferior a três vezes a dimensão do módulo de propriedade; ou
- b) prejudicada substancialmente em suas condições de exploração econômica, caso seja o seu valor inferior ao da parte desapropriada.

§ 2º Para efeito de desapropriação observar-se-ão os seguintes princípios:

- a) para a fixação da justa indenização, na forma do artigo 147, § 1º, da Constituição Federal, levar-se-ão em conta o valor declarado do imóvel para efeito do Imposto Territorial Rural, o valor constante do cadastro acrescido das benfeitorias com a correção monetária porventura cabível, apurada na forma da legislação específica, e o valor venal do mesmo;
- b) o poder expropriante não será obrigado a consignar, para fins de imissão de posse dos bens, quantia superior à que lhes tiver sido atribuída pelo proprietário na sua última declaração, exigida pela Lei do Imposto de Renda, a partir de 1965, se se tratar de pessoa física ou o valor constante do ativo, se se tratar de pessoa jurídica, num e noutro caso com a correção monetária cabível;
- c) efetuada a imissão de posse, fica assegurado ao expropriado o levantamento de oitenta por cento da quantia depositada para obtenção da medida possessória.

§ 3º Salvo por motivo de necessidade ou utilidade pública, estão isentos da desapropriação:

- a) os imóveis rurais que, em cada zona, não excederem de três vezes o módulo de produto de propriedade, fixado nos termos do artigo 4º, inciso III;
- b) os imóveis que satisfizerem os requisitos pertinentes à empresa rural, enunciados no artigo 4º, inciso VI;
- c) os imóveis que, embora não classificados como empresas rurais, situados fora da área prioritária de Reforma Agrária, tiverem aprovados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e em execução projetos que em prazo determinado, os elevem àquela categoria.

§ 4º O foro competente para desapropriação é o da situação do imóvel.

§ 5º De toda decisão que fixar o preço em quantia superior à oferta formulada pelo órgão expropriante, haverá, obrigatoriamente, recurso de ofício para o Tribunal Federal de Recursos. Verificado, em ação expropriatória, ter o imóvel valor superior ao declarado pelo expropriado, e apurada a má-fé ou o dolo deste, poderá a sentença condená-lo à penalidade prevista no artigo 49, § 3º, desta Lei, deduzindo-se do valor da indenização o montante da penalidade.

Art. 20. As desapropriações a serem realizadas pelo Poder Público, nas áreas prioritárias, recairão sobre:

- I - os minifúndios e latifúndios;
- II - as áreas já beneficiadas ou a serem por obras públicas de vulto;
- III - as áreas cujos proprietários desenvolverem atividades predatórias, recusando-se a pôr em prática normas de conservação dos recursos naturais;
- IV - as áreas destinadas a empreendimentos de colonização, quando estes não tiverem logrado atingir seus objetivos;
- V - as áreas que apresentem elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros;
- VI - as terras cujo uso atual, estudos levados a efeito pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária comprovem não ser o adequado à sua vocação de uso econômico.